

Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)

SÉRIE ESTADO DO CONHECIMENTO

SÉRIE ESTADO DO CONHECIMENTO Nº 3

Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)

Realização:

Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

Coordenação e organização:

Marília Costa Morosini
Coordenadora do Subprojeto Comped/ANPEd e do Projeto *Universitas/BR*

Brasília-DF
MEC/Inep/Comped
2001

COORDENAÇÃO-GERAL DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Antonio Danilo Morais Barbosa

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL

F. Secchin

EDITOR

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Antonio Bezerra Filho

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Ângela Torres Costa e Silva

Rosa dos Anjos Oliveira

PROJETO GRÁFICO E CAPA

F. Secchin

ARTE-FINAL

Raphael Caron Freitas

TIRAGEM

2.000 exemplares

EDITORIA

INEP/MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 416

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61)224-7092

(61)410-8438

Fax: (61)224-4167

E-mail: editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

CIBEC/INEP – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61)410-9052

(61)323-3500

Fax: (61)223-5137

E-mail: cibec@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995) / Coordenação e organização : Marília Costa Morosini. – Brasília : MEC/Inep/Comped, 2001.

194 p. : il. (Série Estado do Conhecimento, ISSN 1518-3653, n. 3)

1. Educação superior. 2. Produção técnico-científica. I. Morosini, Marília Costa. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. III. Comitê dos Produtores da Informação Educacional. IV. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

CDU 378

Sumário

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
Marília Costa Morosini	
A educação superior em 28 anos de periódicos nacionais: os grandes números	15
O estado do conhecimento sobre a educação superior em 28 anos de periódicos nacionais: os grandes temas	30
Referências bibliográficas	33

Capítulo 1

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BANCO DE DADOS <i>UNIVERSITAS/BR</i>	35
Marília Costa Morosini	
Fonte de dados: os periódicos nacionais	36
Construção do <i>Universitas/BR</i> : bibliografia anotada/categorizada/resumida	40
Construtores do banco: pesquisadores/bolsistas	45
Referências bibliográficas	45

Capítulo 2

INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS E A QUESTÃO DA AUTONOMIA	47
Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Stella Cecília Duarte Segenreich	
Explorando as categorias temáticas História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária	49
As temáticas mais presentes na categoria História das Instituições de Educação Superior	60
As temáticas presentes na categoria Autonomia Universitária	66
Concluindo	68
Referências bibliográficas	68

Capítulo 3

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	71
Afrânio Mendes Catani, Deise Mancebo, João dos Reis Silva Júnior, Valdemar Sguissardi	
Trajetória da temática	74
Trajetória da temática por periódico	83
Trajetória da temática por tipo de documento, alguns temas específicos e principais autores	90
Considerações finais	99
Referências bibliográficas	100

Capítulo 4

AS FUNÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	103
Maria Estela Dal Pai Franco, Marília Costa Morosini, Maria Arabela Campos Oliven, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Maria das Graças Medeiros Tavares	
A função Ensino	104
A função Pesquisa	134
A Extensão Universitária	150
Referências bibliográficas	165

Capítulo 5

A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	169
Helena Corrêa de Vasconcelos, Luciene das Graças Miranda Medeiros, Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert, Vera Lúcia Jacob Chaves	
A trajetória desenhada pela temática	172
Os temas e problemas abordados	176
As formas de abordagem da temática	191
Considerações conclusivas	192
Referências bibliográficas	194

Lista de gráficos

1 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	17
2 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995	20
3 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tema – 1968-1995	23
4 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por editor – 1968-1995	27
5 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, no Banco de Dados <i>Universitas/BR</i> – 1968-1995	48
6 – Distribuição comparativa de documentos publicados sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	55
7 – Distribuição de documentos publicados sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	72
8 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995	73
9 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	73
10 – Distribuição média de documentos publicados sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o período de publicação – 1968-1995	74
11 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	76

12 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	78
13 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	80
14 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	82
15 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	83
16 – Distribuição de documentos sobre Ensino, Pesquisa e Extensão, em periódicos nacionais – 1968-1995	103
17 – Distribuição de documentos sobre a função Ensino, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995	106
18 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria – 1968-1995	108
19 – Distribuição de documentos sobre a função Pesquisa na produção científica sobre a Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995	135
20 – Distribuição de artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	146
21 – Participação da categoria temática Extensão Universitária na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995	151
22 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária (DOC, DIS, TEA, HES), em periódicos nacionais – 1968-1995	170

Lista de quadros

1 – <i>Universitas/BR</i> – A produção científica sobre Educação Superior no Brasil, em periódicos nacionais – 1968-1995	26
2 – <i>Universitas/BR</i> – Periódicos nacionais analisados, por ordem cronológica de lançamento	37
3 – <i>Universitas/BR</i> – A produção científica sobre Educação Superior no Brasil: categorias e subcategorias temáticas – 1968-1995	41
4 – Convergências vinculadas à categoria temática Ensino	114
5 – Frequência das subcategorias da Pesquisa, em periódicos nacionais, por tipo de documento – 1968-1995	146

Lista de tabelas

1 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	16
2 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico – 1968-1995	18
3 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995	20
4 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico e tipo de produção – 1968-1995	22
5 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995	23
6 – Distribuição dos documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação e categoria temática – 1968-1995	24
7 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por editor – 1968-1995	25
8 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico e categoria temática – 1968-1995	28
9 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995	48
10 – Distribuição de documentos da categoria História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	50
11 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	51
12 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	51

13 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição em relação ao total geral – 1968-1995	53
14 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição em relação ao total geral – 1968-1995	54
15 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria, periódico e posição no total geral – 1968-1995	56
16 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por periódico, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995 ...	57
17 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995	59
18 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995 ...	59
19 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	63
20 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por instituição enfocada – 1968-1995	63
21 – Distribuição de documentos da subcategoria Cursos, em periódicos nacionais, por forma de agregação – 1968-1995	65
22 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995	72
23 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subperíodo e ano de publicação – 1968-1995	75
24 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995	76
25 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	77
26 – Distribuição de documentos publicados sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	79
27 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	81
28 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995	82

29 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995	84
30 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995	87
31 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995	89
32 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995	89
33 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995	91
34 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática e por tipo de produção – 1968-1995	92
35 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção e subcategorias – 1968-1995	92
36 – Distribuição de documentos na categoria Ensino e suas subcategorias, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995	107
37 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995	109
38 – Distribuição de documentos publicados sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995	110
39 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por período – 1968-1995	111
40 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, segundo o tipo de produção – 1968-1995	111
41 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por periódico – 1968-1995	113
42 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por período – 1968-1995	137
43 – Distribuição de documentos sobre a categoria Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995	139
44 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e ano – 1968-1995	140

45 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e tema – 1968-1995	143
46 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo a subcategoria temática e o tipo de produção – 1968-1995	144
47 – Distribuição dos artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias abordadas, por periódico – 1968-1995	145
48 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, por ano/período de publicação – 1968-1995	153
49 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995	156
50 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo subcategoria e ano – 1968-1995	157
51 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por periódico – 1968-1995	158
52 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, por produção escrita, segundo o periódico e ano – 1968-1995	171
53 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo as categorias e subcategorias temáticas, por periódico – 1968-1995	177
54 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo as categorias e subcategorias temáticas, por ano de publicação – 1968-1995	184
55 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo a dimensão ou subcategoria temática, por tipo de produção – 1968-1995	193

Apresentação

O “estado do conhecimento” sobre *Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)* é resultante de um trabalho de equipe que reúne professores-pesquisadores e seus orientandos, oriundos de universidades das cinco regiões brasileiras, congregados no GT Política de Educação Superior da ANPEd. Este grupo vem, desde o início da década, refletindo sobre as temáticas da educação superior e, mais sistematicamente, a partir de 1996, num projeto integrado CNPq – *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*, propondo-se a avaliar e apontar as perspectivas desta produção (periódicos, dissertações/teses e livros).

O presente estudo representa uma dessas formas de avaliação da produção científica e tem como apoio empírico o Banco de Dados *Universitas/BR*, que congrega 4.546 documentos de 26 periódicos nacionais (sob a forma de bibliografia anotada/categorizada/resumida) ordenados em 15 categorias temáticas divididas em 87 subcategorias. Os documentos englobam, numa diversidade de formatos em extensão, de graus de profundidade e originalidade da produção, desde artigos até notas e notícias, passando por relatórios, resenhas, resumos, depoimentos, editoriais, apresentações, séries documentais, dispositivos legais e atos normativos.

É importante ressaltar que o *Universitas/BR*, ao lado de sua riqueza de dados, possui limites; ele não coloca à disposição dos autores o texto completo, integral, mas o seu resumo. Assim, explica-se a tendência para um estudo quantitativo, descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre educação superior, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis, como datas de publicação, editores, temas, tipos de documento, periódicos, etc.

A data inicial deste estudo é a Reforma Universitária (RU) de 1968, que introduz uma concepção de instituição de educação superior fundamentada na indissociabilidade ensino-pesquisa e a conseqüente imprescindibilidade da produção científica. A data final respeita a uma questão técnica: o projeto que coletou dados para a elaboração deste “estado do conhecimento” teve início em 1996 e se propôs realizar análises até 1995, ano que precede a vigência da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os temas e/ou subtemas foram abordados por pesquisadores ou grupos de pesquisadores, segundo o domínio do campo de conhecimento que as temáticas abarcam. Isto não significa que todas as informações contidas no Banco de Dados *Universitas/BR* foram esgotadas e, também, não implica ser este um trabalho individualizado, mas, muito mais, resultado de discussões de equipes.

Marília Costa Morosini
Coordenadora e organizadora

Introdução

Marília Costa Morosini*

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM 28 ANOS DE PERIÓDICOS NACIONAIS: OS GRANDES NÚMEROS

O presente texto objetiva fornecer, num primeiro momento, uma visão panorâmica da produção científica¹ de educação superior em periódicos nacionais, desde a Reforma Universitária (RU) de 1968 até 1995, e conclui com informações sobre a composição deste livro a partir de capítulos que abordam os grandes temas da educação superior em periódicos brasileiros.

A Educação Superior por Ano de Publicação

Um dos primeiros resultados da análise da produção científica sobre educação superior em periódicos nacionais é o seu marcado crescimento no período considerado, que se reflete no número de documentos publicados (Tabela 1 e Gráfico 1): em 1968 foram publicados 74 documentos, equivalentes a 1,6% de toda a produção científica. Já em 1995 foram publicados 300 documentos, equivalentes a 6,5% de toda a produção. Comparando o primeiro com o último ano, nota-se que ocorreu uma triplicação da publicação de documentos. Analisando-a numa perspectiva longitudinal, pode-se afirmar que tal produção científica apresenta uma tendência acentuada de crescimento, com exceção do período 1989-1990. Entretanto, logo no ano seguinte foi retomado esse crescimento.

Tais dados são melhor compreendidos quando se reporta ao Quadro 2 (Capítulo 1, p. 37-38 deste trabalho), *Universitas/BR – Periódicos nacionais analisados, por ordem cronológica de lançamento*, onde se observa que, ao final da década de 60, haviam sido lançados quatro periódicos (dois deles em décadas anteriores), na década de 70, 11, na década de 80, nove e, de 1990 a 1995, mais dois periódicos. Esse crescimento numérico se reflete na produção de documentos, ou seja, há um marcado crescimento nos anos 70, uma continuidade de crescimento nos 80, um decréscimo no início dos 90 e uma retomada de crescimento até 1995.

Em uma análise mais global, buscando respostas dessa distribuição na trajetória de educação superior do País, poder-se-ia periodizar esses momentos:

* Marília Costa Morosini, doutora em Ciências Humanas e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é coordenadora do subprojeto Comped/ANPEd de Estado do Conhecimento sobre Educação Superior no Brasil, coordenadora do Projeto Integrado CNPq *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*, gerador do Banco de Dados *Universitas/BR*, coordenadora do GT Política de Educação Superior/ANPEd 1993-1996; professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

¹ A concepção de produção científica é bastante complexa e congrega relações interdisciplinares. Fávero (1998), em estudos sobre este tema na educação superior, afirma que a produção científica é percebida como um conjunto de questões pertinentes e merecedoras de reflexão mais atenta por parte daqueles que se propõem produzir saber, produzir conhecimento em qualquer área (p. 38). Stoloroff e Patrício (1995), buscando clarear essa complexidade, identificam como componentes do trabalho científico a leitura e reflexão, a elaboração e coordenação de projetos, a realização de investigação e a redação de artigos, relatórios, livros científicos. No projeto CNPq referido, a produção científica sobre educação superior engloba periódicos, dissertações, teses e livros.

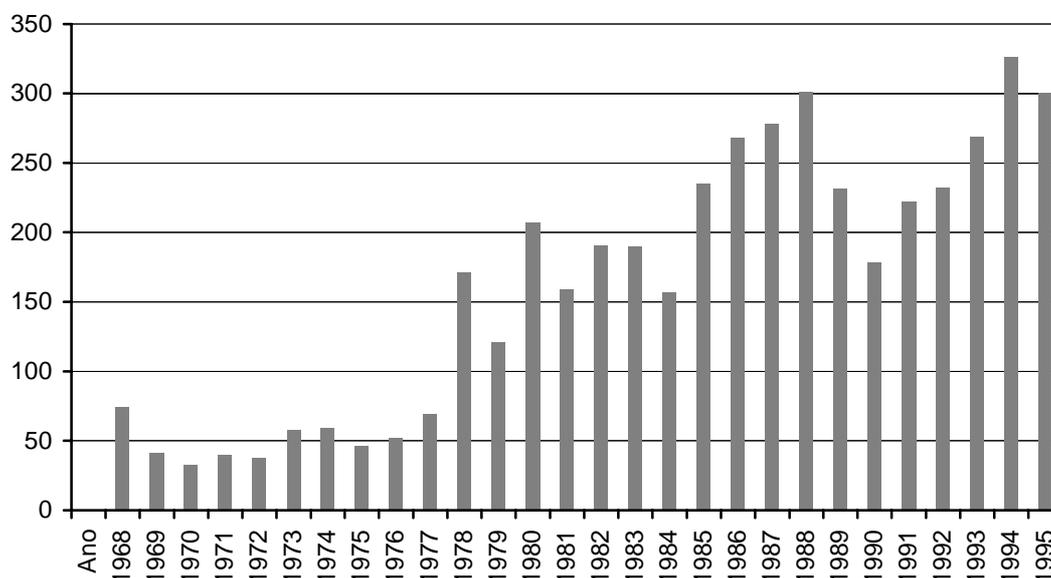
1º) *Implantação da produção científica sistemática* em periódicos nacionais: 1968-1977. É um período que congrega 11% do total da produção científica nos 28 anos considerados. É importante relembrar que, até a Reforma Universitária de 1968, dos 26 periódicos que compõem o *Universitas/BR*, só quatro já haviam sido criados: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944), *Ciência e Cultura* (1949), *Documenta* (1962) e *Revista de Administração Pública* (1967). Em termos de concepção de Instituição de Educação Superior, é um período no qual a tradicional idéia de universidade como ensino magistral, voltado às elites e à sua formação, desvinculada da pesquisa, ainda reina. Poucos são os locais onde o modelo universitário de produção científica sistemática, via investigação, domina. Com a Reforma de 1968 e outras medidas complementares, implementa-se uma política para a educação superior que dá destaque à universidade da investigação. A indissociabilidade ensino-pesquisa se faz obrigatória, e a conseqüente produção científica é fomentada. É um período de produção de muitos documentos e atos normativos, devido à implantação da RU editada no bojo de governo ditatorial, refletido em medidas como o AI-5 (1968) e o Decreto nº 477 (1969).

Tabela 1 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	%
1968	74	1,6
1969	41	0,9
1970	33	0,7
1971	40	0,8
1972	38	0,8
1973	58	1,2
1974	59	1,2
1975	46	1,0
1976	52	1,1
1977	69	1,5
1978	171	3,7
1979	121	2,6
1980	207	4,5
1981	159	3,4
1982	191	4,2
1983	190	4,1
1984	157	3,4
1985	235	5,1
1986	268	5,8
1987	278	6,1
1988	301	6,6
1989	231	5,0
1990	178	3,9
1991	222	4,8
1992	232	5,1
1993	269	5,9
1994	326	7,1
1995	300	6,5
Total	4.546	100,0

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 1 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

2º) *Crescimento e consolidação da produção científica em periódicos nacionais: 1978-1985*. É uma fase de acentuado crescimento da publicação de documentos (32% da produção total). Esse período reflete a política de ciência e tecnologia do País, com forte fomento à pós-graduação *stricto sensu*, iniciada na década anterior. Os PNDs (*Planos Nacionais de Desenvolvimento – 1972/74, 1975/79, 1980/85*), os PBDCTs (*Planos Brasileiros de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1972/74, 1975/79, 1980/85*) e os PNPGs (*Planos Nacionais de Pós-Graduação – 1975/79, 1982/85, 1986/89*), basicamente, fazem sentir seus reflexos na produção científica. A política de C&T investe pesado no desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, na divulgação dessa produção. As revistas científicas são apoiadas, e isso se reflete na sua consolidação. Essa fase reflete, concomitantemente, o crescimento da produção científica do movimento docente, advinda da reorganização da sociedade civil; constata-se a criação das associações de docentes (ADs), da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), bem como a ocorrência das primeiras greves nas universidades. É um período de intensa produção, pois marca a rediscussão da Reforma Universitária, com novos projetos de lei, a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru) e a criação da Comissão Nacional para a Reforma da Educação Superior, em 1985. É deste período a campanha para as Diretas Já (1984).

3º) *Desaceleração/retomada do crescimento da produção científica em periódicos nacionais: 1986-1995*. É a fase da incerteza da produção científica. Período que apresenta um decréscimo entre os anos de 1990 e 1994, refletindo também a política de C&T – marcada pela recessão e cortes acentuados de verbas, inclusive com a extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), logo depois recriada como fundação. Numericamente, são produzidos 57% dos documentos sobre educação superior. O início deste período é marcado ainda pelas discussões da Reforma Universitária, fomentado, com a criação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (Geres), em 1986.

A Educação Superior e os Periódicos que a Veiculam

Analisando a produção sobre educação superior por periódico nacional (Tabela 2), em termos quantitativos, verifica-se que a maior produção se encontra na revista *Ciência e Cultura*, com um total de 1.718 documentos (37,8%), seguida do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, 724 documentos (15,9%). Ambas as publicações são da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Também merece destaque a revista *Educação Brasileira*, com 499 documentos (11%). Segue-se a essa categoria, de *alta produção* sobre educação superior, um conjunto de oito revistas, com mais de cem documentos publicados, podendo ser caracterizado como categoria de *média produção*, a saber: *Estudos e Debates* (204), *Documenta* (171), *Boletim ANPEd* (162), *Em Aberto* (133), *Educação & Sociedade* (122), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (114) e *Fórum Educacional* (108).

Tabela 2 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico – 1968-1995

Periódicos	Nº	%
Educação Superior		
<i>Educação Brasileira</i>	499	10,98
<i>Estudos e Debates</i>	204	4,49
<i>Cadernos Andes</i>	122	2,69
<i>Cadernos Nupes</i>	69	1,52
<i>Universidade e Sociedade</i>	43	0,95
<i>InfoCapes</i>	20	0,43
Educação em Geral		
<i>Documenta</i>	171	3,76
<i>Boletim ANPEd</i>	162	3,56
<i>Em Aberto</i>	133	2,92
<i>Educação & Sociedade</i>	122	2,68
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	114	2,50
<i>Fórum Educacional</i>	108	2,38
<i>Educação e Realidade</i>	50	1,09
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>	40	0,88
<i>Cadernos Cedes</i>	32	0,70
<i>Revista Brasileira de Administração da Educação</i>	23	0,50
<i>Cadernos de Pesquisa</i>	21	0,46
<i>Educação e Seleção/Estudos em Avaliação Educacional</i>	19	0,42
Temática Geral		
<i>Ciência e Cultura</i>	1.718	37,79
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	724	15,93
<i>Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais</i>	76	1,68
<i>Revista de Administração Pública</i>	36	0,79
<i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	17	0,38
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	11	0,25
<i>Debate e Crítica</i>	8	0,18
<i>Ciências Sociais Hoje</i>	4	0,09
Total	4.546	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Os restantes 15 periódicos, classificados numa categoria de *baixa produção* sobre educação superior, apresentam variabilidade quanto ao número de documentos publicados. Essa estende-se desde aqueles que publicam quatro documentos (*Ciências Sociais Hoje*), oito documentos (*Debate e Crítica*), até 76 documentos (*Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*).

Cumpre, finalmente, ressaltar que a classificação acima apresentada, de alta, média e baixa produção, que toma por base a produção numérica dos documentos, não desconhece, entretanto, a importância do exame da qualidade dessa produção.

Examinando a produção sobre educação superior por periódicos agrupados por ênfase temática, pode-se identificar: a) periódicos específicos de educação superior, responsáveis pela publicação de 957 documentos (21,05%); b) periódicos de educação em geral, responsáveis pela publicação de 995 documentos (21,88%); c) periódicos científicos de temática geral, aqueles que concentram a maioria da produção, 2.594 documentos (57,06%).

Desses últimos, quase toda a produção (2.442) é editada pela SBPC, em seus periódicos *Informe/Jornal Ciência Hoje* e *Ciência e Cultura*. Os restantes periódicos científicos de temática geral não têm a educação superior como assunto prioritário. A concentração também existe na ênfase periódicos específicos de educação superior. Três deles (*Educação Brasileira*, *Estudos e Debates* e *Cadernos Andes*), entre os seis selecionados para compor o Banco de Dados, editam 825 documentos. E somente um deles, a revista *Educação Brasileira*, é responsável por mais de 50% dessa produção.

A Educação Superior e os Tipos de Produção

A veiculação do pensamento científico sobre educação superior no Brasil, nos 28 anos que se seguem à RU de 1968, é realizada através de diferentes tipos de produção: apresentação, artigo, depoimento, dispositivos legais/atos normativos, editorial, nota, notícia, relatório, resenha, resumo, série documental (Tabela 3 e Gráfico 2). Entretanto, alguns tipos de documentos concentram a produção sobre educação superior (Tabela 4). Entre esses destacam-se os artigos, os resumos e as notícias. O *artigo*, texto que aborda determinado tema considerando seus aspectos conceituais, com desenvolvimento lógico, de extensão não muito longa, contendo em geral fontes bibliográficas, concentra 1.856 documentos, o que equivale a 40,81% da produção total. Isolando o tipo de documento artigo e cruzando-o com o ano de sua publicação, constata-se que sua presença é constante em todos os anos, podendo-se inferir que a forma de expressão de pensamento sobre educação superior é realizada basicamente através de artigos, não sofrendo interferências do tempo. A predominância de artigos como forma de produção pode estar sendo influenciada pelos critérios utilizados no processo avaliativo das agências de fomento e da própria avaliação da carreira docente no interior das instituições universitárias – o peso conferido a artigos é superior ao peso de outras formas de produção.

Seguem-se a esse tipo de produção a de *resumos*, 1.212, representando 26,66%, e a de *notícias*, 17,67%. O número bastante alto da incidência de *notícias* está relacionado ao veículo de publicação – *Informe/Jornal Ciência Hoje*, publicado pela SBPC. A comunidade acadêmica ali expressa seu pensamento. É um veículo altamente conceituado no qual os acadêmicos de uma determinada corrente de pensamento julgam importante publicar sua postura.

Em quarto e quinto lugares estão colocados os *dispositivos legais/atos normativos*, com 3,29% da produção, e as *notas*, com 3,26%. Os primeiros indicam a tendência à formalização da sociedade brasileira e refletem os documentos publicados na *Documenta*, revista do Conselho Federal de Educação (CFE) – atualmente, Conselho Nacional de Educação (CNE). Não se pode esquecer que, no Brasil, a educação superior é, desde o seu princípio, dependente do governo central, e isso acarreta a necessidade de atos normativos freqüentes. Há outras categorias com percentuais bem

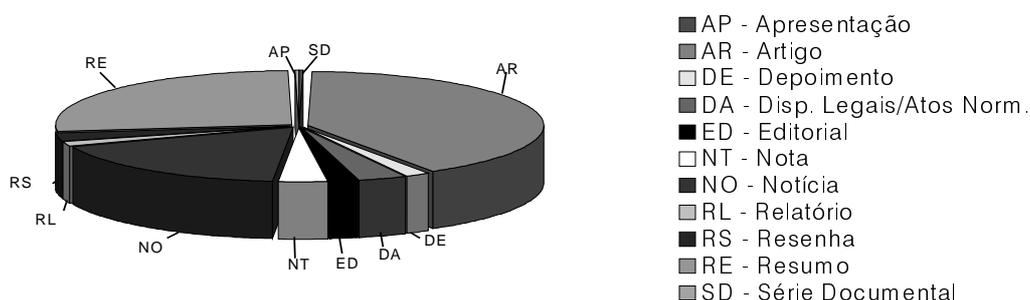
menores: *resenha* – 2,50%; *editorial* – 2,01%; *depoimento* – 1,85%. Em contrapartida, praticamente inexistem discussões sobre educação superior em forma de *relatório* (1,46%), *apresentação* (0,16%) e *série documental* (0,32%).

Tabela 3 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Nº	%
Artigo	1.856	40,81
Resumo	1.212	26,66
Notícia	803	17,67
Dispositivos legais / Atos normativos	150	3,29
Nota	148	3,26
Resenha	114	2,50
Editorial	91	2,01
Depoimento	84	1,85
Relatório	66	1,46
Série documental	15	0,32
Apresentação	7	0,16
Total	4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 2 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Seguem-se a esse tipo de produção a de *resumos*, 1.212, representando 26,66%, e a de *notícias*, 17,67%. O número bastante alto da incidência de *notícias* está relacionado ao veículo de publicação – *Informe/Jornal Ciência Hoje*, publicado pela SBPC. A comunidade acadêmica ali expressa seu pensamento. É um veículo altamente conceituado no qual os acadêmicos de uma determinada corrente de pensamento julgam importante publicar sua postura.

Em quarto e quinto lugares estão colocados os *dispositivos legais/atos normativos*, com 3,29% da produção, e as *notas*, com 3,26%. Os primeiros indicam a tendência à formalização da sociedade brasileira e refletem os documentos publicados na *Documenta*, revista do Conselho Federal de Educação (CFE) – atualmente, Conselho Nacional de Educação (CNE). Não se pode esquecer que, no Brasil, a educação superior é, desde o seu princípio, dependente do governo central, e isso acarreta a necessidade de atos normativos freqüentes. Há outras categorias com percentuais bem menores: *resenha* – 2,50%; *editorial* – 2,01%; *depoimento* – 1,85%. Em contrapartida, praticamente inexistem discussões sobre educação superior em forma de *relatório* (1,46%), *apresentação* (0,16%) e *série documental* (0,32%).

A Educação Superior e seus Temas

Numa primeira análise dos 15 temas que classificam a produção científica sobre educação superior – contida no Banco de Dados *Universitas/BR*² e explicitada no Capítulo 1 –, pode-se afirmar que o pensamento disseminado no Brasil, em periódicos, durante 28 anos após a Reforma Universitária de 1968, não apresenta uma distribuição similar entre os temas tratados (Tabela 5 e Gráfico 3).

Essa distribuição não-similar encontrada entre os periódicos também é encontrada no interior de cada tema, entre as subcategorias temáticas. Nos 26 periódicos, três categorias temáticas, quando analisadas isoladamente, concentram a produção. São elas: Políticas Públicas de Educação Superior (POL), Ensino (ENS) e Universidade e Sociedade (USO). A primeira com 18,2% de freqüência, a segunda com 17,2% e a terceira com 11,1%.

Há categorias temáticas que, isoladamente, também se destacam: Avaliação do Ensino Superior (AVA), com 8,9%, História das Instituições de Educação Superior (HES), com 8%, e Pesquisa (PES), com 6,7%. Há outras com freqüência muito baixa: é o caso de Corpo Técnico-Administrativo (TEA), com 0,2%, Natureza Jurídica das IES (NAT), com 1,2%, e Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF), com 4%. No caso da MF, sua baixa incidência pode ter como uma das possíveis explicações a existência paralela de uma subcategoria similar (Financiamento e Agências Financiadoras) na categoria Políticas Públicas de Educação Superior, que abarcou a temática. Por outro lado, contribui para esta fraca incidência a dificuldade, entre os acadêmicos, do manuseio, domínio da área e conseqüente publicação.

Num agrupamento de temas, poder-se-ia afirmar que o pensamento publicado em periódicos no Brasil se concentra em temáticas ligadas a questões político-sociais *per se*, como as categorias USO, HES, POL e AUT, num total de 39,6% de incidência de documentos, seguidas das temáticas que analisam as funções universitárias-fim – Ensino (ENS), Pesquisa (PES) e Extensão Universitária (EXT), que totalizam 29,4%. Também são identificáveis dois conjuntos de temáticas com percentuais bem menores: categorias que analisam os recursos humanos das instituições de educação superior – Corpo Docente (DOC), Corpo Discente (DIS) e Corpo Técnico-Administrativo (TEA), num total de 11,3% – e categorias que analisam as funções-meio – Organização Acadêmica e Gestão (OAG), Natureza Jurídica das IES (NAT) e Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF), num total de 9,4%.

² O Banco de Dados possibilita a análise da produção científica por categoria temática em três graus. O primeiro grau, utilizado nesta Apresentação, define a melhor forma de classificar o documento segundo o seu tema. O segundo e terceiro graus identificam outras categorias onde o documento em análise também poderia estar classificado. Nos capítulos seguintes deste livro, os autores puderam optar por trabalhar com a primeira classificação temática, isoladamente, ou com as três juntas. Por isso, algumas vezes as quantidades apresentadas nos capítulos não são coincidentes.

Tabela 4 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico e tipo de produção – 1968-1995

Periódicos	Artigo	Resumo	Resenha	Depoimento	Nota	Notícia	Editorial	Dispositivos legais	Relatório	Série documental	Apresentação	Total
<i>Educação Brasileira</i>	383		28	3	4	1	36	20	12	12		499
<i>Estudos e Debates</i>	202								2			204
<i>Cadernos Andes</i>	110	1							7	1	3	122
<i>Universidade e Sociedade</i>	43											43
<i>Cadernos Nupes</i>	69											69
<i>InfoCapes</i>	12			7						1		20
<i>Documenta</i>	27			16	2			123	3			171
<i>Em Aberto</i>	59	1	29		39	1	1	1		1	1	133
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)</i>	106					8						114
<i>Boletim ANPEd</i>	59	75		4	3	21						162
<i>Revista Brasileira de Administração da Educação</i>	23											23
<i>Cadernos Cedes</i>	32											32
<i>Educação & Sociedade</i>	88	1	8		10		1		12		2	122
<i>Educação e Seleção/Avaliação Educacional</i>	19											19
<i>Cadernos de Pesquisa</i>	21											21
<i>Fórum Educacional</i>	61		43			2	2					108
<i>Educação e Realidade</i>	45	1		1	1	1					1	50
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>	36		1	1					2			40
<i>Ciência e Cultura</i>	272	1.129		51		181	51	6	28			1.718
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	67	3			89	565						724
<i>Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais</i>	51	1	1			23						76
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	9		2									11
<i>Ciências Sociais, Hoje</i>	4											4
<i>Revista de Administração Pública (RAP)</i>	36											36
<i>Debate e Crítica</i>	8											8
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>	14		2	1								17
Total	1.856	1.212	114	84	148	803	91	150	66	15	7	4.546

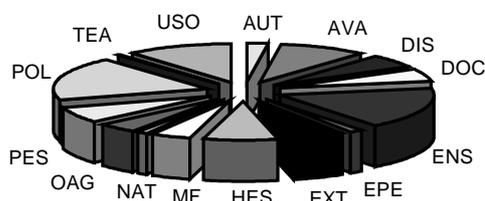
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 5 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995

Categorias Temáticas	Nº	%
Políticas Públicas da Educação Superior (POL)	828	18,2
Ensino (ENS)	783	17,2
Universidade e Sociedade (USO)	506	11,1
Avaliação do Ensino Superior (AVA)	406	8,9
História das Instituições de Educação Superior (HES)	365	8,0
Pesquisa (PES)	307	6,7
Corpo Discente (DIS)	262	5,8
Extensão Universitária (EXT)	250	5,5
Corpo Docente (DOC)	239	5,3
Organização Acadêmica e Gestão (OAG)	193	4,2
Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF)	180	4,0
Autonomia Universitária (AUT)	106	2,3
Relação Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE)	57	1,2
Natureza Jurídica das Instituições de Ensino Superior (NAT)	53	1,1
Corpo Técnico-Administrativo (TEA)	11	0,2
Total	4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 3 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por tema – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB

Retornando à análise isolada dos temas e fazendo uma análise por ano de publicação dos documentos (Tabela 6), pode-se identificar os seguintes agrupamentos:

- *temas clássicos*, aqueles consagrados no pensamento sobre educação superior, temas presentes durante todo o período considerado: é o caso de Políticas Públicas da Educação Superior (POL), História das Instituições de Educação Superior (HES), Universidade e Sociedade (USO), ao lado de Ensino (ENS) e Corpo Discente (DIS);
- *temas modernos*, aqueles emergidos no transcorrer do período analisado e que hoje são consagrados no pensamento sobre educação superior. São eles: AUT, DOC, EXT e NAT; MF, OAG e AVA. O primeiro bloco reflete a abertura política que o País iniciava. É nesse período que são fundadas as associações docentes, e a questão da universidade e de sua autonomia vem à tona; é também nele que surge a discussão sobre a concepção de universidade e suas funções – outras que não a tradicional função do

Tabela 6 – Distribuição dos documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação e categoria temática – 1968-1995

Anos	AUT	HES	POL	USO	MF	NAT	OAG	DOC	DIS	TEA	AVA	ENS	PES	EXT	EPE	TOTAL
1968		7	45	5			1	2	4			8	2			74
1969		6	23	1					1		1	8		1		41
1970	1	2	18	3					8				1			33
1971		1	8	2				3	3		1	13	9			40
1972	1	1	10	7				4	3			7	3	1	1	38
1973		4	20	12			1	5			3	12	1			58
1974		3	7	9			1	1	3		6	25	1	1	2	59
1975		8	15	8	1			1	3		2	6			2	46
1976		2	4	8		3			2		4	28		1		52
1977	3	5	9	8	3	1		4	6		2	19	6	2	1	69
1978	7	13	26	25	4	1	13	6	7		11	38	5	6	9	171
1979	6	7	19	12	5	2	8	6	10		5	30	9	1	1	121
1980	18	12	23	15	7	11	9	8	18	1	2	44	14	25		207
1981	4	8	20	13	11	10	5	11	11	1	20	30	9	6		159
1982	2	18	12	10		1	16	9	16		27	50	19	11		191
1983		15	16	28	3	1	4	4	20	1	10	56	14	16	2	190
1984	2	19	12	19			6	4	15		12	29	22	17		157
1985	4	30	61	20	7	3	22	9	10		14	40	11	3	1	235
1986	1	22	29	29	11	1	19	6	17	1	34	52	18	21	7	268
1987	2	28	48	40	15	3	6	14	13	1	29	37	25	15	2	278
1988	3	33	41	27	11	1	6	14	19		51	56	21	14	4	301
1989	13	19	42	17	19	1	13	5	16		20	33	16	15	2	231
1990	2	10	42	28	11	2	9	5	4		22	26	10	6	1	178
1991	10	18	51	22	11	3	10	20	6		24	18	13	14	2	222
1992	15	17	57	12	16	2	13	20	10		23	18	7	19	3	232
1993	3	18	42	50	13	1	12	27	12	1	19	34	18	15	4	269
1994	4	22	73	31	14	3	13	29	10	2	26	38	31	23	7	326
1995	5	17	55	45	18	3	6	22	15	3	38	28	22	17	6	300
Total	106	365	828	506	180	53	193	239	262	11	406	783	307	250	57	4.546
%	2,3	8,0	18,2	11,1	4,0	1,2	4,2	5,3	5,8	0,2	8,9	17,2	6,7	5,5	1,2	100,0

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPED. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

ensino. A temática pesquisa, com publicações presentes desde o início do *Universitas/BR*, fortifica sua presença a partir de 1977. O tema que trata da função de extensão passa a aparecer com presença marcante a partir de 1980. Também são discutidas questões de financiamento e de organização acadêmico-administrativa, refletindo princípios de racionalização institucional;

- *temas eventuais*, aqueles que esporadicamente são publicados na educação superior. É o caso de Corpo Técnico-Administrativo. A fraca incidência dessa temática pode ter como possíveis razões: a) o Banco de Dados *Universitas/BR* não engloba produções que trabalham a temática; e/ou b) o isolamento desse tema quanto à produção científica sobre a educação superior de uma forma geral. Não se pode esquecer que a história da universidade brasileira relata a criação desta instituição pelo Estado e pela elite, não privilegiando, desta forma, o corpo técnico-administrativo.

A Educação Superior e seus Editores

O pensamento sobre educação superior em periódicos nacionais, segundo a revista que o publica, reflete os responsáveis pela editoração dos periódicos. Partindo desse critério, pode-se identificar as seguintes vinculações dos periódicos: órgão estatal, instituições de educação superior/faculdades/programas de pós-graduação, sociedade científica, sociedade civil e editores independentes (Quadro 1).

Segundo esta classificação, a maior produção sobre educação superior no Brasil (Tabela 7 e Gráfico 4) é de responsabilidade da *sociedade científica*, altamente influenciada pelas publicações da SBPC, num total de 59,8% dos documentos, seguida de 26,5% da *sociedade civil*. A produção oriunda de *órgãos estatais* é de 9,6% do total, das *IES*, de 3,5% e de *editores independentes*, 0,6%.

A produção científica sobre educação superior (Tabela 8) na categoria *sociedade científica*, em 28 anos de periódicos nacionais, deve considerar que a educação superior não tem, como em países do Primeiro Mundo, uma associação exclusiva desse ramo do conhecimento. Via de regra, as discussões ocorrem na ANPEd, em alguns GTs de temáticas mais amplas, especificamente no GT Política de Educação Superior. Entre as principais publicações da ANPEd está o *Boletim ANPEd*, que concentrou suas publicações em Pesquisa (23,5%), Ensino (19,7%) e Avaliação do Ensino Superior (16,7%).

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) edita o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, *Ciências Sociais Hoje* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, apresentando produção sobre educação superior nas temáticas HES e ENS. O *BIB* também edita sobre ENS, PES e USO.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é responsável pela edição do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, que publica trabalhos sobre POL (29,1%), MF (12,1%) e DOC (9,9%). A SBPC também é responsável pela edição da revista *Ciência e Cultura*, que publica documentos praticamente sobre todos os temas de educação superior, com destaque para a categoria ENS (27,5%).

Tabela 7 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por editor – 1968-1995

Editores	Nº	%
Sociedade científica	2.718	59,8
Sociedade civil	1.206	26,5
Órgão estatal	438	9,6
IES	159	3,5
Editores independentes	25	0,6
Total	4.546	100

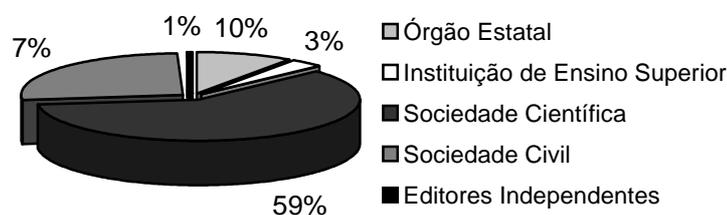
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Quadro 1 – Universitas/BR – A produção científica sobre Educação Superior no Brasil, em periódicos nacionais – 1968-1995

Periódicos	Vinculação	Temática
<i>Educação Brasileira</i>	Sociedade Civil	Educação superior
<i>Estudos e Debates</i>		
<i>Cadernos Andes</i>		
<i>Universidade e Sociedade</i>		
<i>Cadernos Nupes</i>		
<i>InfoCapes</i>	Instituições de Ensino Superior	
<i>Documenta</i>	Órgão Estatal	Educação em geral
<i>Em Aberto</i>		
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>		
<i>Boletim ANPEd</i>	Sociedade Científica	
<i>Revista Brasileira de Administração da Educação</i>		
<i>Cadernos Cedes</i>	Sociedade Civil	
<i>Educação & Sociedade</i>		
<i>Educação e Seleção/Estudos em Avaliação Educacional</i>		
<i>Cadernos de Pesquisa</i>		
<i>Fórum Educacional</i>		
<i>Educação e Realidade</i>	FAE e Pós-Graduação em Educação	
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>		
<i>Ciência e Cultura</i>	Sociedade Científica	Temática geral
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>		
<i>Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais</i>		
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>		
<i>Ciências Sociais Hoje</i>		
<i>Revista de Administração Pública</i>	Sociedade Civil	
<i>Debate e Crítica</i>	Editoras	
<i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>		

Fonte: MOROSINI, M.C., SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória: FCAA/Ufes, 1998.

Gráfico 4 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por editor – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Associação Nacional de Política de Administração da Educação (Anpae) é responsável pela editoração da *Revista Brasileira de Administração da Educação*, que publica, com destaque, temas referentes a OAG (43,5%).

A produção científica sobre educação superior oriunda da *sociedade civil*, em 28 anos de periódicos nacionais, está representada por um conjunto amplo e diferenciado de personagens, congregados em grupos. Mesmo dentro de um único grupo, a variabilidade pode se fazer sentir. Os editores e os respectivos periódicos selecionados que representam a sociedade civil estão relacionados a seguir.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), como diz o nome, reúne dirigentes das instituições brasileiras de educação superior que, por sua vez, abarcam uma gama diferenciada de instituições. Estão aí congregados dirigentes de entidades privadas, públicas (federais, estaduais e municipais), comunitárias, universidades, centros universitários, federações, entidades isoladas, etc.). Ele é responsável por dois periódicos que integram o Banco de Dados. O primeiro deles, a revista *Educação Brasileira*, objetiva discutir as funções da universidade no contexto da sociedade; nela são publicados praticamente todos os temas de educação superior, com destaque para Universidade e Sociedade (20,6%) e Políticas Públicas da Educação Superior. O segundo, *Estudos e Debates*, mantém a mesma linha de interesse, ou seja, o estudo das formas de relacionamento entre as IES e o Estado e sociedade; apresenta como diferenciador o fato de ser uma revista com números temáticos, relatando, via de regra, simpósios promovidos pela entidade e baseando-se em trabalhos encomendados. As principais temáticas analisadas nesse periódico se referem a Políticas Públicas de Educação Superior (21,1%), Avaliação Institucional (17,2%) Universidade e Sociedade (14,2%) e Organização Acadêmica e Gestão (14,7%).

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) representa os docentes, assim como o Crub representa os dirigentes das IES. Ela publica dois periódicos: *Cadernos Andes* e *Universidade e Sociedade*. O primeiro apresenta como principais temáticas abordadas as categorias DOC (24%), POL (24%), HES (14,8%) e o segundo, as categorias POL (32,6%) e AVA (13,9%).

A Fundação Carlos Chagas (FCC), instituto de pesquisa responsável por trabalhos de investigação na área da educação em geral, também contribui com dois periódicos: *Cadernos de Pesquisa e Educação* e *Seleção/Estudos em Avaliação Educacional*. Ambos apresentam poucos documentos específicos à educação superior; o primeiro com 21 artigos em quase 100 números e o segundo com 19. *Cadernos de Pesquisa*, concentrava suas publicações na categoria USO; *Educação e Seleção/Estudos em Avaliação Educacional* voltou-se ao trato de questões instrucionais, especificamente à avaliação – isto pode ser inclusive identificado na incidência de seus documentos na temática Avaliação do Ensino Superior (12 artigos).

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) é responsável pela publicação dos periódicos *Cadernos Cedes* e *Educação & Sociedade*, concentrando seu conteúdo na temática Ensino (56%). O segundo periódico, além dessa temática, também apresenta incidência significativa nas categorias História das Instituições de Educação Superior e Políticas Públicas da Educação Superior (23,8%).

Tabela 8 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico e categoria temática – 1968-1995

Periódicos	AUT	AVA	DIS	DOC	ENS	EPE	EXT	HES	MF	NAT	OAG	PES	POL	TEA	USO	TOTAL
<i>Boletim ANPEd</i>	1	27	4	4	32	4	2	17	1	2	7	38	8		15	162
<i>BIB</i>		3	4		11	3	5	14	3	1	3	17	2		10	76
<i>R. Bras. de Ciên. Sociais</i>		4	1					3	1				1		1	11
<i>Ciências Sociais Hoje</i>								2				1	1			4
<i>Informe/Jornal Ciên. Hoje</i>	27	50	15	82	12		46	27	100		36	40	240	1	48	724
<i>Ciência e Cultura</i>	23	178	186	87	473	24	117	153	27	5	32	118	171	5	119	1718
<i>R. Bras. Adm. da Educação</i>		2			3					1	10		4		3	23
<i>Educação Brasileira</i>	19	44	9	8	63	14	34	27	21	14	28	25	88	2	103	499
<i>Estudos e Debates</i>	14	35	3	2	1	2	18	12	4	10	30	1	43		29	204
<i>Universidade e Sociedade</i>	6	2	1	4	3					3	1	1	14		8	43
<i>Cadernos Andes</i>	1	2		29				18	5	5	2		29		31	122
<i>Cadernos de Pesquisa</i>					4		1	1			2	1	4		8	21
<i>Ed. Sel./Est. Aval. Educ.</i>		12	3		1							1			2	19
<i>Educação & Sociedade</i>	4	2	1	2	26	4	4	29	1		4	3	29	2	11	122
<i>Cadernos Cedes</i>	2	1			18	2	1	1	1			2	3		1	32
<i>Fórum Educacional</i>	4	8	8	6	21	2	2	11	1	5	8	12	6		14	108
<i>R. de Adm. Pública</i>		4	1		14			1	1		4	3	2		6	36
<i>Documenta</i>	1	2	6	3	16		1	2			2		131		7	171
<i>Em Aberto</i>	1	5	6	2	30	1	11	10	4	1	7	26	6	1	22	133
<i>R. Bras. de Est. Pedag.</i>		2		2	11		1	17	1	1		6	26		47	114
<i>InfoCapes</i>		4		1	3				5		1	3	2		1	20
<i>R. da Fac. de Educação</i>		1	1	1	17		1	4		1	4	1	2		7	40
<i>Educação e Realidade</i>		7	4	1	14	1	2	1			9	4	1		6	50
<i>Cadernos Nupes</i>	3	11	9	5	5		3	6	3	3	1	1	12		7	69
<i>Debate e Crítica</i>					3			5								8
<i>Enc. c/a Civil. Brasileira</i>					2		1	4	1	1	2	3	3			17
Total	106	406	262	239	783	57	250	365	180	53	193	307	828	11	506	4.546

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou por muitos anos o periódico *Fórum Educacional*, ligado ao curso de mestrado do lesae/RJ. Esse periódico apresenta documentos em quase todas as categorias, com destaque para Ensino (19,4%) e Universidade e Sociedade (13%). Também é vinculada à FGV a publicação do periódico *Revista de Administração Pública (RAP)* que, embora apresente 38,9% da sua produção voltados para a temática Ensino, tem, no geral, pouca produção na área da educação superior (apenas 36 documentos).

A produção científica classificada como de *órgão estatal* sobre educação superior, em 28 anos de periódicos nacionais, está representada pelas publicações editadas pelo CFE, pelo Inep/MEC e pela Capes.

O Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação, responsável pela elaboração das normas educacionais legalmente atribuídas à União, edita a revista *Documenta*, que divulga leis, decretos, portarias, pareceres, interpretações, autorizações, reconhecimentos, aprovação de estatutos, etc. Assim, a grande incidência de seus documentos está na temática POL (76,6%).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério de Educação (MEC), é responsável pela publicação de dois periódicos: a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* e o encarte *Em Aberto*. A *RBEP* é um dos mais tradicionais periódicos na área da educação, com edições desde 1944. Nesse contexto, a incidência maior de documentos ocorre nas temáticas POL (22,8%) e USO (41,2%). O periódico *Em Aberto* se caracteriza por números temáticos trimestrais, de responsabilidade de um editor. São temas que objetivam a discussão de questões conjunturais e apresentam maior incidência em Ensino (22,6%), Pesquisa (19,5%) e Universidade e Sociedade (16,5%).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação Capes), integrante do MEC, é responsável pelo periódico *InfoCapes*; nele são relatadas as principais informações sobre a política de pós-graduação. A maior incidência da sua produção está nas categorias MF (25%) e AVA (20%).

A produção científica sobre educação superior vinculada às *IES*, aqui apresentada, não representa uma amostra de significância estatística, porque, além de constituir-se de apenas três casos, esses são de órgãos diferenciados. São analisados o pensamento produzido por um núcleo da USP, mais precisamente o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior (Nupes), expresso nos *Cadernos Nupes*, e o pensamento proveniente da Faculdade de Educação da USP e da UFRGS. O periódico *Cadernos Nupes* foi criado com o objetivo de refletir sobre temáticas de educação superior consideradas importantes para subsidiar políticas públicas; praticamente, encontram-se nele documentos referentes a todas as temáticas da educação superior, num total de 69 documentos sobre POL (17,4%), AVA (15,9%) e DIS (13%). As revistas editadas pela Faculdade de Educação da USP, *Revista da Faculdade de Educação*, e pela UFRGS, *Educação e Realidade*, não têm como objetivo maior a educação superior; nessa área, suas temáticas básicas são o Ensino e, em segundo lugar, Universidade e Sociedade.

Finalmente, a produção científica sobre educação superior proveniente de *editores independentes* está representada, neste Estado da Arte, pelos periódicos *Encontros com a Civilização Brasileira*, editado pela Civilização Brasileira, e *Debate e Crítica*, editado pela Hucitec (ambos extintos), que tinham como principal tema História das Instituições de Educação Superior. *Encontros com a Civilização Brasileira* também abordava os temas Políticas Públicas da Educação Superior e Manutenção e Financiamento da Educação Superior.

A Educação Superior em Periódicos Nacionais: algumas características

A produção científica sobre educação superior é marcada por uma riqueza de publicações, apresentando abordagens oriundas de variadas fontes de expressão, que, por sua vez, são refletoras de diferentes correntes da educação.

Essa produção científica apresenta um crescimento acentuado em mais de duas décadas e meia de análise. É datada – isto quer dizer que ela é escrita levando em consideração as influências histórico-sociais e conjunturais, apresentando uma profunda relação com a instituição que a abriga, ou seja, o órgão responsável pela editoração, que se reflete em seu conteúdo temático, na sua forma de apresentação, nos tipos de produção, etc. Em outras palavras, o editor responsável interfere na produção científica. Por exemplo: se for uma associação sindicalizada ou científica de docentes ou dirigentes institucionais, ou de divulgação de atos normativos e dispositivos legais de intelectuais fomentadores de políticas governamentais ou, ainda, de autores independentes, a produção terá essas características e tenderá a defender o ponto de vista de seus responsáveis. Pode-se citar: nas associações científicas, como a ANPEd e a Anpocs, predominam temas de pesquisa e de pós-graduação; nas associações de dirigentes de IES predominam temas de políticas públicas, de gestão e de organização das instituições; nas associações sindicalizadas de docentes, como a Andes, predominam temas políticos ligadas à concepção de universidade e à carreira docente; nas associações científicas de caráter mais amplo, como a SBPC, predominam temas da realidade atual, da Ciência e Tecnologia, tanto em artigos de fundo como, também, em periódicos que objetivam informar de forma mais ágil a comunidade acadêmica.

Por outro lado, também caracteriza a produção sobre educação superior em periódicos nacionais sua não-circunscrição a pensadores somente da área de educação superior. Escrevem sobre ela acadêmicos de uma forma geral, melhor dizendo, não só professores universitários em exercício de função docente, mas, também, no desempenho de funções legislativas ou executivas; a produção sobre educação superior é uma área que expressa seu pensamento, basicamente, em periódicos de educação superior. Esse pensamento aparece em poucos periódicos específicos desse nível de educação em periódicos que tratam da educação em geral e em periódicos científicos de uma forma geral, com exceção dos editados pela SBPC.

Enfim, a produção sobre educação superior em periódicos nacionais oferece uma abrangência consolidada, possibilitadora de fomento a novas produções de conhecimento, seja em programas de pós-graduação, seja como subsídios à elaboração de políticas públicas.

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM 28 ANOS DE PERIÓDICOS NACIONAIS: OS GRANDES TEMAS

Escrever um texto que tem como título *Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)* é bastante ambicioso, tanto pela complexidade que tal temática carrega consigo como, também, pela massa de informações armazenadas pelos pesquisadores das cinco regiões do País e disponibilizadas pelas novas tecnologias de informação no Banco de Dados *Universitas/BR*. São 4.546 resumos, classificados segundo temáticas e subtemáticas, palavras-chave, entidade responsável, autores, tamanho do texto, tamanho do periódico, tipo de produção, que se encontram armazenados e disponíveis para o autor formar o seu texto. Outros levantamentos sobre educação superior existem, embora poucos, mas não existe um que contenha tal volume de informações, com tais possibilidades de acesso; assim, o texto que ora se apresenta é o resultado de uma das formas de utilização dessas informações. Com isso se quer dizer: existem outras *n* maneiras de abordar a Educação Superior, seja aprofundando uma temática, inter-relacionando-a com outras, buscando explicações em áreas diferenciadas do conhecimento, estabelecendo periodizações, seja, enfim, obedecendo às orientações de quem escreve o texto e para quem o texto é posto à disposição. Na revisão final desta obra, optou-se por respeitar a liberdade do(s) autor(es) e a fidelidade aos seus textos. Assim, muitas vezes, o texto traz informações e análises que, num primeiro momento, podem parecer repetitivas quando se considera a obra como um todo. Entretanto, tais repetições são importantes para o leitor quando da consulta isolada a cada um dos capítulos. É nesse contexto que o presente texto, escrito por professores-pesquisadores integrantes do GT de Política de Educação Superior, se inscreve.

A abordagem do Estado do Conhecimento sobre Educação Superior no Brasil foi discutida por esse grupo de pesquisadores, em Seminários do GT realizados na Faculdade de Educação da UFMG e, mais recentemente, na UFRJ, e obedece as seguintes decisões: a) quanto a princípios gerais de redação do texto, manteve-se, por um lado, a obediência ao trabalho cooperativado, seguindo uma estrutura comum, e, por outro lado, foi guardada a liberdade às especificidades dos autores responsáveis pelos capítulos e das temáticas que esses autores analisam; b) quanto a princípios de organização sintática, as orientações a serem seguidas apontavam para o predomínio do caráter informativo, com descrição analítica da temática, desvelando perspectivas e ilustrando o texto com tabelas e gráficos. De maneira geral, não se objetivava conferir ao texto um alto aprofundamento teórico, mas, em alguns casos dependentes da vontade dos autores, procurou-se abordar as condições de produção das fontes, a gênese e o desenvolvimento das temáticas em análise e a identificação dos marcos teóricos e conceituais das temáticas e dos sentidos das mesmas.

Para obedecer às orientações acima e construir um texto cooperativo, integrado, e não uma soma de análises individuais, fez-se necessário que os pesquisadores do grupo se mantivessem em permanente contato, principalmente entre os responsáveis pelos capítulos.

Quanto ao conteúdo, a opção de abordagem foi a análise da temática geral em supertemas. Tal opção foi construída em grupo, a partir não só da oferta do Banco de Dados (77 subtemas), mas dos conhecimentos do grupo. É bom ressaltar que existem, com os mesmos dados disponíveis, infindáveis combinações, que obedeceram aos objetivos de cada construtor de texto, segundo sua visão teórico-prática. A seleção das supertemáticas foi realizada a partir do Banco de Dados *Universitas/BR*, segundo temas identificados como prioritários na análise de um Estado do Conhecimento sobre Educação Superior, e distribuídos entre grupos de pesquisadores segundo a especialização temática de cada grupo. Assim, a estruturação do livro por temas é composta por cinco capítulos, que abordam: Educação Superior no Banco de Dados *Universitas/BR*; Instituições Universitárias e a Questão da Autonomia; Políticas Públicas da Educação Superior; As Funções Universitárias de Ensino, Pesquisa e Extensão; e A Comunidade Universitária.

Como se vê, fez-se necessário descrever o Banco de Dados *Universitas/BR*, fonte sobre a qual o Estado do Conhecimento foi construído. Isso é realizado no Capítulo 1, escrito por Marília Costa Morosini, coordenadora-geral do projeto CNPq/*Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Nesse capítulo são abordadas as fontes de dados, seus critérios de seleção e suas características. Também é referido o processo de construção do Banco, com a delimitação do *corpus* de análise, o tratamento dos dados, a construção das categorias temáticas e a realização dos resumos dos documentos. Por fim é apresentada a equipe de pesquisadores e bolsistas que elaboraram o *Universitas/BR*.

O Capítulo 2 – *Instituições Universitárias e a Questão da Autonomia* –, escrito por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, da UFRJ, coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), e por Stella Cecília Duarte Segenreich, do Proedes e da Universidade Santa Úrsula, aborda a história da educação (no que se refere, especialmente, às instituições universitárias) e à questão da autonomia, situando-as no contexto de 1968-1995. O texto procura fazer uma apresentação dos principais aspectos de cada uma dessas duas categorias, mostrando como elas se apresentam durante o período em análise e examinando como aparecem nos diferentes periódicos, o tipo de produção e o ano de publicação dos documentos, por subcategorias. O capítulo conclui observando que houve um imenso esforço, por parte da equipe de pesquisadores, em termos de levantamento de dados sobre a produção científica em educação superior no Brasil (1968-1995), o que permitiu revelar a existência de significativa produção sobre várias temáticas e questões, que continuam sendo debatidas até os dias atuais. Chama a atenção, também, para a necessidade de se continuar aprofundando tais dados, a fim de se atingir mais plenamente o objetivo principal da pesquisa: oferecer elementos para uma compreensão mais completa do estágio do conhecimento a respeito de determinadas temáticas, no que se refere a sua amplitude, às tendências teóricas e às abordagens metodológicas.

O Capítulo 3 – *Políticas Públicas da Educação Superior* –, escrito por Valdemar Sguissardi, da Unimep, João dos Reis Silva Júnior, da PUC-SP, Afrânio Mendes Catani, da USP, e Deise Mancebo, da Uerj, aborda o pensamento sobre as políticas públicas de educação superior nos 28 anos estudados, em três partes principais: 1) Trajetória da temática; 2) Trajetória da temática por periódico; e 3) Trajetória da temática por tipo de documento, alguns temas específicos e principais autores. Precedidas de uma introdução, que anuncia a orientação geral da exposição e as principais características desta categoria no interior do Banco de Dados *Universitas/BR*, cada uma dessas três partes apresenta aspectos específicos relacionados especialmente à distribuição (e frequência) dos documentos publicados por subcategoria temática, por ano de publicação, por subperíodo em que se convencionou dividir o período coberto pelo Banco de Dados, por sua vinculação institucional, por periódicos, por tipo de documentos, por temáticas específicas no interior das subcategorias temáticas e, finalmente, pelos autores que mais se têm ocupado dessa temática. Essa apresentação, porém, faz-se articulada à explicitação sucinta de alguns aspectos teórico-contextuais pertinentes, que visam facilitar a compreensão ou o levantamento de hipóteses explicativas dos principais fatos destacados neste estudo (bastante sumário) de uma temática de importância reconhecida, inclusive pelos significativos indicadores numéricos de sua produção.

O Capítulo 4 – *As Funções Universitárias de Ensino, Pesquisa e Extensão* – reúne três textos. O primeiro, *A Função Ensino*, escrito por Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS), Marília Costa Morosini (Ulbra/UFRGS) e Maria Arabela Campos Oliven (UFRGS), identifica e analisa a categoria temática Ensino no pensamento acadêmico brasileiro veiculado na produção sobre educação superior. São trabalhadas as seguintes subcategorias ligadas ao ensino superior: Graduação, Pós-Graduação, Licenciatura, Relações Pedagógicas, Currículo, Articulação Graduação/Pós-Graduação e Outros.

O trabalho é desenvolvido em dois eixos: o de caráter analítico-descritivo e o de caráter analítico-inferencial. O primeiro visa fornecer informações pertinentes à categoria temática e às suas subcategorias, delimitando-as em seus conteúdos, em sua trajetória e nos meios de veiculação de sua produção. O segundo eixo, de caráter analítico-inferencial, visa à identificação e construção de categorias temáticas expressivas da convergência de pensamento e da presença de noções historicamente datadas. A análise documental segue a sistemática de leituras sucessivas, na busca de convergências temáticas presentes nas subcategorias.

Os resultados mostram que a temática Ensino é a segunda mais frequente no pensamento acadêmico publicado em periódicos nacionais no interregno de 1968 a 1995. É um pensamento recorrente, institucionalmente vinculado, não circunscrito a autores acadêmicos da área; é dominado por autores brasileiros, mas veicula alguns pensadores latino-americanos. No que se refere às convergências temáticas, verifica-se que elas apresentam inúmeras faces. Destacam-se as subcategorias Graduação, Pós-Graduação e Licenciatura, prevalecendo textos de propostas e/ou relatos de experiências. De um modo geral, as produções seguem o mesmo movimento transformativo que, na prática, caracterizava o ensino superior brasileiro no período. Da ênfase nos aspectos legais e da Reforma Universitária própria do final dos anos 60 e início dos anos 70, passa pela crescente politização, chega aos anos 80 com a busca de construção de propostas, no clima da Constituinte, e, na década de 90, tem a marca das relações externas, no bojo da regionalização e globalização.

O segundo texto, *A Função Pesquisa*, é escrito por Maria do Carmo Lacerda Peixoto (UFMG). Focaliza as variações de intensidade da presença da temática pesquisa e as características dos trabalhos publicados. Analisa os grandes eixos temáticos que caracterizam a abordagem, buscando situar questões historicamente datadas, temas que se fazem presentes no decorrer do período analisado, questões silenciadas e aquelas que estão levemente esboçadas ou emergem em algum ponto do período analisado. A análise permitiu evidenciar uma produção científica de intensidade crescente no período 1968-1995 e que se ocupa de modo acentuado com as discussões em torno da pertinência e dos modos de fazer pesquisa, assim como com o processo de construção de uma comunidade de pesquisadores, a constituição, limites e empecilhos para a sua organização institucional. Como temas

emergentes, apresentam-se discussões sobre as relações entre pesquisa e ensino de graduação e a ética da pesquisa, e um tema silenciado refere-se às relações entre pesquisa e desenvolvimento econômico, num contexto globalizado, e suas implicações para a inserção regional.

O terceiro texto, *A Extensão Universitária*, escrito por Maria das Graças Medeiros Tavares (Ufal), trata sobre a categoria temática Extensão no contorno da produção acadêmica sobre educação superior. Analisa a trajetória da temática extensão comparando-a com as outras 14 categorias que fazem parte do universo da pesquisa. Utiliza o Banco de Dados *Universitas/BR* como base para suas informações. Discute sobre as diversas formas discursivas com que é abordada a temática extensão. Explica quais os temas e problemas que constituem o eixo de preocupação dos autores. Aponta as lacunas existentes sobre a temática extensão universitária e para onde sinaliza o discurso elaborado pelos pesquisadores. Conclui que, na prática extensionista, ainda é comum a concepção de ações pontuais, isoladas do ensino e da pesquisa, enquanto que, na teoria, já se aponta para uma concepção de extensão redimensionadora da pesquisa e do ensino vinculados às necessidades reais da sociedade.

O Capítulo 5 – *A Comunidade Universitária* – é escrito por Helena Corrêa de Vasconcelos, Luciene das Graças Miranda Medeiros, Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert e Vera Lúcia Jacob Chaves, da UFPA, e tem por objetivo analisar a trajetória discursiva desenhada pela temática Comunidade Universitária em suas dimensões constitutivas, bem como os temas, problemas e objetos de reflexão presentes nos estudos e pesquisas sobre ela, além das formas de abordagem textual utilizadas para essa reflexão no período de 1968 a 1995.

No movimento de situar e examinar analiticamente a temática-objeto sob diferentes perspectivas e dimensões, o texto inicialmente situa a comunidade universitária no contexto da educação superior e sua distribuição por periódicos e anos. Em seguida, focaliza a trajetória desenhada pela temática considerando os sujeitos e as dimensões dela constitutivos, evidenciando o nível de intensidade em frequência textual nos periódicos ao longo dos 28 anos cobertos pela pesquisa. Posteriormente, detém-se numa incursão analítica sobre os temas e problemas abordados nos periódicos ao longo do curso histórico em foco. Finalmente, aborda a frequência das formas discursivas sob as quais a produção é explicitada, oferecendo uma visão geral sobre os tipos de produção escrita de que se valem os editores e/ou autores na expressão do pensamento das categorias funcionais em foco.

Um texto científico traz como compromisso refletir sobre o trabalho concluso e propiciar informações para que ele possa se tornar mais claro e preciso. Assim, para a elaboração de um diagnóstico da produção científica sobre educação superior no Brasil, que possibilite a produção de seu Estado do Conhecimento, recomenda-se: a) a redação de outros estudos semelhantes, tendo em vista que a fonte utilizada propicia análises muito ricas e com infinitas possibilidades de inter-relações, bem como outros que tomem por base os documentos em sua forma integral e não em resumos descritivo-informativos; b) a ampliação da fonte – o Banco de Dados *Universitas/BR* –, com a inclusão da produção contida em livros e em dissertações e teses e, ainda, a busca de sua atualização permanente.

Faz-se necessária ainda uma terceira recomendação: em face da identificação da “gravidade do estado de investigação dos cursos e programas de pós-graduação da área [educação], considerando-se ... número relativamente baixo de pesquisas em andamento ... e pequenos resultados científicos tornados públicos através de artigos, relatórios de pesquisa e outros” (Capes, 1996, p. 10), convém que tais informações e análises sejam socializadas por diferentes meios, principalmente via multimídia, pois isso possibilita o fomento à produção da área concomitantemente à consolidação da produção sobre educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FÁVERO, M. L. A. A produção científica sobre educação superior : anotações para um debate. In.: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento da área de ciências humanas e sociais : educação – 1994/1995*. Reunião de Avaliação (Comitê dos especialistas). Brasília : Capes, 1996.

GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – A produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1995. (Projeto integrado de pesquisa CNPq).

_____. *Avaliação da produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1997. (Projeto integrado de pesquisa CNPq).

MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.

STOLEROFF, A.; PATRÍCIO, M. A prática científica. In: JESUÍNO, J. (Coord.). *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*. Oeiras : Celta Editores, 1995.

Educação superior no banco de dados *Universitas/BR*

Marília Costa Morosini

O presente capítulo¹ tem como objetivo apresentar informações sobre o Banco de Dados *Universitas/BR*, que fundamenta empiricamente os escritos contidos neste livro.

O *Universitas/BR* tem como marca a construção cooperativada, levada a efeito por um grupo de professores/pesquisadores da área de educação superior que já vinham desenvolvendo discussões anteriores no GT Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Nesses encontros, foi escrito um projeto integrado (CNPq) para analisar a produção científica sobre educação superior no Brasil 28 anos após a Reforma Universitária de 1968. O *Universitas/BR* engloba atualmente a produção científica sobre educação superior em periódicos nacionais publicados entre 1968 e 1995, mas prevê a inclusão da produção advinda de dissertações e teses, bem como de livros da área. Prevê ainda a atualização de dados e a sua aplicação em outros países latino-americanos.

O *Universitas/BR* objetiva ocupar um lugar de destaque na construção do conhecimento sobre a educação superior. É a partir da década de 70, com a implantação do sistema de pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa no Brasil, que ocorre considerável aumento da produção científica também na subárea da educação superior – caminham, *pari passu*, a criação dos programas de pós-graduação e a produção científico-acadêmica. Publicações da Capes, nessa década, refletem tal articulação; é, no entanto, a partir dos anos iniciais da década de 80 até hoje que elas se apresentam de modo incisivo, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área de conhecimento, procurando cobrir vários temas importantes da área educacional (Miranda et al., 1993).² Entretanto, em nossos dias, a lacuna persiste para a subárea da educação superior.

Em tal quadro, a construção de um banco de dados que congregue a produção científica sobre educação superior no País de 1968 a 1995, no caso o *Universitas/BR*, adquire especial relevância, podendo contribuir para subsidiar as instituições de ensino superior na análise e reflexão de sua dinâmica interna e externa, as instituições de fomento à pesquisa na avaliação de projetos a serem apoiados e a comunidade acadêmica da área, mais especificamente a parcela vinculada aos programas de pós-graduação em ciências humanas, sobretudo os de educação, no desenvolvimento dessa temática, ao agir como possível fonte orientadora de pesquisas.

¹ Este capítulo está baseado em textos escritos anteriormente sobre o *Universitas/BR*. Entre esses, os mais específicos são: MOROSINI, M. C. *Universitas/BR*: los desafíos de la construcción de una red académica latinoamericana. *Revista de Educación*, México, 1999; MOROSINI, M. C. *Universitas/BR*: a produção científica sobre educação superior: desafios da consolidação de uma rede acadêmica. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 1999; e escritos provenientes da redação dos projetos CNPq, *Universitas/BR*: a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995: avaliação e perspectivas. Porto Alegre : GT Política de Educação Superior/ANPEd, 1995/1997.

² Por exemplo: Administração da educação (Sander, 1982), Evasão e repetência (Brandão, Baeta, Rocha, 1983), Profissionalização do ensino de 2º grau (Bedran, 1984), Ensino superior (Marques, 1985), Trabalho e educação (Kuenzer, 1987), Ensino supletivo (Haddad, 1987), Livro didático (Freitag et al., 1987), Alfabetização (Soares, 1989), Mulher e educação (Rosemberg, 1990), Produção e qualificação para o trabalho (Paiva, 1991), Formação de professores no Brasil (Silva, 1991), Currículo (Souza, 1993), Metodologia da alfabetização de adultos (Haddad, 1993), Educação e trabalho (Bonamino, 1993) e Ensino superior (Franco, 1994).

FONTE DE DADOS: OS PERIÓDICOS NACIONAIS

A fonte de dados é constituída por 26 periódicos nacionais que publicam documentos sobre educação superior e que foram selecionados a partir dos critérios de abrangência nacional do periódico e da presença de corpo editorial de reconhecida competência acadêmica. Na coletânea organizada por Morosini e Sguissardi (1998), é apresentado um estudo da história social e das principais características dos periódicos, a partir de textos de pesquisadores que construíram o banco.

Os periódicos selecionados apresentam diversidade temporal (criação/término, continuidade), diversidade de editores e diversidade em relação à temática do periódico.

Em relação à diversidade *temporal* (Quadro 2), criação/término, há quatro periódicos que foram criados antes ou durante a década de 60, 11 na década de 70, nove na década de 80 e dois na década de 90.

Em relação à *continuidade*, há periódicos que vêm sendo editados regularmente desde a sua criação até os dias de hoje, como é o caso de alguns criados antes da década de 70: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Ciência e Cultura*, *Documenta* e *Revista de Administração Pública*. Há outros que só foram publicados por períodos muito curtos, como é o caso de *Debate e Crítica* (1973-1975), *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1980 e 1982) e *Fórum Educacional* (1977-1990).

Uma outra característica diferencial da fonte de dados é a responsabilidade de editoração (Quadro 1, p. 26 deste trabalho), a saber: sociedade civil, sociedade científica, órgão estatal, instituição de educação superior, editora privada ou grupo independente. Há periódicos editados por instituições da *sociedade civil*, tais como: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Fundação Carlos Chagas (FCC), Fundação Getúlio Vargas/ Instituto de Estudos Avançados em Educação (FGV/lesae). Há periódicos editados por *sociedade científica*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Há periódicos editados por *instituição de educação superior*, como é o caso da Faculdade de Educação/USP e da UFRGS. Há periódicos editados por *órgão estatal*, como é o caso do Inep/MEC (*Em Aberto* e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*) e do CNE (*Documenta*). Há, finalmente, periódicos editados por *grupo independente*, como é o caso da Hucitec e da editora Civilização Brasileira.

Em relação à diversidade de temática dos periódicos alimentadores do Banco de Dados *Universitas/BR*, são apresentados três grandes blocos: os periódicos que tratam exclusivamente da educação superior, os que tratam da educação em geral e os que tratam de temáticas científicas gerais.

O primeiro grupo, como deixa claro o próprio título, está constituído de periódicos que publicam primordialmente documentos de educação superior. São eles: *Educação Brasileira*, *Estudos e Debates*, *Cadernos Andes*, *Cadernos Nupes*, *Universidade e Sociedade* e *InfoCapes*.

O segundo bloco está constituído de periódicos que publicam temas de educação em geral e, entre esses, alguns de educação superior, como *Documenta*, *Em Aberto*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Boletim ANPEd*, *Cadernos Cedes*, *Revista Brasileira de Administração da Educação*, *Educação & Sociedade*, *Educação e Seleção*, *Cadernos de Pesquisa*, *Fórum Educacional*, *Educação e Realidade* e *Revista da Faculdade de Educação*, da USP.

O terceiro bloco está constituído de periódicos científicos de temática geral, como *Ciência e Cultura*, *Informe/Jornal Ciência Hoje*, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Ciências Sociais Hoje*, *Revista de Administração Pública*, *Debate e Crítica* e *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Quadro 2 – Universitas/BR – Periódicos nacionais analisados, por ordem cronológica de lançamento

(continua)

Periódicos	Década 60										Década 70									
	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Ciência e Cultura</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Documenta</i>		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
<i>Revista de Administração Pública</i>								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Cadernos de Pesquisa</i>												X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Debate e Crítica</i>														X	X	X				
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>																X	X	X	X	X
<i>Boetim Inform. e Bibliog. de Ciências Sociais</i>																	X	X	X	X
<i>Educação e Realidade</i>																	X	X	X	X
<i>Fórum Educacional</i>																		X	X	X
<i>Educação & Sociedade</i>																			X	X
<i>Estudos e Debates</i>																			X	X
<i>Educação Brasileira</i>																			X	X
<i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>																			X	X
<i>Boletim ANPEd</i>																			X	
<i>Educ. e Seleção/Estudos em Aval. Educacional</i>																				
<i>Cadernos Cedes</i>																				
<i>Cadernos Andes</i>																				
<i>Em Aberto</i>																				
<i>Ciências Sociais Hoje</i>																				
<i>Revista Bras. de Administração da Educação</i>																				
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>																				
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>																				
<i>Cadernos Nupes</i>																				
<i>Universidade e Sociedade</i>																				
<i>InfoCapes</i>																				

Fonte: MOROSINI, M.C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.

(conclusão)

Periódicos	Década 80										Década 90						
	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Ciência e Cultura</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Documenta</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Revista de Administração Pública</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Cadernos de Pesquisa</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Debate e Crítica</i>																	
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Boletim Inform. e Bibliog. de Ciências Sociais</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Educação e Realidade</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Fórum Educacional</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
<i>Educação & Sociedade</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Estudos e Debates</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
<i>Educação Brasileira</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	X		X														
<i>Boletim ANPEd</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Educ. e Sel./Est. em Aval. Educ. Educacional</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
<i>Cadernos Cedes</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Cadernos Andes</i>		X					X	X	X	X		X	X	X	X		
<i>Em Aberto</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Ciências Sociais Hoje</i>				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Revista Bras. de Administração da Educação</i>				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>							X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Cadernos Nupes</i>										X	X	X	X	X	X		
<i>Universidade e Sociedade</i>												X	X	X	X		
<i>InfoCapes</i>													X	X			

Fonte: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.

Abaixo está relatado um pouco da história de cada periódico, fonte do Banco de Dados *Universitas/BR*. Inicia-se com os periódicos específicos da temática, isto é, os que tratam *exclusivamente da educação superior*. São eles:

Educação Brasileira, periódico editado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), desde 1978, publicando, sistematicamente, 21 números até 1995. Tem como objetivo apresentar os principais temas da educação brasileira para propiciar um debate crítico.

Estudos e Debates, periódico também editado pelo Crub, desde 1978, com interrupção em 1990 e retorno em 1996. Até o período abarcado pelo Banco de Dados, são 17 números, que contêm trabalhos encomendados sobre educação superior ou relatos de reuniões plenárias ou temáticas do Conselho de Reitores.

Cadernos Nupes, editado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, apresenta trabalhos de alguns estudiosos que, posteriormente, passam a ocupar posições no governo federal, formulando a política de educação superior no Brasil. De 1989 até 1995, são editados 69 trabalhos (documentos de trabalho, análises preliminares e resultados de seminários).

Cadernos Andes, periódico editado pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, veicula o posicionamento do sindicato da categoria sobre as principais temáticas da educação superior no País. De 1988 a 1994, a diretoria da Andes publica 14 números.

Universidade e Sociedade, editado também pela Andes desde 1991, publica oito números, com base na concepção de que uma revista é um instrumento de ação política.

InfoCapes, informativo publicado pela Fundação Capes/MEC, apresenta a produção de 20 documentos sobre educação superior.

Entre os periódicos que tratam da *educação em geral*, mas que publicam também sobre educação superior, integram o Banco de Dados *Universitas/BR* os abaixo relacionados:

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicada pelo Inep/MEC desde 1944 até o presente, apresentando 111 documentos sobre educação superior.

Educação & Sociedade, publicada inicialmente (1978) pela Faculdade de Educação da Unicamp, passa a ser editada, no ano seguinte, com periodicidade quadrimestral, pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes). Foram publicados ao todo 114 documentos sobre educação superior, caracterizando-se pela análise política e pela presença de autores latino-americanos em suas páginas.

Cadernos Cedes, também publicado pela mesma instituição desde 1980, surgindo como uma alternativa para dar fluxo aos artigos enviados à revista *Educação & Sociedade*. Os cadernos são caracterizados como uma produção coletiva – um organizador e um conjunto de autores – em torno de uma temática comum. Dos 34 cadernos publicados, somente um é dedicado inteiramente ao ensino superior, embora nos outros números sejam localizados artigos sobre a educação superior, num total de 32.

Revista Brasileira de Administração da Educação, editada pela Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação desde 1983, com periodicidade semestral, predominando documentos sobre a organização e a gestão da educação.

Em Aberto, editado pelo Inep/MEC desde 1981, com periodicidade trimestral, num total de 68 números. Cada número está voltado a um tema específico da educação.

Documenta, periódico editado pelo CFE/CNE desde 1962, com o objetivo de divulgar seus atos normativos.

Boletim ANPEd, editado pela ANPEd desde 1979, num total de 39 números, com 162 textos sobre educação superior.

Educação e Seleção, editada pela Fundação Carlos Chagas, desde 1980, passando em 1990 a denominar-se *Estudos em Avaliação Educacional*.

Cadernos de Pesquisa, editado pela Fundação Carlos Chagas desde 1971, tem 95 edições publicadas até o ano de 1995. Tem como objetivo constituir um sistema de comunicação entre instituições, grupos e/ou pessoas voltados para a pesquisa educacional de uma forma geral.

Fórum Educacional, da FGV/RJ, é publicado de 1977 até 1990, estando ligado ao curso de mestrado em educação da lesae/FGV, com 108 artigos sobre a temática da educação superior.

Revista da Faculdade de Educação da USP, editada desde 1975, publicou 38 números contendo artigos sobre educação superior.

Educação e Realidade, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, editada desde 1976, pouco publicando sobre educação superior.

Dos títulos que compõem o terceiro bloco de periódicos – correspondente a aqueles de *temáticas científicas gerais* –, integram o Banco de Dados *Universitas/BR*.

Ciência e Cultura, editada pela SBPC, publicou 1.718 documentos sobre educação superior.

Informe/Jornal Ciência Hoje, também editado pela SBPC a partir de 1985, com o objetivo de tornar mais rápida e ágil a comunicação entre os acadêmicos. Em 1990 altera o nome para *Jornal da Ciência Hoje* e, em 1997, para *Jornal da Ciência*. No período abarcado pelo Banco de Dados foram identificados 1.040 documentos sobre educação superior.

Debate e Crítica, publicada pela Hucitec desde 1973, atendia à intelectualidade paulista e carioca, sendo aí localizados oito artigos sobre educação superior.

Ciências Sociais Hoje, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, periódicos editados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). O primeiro publica, desde 1983, os melhores trabalhos da Reunião Anual da Associação, sendo identificados quatro artigos sobre educação superior. O segundo é editado desde 1986 e se caracteriza por ser uma revista de caráter científico, publicando 11 artigos sobre educação superior. O terceiro, o *BIB*, publicado desde 1976, apresenta 76 documentos sobre educação superior. Inicialmente divulga os trabalhos do Grupo de Documentação em Ciências Sociais; a partir do número 7, é editado pela luperj e pela Anpocs e, a partir do número 17, somente pela Anpocs.

Revista de Administração Pública, publicada pela FGV desde 1967, funcionando como incentivadora e divulgadora dos cursos da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac). Em sua produção, somente 5% do total estão voltados à educação superior; *Encontros com a Civilização Brasileira*, da editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), nasce em 1968, dando continuidade à revista *Civilização Brasileira*. São publicados 29 números até 1982, quando a revista é extinta.

CONSTRUÇÃO DO UNIVERSITAS/BR: BIBLIOGRAFIA ANOTADA/CATEGORIZADA/RESUMIDA

A construção do Banco de Dados *Universitas/BR* se apoia em “bibliografia anotada/categorizada/resumida”, que abarca o estudo da trajetória da temática educação superior no que diz respeito ao conteúdo dessa produção, que ultrapassa a mera reprodução de noções veiculadas no material examinado, objetivando, também, a identificação de categorias de natureza política, sociológica, econômica, filosófica, etc. Essas perpassam os temas de investigação, as justificativas, os aportes teóricos, a metodologia e os resultados de pesquisa ligados ao objeto, bem como os possíveis desdobramentos da temática no contexto brasileiro estudado.

Para se chegar à bibliografia anotada/categorizada/resumida, fez-se necessário, inicialmente, levantar a produção sobre a educação superior no Brasil, na forma de listagem bibliográfica. Posteriormente, essa bibliografia foi organizada a partir de categorias temáticas construídas pelo grupo de pesquisadores e, finalmente, foi realizado o resumo da bibliografia listada. No caso dos periódicos que possuíam resumos e quando estes estavam redigidos nos moldes propostos pelo Projeto, muitas vezes houve transcrição literal, outras, apenas parcial. Entretanto, por limites do programa computacional utilizado, não foi possível registrar os casos de transcrição.

Tais ações metodológicas foram precedidas da delimitação do *corpus* analítico, via leitura flutuante do material bibliográfico disponível. Após diversas reuniões entre os pesquisadores, o *corpus* analítico ficou circunscrito à produção sobre educação superior entre 1968 e 1995, sob a forma de periódicos de publicação nacional.

Sobre tal material foi realizada uma avaliação histórico-social das fontes utilizadas, na qual estão apresentados o perfil histórico dos principais periódicos em análise e uma discussão inicial das relações entre as diversas fontes e o contexto em que os documentos surgem e se desenvolvem (Morosini, Sguissardi, 1998).

Sobre as fontes documentais, foi realizado o levantamento das referências bibliográficas contidas nos periódicos – 4.546 documentos. A apresentação da bibliografia obedece às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 6.023, de agosto de 1989, e NBR 6.028, de maio de 1990). Posteriormente essa bibliografia foi categorizada e subcategorizada segundo temas (Quadro 3).

Quadro 3 – *Universitas/BR* – A produção científica sobre Educação Superior no Brasil: categorias e subcategorias temáticas – 1968-1995

(continua)

Categorias Temáticas	Subcategorias
1. Políticas Públicas da Educação Superior (POL)	1.1 Estado e Educação Superior 1.2 Estado, Ciência e Tecnologia 1.3 Legislação 1.4 Financiamento e Agências Financiadoras 1.9 Outros
2. Universidade e Sociedade (USO)	2.1 Idéia de Universidade 2.2 Universidade e Sociedade Civil 2.3 Universidade e Intercâmbios Institucionais 2.4 Universidade e Mercado de Trabalho 2.5 Universidade e Modelos Internacionais 2.9 Outros
3. História das Instituições de Educação Superior (HES)	3.1 Criação, Institucionalização Desenvolvimento e Extinção de IES 3.2 Reestruturação de IES: Cátedra/ Departamento 3.3 Reforma Universitária 3.4 Movimento Estudantil 3.5 Movimento Docente 3.6 Produção Científica 3.7 Educadores/Cientistas 3.8 Cursos 3.9 Outros
4. Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF)	4.1 Agências Financiadoras 4.2 Sistemas de Bolsas 4.3 Custos, Receitas e Anuidades 4.4 Financiamento 4.9 Outros

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

(continuação)

Categorias Temáticas	Subcategorias
5. Natureza Jurídica das IES (NAT)	5.1 Públicas/Privadas/Comunitárias/ Confessionais e Isoladas 5.2 Autarquias, Fundações e Associações 5.3 Novas Propostas 5.9 Outros
6. Organização Acadêmica e Gestão (OAG)	6.1 Modelos Organizacionais de IES 6.2 Representação e Participação 6.3 Gestão Acadêmica 6.4 Gerência de Recursos Humanos 6.5 Gerência de Recursos Materiais 6.9 Outros
7. Autonomia Universitária (AUT)	7.1 Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial 7.2 Autonomia Didático-Científica 7.9 Outros
8. Ensino (ENS)	8.1 Graduação 8.2 Pós-Graduação 8.3 Relações Pedagógicas 8.4 Currículo 8.5 Licenciatura 8.6 Articulação Graduação/Pós-Graduação 8.9 Outros
9. Pesquisa (PES)	9.1 Concepção de Pesquisa 9.2 Pesquisa e Graduação 9.3 Pesquisa e Pós-Graduação 9.4 Grupos de Pesquisa 9.5 Organização Institucional para a Pesquisa 9.9 Outros
10. Extensão Universitária (EXT)	10.1 Concepção de Extensão 10.2 Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino 10.3 Universidade e Empresa 10.4 Universidade e Organizações Trabalhistas 10.5 Universidade e Movimentos Sociais 10.9 Outros
11. Corpo Docente (DOC)	11.1 Trabalho Docente 11.2 Formas de Organização/Carreira 11.3 Formação Docente 11.4 Formas de Associação 11.5 Perfil Docente 11.9 Outros

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

(conclusão)

Categorias Temáticas	Subcategorias
12. Corpo Discente (DIS)	12.1 Atividades Discentes 12.2 Perfil Discente 12.3 Acesso 12.4 Desempenho 12.5 Formas de Associação 12.9 Outros
13. Corpo Técnico-Administrativo (TEA)	13.1 Atividades Técnico-Administrativas 13.2 Formas de Organização/Carreira 13.3 Formação/Qualificação 13.4 Formas de Associação 13.5 Perfil 13.9 Outros
14. Avaliação do Ensino Superior (AVA)	14.1 Formas de Avaliação 14.2 Institucional/Unidades 14.3 Graduação 14.4 Pós-Graduação 14.5 Currículo, Disciplinas 14.6 Pesquisa, Ensino e Extensão 14.9 Outros
15. Relação Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE)	15.1 Ensino/Pesquisa/Extensão 15.2 Ensino/Pesquisa 15.3 Ensino/Extensão 15.4 Pesquisa/Extensão 15.9 Outros

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A metodologia de construção das categorias obedeceu aos seguintes procedimentos:

- a) partindo do conhecimento da área e do manuseio dos periódicos em análise, de forma assistemática e livre, os pesquisadores propuseram categorias que pudessem auxiliar na identificação do conteúdo dos documentos em exame;
- b) em reunião específica (maio de 1996), os pesquisadores discutiram e aprofundaram tais considerações, ampliando as categorias em subcategorias, e foi iniciado, ainda, um processo de descrição dos seus possíveis conteúdos – os descritores. O processo de construção de descritores foi extremamente complexo e consumiu um longo espaço de tempo;
- c) de posse das categorias temáticas referenciais, foi feita a classificação dos documentos contidos nos periódicos, sendo enviados à coordenação central as dúvidas, propostas de junção, desdobramento e divisão de categorias, bem como propostas de outras categorias, etc.;
- d) em reunião da ANPEd (1996), foram elaboradas as categorias finais para a classificação da produção.

Após e concomitantemente ao processo de categorização, a bibliografia foi registrada no Banco – resumo de todos os documentos referenciados, através de critérios delimitados pelo grupo, a saber: título do documento, categoria, subcategoria, nome do periódico, grupo elaborador, volume, número, página, data, local de publicação, nome do autor, instituição do autor, resumo, palavras-chave e observações.

Diante da massa de informações que a pesquisa se propôs recolher, analisar e socializar; impôs-se o registro de tais materiais utilizando os recursos informacionais cibernéticos. Um dos primeiros passos da investigação foi a escolha de um Banco de Dados com amplas possibilidades, o que implicou o treinamento de pesquisadores e bolsistas para seu uso. A bibliografia foi registrada em 26 bancos de dados (um banco para cada periódico) e, posteriormente, unificada. O Banco está construído no modo interativo do programa Microsoft Access 7 e armazenado em CD-ROM – *Universitas/BR*.

Os documentos contidos no *Universitas/BR* também podem ser acessados por *tipo de produção*, obedecendo à seguinte classificação: *Apresentação*: comentário sintético de apresentação da publicação que explicita sua procedência; *Artigo*: texto que aborda determinado tema, considerando seus aspectos conceituais, com desenvolvimento lógico, de extensão não muito longa, contendo, em geral, fontes bibliográficas; *Carta*: comunicação manuscrita ou impressa, devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; *Depoimento*: testemunho prestado por alguém a respeito de determinado evento, situação, instituição, pessoas ou qualquer fenômeno; *Editorial*: comentário sistemático sobre as publicações presentes na edição, que descreve o seu conteúdo; *Nota*: breve comunicação ou exposição escrita de pequena dimensão – pode ser também um comentário, geralmente em corpo menor; *Notícia*: o termo é utilizado com duas acepções: a) como relatório objetivo; b) como descrição pormenorizada de um assunto, acontecimento ou situação necessária à compreensão do texto impresso, que se põe ao pé de página ou no final de um artigo ou capítulo de livro; *Relatório*: descrição detalhada, verbal ou escrita, daquilo que se viu, ouviu, leu ou observou – trata-se, geralmente, de uma exposição das atividades de um órgão, de um evento, de uma administração ou de uma pesquisa; *Resenha*: consiste na apreciação de um livro, artigo, relatório, etc., contendo juízo de valor sobre o seu mérito; *Resumo*: apresentação concisa do conteúdo de um artigo, livro, etc., precedida de sua referência bibliográfica, que visa esclarecer o leitor sobre a conveniência de consultar o texto integral; *Série documental*: conjunto de textos ou documentos que um editor publica sob um título e com os volumes em geral numerados (Fávero, Britto, 1997); e *Dispositivos legais/atos normativos*: legislação e documentos relacionados às normas de funcionamento das instituições de educação superior.

Além das dimensões mais quantitativas acima apresentadas, o Banco de Dados *Universitas/BR* possibilita dimensões de análise qualitativa. Ele oferece os 4.546 resumos dos documentos ali contidos.

É importante ressaltar que um dos fatores fundamentais para a construção do *Universitas/BR* é o uso de metodologia de encontros bianuais entre seus pesquisadores e bolsistas: um dos encontros durante a Reunião Anual da ANPEd e o outro no primeiro semestre letivo – isto porque a pesquisa está sendo desenvolvida em cinco regiões brasileiras. Entretanto, a utilização dos meios eletrônicos não tem sido suficiente para coordenar as múltiplas atividades exigidas. Tornou-se obrigatório buscar formas de reuniões periódicas³ dos pesquisadores e auxiliares de pesquisa envolvidos, para que eles possam apresentar a seus pares e à comunidade científica da área os resultados de seus trabalhos e, a partir de discussões e análises desses resultados, os avanços e dificuldades; esta é também uma oportunidade para confirmar ou reorientar as atividades de investigação.

³ 1994 – Proedes/UFRJ. Ensino superior: temática em discussão (objetivo básico: reflexões sobre a identidade do GT). Apoio CNPq; 1995 – Proedes/UFRJ. Ensino Superior II: temática em discussão (objetivo básico: elaboração de anteprojeto de pesquisa integrada). Apoio CNPq; 1996 – Proedes/UFRJ. A produção de conhecimento sobre educação superior no Brasil (objetivo básico: avaliação dos resultados alcançados); 1997 – PUC-SP. A produção sobre educação superior no Brasil, 1968-1995: avaliação e perspectivas (objetivo básico: apresentação dos perfis histórico-sociais dos periódicos que publicam sobre educação superior no Brasil). Apoio CNPq/Fapesp; 1998 – FAE/UFMG. *Universitas/BR*: a avaliação da produção científica sobre educação superior no Brasil. Apoio Fapemig. 1999 – Proedes/UFRJ. Estado da arte sobre educação superior no Brasil.

CONSTRUTORES DO BANCO: PESQUISADORES/BOLSISTAS

O Banco de Dados *Universitas/BR* consolidou uma rede acadêmica formada por um conjunto de pesquisadores e bolsistas ligados ao GT Política de Educação Superior da ANPEd, professores de universidades das cinco regiões do País. Para o bom andamento da pesquisa, além da coordenação-geral, foram eleitos os coordenadores regionais; os seus integrantes estão citados a seguir.

Sul: UFRGS/Ulbra. Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) – Marília Costa Morosini (coordenadora-geral do projeto), Maria Arabela Campos Oliven e Maria Estela Dal Pai Franco.

Sudeste: UFRJ/Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) – Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (coordenadora), Stella Cecília Duarte Segenreich, Luciane Quintanilha Falcão, Mabel Tarré Carvalho de Oliveira, Vera Vergara Esteves; Uerj – Deise Mancebo; UFF – Jésus Alvarenga Bastos, Francisco de Assis Palharini; UFMG – Maria do Carmo de Lacerda Peixoto; Unimep/Gepes. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior – Valdemar Sguissardi (coordenador), João dos Reis Silva Júnior; Unicamp – Niuvenius Junqueira Paoli ; USP – Afrânio Mendes Catani.

Centro-Oeste: UFMT – Edson Pacheco de Almeida.

Nordeste: UFAL – Maria das Graças Medeiros Tavares, Elizabeth C. Freitas.

Norte: UFPA – Helena Vasconcelos, Luciene Medeiros, Vera Lúcia Jacobs, Otília Seiffer.

Participam como bolsistas: Adriana Orlandi, Aline Silveira, Aline Martins, Ana Laura Lima, Andreza Oliveira, Cláudia Martins, Carla Nascimento, Denise Costa, Flávia Medeiros, Fernando Meneghetti, Idelma Pegoraro, Ione Jorge, José Cícero da Silva, Jorge Carreta, Juliana Cahet, Lisandra Rodrigues, Lúcia Sant'Anna, Luciana Verdicchio, Marco Antônio Moreira, Márcia Cristina Nobre, Marjorie Lampert, Neusa Medrado, Raquel Cândido, Orlando Bezerra, Raquel Luiz, Rosângela Teles, Sandro Dias, Selmira Araújo, Sílvia Petezak, Suely Marinho, Thaíse da Silva e Vanessa Bréia.

Num trabalho científico de médio prazo, alguns docentes, por razões profissionais, não mais permanecem;⁴ outros integraram-se posteriormente.⁵ Entretanto, a grande maioria continua a participar do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDRAN, Maria Ignez Saad. Avaliação de estudos e pesquisas sobre a profissionalização do ensino de 2º grau no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 149, p. 22-37, jan./abr. 1984.

BONAMINO, Alicia et al. Educação-trabalho : uma revisão da literatura brasileira das últimas duas décadas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 84, p. 50-62. fev. 1993.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna M. B.; ROCHA, Any D. C. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 64, n. 147, p. 38-69, maio/ago. 1983.

COSTA, Nair Teixeira da. *Educação superior – 1980 a 1985*. Rio de Janeiro : lesae/FGV, v. 14, n. 2, dez. 1985.

FÁVERO, M. L.; BRITTO, J. Tipos de produção. In: FÁVERO, M. L. *A produção científica sobre educação superior em periódicos nacionais*: SBPC. Rio de Janeiro : UFRJ/Proedes, 1997. (Relatório de Pesquisa).

⁴ Luciane Quintanilha Falcão (UFRJ), Mabel Tarré Carvalho de Oliveira (UFRJ), Vera Vergara Esteves (UFRJ), Jésus Alvarenga Bastos (UFF) e Elizabeth C. Freitas (Ufal).

⁵ Alfredo Mendes Catani (USP), Edson Pacheco de Almeida (UFMT) e Helena Vasconcelos (UFPA).

- FRANCO, M. E. Dal Pai et al. *Bibliografia sobre ensino superior*. Porto Alegre : UFRGS/DEE/PGEduc/GEU, 1994.
- FREITAG, Barbara et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília : Inep, Reduc, 1987.
- GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1995. (Projeto integrado de pesquisa CNPq)
- _____. *Avaliação da produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1997.
- HADDAD, Sérgio. *Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília : Inep, Reduc, 1987.
- _____. *Metodologia da alfabetização de adultos : um balanço da produção de conhecimento*. Brasília : Inep/MEC, 1993. (Série documental : Relatos de pesquisa, v. 7)
- KUENZER, Acácia Zeneida. *Educação e trabalho no Brasil : o estado da questão*. Brasília : Inep, Reduc, 1987.
- LISBOA, H. Guimarães et al. *Ensino superior no Brasil (1800-1967)*. Brasília : CBPE, 1967.
- MARQUES, Juracy C. et al. *A departamentalização da universidade : avaliação e perspectiva*. Porto Alegre : PG/Edu/UFRGS; Brasília : Capes, 1985.
- MIRANDA, Glaura et al. *Projeto de pesquisa sobre o estado da arte da pesquisa sobre o ensino superior no Brasil*. GT Política de Ensino Superior/ANPEd. Belo Horizonte : 1993. 10 p. (Mimeogr.)
- MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Produção e qualificação para o trabalho : uma revisão da bibliografia internacional. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. *Ensino das humanidades : a modernidade em questão*. São Paulo : Cortez; Brasília : Seneb, 1991. p. 19-103.
- ROSEMBERG, Fúlvia et al. *Mulher e educação formal no Brasil : o estado da arte e bibliografia*. Brasília : Inep, Reduc, 1990. 330 p.
- SANDER, Benno. *Administração da educação no Brasil : evolução do conhecimento*. Fortaleza : UFC; Brasília : Anpae, 1982.
- SILVA, Rose Neubauer da et al. *Formação de professores no Brasil*. São Paulo : FCC, 1991.
- SILVEIRA, M. Heloisa. Sobre o ensino superior no Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 49, n. 6, ago. 1975.
- SOARES, Magda Becker. *Alfabetização no Brasil : o estado do conhecimento*. Brasília : Inep, Reduc, 1989. 151 p.
- SOUZA, Rosa Fátima. A produção intelectual brasileira sobre currículo a partir dos anos 80. *Em Aberto*, Brasília, v. 12, n. 58, p. 117-128, abr./jun. 1993.

Instituições universitárias e a questão da autonomia

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero*
Stella Cecília Duarte Segenreich

Este capítulo integra uma coletânea de estudos correspondentes à terceira etapa do programa de divulgação dos resultados da pesquisa *A produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*, desenvolvida pelo GT Política de Educação Superior, da ANPEd.

Na primeira etapa, cada pesquisador analisou um periódico sobre o qual fez o levantamento e a análise dos documentos relacionados à educação superior. Coube às autoras deste capítulo trabalhar as publicações da SBPC: a revista *Ciência e Cultura* no período 1982-1995, com 1.147 documentos, o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com um total de 982 textos, dos quais 130 foram selecionados do *Informe* e 852 do *Jornal*, além do *Boletim ANPEd*, onde foram identificados 162 textos que abordam a temática educação superior, totalizando, assim, 2.291 documentos. Como produto dessa primeira etapa, foi publicado o livro *A educação superior em periódicos nacionais*, em 1988, tendo como organizadores Marília Costa Morosini e Valdemar Sguissardi.

Na segunda etapa, ainda individualmente e no âmbito de seu periódico, cada pesquisador elaborou documento sobre temática de sua escolha, para apresentar no Seminário do GT que se realizou em 1998, em Belo Horizonte.

Finalmente, o texto ora apresentado se constitui a primeira análise de categorias temáticas abrangendo os periódicos levantados. Esse trabalho somente se tornou possível com a agregação e consolidação dos bancos de dados levantados individualmente pelos pesquisadores em um único banco, o *Universitas/BR* (1968-1995), referido na Apresentação.

Para uma análise da temática Instituições Universitárias e a Questão da Autonomia, que constitui o título deste capítulo, tomou-se como base duas categorias: História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, dentre as 15 constantes do conjunto de dados relacionados na Tabela 9.

As categorias História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em conjunto, no registro inicial do Banco de Dados *Universitas/BR* (1968-1995), representam 10,4% do total de documentos, como pode ser observado na Tabela 9. O Gráfico 5 permite visualizar a presença das mesmas em relação às demais.

É evidente que essas duas categorias, principalmente História das Instituições de Educação Superior, superam, em termos de abrangência, o tema proposto no presente estudo. Nos próximos itens far-se-á uma apresentação dos principais aspectos de cada uma dessas categorias em toda a sua complexidade, procurando destacar: as principais temáticas tratadas; sua trajetória nos diferentes períodos delimitados como marcos significativos na educação superior no Brasil; sua presença nos diferentes periódicos e nos tipos de produção considerados.

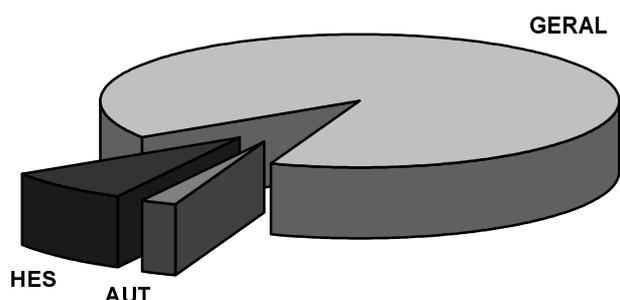
* Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, livre-docente em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e autora de vários livros, capítulos de livros e artigos sobre educação superior no Brasil. Stella Cecília Duarte Segenreich, doutora em Educação pela UFRJ, é professora titular da Universidade Santa Úrsula, pesquisadora do Proedes e do CNPq e autora de vários capítulos de livros sobre educação superior.

Tabela 9 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995

Categorias Temáticas	Código	Nº	%
Autonomia Universitária	AUT	106	2,3
Avaliação do Ensino Superior	AVA	406	9,0
Corpo Discente	DIS	262	5,8
Corpo Docente	DOC	239	5,3
Ensino	ENS	783	17,3
Relação Ensino, Pesquisa e Extensão	EPE	57	1,2
Extensão Universitária	EXT	250	5,5
História das Instituições de Educação Superior (IES)	HES	365	8,1
Manutenção e Financiamento da Educação Superior	MF	180	3,9
Natureza Jurídica das IES	NAT	53	1,2
Organização Acadêmica e Gestão	OAG	193	4,2
Pesquisa	PES	307	6,7
Políticas Públicas da Educação Superior	POL	828	18,2
Corpo Técnico-Administrativo	TEA	11	0,2
Universidade e Sociedade	USO	506	11,1
Total		4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 5 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, no Banco de Dados *Universitas/BR* – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

No que se refere à categoria História das Instituições de Educação Superior, por sua amplitude, optou-se por focar com maior ênfase a contribuição da produção científica para o estudo das instituições universitárias, após um exame mais global das temáticas referentes às IES e ao sistema de ensino superior como um todo. Em seguida, procurou-se efetuar uma análise da categoria temática Autonomia Universitária, que aparece com menor frequência que a primeira. Examinando os textos produzidos sobre essa questão, verifica-se que, após 1968, com a Reforma Universitária, embora o princípio da autonomia seja reconhecido legalmente, a situação em que vivia o

País não permitia que ela fosse implantada, como será visto mais adiante neste trabalho. Todavia, cabe lembrar que, no limiar dos anos 80, reinicia-se a luta pela redemocratização da sociedade brasileira e, como parte dela, das instituições universitárias. Nessa fase, como bem assinalam alguns documentos, são apresentadas outras propostas que vão marcar a história da educação superior no País, com destaque para o princípio da autonomia universitária.

Nos anos 80, há um dado importante em relação à universidade e que aparece registrado em vários documentos: a Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu artigo 207, o princípio da *autonomia universitária*, até hoje objeto de luta pela sua efetivação.

Sem pretender realizar um exame exaustivo não previsto para este trabalho, tentou-se apresentar o que pareceu essencial sobre as duas temáticas, procurando, sobretudo, apontar o que pode sugerir maior utilidade prática para o pesquisador voltado para questões de educação superior no País nos anos de 1968 a 1995.

Outra preliminar que precisa ser esclarecida – mesmo assumindo as limitações – é que se trabalhou apenas com os resumos que integram o *Universitas/BR* como arcabouço para o presente estudo. Tais resumos incluem: artigos, depoimentos, editoriais, notas, notícias, etc., classificados nas duas categorias.

O período trabalhado abrange um espaço de tempo que é significativo, por corresponder à vigência de duas Constituições: a de 1967, promulgada no regime militar (e alterada pela Emenda de 1969), e a de 1988, que vai se refletir concretamente na educação superior e em suas instituições, abrindo um debate sobre a história das instituições universitárias e a questão da autonomia, que persiste até os nossos dias. Trata-se de um período que experimentou diferentes fases na história do País, passando por um regime autoritário que teve início com o Golpe Militar de 1964 e se estende até 1979 – fase de recrudescimento em termos político-ideológicos e de maior fechamento –, quando começa o processo de anistia política, desaguando em outro momento que culmina em 1984, quando o País entra numa nova fase, compreendendo a campanha das “Diretas Já”, a eleição indireta para presidente da República e a instalação, em 1986, da Assembléia Nacional Constituinte, que elabora a atual Constituição, promulgada em 6 de outubro de 1988. Vale observar no entanto que, nesta última fase, persistiram, ainda, certos laivos de autoritarismo. Mas a presença de entidades e organizações da sociedade civil durante a Constituinte (1986-1988) ganhou novos contornos dentro da sociedade brasileira, sendo a questão da escola pública posta não apenas como um problema educacional, mas também político, além de ampliar as discussões e propostas sobre educação superior e universidade. Tal questão vai se refletir na pesquisa *A produção sobre educação superior (1968-1995): avaliação e perspectivas*, que dá origem ao Banco de Dados *Universitas/BR*, anteriormente mencionado.

Arrematando este item, insiste-se em que a leitura do presente texto, aliada à consulta do Banco de Dados, pode fornecer importantes subsídios para uma melhor compreensão da gênese e encaminhamento de algumas questões que estão sendo atualmente colocadas, em termos de autonomia das universidades, estrutura dos cursos, modelos de organização das IES, instituições científicas, etc.

EXPLORANDO AS CATEGORIAS TEMÁTICAS HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A Categoria Temática História das Instituições de Educação Superior

Esta categoria foi a que apresentou o maior número de subcategorias, como pode ser visualizado na Tabela 10.

Tabela 10 – Distribuição de documentos da categoria História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	Nº*	%
Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES	3.1	163	28,7
Reestruturação de IES: Cátedra/Departamento	3.2	18	3,2
Reforma Universitária	3.3	117	20,6
Movimento Estudantil	3.4	5	0,9
Movimento Docente	3.5	12	2,1
Produção Científica	3.6	139	24,5
Educadores/Cientistas	3.7	38	6,7
Cursos	3.8	56	10,0
Outros	3.9	19	3,3
Total		567	100

*Estes números totalizam as indicações nas categorias (opções) 1, 2 e 3; por isso, são superiores aos 365 documentos indicados na Tabela 9.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Pode-se verificar, logo em uma primeira análise, que existe grande diversificação de temas que se relacionam, inclusive com outras categorias temáticas. É o caso, por exemplo, das subcategorias *Movimento Estudantil* e *Movimento Docente*. Os textos incluídos nessas subcategorias se mostraram mais pertinentes à temática Comunidade Acadêmica, que abrange as categorias Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo; por essa razão, os documentos nelas contidos foram analisados por outro grupo de pesquisadores e, para este tema, foram deslocados os textos referentes à subcategoria 3.7, *Educadores/Cientistas*.

Foi feita ainda uma análise dos 19 documentos incluídos na subcategoria *Outros*, de forma a realocá-los em outras subcategorias da mesma temática, eliminando os documentos desta subcategoria ou criando nova subcategoria que contemplasse temas que não se encaixavam nas subcategorias existentes. Assim sendo, tomou-se como base os descritores das subcategorias, definidos *a priori* e consolidados no decorrer da construção do Banco de Dados, a saber: 3.1 – *Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*: ênfase nas IES ou no sistema de ensino superior; 3.2 – *Reestruturação das IES: Cátedra/Departamento*, com ênfase na reestruturação acadêmico-administrativa interna; 3.3 – *Reforma Universitária*: situação histórica da Reforma Universitária de 1968 – idéia de Universidade no período; 3.6 – *Produção Científica*: orientação formativa dessa produção; 3.8 – *Cursos*: sem nenhuma especificação adicional; e 3.9 – *Outros*: tema relativo à história da educação superior que não se enquadra em nenhuma subcategoria existente.

A Categoria Temática Autonomia Universitária

Trabalhando os dados que integram o Banco de Dados *Universitas/BR* referentes à categoria Autonomia Universitária, elaborou-se a Tabela 12, constituída por 143 documentos – e não 106, como aparece na Tabela 9. Tal discrepância poderá ser explicada, em parte, pelo número de documentos que estavam classificados na subcategoria 7.9, com a denominação genérica de *Outros*, além de alguns outros que aparecem nos resumos e não chegaram a ser quantificados anteriormente.

Não se procedeu a uma reavaliação de outras subcategorias com baixa frequência (3.2, por exemplo) com o objetivo de agregar subcategorias, por se entender que esse trabalho demandaria, também, propostas de reagrupamento das subcategorias existentes, que somente

poderiam ser definidas após a análise preliminar da categoria temática como tal, que é um dos objetivos desta publicação. O resultado da triagem realizada está retratado na Tabela 11.

Os 504 documentos indicados como total na Tabela 11 foram inicialmente mapeados de acordo com alguns parâmetros – ano de publicação, periódico e tipo de produção.

Tabela 11 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	Nº*	%
Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES	3.1	164	32,5
Reestruturação de IES: Cátedra/Departamento	3.2	18	3,6
Reforma Universitária	3.3	119	23,6
Produção Científica	3.6	143	28,4
Cursos	3.8	57	11,3
História da Educação/Ensino Superior em Geral	3.9	3	0,6
Total		504	100

*Estes números totalizam as indicações nas categorias (opções) 1, 2 e 3, por isso, são superiores aos 365 documentos indicados na Tabela 9.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Fazendo uma releitura dos resumos incluídos nas subcategorias da categoria temática Autonomia Universitária, surgiu a necessidade de se criar duas novas subcategorias, como demonstra a Tabela 12: 7.0 – *Idéia e Concepção de Autonomia*, com 14 itens, e 7.3 – *Autonomia em Geral*, incluindo 33 documentos que fazem referência ou analisam aspectos gerais desse princípio ou apenas registram a importância da autonomia universitária em suas diferentes dimensões: autonomia didático-científica e autonomia administrativa de gestão financeira e patrimonial. Essa análise levou também a deslocar referências que apareciam nas subcategorias 7.2 e 7.9 para a 7.1, uma vez que a temática principal focalizada no texto referia-se a: escolha de dirigentes universitários enquanto processo; substituição da lista tríplice pela lista sêxtupla – o que vai ocorrer com a promulgação da Lei nº 6.420/77, que altera o artigo 16 da Lei nº 5.540/68; problemas relacionados à sucessão e nomeação de reitores em universidades públicas, com destaque para as federais, bem como referências explícitas à questão de recursos financeiros e como estes deveriam ser administrados.

Tabela 12 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	Nº*	%
Idéia e Concepção de Autonomia	7.0	14	9,80
Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial	7.1	85	59,44
Autonomia Didático-Científica	7.2	11	7,69
Autonomia em Geral	7.3	33	23,07
Total		143	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Deixam de ser inseridos 25 documentos na Tabela 12, por se entender que seria mais adequado classificá-los em outras categorias, tais como: Políticas Públicas da Educação Superior (subcategoria *Estado e Educação Superior*), Ensino (com destaque especial para a subcategoria *Currículo*), Universidade e Sociedade, Avaliação do Ensino Superior e Natureza Jurídica das IES.

Um exame ainda dessa tabela chama a atenção para outro aspecto importante: 85 (59,44%) dos 143 documentos que a compõem são referentes à subcategoria *Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial*, seguida de 33 (23,07%) textos incluídos na subcategoria *Autonomia em Geral*. Esses dados são expressivos: se mais da metade dos textos estão centrados na subcategoria 7.1, essa circunstância vem ao encontro sobretudo das preocupações daqueles que reconhecem que a autonomia universitária é um modo de ser institucional, exigindo liberdade para a universidade autodeterminar-se e organizar-se internamente, tendo presente suas finalidades e funções. No caso das universidades públicas, para que continuem públicas e estatais, precisam continuar sendo financiadas pelo cofres públicos. Nessa linha, também, alguns escrevem fazendo propostas e/ou criticando as universidades públicas e apresentam como saída uma “universidade modernizada”, expressão que, segundo Marilena Chauí (1995, p. 58), poderá, nessa perspectiva ideológica, significar “privatizar e terceirizar”.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Ano de Publicação dos Documentos

Foram definidos pelo Grupo do Projeto Integrado de Pesquisa três períodos que caracterizam a trajetória da educação superior dentro do período maior estudado (1968-1995): 1) 1968-1977, englobando a Reforma Universitária e seu processo de implantação; 2) 1978-1984, período caracterizado pela reorganização dos movimentos sociais; 3) de 1985 em diante, período caracterizado pela reconstrução e propostas de novas direções para o País, em termos político, econômico, social e educacional.

Um dos objetivos do mapeamento por ano de publicação foi o de detectar a maior ou menor incidência da produção sobre determinados temas, de acordo com os períodos acima mencionados. Como decorrência de uma primeira análise de caráter mais quantitativo, foram elaboradas, a partir dos dados levantados, as Tabelas 13 e 14.

Analisando o tema Instituições Universitárias como um todo, pode-se verificar a presença da produção, no período analisado, de documentos sobre as duas categorias.

Nos dois primeiros anos do levantamento, 1968 e 1969, apesar do total bruto da produção ser baixo, nas décadas de 80 e 90, o percentual relativo às categorias é bem mais elevado que o percentual do total da produção. Importa lembrar também que alguns periódicos só vão aparecer a partir dos anos 80.¹ Mesmo assim, embora a implantação da Reforma Universitária ocorra a partir de 1969, sob a égide de um regime autoritário, a frequência de documentos sobre as IES e o sistema de ensino superior e sobre a Reforma Universitária é elevada. Entretanto, os anos seguintes mostram uma produção bem mais escassa, apesar de apresentar um índice de produção acima da média nos anos de 1975 e 1977. O que chama a atenção, pela ausência, neste primeiro período (1968-1977), é a produção na subcategoria *Cursos*, que somente vai começar a ter uma presença mais consistente no início da década de 80. Cabe observar, ainda, que uma das presenças mais estáveis é a referente à subcategoria *Produção Científica*.

Os níveis mais altos de produção podem ser observados no final do segundo período (1978-1984), em termos absolutos, a partir de 1982, em termos relativos, e no período 1985-1989, em termos absolutos e relativos (com exceção do ano de 1988). Admite-se como hipótese que tal produção está relacionada com o movimento de rediscussão da Reforma Universitária, através da apresentação de novos projetos de lei pelo Governo e por entidades representativas recém-criadas, como as associações docentes nas universidades e a Andes em nível nacional. Data também dessa época o desenvolvimento

¹ A respeito, consultar Morosini e Sguissardi (1998a).

do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), que gerou uma série de trabalhos sobre as universidades que participaram do Estudo-Base, com temas específicos sobre a Reforma Universitária, tais como: primeiro ciclo, departamentalização, associação ensino-pesquisa, entre outros.

Tabela 13 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição, em relação ao total geral – 1968-1995

Anos	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.6	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
1968	4	1	6	5	1	-	17	3,37	74	1,63
1969	5	3	2	3	-	-	13	2,58	41	0,90
1970	-	-	2	1	-	-	3	0,60	33	0,73
1971	-	-	-	1	-	-	1	0,20	40	0,88
1972	-	-	1	-	-	-	1	0,20	38	0,84
1973	-	2	2	2	-	-	6	1,19	58	1,28
1974	2	-	2	-	-	-	4	0,79	59	1,30
1975	2	-	-	6	-	-	8	1,59	46	1,01
1976	1	-	1	1	-	-	3	0,60	52	1,14
1977	4	1	3	2	-	-	10	1,98	69	1,52
1978	6	-	5	1	1	-	13	2,58	171	3,76
1979	4	1	1	-	-	1	7	1,39	121	2,66
1980	6	1	4	-	2	-	13	2,58	207	4,55
1981	6	-	4	1	1	1	13	2,58	159	3,50
1982	6	2	13	5	1	-	27	5,36	191	4,20
1983	6	-	4	12	3	-	25	4,96	190	4,18
1984	19	-	7	8	5	-	39	7,74	157	3,45
1985	16	4	12	8	4	-	44	8,73	235	5,17
1986	7	1	4	14	4	-	30	5,95	268	5,90
1987	8	-	17	6	2	-	33	6,55	278	6,12
1988	4	-	6	9	11	-	30	5,95	301	6,62
1989	9	1	5	12	3	-	30	5,95	231	5,08
1990	5	-	1	3	3	-	12	2,38	178	3,92
1991	10	-	5	6	-	1	22	4,37	222	4,88
1992	14	1	4	6	3	-	28	5,56	232	5,10
1993	5	-	5	7	7	-	24	4,76	269	5,92
1994	7	-	1	15	3	-	26	5,16	326	7,17
1995	8	-	2	9	3	-	22	4,37	300	6,60
Totais	164	18	119	143	57	3	504	100	4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPed. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Esse movimento crescente de produção sobre educação superior teve seu ápice com a instalação da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, em março de 1985. Como pode ser verificado na Tabela 13, o ano de 1985 apresenta 44 documentos sobre educação superior, representando 8,73% do total de textos, acima do percentual de 5,17 dos documentos desse ano no total geral do Banco de Dados; 16 documentos se relacionam às IES ou ao sistema

como um todo e 12 estão especificamente direcionados para o tema Reforma Universitária. O maior número de documentos sobre a Reforma Universitária vai aparecer, no entanto, em 1987, fruto ainda dos resultados da Comissão e da atuação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (Geres), criado em 1986 e que provocou bastante polêmica.

Quanto à categoria Autonomia Universitária, após análise dos resumos, foi elaborada a Tabela 14, que permite observar uma frequência mais alta de documentos e porcentual relativo maior nos anos de 1992 (11,63%), 1980 (8,69%) e 1991 (8,10%). É oportuno observar também que, com exceção do ano de 1969, com dois documentos (4,87%), de 1968 a 1976 nenhum texto aparece no Banco; o mesmo vai ocorrer nos anos de 1983 e 1984 em relação à essa categoria. Tal apreciação não implica avaliação definitiva, mas oferece subsídios que permitem continuar a análise dos periódicos que publicam textos sobre educação superior no período em estudo, na busca de pistas que levem a apreender de forma mais completa as percepções sobre essa temática.

Tabela 14 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição, em relação ao total geral – 1968-1995

Anos	7.0	7.1	7.2	7.3	Total Cat. 7	Total Geral	%
1968	-	-	-	-	-	74	0,00
1969	-	2	-	-	2	41	4,87
1970	-	-	-	-	-	33	0,00
1971	-	-	-	-	-	40	0,00
1972	-	-	-	-	-	38	0,00
1973	-	-	-	-	-	58	0,00
1974	-	-	-	-	-	59	0,00
1975	-	-	-	-	-	46	0,00
1976	-	-	-	-	-	52	0,00
1977	-	1	1	1	3	69	4,34
1978	-	2	3	-	5	171	2,92
1979	-	2	-	1	3	121	2,47
1980	3	14	-	1	18	207	8,69
1981	-	6	1	-	7	159	4,40
1982	-	1	-	3	4	191	2,09
1983	-	-	-	2	2	190	1,05
1984	-	-	-	-	-	157	0,00
1985	1	3	-	3	7	235	2,97
1986	-	2	-	1	3	268	1,11
1987	-	2	-	1	3	278	1,07
1988	3	2	-	1	6	301	1,99
1989	4	4	4	3	15	231	6,49
1990	-	2	-	3	5	178	2,80
1991	1	15	1	1	18	222	8,10
1992	2	16	1	8	27	232	11,63
1993	-	1	-	-	1	269	0,69
1994	-	4	-	3	7	326	2,14
1995	-	6	-	1	7	300	2,33
Total	14	85	11	33	143	4.546	3,14

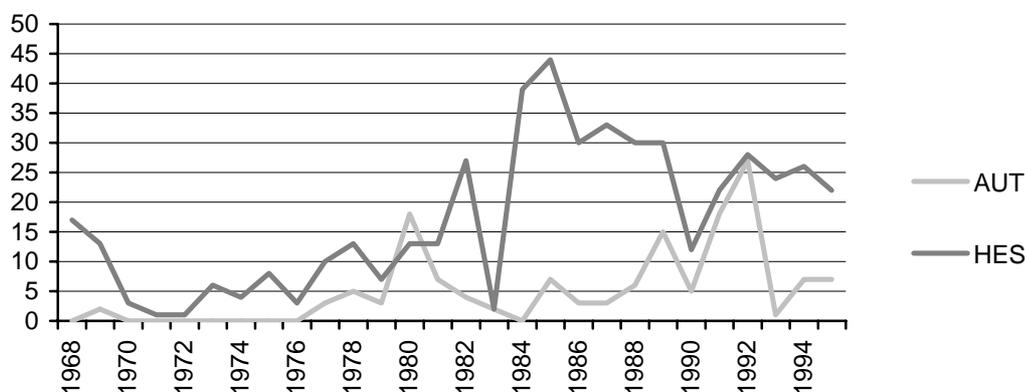
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A leitura da Tabela 14 permite observar ainda que, se por um lado, a lei básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968) reconhece a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, por outro, não podemos esquecer o contexto em que esse dispositivo foi implantado. Tal limitação é fortemente marcada por atos de exceção baixados no governo militar, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei nº 477, outorgado em 26 de fevereiro de 1969 com base no § 1º daquele Ato. Convém lembrar ainda que, complementando as determinações desse decreto-lei, outras medidas foram emitidas pelo Governo, contribuindo ainda mais para o processo de paralisia das instituições universitárias (Fávero, 1987). Assim, não será demasiado inferir que, provavelmente, a ausência quase total de estudos publicados, nos periódicos trabalhados, sobre Autonomia Universitária durante os anos de 1968 a 1976 poderá ser explicada pelo contexto em que a Reforma foi implantada. No ano de 1977, três trabalhos foram detectados, o que equivale a 4,34% do total relativo dos documentos.

Tomando o período de 1978 a 1984, caracterizado pela criação e reorganização de entidades e movimentos da sociedade civil, depreendemos que a concentração maior vai aparecer em 1979, com 18 textos sobre *Autonomia Universitária*, e que o ano de 1984, tão importante na história do País, com a campanha das "Diretas Já" para eleição de Presidente da República, como anteriormente assinalado, não apresenta nenhum documento a respeito da temática.

Finalmente, de 1985 a 1995, a produção é retomada com maior intensidade, se considerarmos que, dos 143 documentos no total da categoria, os maiores índices aparecem nos anos de 1991 (8,10%) e 1992 (11,63%). O Gráfico 6 permite ter uma visão comparativa das duas categorias analisadas neste item.

Gráfico 6 – Distribuição comparativa de documentos publicados sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Tipo de Periódico

As Tabelas 15 e 16 permitem visualizar em quais periódicos há maior número de publicações nas duas categorias temáticas. Em relação às instituições universitárias, os periódicos foram classificados em três grandes grupos: o dos que tratam exclusivamente da *educação superior*, o dos que abordam a *educação em geral* e o dos considerados de *temática geral*, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria, periódico e posição no total geral – 1968-1995

Temáticas/ Periódicos*	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.6	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
Educação Superior										
<i>Educação Brasileira</i>	14	1	6	5	1	2	29	5,75	499	11,46
<i>Estudos e Debates</i>	2	-	12	-	-	-	14	2,77	204	4,69
<i>Univ. e Sociedade</i>	3	-	-	1	-	-	4	0,80	43	0,99
Educação em Geral										
<i>Cadernos Nupes</i>	6	-	-	2	1	-	9	1,78	69	1,58
<i>Documenta</i>	3	-	2	-	-	-	5	1,00	171	3,93
<i>Em Aberto</i>	6	-	11	1	3	-	21	4,16	133	3,05
<i>RBEP</i>	15	6	10	5	-	-	36	7,17	114	2,62
<i>Boletim ANPEd</i>	5	3	7	10	9	-	34	6,74	162	11,46
<i>Rev. Bras. de Adm.</i>	6	-	-	-	-	-	6	1,20	23	0,53
<i>Cadernos Cedes</i>	1	-	-	-	-	-	1	0,20	32	0,73
<i>Educ. & Sociedade</i>	14	-	22	2	7	-	45	8,92	122	2,80
<i>Cad. de Pesquisa</i>	2	1	-	-	-	-	3	0,60	21	0,48
<i>Educação e Seleção</i>	-	-	-	1	-	-	1	0,20	19	0,44
<i>Fórum Educacional</i>	7	3	5	-	2	-	17	3,39	108	2,48
<i>Rev. Fac. de Educ.</i>	7	-	-	-	2	-	9	1,79	40	0,92
Temática Geral										
<i>Ciência e Cultura</i>	48	2	36	93	30	1	210	41,67	171	39,4
<i>Informe Ciência Hoje</i>	-	1	-	-	-	-	1	0,20	130	2,99
<i>Jornal Ciência Hoje</i>	15	-	-	13	-	-	28	5,58	594	13,6
<i>BIB</i>	7	-	5	3	2	-	17	3,39	76	1,75
<i>Rev. Bras. Ciên. Soc.</i>	-	-	-	1	-	-	1	0,20	11	0,25
<i>Ciên. Sociais Hoje</i>	1	-	1	-	-	-	2	0,40	4	0,09
<i>Rev. Adm. Pública</i>	-	-	1	-	-	-	1	0,20	36	0,83
<i>Debate e Crítica</i>	-	-	1	5	-	-	6	1,20	8	0,18
<i>Enc. c/a Civil. Bras.</i>	2	1	-	-	-	-	3	0,60	17	0,39
<i>(sem identificação)</i>				1			1	0,20	-	0,00
Total	164	18	119	143	57	3	504	100	4.354	100

*Não foram incluídos os periódicos *Cadernos Andes*, *Educação e Realidade* e *InfoCapes*, por não apresentarem documentos referentes às subcategorias temáticas.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Analisando as revistas de *educação superior*, verifica-se que em nenhuma delas o percentual de documentos das subcategorias que constituem a categoria História das Instituições de Educação Superior fica acima do percentual geral desses periódicos em relação ao total geral de documentos. O maior número de documentos, em termos absolutos, se concentra na revista *Educação Brasileira*, veículo natural de divulgação de questões relacionadas à educação superior, tendo em vista tratar-se de periódico editado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Entretanto, esse dado absoluto representa um baixo percentual em relação ao total de

artigos levantados sobre educação superior (499). Tal fato já havia sido apontado por Morosini (1998), em sua análise sobre a revista. Em nenhum momento, no entanto, a autora registra a presença dessa categoria em sua análise sobre a produção desse periódico; é um ponto a considerar que somente seis artigos se refiram à Reforma Universitária, em termos de sua trajetória, em todo o período analisado.

Tabela 16 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por periódico, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Periódicos*	Subcategorias Temáticas				Total Cat. 7	Total Geral	
	7.0	7.1	7.2	7.3		Nº	%
<i>Educação Brasileira</i>	1	5	5	4	15	499	3,00
<i>Estudos e Debates</i>	2	10	-	-	12	204	5,88
<i>Universidade e Sociedade</i>	1	4	1	-	6	43	13,95
<i>Cadernos Nupes</i>	3	2	-	1	6	69	8,69
<i>Documenta</i>	-	-	-	3	3	171	1,75
<i>Em Aberto</i>	1	-	1	5	7	133	5,26
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>	-	-	-	1	1	114	0,87
<i>Boletim ANPEd</i>	-	5	-	-	5	162	3,08
<i>Cadernos Cedes</i>	1	-	-	1	2	32	6,25
<i>Educação & Sociedade</i>	1	6	-	3	10	122	8,19
<i>Fórum Educacional</i>	-	-	-	4	4	108	3,70
<i>Ciência e Cultura</i>	1	25	3	3	32	1.718	1,86
<i>Informe Ciência Hoje</i>	2	5	1	-	8	130	6,15
<i>Jornal Ciência Hoje</i>	1	23	-	8	32	594	5,38
Total	14	85	11	33	143	4.099	3,49

*Por não incluírem documentos relacionados às subcategorias da categoria temática Autonomia Universitária no período de 1968-1995, não foram computados nesta tabela dados dos periódicos: *Boletim Informativo e Bibliográfico*, *Cadernos de Pesquisa*, *Cadernos Andes*, *Ciências Sociais Hoje*, *Debate e Crítica*, *Educação e Realidade*, *Educação e Seleção*, *Encontros com a Civilização Brasileira*, *InfoCapes*, *Revista Brasileira de Administração*; *Revista de Administração Pública* e *Revista de Ciências Sociais*.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Em relação às revistas de *educação em geral*, dois periódicos se destacaram por concentrar freqüências absolutas bastante elevadas e percentuais bastante significativos no total geral de produção das revistas em questão (Tabela 15). Em primeiro lugar, o periódico *Educação & Sociedade*, com 45 documentos, representando quase 9% de todos os documentos publicados sobre estas subcategorias, percentual bem acima do qual a categoria História das Instituições de Educação Superior havia sido apontada como a mais trabalhada. O segundo periódico é a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, publicada pelo Inep. Apesar da análise sobre a revista, feita por Sguissardi e Silva Júnior (1998), não apontar nela a presença significativa dessa categoria temática, a existência de 36 documentos representa um percentual acima do percentual geral, o que já indica uma contribuição significativa, principalmente no que se refere ao estudo das IES e à reforma universitária.

Finalmente, em relação aos periódicos de *temática geral*, destaca-se o elevado número de documentos da revista *Ciência e Cultura*. Embora o percentual médio esteja somente um pouco acima do percentual geral, o número de documentos, em termos absolutos, é o mais alto dentre todos os periódicos. É importante registrar, em relação àquela revista, que, embora seja significativa

a freqüência nas duas subcategorias mais centrais da categoria temática – 3.1 e 3.3 –, nela destaca-se, principalmente, a subcategoria *Produção Científica*.

A presença da subcategoria *Produção Científica* está diretamente relacionada à própria editora da revista, a SBPC, que tem como um de seus principais objetivos “ser um órgão de divulgação que noticiasse ciência no Brasil” (Mancebo, 1998, p. 197).

Além disso, ficaram incluídos nesta subcategoria documentos sobre a atuação da própria SBPC e o registro da trajetória das instituições científicas, tendo em vista que as subcategorias 3.1 e 3.2 se referiam explicitamente às IES.

Quanto à subcategoria *Cursos*, vale registrar a importância da contribuição da revista *Ciência e Cultura* na abordagem desse tema, tendo em vista a necessidade atual de se conhecer a trajetória dos diferentes cursos ou áreas de conhecimento para melhor avaliar as propostas de mudança em curso: novos parâmetros curriculares, modularização dos cursos de graduação e cursos seqüenciais.

No que se refere à categoria Autonomia Universitária, a Tabela 16 oferece uma visão da distribuição de documentos por periódico. Os dados dessa tabela indicam que, por ordem decrescente, os periódicos que mais contribuíram, em termos relativos, para o debate sobre essa categoria no período em estudo foram *Universidade e Sociedade*, editado pela Andes/Sindicato Nacional, com 13,95%, *Cadernos Nupes*, com 8,69%, e *Educação & Sociedade*, com 8,19%; enquanto que, em termos absolutos, merecem destaque a revista *Ciência e Cultura*, editada, como já assinalado, pela SBPC, com 32 trabalhos, e o *Jornal Ciência Hoje*, com o mesmo número de textos, editado também por essa entidade. Em terceiro lugar encontra-se a revista *Educação Brasileira*, publicada pelo Crub, com 15 documentos sobre a temática.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Tipo de Documento

Onze tipos de documentos foram definidos no Banco de Dados, a partir de uma troca de idéias em que os pesquisadores procuraram retratar as especificidades de seus periódicos e conciliá-las no sentido de uma classificação que atendesse a todo o conjunto de periódicos. O resultado desse trabalho de classificação e o levantamento feito nas subcategorias das categorias temáticas História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária aparecem retratados nas Tabelas 17 e 18.

O que mais chama a atenção na Tabela 17 é a presença significativa de 229 artigos, tendo em vista o peso que esse tipo de produção expressa. A ocorrência de 117 resumos deve se referir, em sua maioria, aos resumos dos Anais das Reuniões Anuais da SBPC, que comparece com 210 documentos sobre estas subcategorias, como já foi visto na Tabela 15.

Outro dado significativo que merece registro se refere à presença de 26 resenhas (representando 6,16% da categoria temática ou 2,62% de documentos no percentual geral), o que parece apontar para trabalhos de peso sobre o assunto, principalmente no que se refere às subcategorias 3.1 (*Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*) e 3.3 (*Reforma Universitária*). Quanto à presença expressiva, em termos percentuais, de documentos classificados como *apresentação* nessas subcategorias, isto não constitui um dado relevante para análise, tendo em vista que este índice se refere a um universo muito pequeno, com apenas quatro documentos.

O exame da Tabela 18 nos permite inferir que, em relação ao tipo de e à posição no total dos documentos publicados sobre educação superior no período em estudo, a maior incidência em relação à categoria Autonomia Universitária é de artigos, com um total de 86, apresentando, em relação ao total geral, um percentual de 5,12; a seguir aparecem as notícias, com 35 textos e 4,35% do total de documentos da mesma classificação. Em relação a esses últimos dados, observamos que a quase totalidade dessas notícias são do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC.

Tabela 17 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Temáticas de Documentos	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
Apresentação	1	-	2	-	1	-	4	0,95	4	0,09
Artigo	86	11	67	46	17	2	229	54,27	1.677	38,51
Depoimento	2	-	2	1	-	-	5	1,18	84	1,93
Disp. leg./Atos norm.	1	-	-	-	-	-	1	0,25	150	3,44
Editorial	1	-	3	13	-	-	17	4,04	91	2,09
Nota	3	-	2	-	2	-	7	1,65	148	3,40
Notícia	4	-	5	2	1	-	12	2,85	803	18,44
Relatório	-	1	1	-	2	-	4	0,95	59	1,35
Resenha	13	1	8	2	1	1	26	6,16	114	2,62
Resumo	24	1	19	52	21	-	117	27,70	1.211	27,81
Série Documental	-	-	-	-	-	-	-	-	14	0,32
Total	135	14	109	116	45	3	422	100	4.355*	100

*Os textos de *Cadernos Nupes*, indicados como Documentos de Trabalho, não estão computados nesta tabela. O total é inferior ao da Tabela 9 devido à não inclusão de alguns documentos sem classificação por tipo de produção.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 18 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Tipos de Documentos	Subcategorias Temáticas				Total Cat. 7	Total Geral <i>Universitas/BR</i>	
	7.0	7.1	7.2	7.3		Nº	%
Apresentação	-	-	-	-	-	4	0,00
Artigo	12	48	8	18	86	1.677	5,12
Depoimento	-	-	-	1	1	84	1,19
Disp.leg./Atos norm.	-	-	-	1	1	150	0,66
Editorial	-	2	-	1	3	91	3,29
Nota	-	-	-	1	1	148	0,67
Notícia	1	24	3	7	35	803	4,35
Relatório	-	1	-	-	1	59	1,69
Resenha	-	2	-	2	4	114	3,50
Resumo	1	8	-	2	11	1.211	0,90
Série Documental	-	-	-	-	-	14	0,00
Total	14	85	11	33	143	4.355	3,28

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS TEMÁTICAS MAIS PRESENTES NA CATEGORIA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apesar de o mapeamento do Banco de Dados ter levado sempre em consideração, nesta categoria, seis subcategorias das nove existentes originalmente, uma análise mais qualitativa dos temas presentes permitiu configurar o conjunto dessas subcategorias em cinco grandes áreas temáticas: a) História da Educação Superior no Brasil, incluindo os três documentos que foram alocados na nova categoria do mesmo nome e, também, aqueles que tratam do tema em nível de sistema, na subcategoria 3.1 (*Criação, Institucionalização e Extinção de IES*), tendo em vista seu caráter mais abrangente; b) História das Instituições Universitárias, enfocadas em sua especificidade institucional, seja a instituição como um todo, seja alguma unidade ou área de atuação; c) Reforma Universitária, integrando as subcategorias 3.3 e 3.2, que, além da baixa frequência de documentos, revelou pouca eficácia discriminativa de levantamento de problemas de estruturação e funcionamento, como previa seu descritor; d) História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento, que se refere basicamente à subcategoria 3.8, mas engloba, também, alguns trabalhos incluídos em outras subcategorias temáticas; e) Produção Científica e as Instituições Científicas no Brasil, que procura dar conta da subcategoria 3.6, referente à produção científica.

Como pode ser verificado na descrição das cinco áreas temáticas acima, duas se referem diretamente a questões relacionadas às IES (História das Instituições Universitárias e História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento) e uma terceira (Reforma Universitária) trata, em vários documentos, da questão objeto de estudo no contexto de uma instituição de ensino superior. Na análise desses três temas, procurou-se sempre diferenciar os trabalhos que privilegiavam a IES como foco ou contexto de análise.

Tendo em vista a abrangência desta categoria temática, optou-se, também, por apresentar uma visão de caráter mais geral dos cinco temas acima relacionados, bem como das demais temáticas.

História da Educação Superior no Brasil

Cerca de 15 documentos ilustram a forma mais abrangente do enfoque dessa temática. Três deles abordam, inclusive, a educação de um ponto de vista geral, analisando questões de maior amplitude, que vão do divórcio entre educação e sociedade em um longo período (1812-1973) a análises mais focais (confronto entre ideologia católica *versus* ideologia do Estado, na década de 30) ou limitadas em termos de período de tempo (a Reforma Francisco Campos, de 1931, e a Reforma Passarinho, em 1971).

No que tange aos documentos que tratam da educação superior no seu sentido mais amplo, três linhas de trabalho se destacam, independentemente do número de documentos que apresentam: a) destaque da importância da investigação histórica da universidade brasileira, sinalizando possíveis vertentes teóricas de análise; b) análise das Constituições e/ou da legislação específica de ensino superior por um determinado período; e c) análise das principais questões da universidade em um determinado período de tempo.

É interessante observar, no conjunto de documentos trabalhados, a presença de apenas um voltado exclusivamente para este tipo de análise metodológica, o que representa certa lacuna em termos de produção acadêmica. Outro ponto que também merece ser destacado é a discussão a respeito das Constituintes no País, que aparece em vários documentos escritos em 1985, momento em que já se discutia a Constituição que seria promulgada em 1988.

Tais destaques pretendem chamar a atenção para duas características que a produção sobre História da Educação Superior deve ter: fundamentação teórica na investigação e a contextualização do momento histórico. Quanto à análise das principais questões da universidade,

abordadas em um determinado período de tempo, a maioria dos documentos sobre este tema estão alocados na categoria 3.1.

Os documentos que abrangem um período mais longo apresentam, geralmente, um fio condutor de sua análise, tais como: a relação com o sistema produtivo, a estrutura institucional da universidade, a forma de implementação de políticas educacionais em relação à universidade, etc. Já documentos como o que analisa a universidade nos anos 80 tendem a elencar questões que permeiam o recorte histórico escolhido. No caso concreto deste trabalho, despertou atenção o fato de uma autora elencar as questões mais presentes nos debates – autonomia e democratização da universidade –, denunciando a abordagem limitada de outras questões, como avaliação, carreira docente, indissociabilidade entre ensino e pesquisa e a relação público/privado. Esse tipo de abordagem coincide com o propósito do presente texto, no sentido de apontar não somente as questões presentes na produção sobre educação superior, como, também, as lacunas ou insuficiências de produção.

Os documentos alocados na subcategoria 3.1 (*Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*), que tratam historicamente da universidade em nível de sistema, abordam uma grande variedade de assuntos que procuraremos, inicialmente, agrupar por ordem de maior presença no Banco de Dados, para, depois, tecer alguns comentários a respeito:

- 1) Expansão do ensino superior: necessidade de controle da expansão; modernização das IES (1945-1964); expansão e privatização; expansão e qualidade.
- 2) Recursos: crise da universidade e seus fatores econômicos; qualidade e recursos; relacionamento com o sistema produtivo; qualidade e eficiência; financiamento; adesão da universidade à internacionalização econômica.
- 3) Democratização do acesso: democratização e integração entre os níveis de ensino de 1º, 2º e 3º graus; evolução do conceito de democratização; demanda em relação aos cursos de graduação.
- 4) Público *versus* privado: público e privado na década de 80 no Brasil; crescimento do ensino superior privado como fenômeno mundial.
- 5) Análise histórica de modelos de universidade: proposta de uma universidade pública e democrática; modelo fundacional *versus* privatização; discussão da existência ou não de universidade no Brasil; papéis e formato institucional, como “aglutinação” de faculdades ou como organizações universitárias.
- 6) Questões relacionadas diretamente à Reforma Universitária, analisadas sob um enfoque histórico: cátedra e formação docente; pós-graduação; vestibular; primeiro ciclo, etc.

Podemos verificar no elenco acima que várias questões tratadas em nível de sistema nessa subcategoria temática se relacionam diretamente com outras categorias, tais como: Políticas Públicas da Educação Superior, Manutenção e Financiamento da Educação Superior, Natureza Jurídica das IES e Organização Acadêmica e Gestão. A contribuição específica desse conjunto de documentos para essas categorias temáticas é justamente a preocupação de trabalhar tais questões sob a perspectiva histórica. Entretanto, a esta visão histórica de determinadas questões deveria ser acrescida uma preocupação de não somente situar historicamente a questão, o que ocorre em boa parte dos documentos analisados, mas de desenvolver investigações com todo o rigor científico para determinar a origem e trajetória de determinados problemas recorrentes da educação superior no Brasil. Em outros documentos, ainda, o leitor que é especialista da área constata que alguns deles são fruto de uma investigação histórica, mas em nenhum momento do texto é explicitado o caminho metodológico percorrido pelo autor para chegar às suas conclusões. Às vezes esta explicitação vem em documento separado, como foi mencionado no início deste item. Finalmente, o pequeno número de trabalhos relacionados à Reforma Universitária será mais explorado quando se abordar desse assunto mais adiante, levando-se em consideração que alguns deles não tratam do assunto de uma perspectiva histórica.

História das Instituições Universitárias

Dos quase 150 documentos incluídos nesta temática, procurou-se destacar dois níveis de enfoque das instituições universitárias: 1) estudo de instituições de ensino superior agregadas; e 2) instituições individualizadas.

Inicialmente, no *primeiro nível*, foi destacado um pequeno grupo de estudos (num total de 12) que tem por objeto as instituições de ensino superior agregadas sob, basicamente, dois critérios: tipo de instituição e localização geográfica. Alguns documentos que trabalhavam as instituições sob o ângulo da área de conhecimento, como, por exemplo, ciências médicas, foram deslocados para a temática referente a cursos.

Em relação ao tipo de instituição, foi analisada uma série de cinco documentos, publicados no final da década de 60, sobre as escolas de Educação. Tendo em vista que a discussão gira em torno da transformação das faculdades de Filosofia em faculdades, centros ou departamentos de Educação, esse conjunto de artigos poderia ser também objeto de interesse para aqueles que estudam a subcategoria temática da *Reforma Universitária*. É importante registrar que esta é a única unidade acadêmica que aparece retratada no Banco de Dados, quando sabemos da enorme resistência de outras unidades acadêmicas à reforma. Tal silêncio pode ser interpretado pela dificuldade de uma análise crítica mais contundente, como anteriormente assinalado, no início de implantação da Reforma Universitária. Se analisarmos os autores dos artigos sobre as escolas de Educação, podemos perceber que são atores responsáveis pelo processo da Reforma em si mesma.

Documentos que focalizam conjuntos de instituições por localização geográfica, como, por exemplo, na cidade de Londrina e nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, têm geralmente como enfoque principal a análise do aparecimento, importância e expansão da rede de ensino superior.

No *segundo nível* de enfoque, encontramos, na subcategoria 3.1, um total de 75 documentos que analisam instituições individualizadas, seja globalmente, seja através de uma de suas unidades ou áreas acadêmicas. Tendo em vista a presença significativa desses estudos, optou-se por mapear esta produção por ano e instituição enfocada. A Tabela 19 retrata a distribuição dos estudos por ano de produção.

Será possível facilmente visualizar um conjunto de aspectos: a) estudos sob esse enfoque somente apareceram a partir de meados da década de 70; b) existe uma grande concentração de estudos no biênio 1984/1985; e c) na década de 90 também existe uma certa concentração de trabalhos sobre este assunto. Para melhor compreender esses dados, fez-se um levantamento das instituições objeto de estudo em, pelo menos, dois documentos, o que resultou na Tabela 20.

Como pode ser verificado na Tabela 20, a USP e a Unesp concentram mais de 50% dos documentos desse tipo. Combinando essas informações com os índices de concentração por ano comentados na tabela anterior, pôde-se verificar, voltando aos resumos do Banco de Dados, que o projeto da Unesp foi bastante discutido na década de 70 (1975-1978) e que o alto índice de concentração de documentos nos anos de 1984 e 1985 pode ser creditado, em grande parte, à comemoração dos 50 anos da USP. Vários artigos foram escritos sobre o assunto e, apesar de alguns textos serem descritivos ou enaltecedores do evento, pode-se identificar algumas avaliações críticas da trajetória da instituição bastante significativas.

Lamentavelmente, nesse Banco, documentos mais recentes sobre os 25 anos da UFSCar, 30 anos da UnB ou 60 anos da UFRGS se limitaram (sem desmerecer o registro) a uma notícia. Uma ampla avaliação pela comunidade acadêmica de dentro e de fora da instituição, como a que foi realizada em relação aos 50 anos da USP, precisa ser incentivada, inclusive no momento em que a nova Lei de Diretrizes e Bases não define nenhum modelo de instituição. Mesmo quando existia um modelo institucional imposto pela Reforma Universitária já defendíamos um modelo de análise que possibilitasse situar historicamente as instituições de ensino superior e definir sua identidade através de três problemas: a exploração da origem da instituição, a natureza do comportamento dentro dela

e a mudança institucional (Segenreich, 1990). Em 1997, foi realizada uma sessão coordenada sobre as instituições universitárias no Rio de Janeiro, na qual se teve oportunidade de acompanhar a trajetória de três instituições universitárias de porte: a Universidade do Brasil (Fávero, 1997b), a PUC-RJ (Segenreich, 1997) e a Uerj (Mancebo, 1997).

Tabela 19 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	Anos	Nº
1968	-	1982	2
1969	-	1983	3
1970	-	1984	13
1971	-	1985	10
1972	-	1986	1
1973	-	1987	-
1974	2	1988	-
1975	2	1989	3
1976	1	1990	3
1977	3	1991	1
1978	2	1992	7
1979	2	1993	3
1980	4	1994	6
1981	3	1995	4
Total			75

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 20 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por instituição enfocada – 1968-1995

Instituições Focalizadas	Nº
Universidade de São Paulo (USP)	18
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	9
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	4
Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf)	3
Universidade de Brasília (UnB)	3
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	2
Unifesp/Faculdade Paulista de Medicina	2
Total	53

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Reforma Universitária

Esta é uma das subcategorias mais importantes do Banco de Dados e concentrou mais de 100 documentos sobre os mais variados temas, que foram divididos em dois grandes grupos: documentos que se reportam à Reforma Universitária de 1968 e documentos que descrevem e discutem as novas propostas da Reforma que surgiram a partir da década de 80, seguindo a mesma linha de pensamento adotada no texto apresentado à ANPEd, analisando os 25 anos de Reforma Universitária (Fávero, 1994). Utilizou-se o mesmo esquema de análise adotado em relação à História da Educação Superior em nível de sistema: primeiramente foram elencados os principais temas tratados, para, em seguida, tecer-se alguns comentários a respeito.

Entre as principais questões levantadas em relação à Reforma Universitária de 1968, foram destacadas: a) questões gerais: condições de implantação, projeto da Reforma e projetos alternativos, avaliação, idéia de Universidade, análise política; b) questões relativas a inovações propostas pela Reforma: ciclo básico, vestibular, relação ensino-pesquisa, participação estudantil, departamento, currículo, pós-graduação; e c) questões discutidas no âmbito de universidades específicas, em termos de exemplos ilustrativos: estrutura de poder na UFPB, regressão na UnB, ensino e pesquisa na UFRGS, imposição do projeto de Reforma como ruptura de trajetória na USP.

As questões gerais elencadas registram de forma sumária um conjunto de documentos significativos no que se refere à discussão do Projeto de Reforma como um todo. Cerca de 10 documentos examinam o projeto apresentando e discutindo detalhadamente as alternativas propostas na época, mas que não prosperaram. Alguns destes documentos analisam os diferentes textos que fizeram parte da Reforma Universitária, como o Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos. Outros, ainda, situam as raízes da Reforma em realizações que prepararam, de certa forma, o caminho da Reforma, como, por exemplo: o Centro Técnico de Aeronáutica (1947), a Faculdade de Medicina de Ouro Preto (1951) e a Universidade de Brasília (1961).

No que se refere às inovações propostas, os documentos se dividem em: análises acadêmicas, que procuram fazer um estudo dos pontos positivos e negativos em termos de dificuldade de implantação; análises institucionais, que procuram definir a forma de implantação ou não dessas inovações em função da cultura da instituição; análises do contexto político e repercussões dessas propostas na instituição.

Nas questões discutidas no âmbito das instituições, pode-se perceber, mais claramente, todo o impacto de uma inovação imposta em sua trajetória pelo simples enunciado dos documentos. Para muitas instituições, este foi um momento de ruptura de trajetória bastante traumático, pela forma como foi implantada a inovação. Poucos trabalhos foram publicados em relação a instituições de educação de menor projeção, mas seria importante que este “exercício de avaliação institucional de um momento de crise” fosse mais incentivado.

Entre as principais questões levantadas em relação às novas propostas da Reforma, merecem registro: a) crítica à proposta do Geres como proposta crítica, pelo fato de dar maior ênfase à remuneração de funcionários do que às questões pedagógicas e científicas, consideradas fundamentais por alguns autores; controvérsia entre autonomia e autogestão; crítica à universidade de ensino proposta pelo Geres; escassa participação da comunidade na elaboração do relatório final; b) discussão de diferentes questões, como indissociabilidade entre ensino e pesquisa; universalização de campo; autonomia universitária; questão salarial das universidades federais – tais aspectos foram levantados em reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nas universidades e nas associações de classe; c) análise crítica da Universidade na década de 80, debatendo, entre outros problemas, a estrutura de poder e a questão da participação docente e discente nos diferentes níveis de decisão, bem como a diminuição de recursos destinados às atividades básicas e a progressiva desobrigação do Estado para com a educação superior pública; e d) comparação entre

a Reforma de 1968 e as propostas da década de 80, em termos gerais ou enfocando questões específicas, como a autonomia e a cátedra.

Em relação a este grupo de questões, o próprio enunciado já demonstra a contribuição de cada grupo de documentos. Reserva-se este espaço de comentários para chamar a atenção sobre a importância dos estudos comparativos acima citados, utilizando uma perspectiva histórica que faltou a muitos documentos mencionados nesta subcategoria temática. Mais uma vez enfatiza-se a necessidade de tratar essas questões sob uma perspectiva histórica, cientificamente desenvolvida.

História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento

A exemplo dos documentos referentes às instituições universitárias, esse conjunto de documentos é importante na medida em que reconstitui o processo de construção de determinados cursos e áreas de conhecimento. Os textos selecionados a partir da subcategoria 3.8 – *Cursos* – e de outras subcategorias da mesma temática foram distribuídos em quatro grupos, que podem ser visualizados na Tabela 21.

Tabela 21 – Distribuição de documentos da subcategoria Cursos, em periódicos nacionais, por forma de agregação – 1968-1995

Formas de Agregação	Nº
Área de conhecimento	9
Curso em geral	12
Disciplina em geral	6
Curso na instituição	20
Total*	47

*Este total é diferente dos que aparecem nas Tabelas 10 e 11 porque não foram analisados documentos incluídos na subcategoria 3.8 e, também, por terem sido acrescentados outros da subcategoria 3.1.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Detalhando as informações contidas na Tabela 21, vale registrar que as áreas de conhecimento trabalhadas nos documentos se referem principalmente à formação de professores, com três documentos, seguida das seguintes áreas, com um documento cada uma: Informática Educativa, Literatura em nível de Pós-Graduação, Ciências Sociais, Ensino do Direito, Ensino Médico e Ensino Superior Agrícola.

No que se refere aos cursos em geral, mais uma vez a área de educação está mais presente através do curso de Pedagogia, seguido dos cursos de Administração, Medicina, Ciências Jurídicas, Psicoterapia e Engenharia de Operação. Mesmo os documentos relacionados a disciplinas privilegiam, nos textos analisados, a educação, ao focar as disciplinas de Didática, Prática de Ensino e Biologia Educacional. O fato de prevalecerem no Banco de Dados as revistas da área de educação é uma explicação possível; resta saber se as revistas especializadas nas diferentes áreas privilegiam a área de ensino em sua produção. Tomando como base os dados levantados na revista *Ciência e Cultura*, que nas reuniões anuais da SBPC recebe trabalhos de todas as áreas, somente a Física e a Química apresentam regularmente trabalhos sobre ensino superior (Segenreich, 1998).

Finalmente, o último grupo de documentos procura registrar a trajetória de 20 cursos em suas respectivas instituições, o que constitui uma contribuição importante para uma avaliação de seu funcionamento como um todo. Seria importante que houvesse um esforço de reunir estes trabalhos institucionais, com o objetivo de traçar, a partir da experiência concretamente vivida no cotidiano

dessas instituições, o perfil dos diferentes cursos. Como já foi comentado no decorrer deste documento, as novas formas de cursos que vêm sendo propostas (cursos seqüenciais, cursos a distância) a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 demandam um conhecimento aprofundado dos cursos existentes, para evitar equívocos.

Produção Científica e Instituições Científicas no Brasil

Esta subcategoria apresenta uma temática bastante rica que mereceria análise mais detalhada. Entretanto, somente será possível dar uma visão geral dos grandes temas tratados tendo em vista a ênfase dada neste trabalho às instituições universitárias. Para tanto, serão elencadas algumas linhas de trabalho percebidas no conjunto dos documentos, com os respectivos comentários, quando for necessário: a) estudos sobre a História das Ciências em geral e das ciências em algumas áreas, como, por exemplo, as Ciências Sociais; b) documentos que estabelecem normas para apresentação de publicações realmente científicas ou procuram fazer uma avaliação geral da qualidade da produção acadêmica em termos dos padrões estabelecidos internacionalmente; c) estudos sobre a trajetória de instituições científicas, de grande importância para o desenvolvimento da ciência no Brasil; d) análise da trajetória de revistas incluídas, até mesmo as que fazem parte do Banco de Dados; e) trabalhos que analisam a produção científica de associações acadêmicas; f) trabalhos que analisam a produção dos cursos de pós-graduação; g) documentos que avaliam a pesquisa; h) documentos que avaliam a produção acadêmica de instituições universitárias; e i) avaliação de periódicos específicos.

AS TEMÁTICAS PRESENTES NA CATEGORIA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Como foi dito anteriormente, na análise da categoria Autonomia Universitária, a partir de um exame mais acurado dos documentos que constituem o Banco *Universitas/BR*, como assinalado na Tabela 19 deste estudo, foram criadas duas novas subcategorias – *Idéia e Concepção de Autonomia (7.0)* e *Autonomia em Geral (7.3)* – em substituição à subcategoria *Outros (7.9)*, que pouco expressava o conteúdo e a riqueza do material encontrado.

Trabalhando a subcategoria 7.0, foram encontrados alguns textos que oferecem importantes subsídios para um entendimento do princípio da autonomia universitária. E aqui, para apreendermos a idéia e a concepção em toda a sua abrangência, vale lembrar que o termo “autonomia”, de acordo com a origem etimológica do vocábulo, corresponde a sua forma grega, composta de duas raízes: *autós* e *nómos*. A primeira significa *si mesmo*, algo que se basta, que é peculiar; a segunda pode significar tanto *lei* como *regra* ou *ordem* (Cunha, 1982, p. 84 e 551). A palavra *autonomia* resulta, portanto, da aglutinação desses dois vocábulos, podendo ser entendida como *a lei de si mesma*.

No confronto das duas raízes, há uma identidade trazida da *autós* e uma pequena diferença específica dada pela dupla origem de *nomia*. Procurando explicar essa questão, Cury, um dos autores que integram o Banco de Dados, valendo-se de alguns elementos etimológicos, filosóficos e jurídicos, apresenta análise importante a respeito desses vocábulos gregos, a saber: “*autós* significa por si mesmo, algo que se basta. Já a palavra *nomia* é polissêmica, tanto pode significar lei, regra, modelo a seguir, como significar uma região delimitada”. Assim, pela identidade, a universidade é *autós* ou não será universidade, uma vez que “*autós* é a sua substância”. Mas, por outro lado, “a universidade é também *nomia*” (Cury, 1991, p. 25). Assim, somos levados a indagar: qual o sentido que prepondera, “o de modelo ou o de lugar relativo”? Tal questão, para esse autor e outros (Mendes, 1980 e Fávero, 1997a), é um campo aberto a discussões com implicações diferenciadas.

Partindo desses elementos, constatamos que há documentos incluídos na subcategoria 7.0 que nos levam ainda a observar que, se aceitamos ser a autonomia “uma prerrogativa da Universidade, decorrente de suas características próprias, pelas quais tal privilégio é atribuído à instituição como um todo (...), a partir daí, impõe-se que o governo da Universidade traduza uma concepção ministerial de poder, que é a antítese da vontade de poder”. Dessa forma, deverá subordinar-se a dois princípios: a da vontade comum, elaborada e executada através de métodos adequados, e o da gestão acadêmica, pela qual as instâncias de poder nos assuntos científicos serão providos por delegação do corpo acadêmico e segundo os interesses do ensino e da pesquisa (Mendes, 1980, p. 63-64).

Examinando os textos produzidos sobre *Idéia e Concepção de Autonomia e Autonomia em Geral*, verifica-se que a luta por uma legislação universitária de conteúdo democrático não é apenas um problema jurídico-formal; mais que isso, é um movimento político pelo fortalecimento da autonomia e democracia universitárias. Não desconhecemos que a elevação da autonomia à garantia de princípio constitucional foi um passo fundamental, oferecendo possibilidades de defesa das instituições universitárias ante à intervenção do Estado em seus assuntos e decisões de caráter interno. Todavia, não podemos esquecer que não se pode confundir autonomia com soberania, pois “autonomia supõe espaço de uma liberdade criadora socialmente responsável e de uma produção científica reconhecida e avaliada (...). Espaço capaz de autodeterminação de possibilidades e de limites (...), implicando a criação *ad intra* de regulamentos próprios e a possibilidade de *autodireção*. A entidade autônoma é de direito público interno. Governa-se por si própria *ad intra*, mas *ad extra* tem seus limites traçados pela Lei Maior, ou seja, pelo modo de participação política daquela autarquia no conjunto de uma nação soberana”. Não seria demais lembrar também que “a soberania é o maior poder político de uma nação ou de um Estado pelo qual ela regula interna e externamente seu próprio destino, usufruindo de uma personalidade internacional” (Cury, 1991, p. 27).

Quanto à autonomia administrativa, fica evidente, após análise de alguns documentos, publicados sobretudo nos anos 80 e 90, que a consolidação de uma real autonomia e democracia na universidade apóia-se no pressuposto de que uma instituição universitária apresenta sempre diversos graus de poder, configurando o sistema político como uma pirâmide. Contudo, para que ela seja de fato democratizada, o poder deve fluir da base para o vértice, sem constituir-se monopólio de nenhuma instância, mesmo dos que estão na administração superior. Assim, cada instância deve gozar de autonomia, no sentido de autogoverno. A subordinação à instância superior não significa vínculo ao arbítrio dos dirigentes superiores, mas a uma vontade comum, expressa numa política a que todos se subordinam, inclusive os órgãos da administração superior. Entendida sob essa perspectiva, a fonte de poder na universidade deve ser a vontade comum, expressa numa estrutura excludora de qualquer forma monárquica ou oligárquica de autoridade (Mendes, 1980).

Assim entendida, a universidade autônoma e democrática passa pelo princípio da gestão democrática em todos os níveis e instâncias – reitoria, centros, faculdades, departamentos, etc. A posição destas autoras em defesa desse princípio leva-as a advogar: a) transparência e visibilidade em todos os setores da vida acadêmica; b) aumento ou existência efetiva de espaços para que a comunidade acadêmica seja auscultada e possa participar organicamente do planejamento e das deliberações tomadas pela instituição; e c) definição dos canais e das vias institucionais existentes para a discussão, bem como a deliberação das questões referentes à autonomia universitária.

No que tange à *Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial*, sobretudo no período 1985-1995, vários autores que integram entidades acadêmico-científicas defendem que, no caso das instituições públicas, autonomia tomada nesse sentido significa que a instituição tem competência para propor e executar o seu orçamento, receber os recursos que o Poder Público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal, de despesas de capital e outros custeios, gerir seu patrimônio, receber doações e subvenções, bem como realizar operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do Poder Público competente.

Em geral, de forma explícita ou não, os autores que advogam a existência de uma universidade autônoma e democrática são levados a concluir que, se por um lado nunca houve autonomia universitária no sentido pleno, apesar de proclamada na Constituição de 1988 e em documentos oficiais, por outro lado, observa-se, de forma cada vez mais consciente, uma luta pela construção dessa autonomia. Convém observar, no entanto, que tais anseios não foram contemplados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada sob o n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Chama-se a atenção também para o excessivo número de regulamentos e medidas promulgadas nesses últimos anos, no que tange às instituições de educação superior.

CONCLUINDO...

Houve um imenso esforço em termos de levantamento de dados sobre a produção acadêmica em educação superior no Brasil, no período em análise, por uma equipe interinstitucional de pesquisadores de diferentes universidades do País. Essa pesquisa permitiu revelar a existência de uma significativa produção sobre várias temáticas e questões, que continuam sendo debatidas até os dias atuais, como as iniciadas neste trabalho: a história das instituições universitárias e o princípio da autonomia.

No entanto, é necessário que se continue a explorar e aprofundar a riqueza dos dados desse levantamento pioneiro, em alguns momentos tateantes ainda, a fim de que possa ser atingido o objetivo principal da pesquisa: oferecer elementos para uma compreensão mais completa do estágio do conhecimento a respeito de determinadas temáticas, no que se refere a sua amplitude, às tendências teóricas e abordagens metodológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e de serviços. *Revista USP*, São Paulo, n. 25, p. 54-61, mar./maio 1995.
- CUNHA, Antonio Geraldo de. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 25-29, nov. 1991.
- DUBY, Georges. História da vida privada : da Europa feudal à Renascença. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 9-16 : Advertência.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Autonomia e gestão e o cerco à universidade. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 1045-1056, nov. 1987.
- _____. Vinte e cinco anos de reforma universitária : um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *Universidade no Mercosul*. São Paulo : Cortez, 1994. p. 149-177.
- _____. A Universidade do Brasil : o grande projeto universitário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997a. p. 203-208.
- _____. Autonomia universitária no Brasil e a intervenção do Estado. In: CATANI, A. M. (Org.). *Congresso Internacional "Políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI"*. Recife : YK Produtora de Eventos, 1997b. p. 56-68.

- MANCIBO, Deise. A história da Universidade do Rio de Janeiro : da gênese aos compromissos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997. p. 198-202.
- _____. A produção científica sobre educação superior na revista *Ciência e Cultura* (1968-1979). In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 193-208.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. O governo da universidade. *Estudos e Debates*, Brasília, n. 3, p. 48-65, 1980.
- MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p. 13-30 : Apresentação.
- _____. *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 47-70 : A revista *Educação Brasileira* e produção de conhecimento sobre educação superior.
- SEGENREICH, Stella C. Duarte. A trajetória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997. p. 208-212.
- _____. Ciência e cultura e a educação superior no Brasil – 1982-1995 : multiplicidade de temas e de enfoques. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 209-223.
- _____. Participação na Universidade : as mil faces do cotidiano. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 2, p. 105-118, jun./dez. 1990.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP no período de 1968-1995. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 129-161.
- TAVARES, Maria das Graças M. Educação & Sociedade : um espaço plural de análise política sobre educação. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 163-190.

Políticas públicas da educação superior

Afrânio Mendes Catani*
Deise Mancebo
João dos Reis Silva Júnior
Valdemar Sguissardi

O entendimento da produção intelectual sobre algum tema no contexto histórico em que se realizou revela riqueza maior da realidade do que os dados quantitativos podem apresentar no plano imediato na forma de freqüências, percentagens, médias, máximos numéricos, etc. Cotejando-se os dados com os seus condicionantes históricos produz-se uma tensão, que permite ver, entre outras dimensões da realidade no recorte temático, os atores em cena, as contradições e os antagonismos entre eles, o desenho e as tendências da área social deslindada pela produção intelectual, bem como a trama entre as instituições produtoras de tal cena. Assim, ao estudar-se o tema Políticas Públicas da Educação Superior e as subcategorias em que se desdobra – *Estado e Educação Superior; Estado, Ciência e Tecnologia; Legislação; e Financiamento e Agências Financiadoras* –, articulam-se elementos teóricos para a compreensão dos produtores da educação superior no período em estudo, com destaque para o Estado e as instituições da sociedade civil, o desenho e as tendências de mudança desse espaço social, bem como as relações de identidade e contradições entre as matrizes teórico-políticas da educação superior e do projeto político pretendido, para o País, pelos governantes.

A produção intelectual sobre a categoria temática Políticas Públicas da Educação Superior e suas subcategorias, constantes do Banco de Dados *Universitas/BR*, será aqui apresentada no contexto da produção sobre educação superior no período de 1968 a 1995, dividido em três subperíodos: 1968-1977, 1978-1984 e 1985-1995.

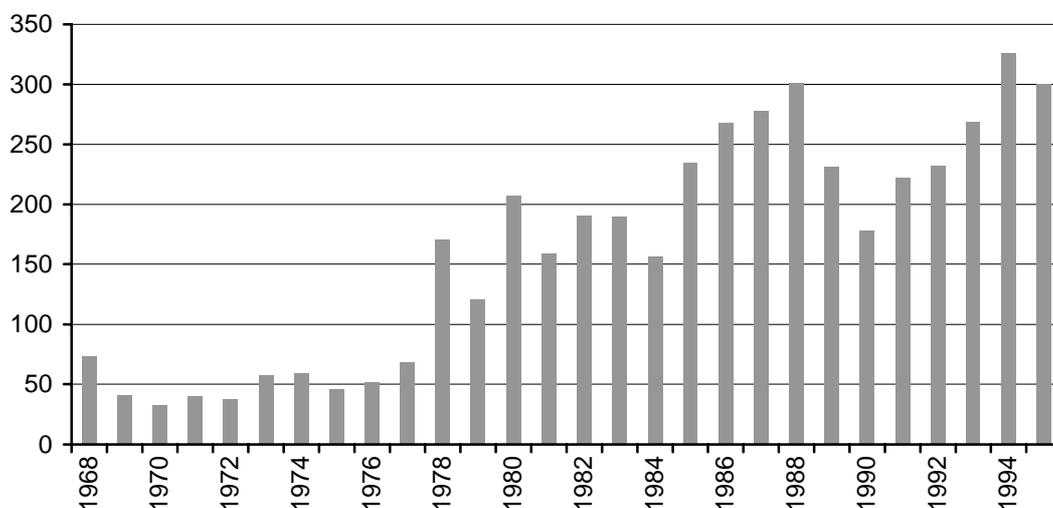
A produção sobre educação superior no referido período pôde ser subperiodizada, em termos quantitativos, da forma acima referida, em virtude da clara diferenciação existente entre esses três subperíodos, como se observa no Gráfico 7.

Nesse universo, a categoria Políticas Públicas da Educação Superior, em exame neste capítulo, apresenta-se como uma das mais expressivas numericamente, logo abaixo da categoria Ensino, com 15,9% e 16,2%, respectivamente, entre 7.161 classificações de 4.546 documentos publicados nos 26 periódicos analisados, conforme se pode ver na Tabela 22 e no Gráfico 8.

A distribuição da produção intelectual sobre esta categoria temática, em cada um dos três subperíodos referidos, assim se apresenta: 1º (1968-1977) = 192 documentos; 2º (1978-1984) = 217; e 3º (1985-1995) = 730 documentos. No interior desses três subperíodos, a distribuição da categoria apresenta cinco momentos a serem destacados, conforme se observa no Gráfico 9.

* Afrânio Mendes Catani é professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) dessa Universidade; Deise Mancebo, doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); João dos Reis Silva Júnior, doutor em Filosofia da Educação pela PUC-SP é pesquisador e professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP; Valdemar Sguissardi, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Paris/França, é pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

Gráfico 7 – Distribuição de documentos publicados sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995



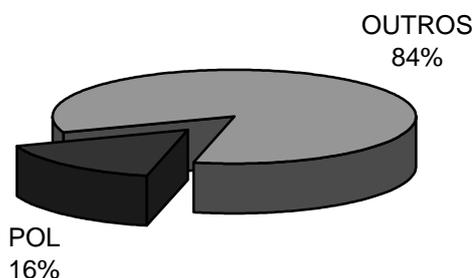
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 22 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995

Códigos das Categorias	Nº	%
ENS	1.163	16,2
POL	1.139	15,9
USO	763	10,7
AVA	683	9,5
PES	604	8,4
HES	599	8,4
DOC	398	5,6
DIS	393	5,5
MF	351	4,9
EXT	338	4,7
OAG	284	4,0
AUT	211	2,9
EPE	136	1,9
NAT	78	1,1
TEA	21	0,3
Total	7.161	100

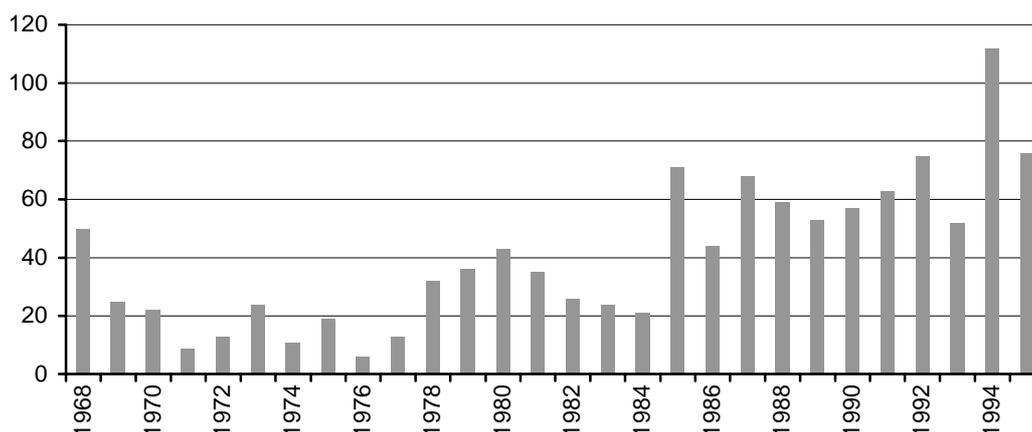
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 8 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 9 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

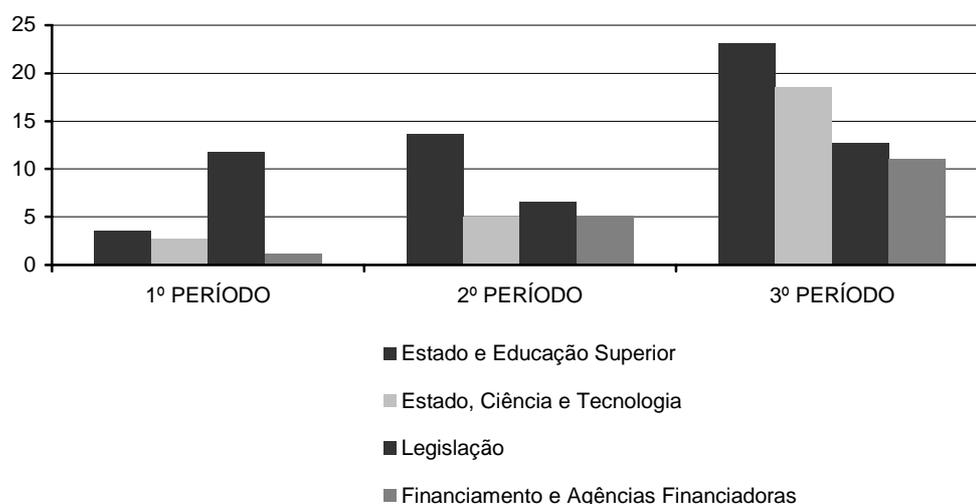
No primeiro subperíodo, chama a atenção a alta frequência da produção de documentos no ano de 1968, em número de 50 para uma média aritmética anual de 19. Em seguida, esta produção declina até nove no ano de 1971, estabilizando-se a partir desse ano até 1977, com uma média anual de aproximadamente 15.

No segundo subperíodo, observa-se, em primeiro lugar, a ascensão da frequência de 1978 até 1980, quando atinge o máximo de 40 documentos, declinando até o seu final, 1984, ainda que a média aritmética se tenha mantido em torno de 30, ou o dobro do momento anterior (1971 a 1976).

No terceiro subperíodo, verifica-se uma significativa produção sobre esta categoria (71 documentos) em 1985, 65% maior do que o ponto de máxima produção do segundo (1980, 43 documentos). Esta produção irá oscilar nos anos seguintes até 1995, com um média aritmética aproximada de 65 documentos, mas apresentando picos de produção de até 112 em 1994.

No Gráfico 10, pode-se observar que a produção de textos referentes às subcategorias *Estado e Educação Superior* e *Financiamento e Agências Financiadoras* apresenta um aumento de freqüência bastante homogêneo, ao longo do período, enquanto a subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* cresce atenuadamente até a metade do segundo subperíodo (1981), acentuando-se de forma homogênea essa tendência até o final do período (1995). De modo distinto, a subcategoria *Legislação* apresenta freqüências mais altas nos primeiro e terceiro subperíodos, ocorrendo acentuada queda de produção no segundo.

Gráfico 10 – Distribuição média de documentos publicados sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o período de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA

Observando a distribuição dos documentos publicados no período estudado (1968-1995), destacam-se, como já visto, três anos nos quais a produção sobre o tema atinge máximos numéricos fora da média do subperíodo: 1968 (50), 1985 (71) e 1994 (112) – ver a Tabela 23 ou, com maior clareza, o Gráfico 10. As hipóteses possíveis para tais elevações, como se verá adiante com maior detalhamento, são várias. Destaca-se, no caso de 1968, o contexto da Reforma Universitária e a necessidade de regulamentar, controlar e persuadir as instituições da sociedade civil sobre as mudanças impostas pela Lei nº 5.540/68.¹ Quanto a 1985, pode-se atribuir ao contexto de redemocratização por que passava o País, às reivindicações da sociedade civil por melhor qualidade na educação superior, à crítica e à defesa das chamadas “universidades emergentes”, bem como ao debate em torno da tentativa do governo de criar as instituições de excelência, proposta defendida pelo Grupo de Estudos para a Reestruturação do Ensino Superior (Geres). A primeira metade dos anos 90 é marcada pela abertura da economia brasileira à mundial em meio a uma radical mudança no projeto político brasileiro, com forte reflexo na educação superior. Nesse momento histórico, já com a pós-graduação e a pesquisa em educação consolidadas, os agentes desse espaço social

¹ Cf. em Paoli (1998a), o papel exercido pelo Conselho Federal de Educação e por seu órgão privilegiado de divulgação, a revista *Documenta*.

buscam responder política, acadêmica e teoricamente às investidas realizadas pelo governo por meio das políticas para a educação superior.

Destacam-se ainda na Tabela 23 as médias dos três subperíodos – 19,1 no primeiro, 31 no segundo e 66 no terceiro –, do que é possível depreender-se a periodização que vem sendo feita por vários autores. De 1969 até 1977, os reflexos do regime militar-autoritário fazem-se presentes no cerceamento à comunidade acadêmica e na sua produção; em tal subperíodo, além de uma baixa média na produção, predominam em geral documentos publicados pela revista *Documenta*, do Conselho Federal de Educação (atualmente Conselho Nacional de Educação). De 1978 a 1984, quando a distensão política tem lugar em nossa história e a reorganização da sociedade civil se inicia depois da época marcada pela ditadura, o movimento docente e as associações científicas se fortalecem, e outras organizações da sociedade civil, como a Ande, a Andes, o Cedes e a ANPEd,² diretamente relacionadas à educação, são fundadas, a produção sobre o tema em foco neste capítulo eleva-se a, em média, 31 documentos por ano. No último subperíodo citado, em face de seus traços brevemente caracterizados, pode-se entender a produção média anual de 66 documentos.

As Subcategorias

As subcategorias *Estado e Educação Superior*, *Estado, Ciência e Tecnologia*, *Legislação e Financiamento* e *Agências Financiadoras*, em que se desdobra a categoria em exame, apresentam uma produção diferenciada, sobressaindo-se a primeira (com 33,8%), em relação à segunda (com 23,4%) e à terceira (com 26,6%) – ambas com a mesma ordem de grandeza –, ficando a quarta (14,9%) com a menor frequência (ver Tabela 24 e Gráfico 11).

Tabela 23 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subperíodo e ano de publicação – 1968-1995

(continua)

Subperíodos	Anos	Nº	%
1968 a 1977	1968	50	4,4
	1969	25	2,2
	1970	22	1,9
	1971	9	0,8
	1972	13	1,1
	1973	24	2,1
	1974	11	1,0
	1975	19	1,7
	1976	6	0,5
	1977	13	1,1
1978 a 1984	1978	32	2,8
	1979	36	3,2
	1980	43	3,8
	1981	35	3,1
	1982	26	2,3
	1983	24	2,1
1984	21	1,8	

² Sobre a constituição dessas entidades e como divulgaram a produção de documentos sobre educação superior em seus respectivos periódicos, ver Medeiros (1998), Paoli (1998b) e Tavares (1998a e 1998b).

(conclusão)

Subperíodos	Anos	Nº	%
1985 a 1995	1985	71	6,2
	1986	44	3,9
	1987	68	6,0
	1988	59	5,2
	1989	53	4,7
	1990	57	5,0
	1991	63	5,5
	1992	75	6,6
	1993	52	4,6
	1994	112	9,8
	1995	76	6,7
Total		1.139	100

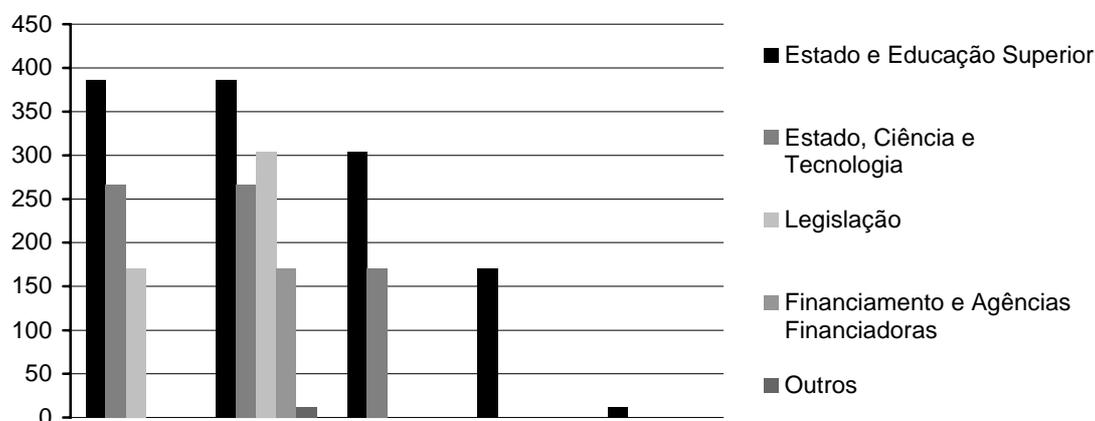
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 24 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Nº	%
Estado e Educação Superior	386	33,89
Estado, Ciência e Tecnologia	267	23,44
Legislação	304	26,69
Financiamento e Agências Financeiras	170	14,93
Outros	12	1,05
Total	1.139	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 11 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Eventuais hipóteses explicativas para tal ordenamento encontram-se: a) nas constantes mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil no período analisado e as conseqüências disso para a educação superior; b) na necessidade de legislar da parte do governo; e c) na ação representativa da educação superior, realizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – este último caso explicaria a produção sobre a terceira subcategoria. As subcategorias não se apresentam de maneira homogênea nos três subperíodos; elas se mostram diferenciadamente entre si ao longo do período em tela neste capítulo, como se pode depreender do Gráfico 10 (p. 74 deste trabalho). Destaca-se nesse gráfico a homogeneidade de crescimento da subcategoria 1.1, que mostra um comportamento de curva semelhante ao da categoria aqui analisada, fortalecendo o que já se disse sobre ela. Por outro lado, a subcategoria *Legislação* tem uma curva bastante distinta da categoria Políticas Públicas da Educação Superior (POL), indicando que, em momentos de organização dos agentes civis da educação superior, o governo parece não intervir, em relação ao âmbito legislativo, na esfera da educação superior. Vale destacar que, mesmo com alta produção sobre Políticas Públicas da Educação Superior, como no terceiro subperíodo, isto não significou menor intervenção do governo nesse nível de ensino, o que parece indicar o enfraquecimento das instituições políticas representantes da educação superior,³ isto é, a produção sobre o tema, de per si, não articula os movimentos político-educacionais, como nos anos 80.

A subcategoria *Estado e Educação Superior* (Tabela 25 e Gráfico 12) tem, além da maior média entre as subcategorias aqui analisadas, uma curva de ascendência semelhante à da categoria Políticas Públicas da Educação Superior, o que parece indicar sua importância teórica quando se quer estudar a educação superior, e, por outro lado, sugere o fortalecimento da hipótese já levantada no âmbito dos condicionantes históricos, ou seja, a de que, dadas as mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil durante o período em análise, a maior ênfase da produção sobre o tema recaiu nessa subcategoria. Outro ponto que merece registro na análise quantitativa dessa subcategoria é o fato de sua curva não apresentar os mesmos pontos extremos da curva da categoria central – exceto no ano de 1994 –, o que indica que outras subcategorias teriam contribuído para os tais pontos de máxima produção da categoria.

Tabela 25 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995

(continua)

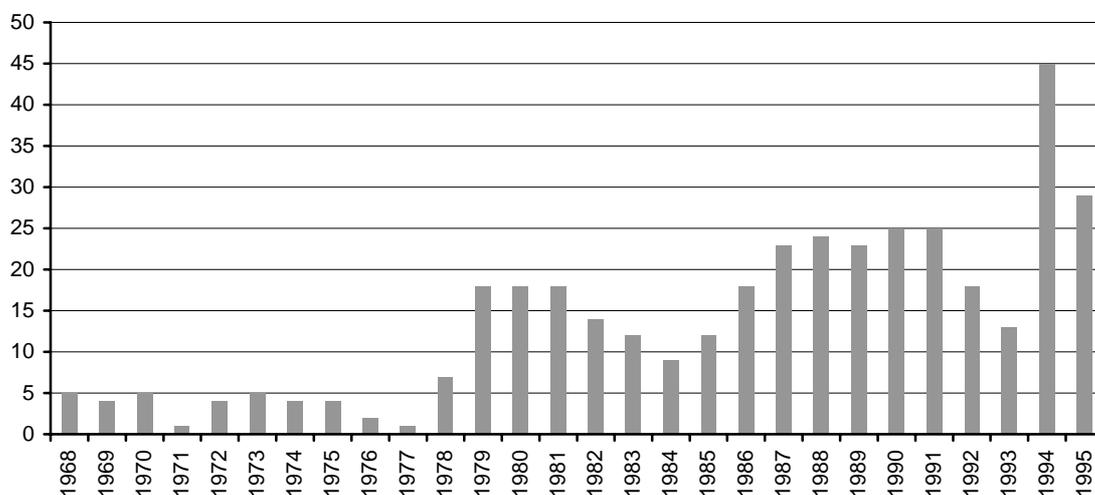
Anos	Nº	%
1968	5	1,3
1969	4	1,0
1970	5	1,3
1971	1	0,3
1972	4	1,0
1973	5	1,3
1974	4	1,0
1975	4	1,0
1976	2	0,5
1977	1	0,3
1978	7	1,8
1979	18	4,7
1980	18	4,7
1981	18	4,7

³ A respeito destas questões, ver Silva Júnior e Sguissardi (1999), especialmente o capítulo 2: "O público e o privado em face da tendência de mercantilização da educação superior".

(conclusão)		
Anos	Nº	%
1982	14	3,6
1983	12	3,1
1984	9	2,3
1985	12	3,1
1986	18	4,7
1987	23	6,0
1988	24	6,2
1989	23	6,0
1990	25	6,5
1991	25	6,5
1992	18	4,7
1993	13	3,4
1994	45	11,7
1995	29	7,5
Total	386	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 12 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A análise da subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* deve ser feita considerando-se um fato que a diferencia das demais e, portanto, deve conduzir a um levantamento de hipótese que possa explicá-lo. Como se verá no próximo item, a maior parte da produção sobre tal categoria relaciona-se com as publicações da SBPC. No primeiro subperíodo, a revista *Ciência e Cultura* é responsável por 81,48% da produção, no segundo, por 74,29% e, no terceiro, o *Informe/Jornal Ciência Hoje* e a revista *Ciência e Cultura*, conjuntamente, respondem por 77% dessa produção. Isto indica que tal subcategoria parece refletir tanto as ações e preocupações da SBPC quanto a categoria Políticas Públicas da Educação

Superior. Por outro lado, pode-se argumentar, no âmbito da produção intelectual, que a temática Ciência e Tecnologia não tem ocupado um lugar de destaque fora das publicações da SBPC.

Vale destacar o ano de 1985, quando foram publicados 29 documentos sobre tal subcategoria, o equivalente a 10,9%, o que parece explicar em parte o ponto máximo alcançado pela categoria nesse mesmo ano.

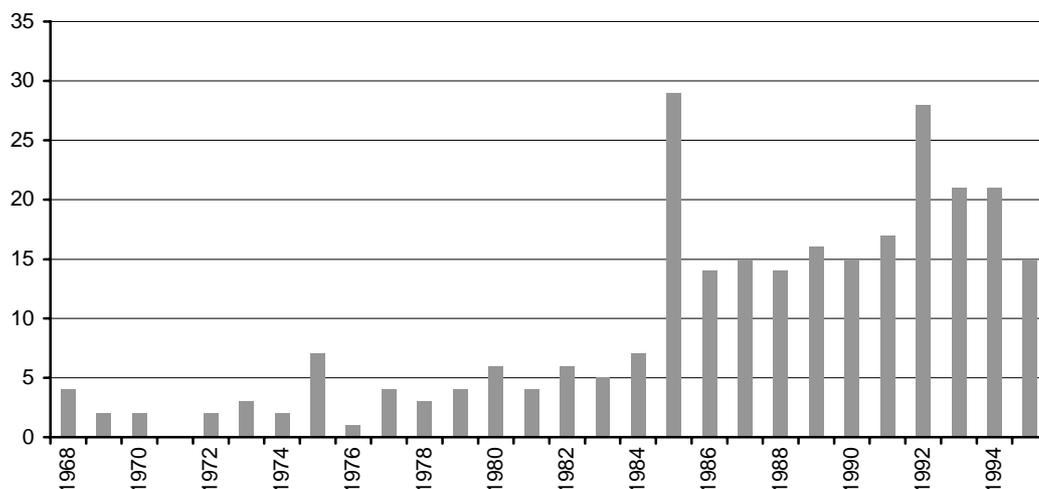
A subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* tem uma curva gráfica oscilante, porém sempre em ascensão até 1992, quando apresenta leve declínio até 1995 (ver Tabela 26 e Gráfico 13). No primeiro subperíodo, ela possui a média mais baixa entre os três e apresenta, de forma também oscilante, uma tendência de declínio; já a partir do segundo subperíodo assume frequências mais altas e em ascensão até o seu final, em 1985. O terceiro subperíodo tem a média mais alta de todo o período, e é nele que se encontra o ponto de máxima produção do período estudado – 29 documentos em 1985. Vale destacar, no entanto, outro ponto máximo, no ano de 1992, com 28 documentos publicados. Portanto, ainda que, nesse intervalo, a produção experimente um leve declínio, o descrito acima indica ser nele que a produção sobre essa subcategoria assume maior volume.

Tabela 26 – Distribuição de documentos publicados sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	%
1968	4	1,5
1969	2	0,7
1970	2	0,7
1972	2	0,7
1973	3	1,1
1974	2	0,7
1975	7	2,6
1976	1	0,4
1977	4	1,5
1978	3	1,1
1979	4	1,5
1980	6	2,2
1981	4	1,5
1982	6	2,2
1983	5	1,9
1984	7	2,6
1985	29	10,9
1986	14	5,2
1987	15	5,6
1988	14	5,2
1989	16	6,0
1990	15	5,6
1991	17	6,4
1992	28	10,5
1993	21	7,9
1994	21	7,9
1995	15	5,6
Total	267	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 13 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A subcategoria *Legislação* tem freqüências altas no primeiro e terceiro subperíodos e baixa no segundo. Destaca-se na Tabela 27 e no Gráfico 14 o ano de 1968, quando foram publicados 40 documentos entre 304, ou seja, 13,2%, o que parece explicar o ponto extremo da categoria Políticas Públicas da Educação Superior nesse mesmo ano, indicando, pois, a confirmação da hipótese já levantada sobre a necessidade de regulamentação, detalhamento, controle e persuasão decorrente da reforma universitária. Por outro lado, a produção nos anos de 1985 e 1994 é também significativa para a subcategoria, indicando que, ainda que em menor grau, ela pode ter contribuído para os máximos da categoria analisada neste capítulo, donde se pode depreender a relevância dessa subcategoria para o estudo e levantamento de hipótese para o entendimento da categoria Políticas Públicas da Educação Superior. Por outro lado, a evidência de altas médias de produção no primeiro e terceiro subperíodos e de baixa média no segundo permitem levantar a hipótese de que, em momentos de organização da sociedade civil, em particular dos movimentos político-educacionais, o objeto das publicações desloca-se do tema legislação.

A subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras* apresenta uma curva com um crescimento muito leve no primeiro subperíodo, como se pode depreender da Tabela 28, iniciando com um documento publicado em 1968 e apresentando três no seu final, em 1977, com média de 1,7, constituindo-se o valor 3 a sua produção máxima nesses anos considerados. No segundo subperíodo, a produção da subcategoria aumenta e diminui atenuadamente, apresentando um máximo de 10 documentos publicados nos anos 1980 e 1981, com a média de 6 documentos no subperíodo; a partir dessa década, a subcategoria tem sua produção intelectual consideravelmente aumentada, alcançando a média de 11,09 e um máximo de 22 documentos publicados em 1994.

No exame desta subcategoria, poder-se-ia supor uma certa desatenção, por parte dos estudiosos, a esse nível de ensino, em especial se for considerada a sua importância para a organização e estruturação da educação superior e de se constituir ponto relevante para as políticas de educação superior. De fato, a subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras*, vista de per si, apresenta a menor média por subperíodo e, no período analisado neste capítulo, destaca-se uma tendência de ascensão somente nos anos 90. No entanto, é preciso esclarecer que o Banco de Dados *Universitas/BR* contém uma outra categoria denominada *Manutenção e Financiamento da Educação Superior*, na qual foi alocada a maioria da produção escrita sobre esta temática. Fica a

ressalva e a indicação da importância de uma análise conjunta destas duas categorias do Banco de Dados em estudos futuros.

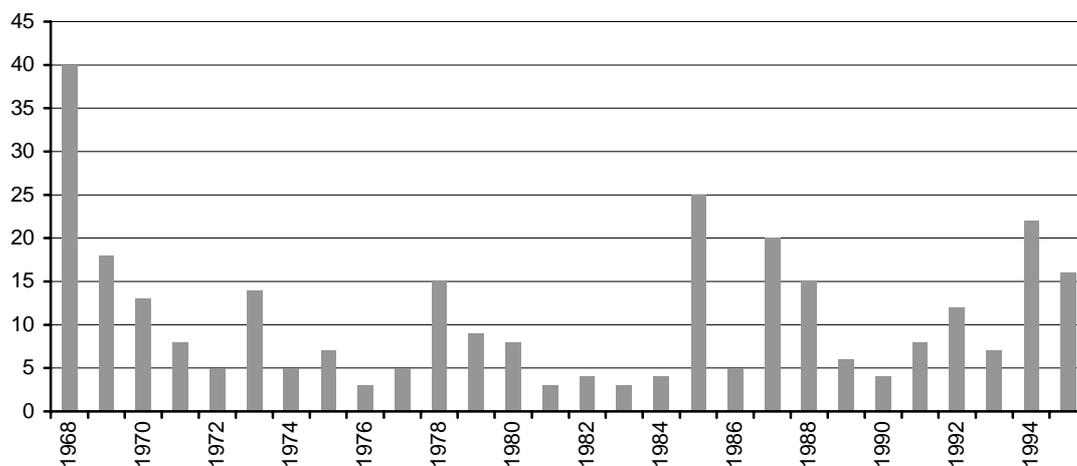
Tabela 27 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	%
1968	40	13,2
1969	18	5,9
1970	13	4,3
1971	8	2,6
1972	5	1,6
1973	14	4,6
1974	5	1,6
1975	7	2,3
1976	3	1,0
1977	5	1,6
1978	15	4,9
1979	9	3,0
1980	8	2,6
1981	3	1,0
1982	4	1,3
1983	3	1,0
1984	4	1,3
1985	25	8,2
1986	5	1,6
1987	20	6,6
1988	15	4,9
1989	6	2,0
1990	4	1,3
1991	8	2,6
1992	12	3,9
1993	7	2,3
1994	22	7,2
1995	16	5,3
Total	304	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Do mesmo modo que a subcategoria *Legislação*, essa também tem ponto de máxima produção no ano de 1994, donde se pode indicar sua contribuição para o ponto extremo da categoria Políticas Públicas da Educação Superior. Disto se pode depreender que todas as subcategorias contribuíram para a máxima produção da categoria em 1994, enquanto no ano de 1968 é decisiva a participação da subcategoria *Legislação* e, no ano de 1985, são decisivas as contribuições das subcategorias *Estado*, *Ciência e Tecnologia* e, ainda, *Legislação*. Vale indagar as razões de máxima produção da categoria em 1994, especialmente porque todas as subcategorias em que ela se desdobra também alcançam, pelo menos, o máximo relativo ao subperíodo, como é o caso de *Legislação*.

Gráfico 14 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995



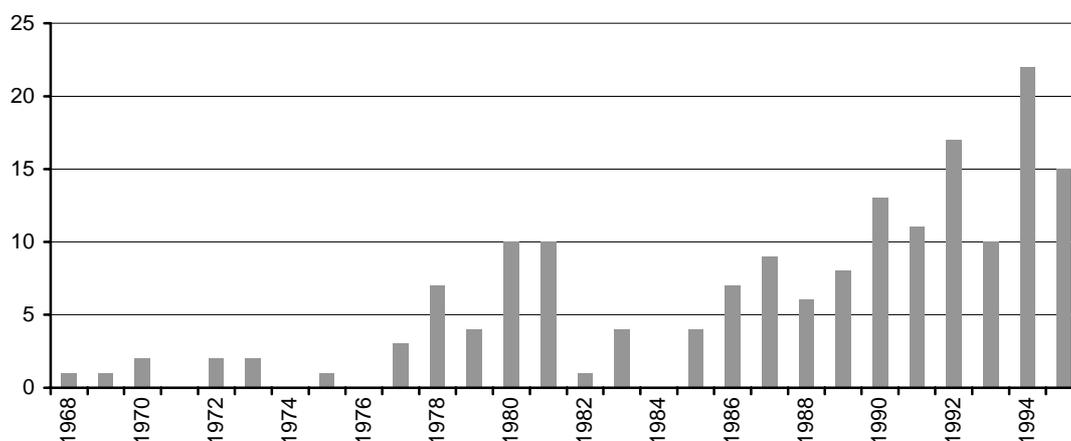
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 28 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	%
1968	1	0,6
1969	1	0,6
1970	2	1,2
1972	2	1,2
1973	2	1,2
1975	1	0,6
1977	3	1,8
1978	7	4,1
1979	4	2,4
1980	10	5,9
1981	10	5,9
1982	1	0,6
1983	4	2,4
1985	4	2,4
1986	7	4,1
1987	9	5,3
1988	6	3,5
1989	8	4,7
1990	13	7,6
1991	11	6,5
1992	17	10,0
1993	10	5,9
1994	22	12,9
1995	15	8,8
Total	170	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 15 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA POR PERIÓDICO

Um aspecto importante da produção intelectual acerca do tema Políticas Públicas da Educação Superior a ser examinado, em seus subtemas *Estado e Educação Superior, Estado, Ciência e Tecnologia, Legislação e Financiamento e Agências Financiadoras*, é sua distribuição entre os periódicos que formam a base do Banco de Dados *Universitas/BR*. Isso possibilita avaliar a vinculação institucional dessa produção no período e o papel exercido por entidades da sociedade civil, como SBPC, Crub, Andes, ANPEd, entre outros, ou por órgãos do aparelho do Estado, como o Inep/MEC, na reflexão, nas tomadas de posições e divulgação de informações relativas a essa categoria temática.

Antes de tudo, observa-se a distribuição dos 26 periódicos no período e subperíodos compreendidos por esta apresentação.

No ano de 1968, primeiro ano de referência desse Banco de Dados, circulavam apenas quatro dos 26 periódicos objeto deste estudo: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (lançada em 1944), *Ciência e Cultura* (lançada em 1949), *Documenta* (lançada em 1962) e *Revista de Administração Pública* (lançada em 1967).

No subperíodo 1968-1977, foram lançados mais seis periódicos, tendo um deles, *Debate e Crítica*, sobrevivido apenas durante três anos: 1973, 1974 e 1975. Os demais foram: *Cadernos de Pesquisas* (1971), *Revista da Faculdade de Educação/USP* (1975), *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (1976), *Educação e Realidade* (1976) e *Fórum Educacional* (1977).⁴

No subperíodo 1978-1984, foram lançados outros 11 novos periódicos, tendo um deles, *Encontros com a Civilização Brasileira*, circulado apenas por quatro anos: 1978, 1979, 1980 e 1982. Os demais foram: *Educação & Sociedade* (1978), *Estudos e Debates*⁵ (1978), *Educação Brasileira* (1978), *Boletim da ANPEd* (1979), *Educação e Seleção*⁶ (1980), *Cadernos Cedes* (1980), *Cadernos Andes* (1981), *Em Aberto* (1981), *Ciências Sociais Hoje* (1983) e *Revista Brasileira de Administração da Educação* (1983).

No subperíodo 1985-1995, foram lançados mais cinco novos periódicos, a saber: *Informe/Jornal Ciência Hoje* (1985), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1986), *Cadernos Nupes* (1989), *Universidade e Sociedade* (1991) e *InfoCapes* (1994).

⁴ *Fórum Educacional* deixa de circular em 1990.

⁵ *Estudos e Debates* deixa de circular em 1990.

⁶ A partir de 1990 passa a denominar-se *Estudos em Avaliação Educacional*.

Do acima exposto, alguns dados podem ser destacados. Apesar de o segundo subperíodo (1978-1984) ser de apenas sete anos, nele foram lançados 11 periódicos dos que compõem a base do Banco de Dados *Universitas/BR*. Nos dois outros, de 10 e 11 anos, respectivamente, tivemos o lançamento de seis e cinco novas publicações. A hipótese de explicação mais provável é a de que este movimento editorial beneficiou-se e fez parte ativa do processo de abertura política, que culminou com o fim do governo militar-autoritário. Como exemplo, observa-se que somente o ano de 1978 (crucial na reorganização dos movimentos da sociedade civil, da luta pela anistia, etc.) viu nascerem quatro periódicos, quase o mesmo número dos 11 anos do último subperíodo (1985-1995).

Os periódicos de que se dispôs para inventário da produção sobre educação superior no primeiro subperíodo foram 10, tendo um deles sobrevivido apenas durante três anos. No segundo subperíodo esse número passa para 21 (aumento de 110%), incluindo alguns que pararam de circular durante esses anos. No terceiro subperíodo, contou-se com 26 (aumento de 23%).

Tabela 29 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995

(continua)

Subperíodos	Periódicos	Nº	%
1968 a	<i>Documenta</i>	95	49,48
	<i>Ciência e Cultura</i>	65	33,85
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	27	14,06
	<i>Debate e Crítica</i>	3	1,56
	Total do Subperíodo 1	192	
1978 a	<i>Ciência e Cultura</i>	115	53,00
	<i>Educação & Sociedade</i>	30	13,82
	<i>Educação Brasileira</i>	27	12,44
	<i>Documenta</i>	10	4,61
	<i>Boletim ANPEd</i>	6	2,76
	<i>Em Aberto</i>	6	2,76
	<i>Fórum Educacional</i>	6	2,76
	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i>	3	1,38
	<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>	3	1,38
	<i>Estudos e Debates</i>	3	1,38
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	3	1,38
	<i>Cadernos de Pesquisa</i>	2	0,92
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	2	0,92
<i>Cadernos Cedes</i>	1	0,46	
Total do Subperíodo 2	217		
1985 a	<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	298	40,82
	<i>Ciência e Cultura</i>	106	14,52
	<i>Educação Brasileira</i>	70	9,59
	<i>Cadernos Andes</i>	49	6,71
	<i>Estudos e Debates</i>	42	5,75
	<i>Educação & Sociedade</i>	28	3,84
1995	<i>Documenta</i>	27	3,70

			(conclusão)	
Subperíodos	Periódicos	Nº	%	
1985	<i>Cadernos Nupes</i>	21	2,88	
	<i>Em Aberto</i>	20	2,74	
	<i>Boletim ANPEd</i>	19	2,60	
	<i>Universidade e Sociedade</i>	19	2,60	
	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i>	6	0,82	
	<i>Cadernos de Pesquisa</i>	4	0,55	
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	4	0,55	
	<i>Fórum Educacional</i>	3	0,41	
	1995	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	3	0,41
		<i>Cadernos Cedes</i>	2	0,27
<i>InfoCapes</i>		2	0,27	
<i>Rev. Bras. de Ciências Sociais</i>		2	0,27	
<i>Rev. da Fac. de Educação/USP</i>		2	0,27	
<i>Ciências Sociais Hoje</i>		1	0,14	
<i>Educação e Realidade</i>		1	0,14	
<i>Rev. de Administração Pública</i>		1	0,14	
Total do Subperíodo 3		730		
Total Geral		1.139		

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Analisando a Tabela 29, verifica-se, entre outros aspectos, que: a) em números absolutos, no terceiro subperíodo, a produção foi mais de três vezes superior à do primeiro período, e, no segundo, embora contando com o dobro de periódicos em circulação, a produção é pouco superior à do primeiro; b) no primeiro subperíodo, quatro dos 10 periódicos que então circulavam não teriam publicado nenhuma matéria sobre Políticas Públicas da Educação Superior; c) os periódicos que mais têm publicado sobre esta temática em cada subperíodo foram:

- 1º subperíodo: *Documenta*, 95 documentos; *Ciência e Cultura*, 65; e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 27;
- 2º subperíodo: *Ciência e Cultura*, 115 documentos; *Educação & Sociedade*, 30; *Educação Brasileira*, 27; e *Documenta*, 10;
- 3º subperíodo: *Informe/Jornal Ciência Hoje*, 298 documentos; *Ciência e Cultura*, 106; *Educação Brasileira*, 70; *Cadernos Andes*, 49; e *Estudos e Debates*, 42.

Revelando a “febre legislante” pós-reforma universitária (Lei nº 5.540/68), 1968-1977, *Documenta*, do Conselho Federal de Educação, publicou nove vezes mais matérias sobre Políticas Públicas da Educação Superior nesse subperíodo do que no segundo, que se inicia em 1978, e três vezes mais do que no terceiro, que se inicia em 1985, atingindo, no primeiro, a expressiva marca de, praticamente, 50% de toda a produção de documentos do conjunto dos seis periódicos entre os 10 então em circulação e que publicaram matérias sobre essa temática. Esse percentual reduz-se drasticamente nos segundo e terceiro subperíodos, representando apenas 4,6% e 3,7%, respectivamente.

Deve-se ressaltar ainda que os documentos enumerados nessa tabela possuem entre si características muito distintas. Alguns periódicos aqui examinados publicam basicamente artigos de tamanho padronizado entre 15 e 30 páginas, entrevistas, editoriais, etc.; outros

publicam fundamentalmente comunicações resumidas de trabalhos, resenhas de livros ou notícias curtas. Existe uma grande diferença, especialmente quanto à dimensão dos documentos publicados; por exemplo, de um lado, *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Educação & Sociedade*, e, de outro, *Informe/Jornal Ciência Hoje*. Pode-se afirmar que *Ciência e Cultura* e *Informe/Jornal Ciência Hoje* ocupam os primeiros lugares no quantitativo de documentos publicados nos três subperíodos aqui examinados; por um lado, pelo maior porte da entidade responsável pela edição destes periódicos – a SBPC –, por outro, pela preocupação e investimento que esta Sociedade tem dispensado à sua política editorial, mantendo, com regularidade, veículos impressos flexíveis e ágeis.⁷

As Subcategorias

As Tabelas 30, 31, 32 e 33, a seguir, mostram a distribuição das quatro subcategorias que compõem a categoria Políticas Públicas da Educação Superior, por periódico e em cada um dos três subperíodos aqui considerados.

Subcategoria Estado e Educação Superior

Dos 10 periódicos em circulação no subperíodo 1968-1977, apenas quatro dedicaram espaço a esta temática, e, entre eles, sobressaiu-se a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

Nesse subperíodo, que vai da reforma universitária (1968) à reorganização da sociedade civil (1977), coube à *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* publicar quase a metade de todos os documentos que versaram sobre este tema. São artigos de Anísio Teixeira, que, embora tendo deixado a direção do Inep durante os anos do governo militar-autoritário, continua sendo, com Jayme Abreu, o principal articulista desse periódico. Acompanham-no Durmeval Trigueiro, Newton Sucupira, Valnir Chagas, entre outros.⁸

Assim como do lado oficial se destaca a *RBEP*, do lado da sociedade civil organizada destaca-se a revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, que publica 11 dos 35 documentos do subperíodo. Neste caso, vale salientar os editoriais da revista, que, através dos seus principais articulistas, José Reis e Maurício Rocha e Silva, primaram pelo tom crítico com que comentavam as políticas oficiais, a legislação e os planos implementados no período. Segue, com seis documentos, o periódico *Documenta*.

No segundo subperíodo (1978-1984), a *RBEP* perde o ímpeto. Nos anos de 1979 e 1980, sem conselho editorial, publicaram-se apenas quatro números da revista e nenhum nos anos de 1981 e 1982. Somente em 1983 será reconstituído o seu conselho editorial, então com a maioria de seus membros oriunda de Programas de Pós-Graduação em Educação.

Data desses anos a criação e consolidação de entidades como a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e o Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e de numerosos Programas de Pós-Graduação em Educação, que passam a produzir intelectualmente e a divulgar essa produção, influenciando, de alguma forma, os órgãos produtores das políticas educacionais e retirando, portanto, do Inep parte de suas funções tradicionais. Daí por que, diante da queda de produção de documentos na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e ao lado da significativa produção de *Ciência e Cultura*, da SBPC, desponta um novo periódico, com 21 documentos (a maioria artigos) nesse subperíodo, que é a revista *Educação & Sociedade*, editada pelo Cedes. Acrescente-se, embora com participação menor, mas significativa, a nova revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), *Educação Brasileira*, e o *Boletim ANPEd*.

⁷ Sobre a história da SBPC e de sua política editorial, ver Mancebo (1998) e Fávero e Moreira (1998).

⁸ Cf. Sguissardi e Silva Júnior, 1998.

Tabela 30 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995

Subperíodos	Periódicos	Nº	%
1968 a	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	15	42,86
	<i>Ciência e Cultura</i>	11	31,43
	<i>Documenta</i>	6	17,14
	<i>Debate e Crítica</i>	3	8,57
	Total do Período 1	35	
1978 a 1984	<i>Ciência e Cultura</i>	44	45,83
	<i>Educação & Sociedade</i>	21	21,88
	<i>Educação Brasileira</i>	8	8,33
	<i>Boletim ANPEd</i>	6	6,25
	<i>Em Aberto</i>	3	3,13
	<i>Encontros c/a Civilização Brasileira</i>	3	3,13
	<i>Estudos e Debates</i>	3	3,13
	<i>Documenta</i>	2	2,08
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	2	2,08
	<i>Cadernos Cedes</i>	1	1,04
	<i>Cadernos de Pesquisa</i>	1	1,04
	<i>Fórum Educacional</i>	1	1,04
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	1	1,04
		Total do Período 2	96
1985 a 1995	<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	60	23,53
	<i>Ciência e Cultura</i>	40	15,69
	<i>Cadernos Andes</i>	35	13,73
	<i>Educação Brasileira</i>	34	13,33
	<i>Educação & Sociedade</i>	17	6,67
	<i>Estudos e Debates</i>	13	5,10
	<i>Cadernos Nupes</i>	11	4,31
	<i>Universidade e Sociedade</i>	11	4,31
	<i>Boletim ANPEd</i>	8	3,14
	<i>Em Aberto</i>	6	2,35
	<i>Documenta</i>	3	1,18
	<i>Cadernos Cedes</i>	2	0,78
	<i>Cadernos de Pesquisa</i>	2	0,78
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	2	0,78
	<i>Rev. Bras. de Ciências Sociais</i>	2	0,78
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	2	0,78
	<i>Rev. da Faculdade de Educação/USP</i>	2	0,78
	<i>Ciências Sociais Hoje</i>	1	0,39
	<i>Educação e Realidade</i>	1	0,39
	<i>Fórum Educacional</i>	1	0,39
<i>InfoCapes</i>	1	0,39	
<i>Rev. de Administração Pública</i>	1	0,39	
	Total do Período 3	255	
	Total Geral	386	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

No terceiro subperíodo (1985-1995), ao lado dos que já predominavam no período anterior, surgem novos “personagens”. São o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, *Cadernos Andes*, *Estudos e Debates*, *Cadernos Nupes* e *Universidade e Sociedade*. O primeiro, da SBPC, fortalece o campo de divulgação científica e intervenção nas políticas universitária e de ciência e tecnologia; *Cadernos Andes* e *Universidade e Sociedade* traduzem a reflexão e as tomadas de posição do denominado movimento docente, coordenado pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior; *Estudos e Debates*, do Crub, reforça a participação desse órgão no debate; finalmente, *Cadernos Nupes* marca a presença, a partir de 1987, de um novo “personagem” na formulação teórica da política para a educação superior, que irá ter, por meio de seus principais membros, um lugar de destaque nas políticas oficiais implementadas para o setor nos anos subseqüentes e até nos dias de hoje.

Subcategoria Estado, Ciência e Tecnologia

A produção de documentos sobre esta temática, se descontadas as matérias do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC, que perfazem quase metade do total do período 1968-1995, é menos significativa do que a relativa à subcategoria anterior e concentra-se especialmente na revista *Ciência e Cultura*, também da SBPC.

A participação da *RBEF* no primeiro subperíodo, de *Educação Brasileira*, do Crub, no segundo, e de *Estudos e Debates* e *Educação Brasileira*, ambas do Crub, no terceiro, ainda que importante, não atinge a terça parte da produção da revista *Ciência e Cultura*, da SBPC. Na verdade, tanto nas questões envolvidas pela subcategoria *Estado e Educação Superior* quanto, especialmente, pela subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia*, durante o período militar-autoritário e no período de reorganização dos movimentos civis, que conduziria à chamada transição democrática ou de relativa abertura política que se lhe seguiu, a SBPC constituiu-se o principal baluarte da sociedade civil organizada em defesa das liberdades e dos direitos do cidadão, da universidade pública e da ciência e tecnologia, garantidas estas com recursos do Estado.

Subcategoria Legislação

Conforme sua vocação, a revista *Documenta*, do Conselho Federal de Educação, ocupará lugar de destaque na produção e divulgação de documentos sobre esta subcategoria temática, em especial no primeiro subperíodo que se segue à Reforma Universitária, com 73% de toda a produção. Sua participação proporcional decresce para 17% no segundo subperíodo e para 16% no terceiro.

Nos três subperíodos destacam-se mais uma vez as publicações da SBPC: *Ciência e Cultura* (nos três) e *Informe/Jornal Ciência Hoje* (no terceiro).

Cabe ainda observar, nos segundo e terceiro subperíodos, a presença dos periódicos editados pelo Crub: *Educação Brasileira* e *Estudos e Debates*.

A distribuição da produção intelectual sobre esta subcategoria revela ainda alguns aspectos interessantes, como sua grande concentração no primeiro subperíodo, pelas razões já apontadas anteriormente e que dizem respeito ao momento que se segue à promulgação da Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária. A aplicação de suas determinações e normas ao conjunto do sistema criou muitas áreas de incompreensão e de conflito, que exigiram, especialmente do Conselho Federal de Educação, um esforço significativo de interpretação e de intervenção. Os documentos publicados pela revista *Documenta* são em número de 88 no primeiro subperíodo, contra oito no segundo e 22 no terceiro.

Tabela 31 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995

Subperíodos	Periódicos	Nº	%
1968	<i>Ciência e Cultura</i>	22	1,48
a	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	4	14,81
1977	<i>Revista de Administração Pública</i>	1	3,70
Total do Período 1		27	
1978	<i>Ciência e Cultura</i>	26	74,29
a	<i>Educação Brasileira</i>	4	11,43
	<i>Educação & Sociedade</i>	3	8,57
1984	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i>	2	5,71
Total do Período 2		35	
1985	<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	106	51,71
a	<i>Ciência e Cultura</i>	52	25,37
	<i>Estudos e Debates</i>	15	7,32
	<i>Educação Brasileira</i>	8	3,90
	<i>Em Aberto</i>	5	2,44
1995	<i>Cadernos Andes</i>	4	1,95
	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i>	3	1,46
	<i>Educação & Sociedade</i>	3	1,46
	<i>Boletim ANPEd</i>	2	0,98
	<i>Cadernos de Pesquisa</i>	2	0,98
	<i>Universidade e Sociedade</i>	2	0,98
	<i>Cadernos Nupes</i>	1	0,49
	<i>Documenta</i>	1	0,49
	<i>InfoCapes</i>	1	0,49
Total do Período 3		205	
Total Geral		267	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 32 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995

Subperíodos	Periódicos	Nº	%
1968	<i>Documenta</i>	88	74,58
a	<i>Ciência e Cultura</i>	24	20,34
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	5	4,24
1977	<i>Fórum Educacional</i>	1	0,85
Total do Período 1		118	
1978	<i>Ciência e Cultura</i>	17	36,96
a	<i>Educação Brasileira</i>	12	26,09
	<i>Documenta</i>	8	17,39
1984	<i>Educação & Sociedade</i>	4	8,70

(conclusão)				
Subperíodos	Periódicos	Nº	%	
1978 a	<i>Fórum Educacional</i>	4	8,70	
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	1	2,17	
1984	Total do Período 2	46		
1985 a	<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	48	34,29	
	<i>Documenta</i>	23	16,43	
	<i>Educação Brasileira</i>	22	15,71	
	<i>Estudos e Debates</i>	12	8,57	
	<i>Cadernos Andes</i>	7	5,00	
	<i>Universidade e Sociedade</i>	6	4,29	
	<i>Em Aberto</i>	5	3,57	
	1995	<i>Ciência e Cultura</i>	4	2,86
		<i>Educação & Sociedade</i>	4	2,86
		<i>Cadernos Nupes</i>	2	1,43
<i>Fórum Educacional</i>		2	1,43	
<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>		2	1,43	
<i>Boletim ANPEd</i>		1	0,71	
<i>Bol. Inf. Bibl. de Ciências Sociais</i>		1	0,71	
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	1	0,71	
	Total do Período 3	140		
	Total Geral	304		

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Subcategoria Financiamento e Agências Financiadoras

Uma vez mais, também aqui se verifica a proeminência da SBPC na produção de documentos nos três subperíodos, que, por meio de suas duas publicações – *Ciência e Cultura* e *Informe/Jornal Ciência Hoje* –, produziu em torno de 70% do total de documentos examinados e classificados nessa subcategoria.

TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA POR TIPO DE DOCUMENTO, ALGUNS TEMAS ESPECÍFICOS E PRINCIPAIS AUTORES

Além da apresentação da trajetória da produção intelectual acerca do tema Políticas Públicas de Educação Superior, em seus quatro subtemas, no período de 1968 a 1995, e de sua distribuição entre os periódicos que formam a base do Banco de Dados *Universitas/BR*, é importante também mostrar como essa produção se distribuiu entre os diversos tipos de documentos, alguns temas específicos e principais autores ao longo desses 28 anos.

Dos 1.139 documentos produzidos e classificados sob a categoria temática Políticas Públicas de Educação Superior, 386 (33,89%) pertencem à subcategoria *Estado e Educação Superior*, 267 (23,44%) à de *Estado, Ciência e Tecnologia*, 304 (26,69%) à de *Legislação*, 170 (14,93%) à de *Financiamento e Agências Financiadoras* e os 12 (1,05%) restantes inserem-se na subcategoria *Outros*.

Tabela 33 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995

Subperíodos	Periódicos	Nº	%	
1968 a	<i>Ciência e Cultura</i>	8	66,67	
	<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	3	25,00	
1977	<i>Documenta</i>	1	8,33	
	Total do Período 1	12		
1978 a	<i>Ciência e Cultura</i>	28	77,78	
	<i>Em Aberto</i>	3	8,33	
	<i>Educação & Sociedade</i>	2	5,56	
	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciências Sociais</i>	1	2,78	
	1984	<i>Fórum Educacional</i>	1	2,78
	<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	1	2,78	
	Total do Período 2	36		
1985 a	<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	83	68,03	
	<i>Ciência e Cultura</i>	10	8,20	
	<i>Cadernos Nupes</i>	7	5,74	
	<i>Boletim ANPEd</i>	5	4,10	
	<i>Educação Brasileira</i>	5	4,10	
	1995	<i>Em Aberto</i>	4	3,28
		<i>Cadernos Andes</i>	3	2,46
		<i>Educação & Sociedade</i>	3	2,46
	<i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciências Sociais</i>	2	1,64	
	Total do Período 3	122		
	Total Geral	170		

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Dos 11 tipos de documentos expressos na Tabela 34, três – Artigo, Notícia e Dispositivos legais/Atos normativos – abarcam 80,86% do total, perfazendo 921 documentos. Entre os oito tipos restantes, merecem destaque os Resumos e as Notas, com 8,25% (94 textos) e 4,30% (49), respectivamente; se agregados aos três iniciais, verifica-se um expressivo porcentual de 93,41%, ou 1.064 documentos. Os demais documentos (6,59%) encontram-se distribuídos por seis tipos, a saber: Editorial, Depoimento, Resenha, Relatório, Série documental e Apresentação.

Para maior operacionalidade do que será exposto a seguir, faz-se necessário ordenar algumas informações contidas na Tabela 34 em uma outra, a Tabela 35, privilegiando assim o cruzamento das subcategorias temáticas com os tipos de documentos que aparecem com maior frequência.

Subperíodo 1968-1977

Os 192 documentos sobre esta categoria temática, editados neste subperíodo de dez anos nos periódicos selecionados, compreendem, fundamentalmente, Artigos, Notícias e Dispositivos Legais/Atos Normativos. Secundariamente, aparecem os Resumos e Notas – situação que, praticamente, se repetirá nos dois subperíodos posteriores.

Tabela 34 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática e por tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Subcategorias*					Total	%
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.9		
Artigo	204	88	90	51	9	442	38,81
Notícia	76	106	61	100	0	343	30,11
Disp. legais/Atos normativos	9	2	125	0	0	136	11,94
Resumo	37	38	10	6	3	94	8,25
Nota	24	13	4	8	0	49	4,30
Editorial	12	6	7	3	0	28	2,46
Depoimento	7	6	1	1	0	15	1,32
Resenha	9	2	1	1	0	13	1,14
Relatório	7	6	0	0	0	13	1,14
Série documental	1	0	4	0	0	5	0,44
Apresentação	0	0	1	0	0	1	0,09
Total	386	267	304	170	12	1.139	100,00

*1.1 – Estado e Educação Superior; 1.2– Estado, Ciência e Tecnologia; 1.3–Legislação; 1.4–Financiamento e Agências Financiadoras; 1.9–Outros

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 35 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção e subcategorias – 1968-1995

Subcategorias	Artigo	Notícia	Disp. legais/ Atos normativos	Resumo	Nota	Total
Estado e Educação Superior	204	76	9	37	24	350
Estado, Ciência e Tecnologia	88	106	2	38	13	247
Legislação Financ. e Ag. Financiadoras	90	61	125	10	4	290
Outros	51	100	-	6	8	165
	9	-	-	3	-	12
Total	442	343	136	94	49	1.064
%	38,81	30,11	11,94	8,25	4,30	93,41

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Perfazendo quase 50% da produção desse subperíodo, as matérias publicadas pela revista *Documenta* constituíram-se de decretos, portarias, pareceres, interpretações de leis, respostas a consultas, etc.

Niuvenius J. Paoli, ao escrever sobre esta publicação do CFE (e, atualmente, do CNE), considerou que

... conforme o tipo de assunto, e dependendo de quem for relator do Parecer, é possível encontrar textos que são verdadeiros artigos, na medida em que seu autor apresenta um conjunto de

informações e argumentos que tem a consistência de uma análise extensa sobre uma determinada matéria, ou ainda exposições que fundamentam determinadas perspectivas em termos de política educacional (Paoli, 1998a, p. 274).

E prossegue: “É o que por vezes encontramos em certos pareceres, como, por exemplo, os de autoria de Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro Mendes e Newton Sucupira, entre outros.” E levanta hipótese das mais plausíveis: “é possível que em muitos desses casos esse material tenha sido aproveitado por seus autores em algum artigo especialmente produzido para alguma outra publicação”.

Assim, foram considerados Artigos os pareceres produzidos no âmbito do CFE, de autoria de Durmeval Trigueiro Mendes (reestruturação de Ifes, expansão e avaliação institucional), Miguel Reale (sobre a criação de faculdades de filosofia, ciências e letras – FFCL – como institutos isolados de ensino), Newton Sucupira (reestruturação de Ifes, licenciatura de curta duração, avaliação, reforma universitária, política de credenciamento de pós-graduação, currículos mínimos, expansão, planejamento educacional), Valnir Chagas (reforma universitária, reestruturação de Ifes, formas de seleção, cursos pós-normais, formação de professores, licenciatura), Anísio Teixeira (fiscalização de Ifes), Clóvis Salgado (sindicância sobre faculdades-fantasma, currículo mínimo e duração de cursos superiores, reforma universitária, financiamento das universidades federais, fundos educacionais e salário-educação), além de vários outros, elaborados por Raymundo Moniz de Aragão, José Vasconcellos, José Barreto Filho, Rubens Maciel, Celso Kelly, Paulo Nathanael de Souza, Péricles Madureira de Pinho, Vandick L. da Nóbrega, Esther de Figueiredo Ferraz, Júlia Azevedo Acioli, Roberto Figueira Santos.

Há, ainda, cerca de 45 Artigos, muitos deles extremamente relevantes, destacando-se os de autoria de Anísio Teixeira (história da universidade), Maurício Rocha e Silva (legislação da USP, 20º aniversário da SBPC), Dermeval Saviani (legislação e Congresso Nacional), Erasmo G. Mendes (reforma universitária), Paulo Duarte (legislação e reforma universitária), Paul Ricoeur (reforma e revolução na universidade), Newton Sucupira (reestruturação das universidades federais), Raymond Poignant (financiamento da educação), Alain Touraine (educação permanente e sociedade industrial), José Reis (vários artigos sobre ciência e pesquisa institucional e ensino pago ou gratuito), A. L. Machado Neto (função da universidade na atual sociedade brasileira), Durmeval Trigueiro Mendes (pesquisa e política educacional e tecnologia e agências de financiamento), Florestan Fernandes (dilemas da reforma universitária), Paschoal E. A. Senise (função da pós-graduação na formação de pesquisadores), Luiz Antônio Cunha (causas e conseqüências da expansão do ensino superior), Aparecida Joly Gouveia (noções correntes sobre o ensino superior), José Arthur Giannotti (sobre a burocratização da ciência) e Ubiratan D’Ambrósio (ensaio de ciências e desenvolvimento).

Mais de 35 documentos foram classificados como Notícias, a maioria deles relativos a informes oriundos da SBPC, editados pela revista *Ciência e Cultura*, versando a respeito das relações entre Estado, universidade e ciência; planejamento e política científica na América Latina; financiamento da investigação científica; evasão de cientistas e técnicos do serviço público; reforma universitária; defesa da gratuidade do ensino público em todos os níveis; análise do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973); criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação; salários dos professores das instituições universitárias federais em dedicação integral; Plano Nacional de Pós-Graduação e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; políticas de qualificação do corpo docente; análise das reformas administrativas do Estado de São Paulo e os institutos de pesquisa; crise financeira da USP; etc.

Como Dispositivos legais/Atos normativos apresentam-se cerca de três dezenas e meia de documentos, em sua maioria decretos do governo federal, alguns do Governo do Estado de São Paulo, bem como regimentos, indicações e resoluções do CFE, emenda constitucional e portarias do MEC. Há vários decretos que tratam da reestruturação de universidades federais, da instituição e implantação dos centros regionais de pós-graduação, da instituição de grupos de trabalho (para

promover e acompanhar a implantação da Reforma Universitária, regulamentar e implementar o Projeto Rondon, estudar o incremento de matrículas no ensino superior), da aplicação de recursos para a ampliação de vagas no terceiro grau e da expansão deste sistema, da aprovação do regimento do CFE, da implantação do Regime de Dedicção Integral (RDI) para os integrantes do magistério federal, etc. Há, ainda, decreto do governo paulista que dispõe sobre a organização do sistema de ensino do estado.

Merece destaque o Decreto nº 68.065, de 14/1/71, que regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12/9/69, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País. Importantes também são a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/69, a Indicação do CFE acerca da regulamentação das entidades estudantis em face da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), a Resolução do CFE sobre a duração mínima das licenciaturas plenas de 1º grau e a Portaria do Departamento de Assuntos Universitários que constitui a Comissão Nacional de Vestibular Unificado.

Finalmente, devem ser mencionados os Resumos e as Notas, dois tipos de documentos pouco expressivos em termos quantitativos. Compreendem trabalhos apresentados nas reuniões anuais da SBPC e/ou pequenas informações, comunicações ou, ainda, comentários.

Subperíodo 1978-1984

Este subperíodo, de apenas sete anos, apresenta uma produção escrita, classificada nessa categoria temática, de 217 documentos, isto é, uma média de 31 textos por ano.

Artigos, Notícias, Dispositivos legais/Atos normativos predominam no período 1978-1984. Além disso, foram localizados 15 documentos de outros tipos, quais sejam, Editoriais, Resenhas, Relatórios, Notas e Resumos.

Os Artigos aparecem em quantidade superior a uma centena, merecendo destaque as produções de autoria de Carlos Corrêa Mascaro (gratuidade e reforma universitária segundo Ruy Barbosa e financiamento da pesquisa científica), Newton Sucupira (expansão do sistema de ensino superior e regulamentação da livre-docência), Vanilda Paiva (qualificação profissional), Luiz Antônio C. R. Cunha (vestibulares, pelo ensino público e gratuito, acordos MEC/Usaid e a modernização do ensino superior no Brasil), William Saad Hossne (financiamento da pesquisa científica), José Israel Vargas (ciência e tecnologia), José Reis (carreira do pesquisador; legislação, liberdade acadêmica, reintegração e cassação de professores; democracia/autonomia na pós-graduação), Oscar Sala (nota de repúdio da SBPC pelo afastamento sumário de alguns cientistas renomados em nome do AI-5), Divonzir Arthur Gusso (pesquisa educacional, planejamento, política educacional), José Dias Sobrinho (universidade e classe média), José Camilo dos Santos Filho (modelos organizacionais no ensino superior), Henrique Rattner (pós-graduação, pesquisa e serviços), Maurício Tragtenberg (educação e repressão e delinquência acadêmica), Maria do Carmo Lacerda Peixoto (políticas públicas, medicina e saúde), Carlos Roberto Jamil Cury (ideologia, trabalho, educação e capitalismo), Irene A. R. Cardoso (reforma universitária e poder na USP), Russel Kirk (autonomia universitária e poder), Glaura Vasques de Miranda (políticas de pesquisa de pós-graduação no Brasil), José Nilo Tavares (educação e imperialismo no Brasil), Heleieth I. B. Saffioti (estudos sociais e privatização do ensino superior), Simon Schwartzman (universidade e política). Carlos Benedito Martins, Edmundo Fernandes Dias, Esther de Figueiredo Ferraz, Luiz Pinguelli Rosa e Ronald Braga escrevem a respeito da privatização, expansão e reforma do sistema de ensino, privilegiando, em especial, o debate gratuidade-privatização do ensino superior público. Edmundo Dias escreve também sobre a crise financeiro-institucional da Unicamp, e Braga, acerca das relações entre o MEC e o poder. Formação de professores e/ou de especialistas em educação constituem o alvo das preocupações de Antonio Joaquim Severino e Roberto Moreira. Roberto Romano (universidade, conservadorismo e progressivismo), Maria de Lourdes de A. Fávero (poder e participação na universidade), Edson Machado de Souza (o conceito de universidade

na reforma de 1968), Águeda B. Ühle (funções sociais da universidade), Neidson Rodrigues (reforma e autonomia universitárias), José Albertino Rodrigues (reforma educacional e desenvolvimento social no Brasil) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (idéia de universidade e sistema de ensino) compartilham temáticas que guardam grande proximidade. Pedro Demo analisa o III Plano Setorial de Educação, privilegiando “a educação do pobre”, enquanto José Carlos Melchior enfoca o financiamento da educação no Brasil. Sérgio H. Abranches e Ênio Candotti concentram-se em políticas públicas de ciência e tecnologia e na relação cientistas/lei dos estrangeiros. Elza Nadai (histórias da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica), Maria Francisca Sales Pinheiro (supervisão e avaliação institucional), Benno Sander (administração educacional no Brasil) e Laura da Veiga (projetos educacionais e classes sociais) completam o quadro de autores que destacamos.

Há, ainda, cerca de 45 outros autores que escreveram Artigos no período analisado.

Foram localizados cerca de 60 documentos classificados como Notícias, a maioria deles oriunda de publicações editadas pela SBPC. Merecem destaque as seguintes, pela importância e recorrência temáticas: tomadas de posição da SBPC e de várias outras entidades científicas a favor da reintegração dos professores afastados pelos atos de exceção do governo militar (em especial pelo AI-5), pressionando para que a lei da anistia seja ampla, geral e irrestrita; manifestações e atos por mais recursos para o ensino superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico e contra o aviltamento dos salários dos docentes; críticas e manifestações contrárias ao governo do Estado de São Paulo, que corta as verbas, que sugere e tenta difundir junto à opinião pública a necessidade da implementação gradativa do ensino pago em nível superior nos estabelecimentos públicos; ataque às políticas sistemáticas de cerceamento que as universidades estatais paulistas sofrem por parte do governo. Há informação de grande relevância onde se noticia que 11 associações docentes universitárias, entre elas a Adusp, a Adunicamp e a Adunesp, reunidas em Piracicaba (interior do estado), aprovam moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 34, de autoria do Executivo e que tramita no Congresso Nacional. Tal projeto concede ao Presidente da República o direito exclusivo de escolha dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua finalidade ou natureza. Encontram-se neste tipo de documento a Carta de Princípios da Ande, a análise do 3º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) – período 1980-1985 –, a crítica, pela Sociedade Brasileira de Física, ao acordo nuclear estabelecido entre o Brasil e a Alemanha e uma série de informes relativos a aspectos institucionais internos às IES (concursos, formas de participação do corpo docente em órgãos colegiados, reestruturação da carreira do magistério, etc.) Pode-se ler precioso relato da crise ocorrida na Unicamp, com a demissão, pelo reitor, de oito diretores de unidades e de 14 funcionários, membros da Associação de Servidores da Universidade de Campinas (Assuc), bem como informe do final da paralisação dos docentes de 19 universidades federais no dia 11 de dezembro de 1980, após verem atendidas algumas reivindicações fundamentais. O chamado “Pacote Portela”, contendo três anteprojetos (relativos à carreira do magistério superior, à escolha dos dirigentes das universidades e à natureza das IES federais) elaborados pelo então Ministro da Educação Eduardo Portela, é comentado com preocupação. O mesmo ocorre quando de sua exoneração, em novembro de 1980. Finalmente, há o relato de que o novo titular do MEC, o general Rubem Ludwig, defende vigorosamente as verbas previstas no orçamento elaborado pelo ministério para 1982.

Dispositivos legais/Atos normativos somam um total de aproximadamente duas dezenas de documentos, em especial resoluções, pareceres e portarias do CFE, portarias ministeriais, leis e decretos. Quanto às resoluções, foram selecionadas as que fixam normas para a autorização e o reconhecimento de universidades, para a autorização de cursos superiores de graduação que tenham currículos mínimos definidos pelo Conselho e, ainda, para a indicação de corpo docente das IES. Parecer aborda o conceito de necessidades sociais e os critérios de sua aplicação para o planejamento e a expansão do sistema de ensino. Portarias do MEC dispõem sobre a transferência escolar e concursos vestibulares. Parecer da Câmara de Ensino Superior (CESu) do CFE detalha as normas para credenciamento dos cursos de pós-graduação, enquanto portaria vai regulamentar as

instruções para a criação de universidades. A Lei nº 6.680 dispõe a respeito das relações entre o corpo discente e as IES, enquanto decreto do Presidente da República aprova o II Plano Nacional de Pós-Graduação.

Subperíodo 1985-1995

Nestes 11 anos, a produção sobre Políticas Públicas da Educação Superior alcança a média de 65 documentos por ano, perfazendo um total de 730 textos escritos coletados e analisados.

Merecem destaque os seguintes tipos de documentos: Artigos (290), Notícias (260), Relatórios e Dispositivos legais/Atos normativos (cerca de 30 documentos cada um). Há, também, Editoriais, Resumos, Resenhas e Notas, em quantidades pouco expressivas.

Com relação aos Artigos, são quase nove dezenas que foram agrupadas sob a temática “Política Científica e Tecnológica e Agências Financiadoras”, que engloba assuntos bastante diversificados, tais como: agências financiadoras de pesquisa, institutos de pesquisa e políticas de ciência e tecnologia no País; comunidade científica e políticas públicas; história social e institucional da ciência no Brasil; pesquisa pura, pesquisa aplicada, pesquisa básica (no Brasil e no mundo); ciência, saber e poder; ciência e tecnologia, políticas de capacitação e de gestão de recursos humanos e indicadores de produtividade; programas de capacitação científica e tecnológica às instituições e universidades brasileiras (Programa MEC/BID-II e Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica – Pact). Entre os muitos autores, merecem destaque os seguintes nomes: Cristovam Buarque, L. F. Candiota, Marcos Faria Figueiredo, Maria Cecília Spina Forjaz, Maria Estela Dal Pai Franco, Pedro Goergen, Marília Costa Morosini, Shozo Motoyama, Niuvenius Junqueira Paoli, Clodoaldo Pavan, Fábio Wanderley Reis, Simon Schwartzman, Wagner Costa Ribeiro, José Albertino Rodrigues, Edson Machado de Souza, Gilberto Velho, J. C. Todorov, Otávio Velho e Fernanda A. da Fonseca Sobral, além de mais de setenta outros.

Na temática “Legislação, Constituinte, LDB”, perto de quatro dezenas de artigos podem ser classificados em vários assuntos, tais como: Educação e Constituinte – propostas e alternativas; Constituições brasileiras e educação; LDB, educação superior, Congresso Nacional e sociedade; propostas em debate; Planos Nacionais de Educação, LDB e políticas públicas; autonomia, revisão constitucional e gratuidade (o público e o privado); Constituinte (educação, trabalho e sociedade; tecnologia e capital; pesquisa e universidade; ciência e tecnologia).

Entre os aproximadamente 40 autores, devem ser lembrados os nomes de Cristovam Buarque, Célio da Cunha, Carlos Roberto Jamil Cury, Vital Didonet, José Eduardo Faria, Maria de Lourdes de A. Fávero, Bárbara Freitag, José Goldemberg, Paulo Renato Souza, Jorge Nagle, Denise Leite, Marília Costa Morosini, Paulo E. de Menezes Neto, Glaura Vasquez de A. Miranda, José Carlos de Araújo Melchior, Vanilda Paiva, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Isaac Roitman, Antonio Joaquim Severino e Fernanda da Fonseca Sobral.

“Universidade Brasileira: ensino público, ensino privado, expansão e perspectivas” concentra mais de 20 artigos, merecendo destaque os que foram escritos por Miguel González Arroyo, Ronald Braga, Ênio Candotti, Juan Casassus, Eunice Ribeiro Durham, Maria de Lourdes de A. Fávero, Dirce Mendes da Fonseca, Menga Lüdke, Jorge Nagle, Francisco de Oliveira, Renato Ortiz, Edson Machado de Souza e Cid Veloso. Os documentos versam sobre a expansão do sistema de ensino universitário e suas relações com o mercado de trabalho; Estado, mercado e educação; modelos de expansão do sistema superior de ensino; gratuidade/privatização do ensino superior público e expansão do ensino privado; democratização do ensino, investimentos, ensino noturno e os trabalhadores; modelos organizacionais (fundações, autarquias e reforma administrativa); universidade brasileira: impasses, transformações, perspectivas.

Sobre a subcategoria temática *Financiamento e Agências Financiadoras* temos pouco mais de 20 artigos, escritos por João Calmon, Eunice R. Durham, Luís Carlos Freitas, Efreim Maranhão,

José Carlos de A. Melchior, Francisco Miraglia, Sadi Del Rosso, Jacques Schwartzman, José Goldemberg, Simon Schwartzman, Jacques Velloso e Elisa Wolynech, entre outros. Os documentos selecionados dizem respeito ao financiamento da educação pública e privada; aos salários praticados nas Ifes; às bolsas de pesquisa do CNPq; ao financiamento da pesquisa, da ciência e da tecnologia no País; à relação entre financiamento e avaliação; ao crédito educativo.

Joaquim J. Brunner, Luiz Antônio Cunha, Eunice R. Durham, Maria Estela Dal Pai Franco, Marília C. Morosini, Rolin Kent, Newton Lima Neto e Simon Shwartzman são os principais autores da temática "Avaliação", responsáveis por artigos envolvendo políticas públicas de avaliação, avaliação institucional, as relações que os sistemas de ensino brasileiro e europeu mantêm com os setores produtivos, a avaliação de programas de pós-graduação no País e no exterior, de agências financiadoras e da produção científica.

Nos 16 documentos encontrados, há análises sobre a democratização da universidade brasileira; a estrutura de poder interna nas IES; greves, autonomia e corporativismo; movimento docente, Estado, sociedade civil e resistência; fundações universitárias, autarquias e regime militar; o Geres e a exclusão da participação de docentes. Eles se referem à temática "Estrutura de Poder, Gestão Acadêmica e Movimentos Docentes", contando com a colaboração, entre outras, de Sadi Dal Rosso, Gustavo L. Gutierrez, Newton Lima Neto, Lúcia Helena Lodi, Wolfgang Leo Maar, Valdemar Sguissardi e Sofia Lerche Vieira.

"Políticas de Pós-Graduação", com 15 artigos, reúne Carlos R. Jamil Cury, Eunice R. Durham, Maria de Lourdes de A. Fávero, Maria Estela Dal Pai Franco, Claudio de Moura Castro, Maria do Carmo Lacerda Peixoto e Miriam Jorge Warde. Os assuntos tratados são amplos: pós-graduação, financiamento e linhas de pesquisa (Brasil e México); políticas de pós-graduação, sociedade e gestão da educação pública no Brasil; pós-graduação, formação de pesquisadores e evasão de cérebros; trajetória do GT Políticas Públicas de Educação Superior da ANPEd: a pós-graduação e a nova LDB.

"Políticas de Ensino Superior/Autonomia e Indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão" congregam duas dezenas e meia de documentos, ocupando-se da autonomia universitária; das relações universidade, Estado e sociedade nas IES; da isonomia entre as IES; de distintas concepções acerca da reforma do Estado; das relações entre políticas públicas educacionais e o Congresso Nacional, etc. Os autores que merecem destaque são José Mário Pires Azanha, Carlos Baldijão, Hélio Bicudo, Cristián Cox, Luiz Antônio Cunha, Eunice R. Durham, Naura S. C. Ferreira, Vilma Figueiredo, José W. Germano, Fernanda Sobral, Denise Leite, André Haguette, Lúcia Klein, Newton Lima Neto, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Roberto Romano e Carlos Vogt.

"Reformas Educacionais na América Latina e na Europa" reúne 11 documentos, escritos por José Augusto Dias, Mariano F. Enguita, Henry Levy, Lúcia Klein, Helena Sampaio, Marília C. Morosini, Clarissa E. Baeta Neves, Simon Schwartzman, Paulo Renato Souza e Juan Carlos Tedesco. Tratam da universidade na Grã-Bretanha; da educação em Cuba; de políticas que atualmente são desenvolvidas em vários países da América Latina, etc.

"Reforma Universitária no Brasil" reúne nove trabalhos, que, além de apresentarem análises do Relatório Geres (um deles estuda os documentos Geres e Andes) e dos Relatórios Atcon e Meira Mattos, dedicam-se à crise da universidade e às políticas públicas reformistas. Isaura Belloni, André Haguette, Edgar Pontes de Magalhães, Neidson Rodrigues, Sofia Lerche Vieira e Maria de Lourdes de A. Fávero escrevem nessa rubrica.

Nilton C. Balzan, Niuvenius J. Paoli, J. R. W. Dornelles, Carlos Benedito Martins, Águeda B. Ühle, Dulce C. A. Withaker, entre outros, na temática "Cursos e Formação de Professores", dedicam-se a seis documentos que se ocupam de histórias acerca do ensino jurídico, dos cursos de administração e de outros cursos de ciências humanas; analisam a formação de professores, os cursos de licenciatura e, também, os que se dedicam à preparação de especialistas da rede pública de ensino.

Há, ainda, quase uma vintena de documentos dedicados às mais variadas temáticas.

As Notícias se constituem o segundo tipo de documento, em termos quantitativos (cerca de 260), para o subperíodo 1985-1995. Elas podem ser divididas em três grandes temáticas, que serão detalhadas a partir de agora.

Na primeira, encontram-se aquelas relativas às políticas de ciência e tecnologia, às discussões em torno das fundações de amparo à pesquisa do País, às lutas e pressões por maiores dotações e liberações de verbas e a encontros científicos e tecnológicos nacionais e regionais. As Notícias concentram-se em informar os bloqueios de recursos do CNPq, da Capes e da Finep (bem como das fundações estaduais) com relação ao financiamento das investigações por toda a Federação; delineiam propostas e sugestões; realizam diagnósticos; informam os percentuais de verbas aplicadas em relação ao PIB; detalham as principais deliberações das sociedades científicas nacionais; difundem as manifestações de apoio de entidades científicas e universidades contra, por exemplo, a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia, de agências financiadoras de projetos, etc.; comentam os constantes atrasos nos pagamentos das bolsas de pesquisa.

Além disso, há resenhas das idéias-chave discutidas nos encontros, fundamentalmente naqueles que clamam por maior participação da comunidade científica no processo de formulação (e decisório) das políticas para o setor.

Na terceira grande temática serão encontradas notícias que se dedicam a historiar a contribuição de entidades científicas, universidades, associações de classe e outros organismos ao processo de elaboração da Constituição, da LDB, de Constituições estaduais e de Leis Orgânicas de municípios de algumas capitais. Nesse sentido, têm-se propostas do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) à Assembléia Nacional Constituinte; do Crub, do CFE e da UFMG à LDB, assim como da SBPC, que encaminha proposta relativa à ciência e tecnologia para a elaboração da Constituição paulista. A mesma entidade propõe matérias neste mesmo domínio por ocasião da feitura da Lei Orgânica do Distrito Federal, além de apoiar a realização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (LDB). Chega-se ao início dos anos noventa com várias notícias acerca da tramitação – na Câmara e no Senado – da LDB e, no final de 1995, lê-se que o projeto substitutivo do senador Darcy Ribeiro avançava no Senado.

Os Dispositivos legais/Atos normativos totalizam pouco mais de trinta documentos. Predominam leis, decretos, pareceres, indicações, portarias e exposições de motivos, merecendo destaque lei que dispõe sobre órgãos de representação discente nas Ifes; decreto que institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior; portarias sobre: a) implantação de política de pessoal uniforme nas Fundações de Ensino Superior vinculadas ao MEC; b) designação dos membros do Geres; c) a oportuna extinção dos cursos de licenciatura curta nas grandes capitais do País; d) constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de consolidar propostas para a elaboração da LDB e do Plano Nacional de Educação. Do Conselho Federal de Educação, encontram-se indicações sobre: a) o concurso vestibular nas Ifes; b) a auto-avaliação como instrumento de melhoria da qualidade do ensino superior; c) o acompanhamento dos cursos de pós-graduação. Finalmente, há medida provisória do Executivo que altera dispositivos, referentes ao CFE, das Leis nº 4.024/61 e 5.540/68.

O tipo de documento Relatório surge também com frequência pouco superior a 30. Constam vários relatórios elaborados a partir de Encontros Regionais sobre Política Científica e Tecnológica, realizados em diversas universidades e promovidos por instituições e associações científicas; há, igualmente, aqueles que reúnem propostas e contribuições de entidades científicas para a elaboração da LDB. A Andes produz documentos significativos, tais como os dedicados aos sistemas universitários público e privado; à revisão constitucional ou à nova Constituição; à análise da greve desencadeada contra o desmonte do Estado e das Ifes; ao neoliberalismo, mercado, movimentos docentes e movimentos sociais; ao *impeachment* e à luta pela democracia; à violência, ao movimento sindical e às conjunturas política, econômica e social. Outro relatório apresenta-se como significativo: trata-se de documento elaborado pela Federação Nacional de Docentes Universitários

da República Argentina (Conadu), precioso dossiê mostrando a articulação do projeto neoliberal e da educação superior na América Latina.

Há Editoriais que englobam sugestões apresentadas à Constituinte por entidades científicas e da sociedade civil, outros que comentam a crise das universidades e as greves de docentes das IES, bem como os dedicados aos aniversários da revista *Educação Brasileira* (do Crub) e o que faz a crítica ao documento do MEC, apresentado pelo Governo Collor, que previa o ensino pago. Em *Ciência e Cultura*, abordam-se as dificuldades que os professores e pesquisadores estrangeiros enfrentam para trabalhar nas universidades brasileiras.

Notas, Resenhas, Entrevistas e Resumos também integram os documentos analisados, sendo as seguintes as temáticas contempladas: produção e apropriação do conhecimento; exposições de motivos de ministros e secretários de educação, fornecendo subsídios para a formação de novas políticas para a educação superior brasileira; entrevistas com ministros e presidentes de agências de fomento à pesquisa; resenhas de livros e publicações na área de políticas educacionais; resumos de trabalhos apresentados em Reuniões Anuais da SBPC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da produção intelectual sobre a educação superior centrado na categoria Políticas Públicas da Educação Superior, ainda que realizado especialmente mediante análises quantitativas de informações fornecidas pelo Banco de Dados *Universitas/BR*, possibilita levantar hipóteses para futuros estudos sobre temas ainda não estudados de educação superior, sobre a atuação de entidades e instituições mais alinhadas aos anseios da comunidade acadêmica ou dos governantes e sobre o embate entre entidades, instituições e demais atores da sociedade política. Permite, também, inferir sobre os vários desenhos que se pretendeu para a educação superior, mas, acima de tudo, sobre as históricas relações entre esta e os projetos políticos que para ela se tentou produzir ou que, muitas vezes, se lhe tentou impor.

A categoria Políticas Públicas da Educação Superior, como já se viu, situa-se entre as mais estudadas no período coberto pelo Banco de Dados *Universitas/BR* (1968-1995), o que desde logo permite indagar-se sobre as relações entre esse complexo espaço social dentro das relações entre Estado e sociedade civil.

No período em questão, como já é sabido, tais relações passaram por mudanças profundas, com a transformação radical do desenho desse nível de educação e de ensino no Brasil. Por outro lado, ao constatar-se essa relação, é possível verificar-se também que uma alta média de produção sobre a categoria não mantém uma relação de identidade com um alto nível de organização político-educacional. O segundo subperíodo aqui estudado, mesmo tendo uma média de publicação de documentos inferior ao do terceiro, constituiu-se o de maior organização dos agentes da educação superior e que testemunhou a emergência de um grande número de entidades representativas da academia. A coerção sobrepuja a persuasão possível de ser produzida pela divulgação dos estudos e pesquisas elaborados sobre esta categoria temática. Talvez pelas razões acima seja possível afirmar-se que a subcategoria *Estado e Educação Superior* seja central para o entendimento da categoria Políticas Públicas da Educação Superior – os estudos e as pesquisas realizados no período, bem como os autores arrolados na última parte deste capítulo, parecem reforçar tal assertiva.

A subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia*, bastante representativa na produção da categoria em estudo, também se revela importante na compreensão de Políticas Públicas da Educação Superior; no entanto permite igualmente avaliar, como já observado, as muitas ações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, visto que mais de 50% da produção sobre esse tema foi publicado em seus periódicos. Trata-se, em geral, de documentos curtos e informativos, alguns de

cunho mais reflexivo, que mostram a influência da SBPC sobre a educação superior brasileira, bem como sua versátil ação institucional.

Vale destacar, ainda, que em momentos de organização da sociedade civil, em particular dos agentes, instituições e entidades ligadas à educação superior, o interesse sobre a subcategoria *Legislação* diminui, ou o governo, em face dessa maior organização, deixa de intervir nesse nível de ensino via legislação, reduzindo-se a coerção normativa diante da força política da sociedade civil e da diminuição da distância entre esta e o Estado.

Conforme observado anteriormente, a baixa incidência de documentos classificados na subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras* deveu-se à existência, no Banco de Dados *Universitas/BR*, de uma categoria temática intitulada *Manutenção e Financiamento da Educação Superior*, para onde foi alocada boa parte da produção desta área. Essa dupla categorização, que totaliza aproximadamente 350 documentos publicados no período 1968-1995, e a importância desta temática indicam a necessidade de estudos futuros que visem desvelar, de modo pertinente e adequado, o conteúdo dessa produção no contexto das passadas e recentes políticas de educação superior no País.

Por fim, põem-se em relevo as tramas que se produziram entre as entidades e os grupos de estudos, como a SBPC, o Crub, a ANPEd, a Andes e o Nupes, entre outras e outros, na defesa de variados projetos para a educação superior e de projetos políticos para o Brasil – diferentes e, muitas vezes, antagônicos. Alguns desses atores (entidades ou autores), com produção teórica competente, mas alinhados na defesa da privatização/mercantilização da educação superior no Brasil (especialmente no último subperíodo), são, em geral, bastante identificados com os *policy makers* do Planalto Central; outros, com igual competência teórica, estão engajados na defesa da histórica identidade da instituição universitária, que se funda na associação ensino-pesquisa-extensão e na cultura institucional crítica de preservação do que se tem ainda de humanidade, em contexto de clara e inegável predominância da lógica do mercado, desqualificação do público e destruição do sujeito individual ou coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; MOREIRA, Marco Antonio. A educação superior no Brasil e a contribuição do Informe e Jornal Ciência Hoje da SBPC. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 224-237.
- GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.
- MANCIBO, Deise. A produção científica sobre educação superior na revista Ciência e Cultura. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 193-208.
- MEDEIROS, Luciene; SEIFFERT, Otilia M. L. B. Cadernos Andes : vozes do movimento docente sobre educação superior. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 113-127.
- PAOLI, Niuvenius J. A revista Documenta : um breve perfil. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p. 272-276.
- _____. Os Cadernos Cedes : uma estratégia para complementar uma revista. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.) *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 175-180.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período 1968-1995. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 129-162.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil : reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista : Ed. da USF, 1999.

TAVARES, Maria das Graças M. Educação & Sociedade : um espaço plural de análise política sobre educação In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p.163-174.

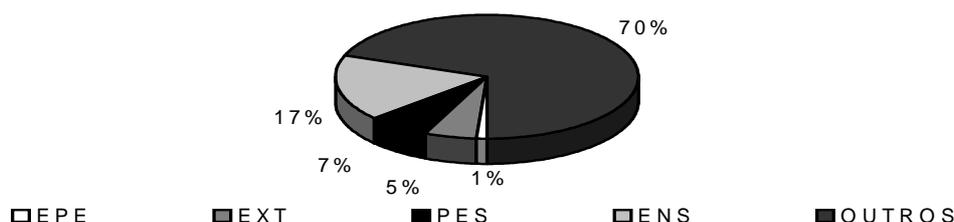
_____. Alguns dados sobre o Boletim da ANPEd. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 280-282.

As funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão

Maria Estela Dal Pai Franco*
Marília Costa Morosini
Maria Arabela Campos Oliven
Maria do Carmo Lacerda Peixoto
Maria das Graças Medeiros Tavares

As funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão ocupam uma parcela significativa (30%) da produção científica sobre educação superior publicada em periódicos nacionais entre os anos de 1968 e 1995 (Gráfico 16). Tal percentual representa 1.090 documentos de um total de 4.546 contidos no Banco de Dados *Universitas/BR*, fonte empírica de análise.

Gráfico 16 – Distribuição de documentos sobre Ensino, Pesquisa e Extensão, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Fazendo uma comparação entre as três funções universitárias, a maior preocupação em termos de produção de documentos é com a função ensino, com 385 documentos (17%), seguida da função pesquisa, com 305 documentos (7%) e da função extensão, com 250 documentos (5%). Nesse mesmo Banco de Dados ainda é localizado um fraco percentual (1%) que representa documentos que se detêm nessas três funções de forma conjunta.

Realizando uma comparação de forma mais geral, pode-se depreender:

– A função ensino é uma constante em toda a trajetória da produção científica em estudo – é muito compreensível este achado. Não podemos esquecer que a concepção dominante de

* Maria Estela Dal Pai Franco, doutora em Ciências Humanas – Educação – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora titular da UFRGS no Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) do Programa de Pós-Graduação em Educação, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), diretora funcional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e membro do Comitê dos Produtores de Informação Educacional (Comped) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); Marília Costa Morosini, doutora em Ciências Humanas pela UFRGS, é professora da UFRGS e da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e pesquisadora do CNPq; Maria Arabela Campos Oliven, doutora em Educação, é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS; Maria do Carmo Lacerda Peixoto, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação Superior (Gesu) da UFMG e coordenadora do GT Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 1998-2000; Maria das Graças Medeiros Tavares, doutora em Educação pela UFRJ, é professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação dessa Universidade. Colaboraram na elaboração deste capítulo: Rosângela Mendonça Teles, bolsista de Iniciação Científica (CNPq), Juliana Souza Cahet e Marta Ferreira Mota Silveira, também bolsistas (IC/Pibic).

universidade no Brasil foi (e ocupa ainda um espaço destacado entre os atuais modelos) a de universidade do ensino. Modelos de uma universidade da pesquisa e de uma universidade extensionista são mais recentes. Assim, a produção sobre ensino como função universitária domina os periódicos em exame. Esta produção é datada, recorrente, institucionalmente vinculada; não é circunscrita a autores da área da pedagogia. Examinando as subcategorias temáticas, identificamos o ensino de graduação, de pós-graduação, as licenciaturas, o currículo e as relações pedagógicas. As autoras deste capítulo alertam para o fato de que documentos que realizem a articulação entre o ensino de graduação e de pós-graduação são quase inexistentes: “Esta vinculação está no cerne da formação de novas gerações de profissionais, de professores e de pesquisadores, gerações essas que já estão projetando a universidade e a sociedade do futuro.”

– A função pesquisa adquire maior importância na comunidade científica no decorrer do período em estudo, quando esta aborda questões acerca da influência da dependência econômica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, focalizando as subtemáticas correspondentes nos modos de desenvolver pesquisa e na sua pertinência – mais recentemente, a questão da ética da pesquisa concentra os estudos. Em termos de relação com as outras funções universitárias, é discutida a relação com a pós-graduação (porcentual acentuado) e, ultimamente, com a graduação. Maria do Carmo Lacerda Peixoto nos alerta para uma subtemática silenciosa: “Num contexto em que o desenvolvimento econômico se faz de modo globalizado ... é preocupante que não se encontrem documentos... nos periódicos que reflitam sobre suas relações com a pesquisa.”

– A função extensão não se constitui objeto relevante quando comparada com as outras duas funções universitárias. Entretanto, quando examinamos a categoria Universidade e Sociedade, o percentual da extensão atinge níveis representativos. A extensão é vista na prática, basicamente, como relato de experiências, sem apontar para ações mais duradouras e permanentes na sociedade. Ao contrastar tal postura com a concepção de extensão, esta aponta sua importância “enquanto redirecionadora dos objetivos de pesquisa e da própria formação profissionalizante com as reais necessidades da maioria da população”, segundo Maria das Graças Medeiros Tavares.

Para dar conta da redação das funções universitárias, cinco pesquisadoras se uniram. Num primeiro momento, obedecendo a uma linha de análise comum, procuraram redigir seus textos de forma isolada, obedecendo a linha de pesquisa em que já estavam trabalhando e na qual suas teses tinham sido defendidas – contatos foram mantidos via meios eletrônicos. Num segundo momento, procuraram discutir os achados individualizados e refletir sobre eles. Os textos que se seguem refletem a linha comum, mas também a especificidade das autoras. A categoria Ensino foi abordada por Maria Estela Dal Pai Franco, Marília Costa Morosini e Maria Arabela Campos Oliven; Pesquisa, por Maria do Carmo Lacerda Peixoto; finalmente, Extensão, por Maria das Graças Medeiros Tavares.

A FUNÇÃO ENSINO

É inegável a existência de uma marcante preocupação com a temática Ensino Superior na produção científica sobre educação superior veiculada em periódicos nacionais. Tal preocupação reflete a problemática que envolve o ensino nas suas múltiplas interfaces – a primeira, certamente, está vinculada às funções da universidade. Se, por um lado, o ensino se revela como a função mais tradicional, por outro, tem sido desafiado em sua associabilidade com pesquisa no confronto com as demandas e problemas emergentes da sociedade globalizada que conduzem a modalidades institucional-organizativas antes nunca previstas e que implicam articulações com diferentes segmentos, níveis, esferas e grupos. Outra interface igualmente importante diz respeito à realização da aprendizagem propriamente dita e que remete para a adequação das seleções curriculares às necessidades da sociedade no umbral do século 21. Se existe preocupação com a pertinência do ensino de graduação e com sua democratização, também existe com o ensino de pós-graduação e

suas novas modalidades configurativas de oferecimento, tendo em mira condições institucionais e de avanço do conhecimento.

Nestes contornos insere-se o presente trabalho, que tem como objetivo precípua identificar e analisar o ensino no pensamento acadêmico brasileiro sobre educação superior.

Para atender a tal objetivo, a base metodológica é de caráter quantitativo e qualitativo, tendo como fonte o Banco de Dados *Universitas/BR*.¹ O trabalho é desenvolvido em dois eixos: o de caráter analítico-descritivo e o de caráter analítico-inferencial.

O primeiro visa fornecer informações pertinentes à temática, delimitando-a em seus conteúdos, em sua trajetória e meios de veiculação da produção a ela ligada. Inicialmente são apresentadas a temática, as subtemáticas e seus descritores, delimitando-a em seus conteúdos. A seguir, os dados são analisados nas seguintes conjunções: a) incidência da temática na produção científica nacional; b) trajetória da temática Ensino e subtemáticas, por ano de publicação; c) frequência de publicação por tipo de documento, por tipo de periódico e por periódico.

O segundo eixo assume uma característica analítico-inferencial que visa a identificação e a construção de categorias temáticas expressivas de convergências de pensamento e da presença de noções historicamente datadas. Nele faz-se uso de uma abordagem qualitativa/quantitativa ancorada na proposta de Grawitz e Pinto (1986) e que se expressa pela busca, nos resumos dos documentos publicados, através de leituras sucessivas, de nucleações temáticas presentes na(s) temática(s) e/ou subtemática(s).

Tem-se presente que as dimensões de análise são expressões de uma interpretação de discursos em busca de sentidos, só que o discurso resultante (o nosso) tem a marca de nossos próprios filtros interpretativos sobre os discursos e filtros de outros. Isto significa que o sentido que se atribui, neste momento de nossa construção histórica, não é o do momento e nem a própria história daqueles que elaboraram os trabalhos cujos resumos foram analisados, esses também reveladores de um discurso singular que não o nosso.

Na parte final do trabalho são apresentados os encaminhamentos conclusivos, neles explicitando algumas lacunas.

A Temática Ensino e a Produção Acadêmica sobre Educação Superior

A TEMÁTICA ENSINO NO CONJUNTO DAS CATEGORIAS

Cabe inicialmente mencionar que a produção constante do Banco de Dados *Universitas/BR* está classificada em 15 categorias principais, a saber: Políticas Públicas da Educação Superior, Universidade e Sociedade, História das Instituições de Educação Superior, Manutenção e Financiamento da Educação Superior, Natureza Jurídica das IES, Organização Acadêmica e Gestão, Autonomia Universitária, Ensino, Pesquisa, Extensão Universitária, Corpo Docente, Corpo Discente, Corpo Técnico-Administrativo, Avaliação do Ensino Superior e Relação Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada uma dessas categorias envolve, em média, seis subcategorias.

Mas como a temática Ensino se posiciona neste conjunto? Indubitavelmente, enquanto temática tem suscitado a atenção dos que produzem conhecimento em educação superior e o veiculam em periódicos nacionais.

O Gráfico 17 apresenta a produção por categoria temática, destacando a do Ensino. Essa categoria é a segunda maior do Banco, com 17% da produção, sendo precedida de Políticas

¹ O *Universitas/BR* reúne 4.546 documentos sobre educação superior, dos quais aproximadamente 17% têm como temática o ensino e suas relações. Os documentos foram publicados no transcorrer de 28 anos e são provenientes de 26 periódicos brasileiros, selecionados a partir dos critérios de abrangência nacional e existência de conselho editorial reconhecido na comunidade acadêmica. O Banco resultou de um trabalho coletivo de pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação ligados à área de educação superior, desenvolvido durante quatro anos com o apoio de agências de fomento à pesquisa, e se destina a subsidiar políticas públicas e informar sobre a produção.

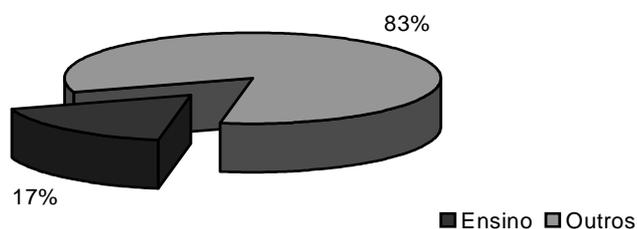
Públicas da Educação Superior, com 18% da produção, e tendo na posição subsequente Universidade e Sociedade. Esta posição de destaque acrescida da constatação de que ela atinge aproximadamente um quinto de toda a produção do *Universitas/BR* a qualifica no mínimo como uma temática instigante. Primeiro porque angaria a atenção dos que produzem em educação superior, e tal aspecto, necessariamente, se articula à pedagogia universitária e não pode ser omitido nas qualificações epistemológicas da educação superior; segundo porque tal constatação se reveste de especial significado ao se lembrar que nesta temática podem ser encontradas as produções que servem de suporte para o conhecimento da realidade da educação superior e que podem servir de pistas para novas construções em busca de sua melhor qualidade – é o entrelaçamento teoria-prática (Tabela 36).

CONTORNOS DA CATEGORIA TEMÁTICA ENSINO

A categoria Ensino do Banco de Dados *Universitas/BR*, analisada no presente trabalho, abarca as seguintes subcategorias: *Graduação*, *Pós-Graduação*, *Licenciatura*, *Relações Pedagógicas*, *Currículo*, *Articulação Graduação/Pós-Graduação* e *Outros*. É pertinente lembrar que todas as categorias e subcategorias temáticas e descritores que compõem o Banco foram construídos num processo contínuo e paulatino que se caracterizou por leituras *grand tour* e discussões.² Resultaram do processo os descritores das subcategorias a seguir explicitadas:

Graduação, que envolve cursos de graduação, disciplinas, modalidade de cursos, turnos;
Pós-Graduação, que envolve cursos e modalidades e áreas de concentração;
Relações Pedagógicas, que envolve o processo ensino-aprendizagem e relações de poder;
Currículo, que envolve modelos, desenvolvimento, reformulação e avaliação de currículos, estruturação em disciplinas básicas e profissionalizantes;
Licenciatura, que envolve modelos de cursos de formação de professor, discussões e perspectivas; disciplinas específicas, pedagógicas, instrumentais; fragmentação teoria-prática, específico pedagógico;
Articulação Graduação/Pós-Graduação, que envolve aspectos históricos, organizacionais e acadêmicos que dificultam e/ou facilitam a articulação; segmentação, continuidade de área de conhecimento e interdisciplinaridade;
Outros, que envolve aspectos relacionados ao sistema, além de outras indicações.

Gráfico 17 – Distribuição de documentos sobre a função Ensino, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍCIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

² As categorias/descriptores implicaram identificação preliminar pelos diversos subgrupos regionais de pesquisa, discussão dos resultados e ajustes. Os três últimos aspectos, a partir da triangulação, ou seja, a contrastação de opiniões dos especialistas envolvidos, foram repetidos no mínimo três vezes.

Tabela 36 – Distribuição de documentos na categoria Ensino e suas subcategorias, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995

Posição	Temas	Nº	%
1º	Políticas Públicas da Educação Superior (POL)	828	18,21
2º	Ensino (ENS)	783	17,22
	<i>Graduação</i>	327	7,19
	<i>Pós-Graduação</i>	107	2,35
	<i>Relações Pedagógicas</i>	50	1,09
	<i>Currículo</i>	85	1,86
	<i>Licenciatura</i>	164	3,60
	<i>Articulação Graduação/Pós-Graduação</i>	9	0,19
	<i>Outros</i>	41	0,90
3º	Universidade e Sociedade (USO)	506	11,13
4º	Avaliação do Ensino Superior (AVA)	406	8,93
5º	História das Instituições de Educação Superior (HES)	365	8,02
6º	Pesquisa (PES)	307	6,7
7º	Corpo Discente (DIS)	262	5,76
8º	Extensão Universitária (EXT)	250	5,49
9º	Corpo Docente (DOC)	239	5,25
10º	Organização Acadêmica e Gestão (OAG)	193	4,24
11º	Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF)	180	3,95
12º	Autonomia Universitária (AUT)	106	2,33
13º	Relação Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE)	57	1,25
14º	Natureza Jurídica das IES (NAT)	53	1,16
15º	Corpo Técnico-Administrativo (TEA)	11	0,24
	Total	4.546	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Na distribuição de documentos por subcategoria temática, não surpreende que a maior incidência se apresente em *Graduação* (42%), que, se acrescida da subcategoria *Licenciatura* (21%) – separada em razão de peculiaridades, apesar de ser uma modalidade de graduação –, revela a maciça convergência de interesses daqueles que produzem sobre a temática (Gráfico 18). As fortes críticas a que os profissionais egressos e professores são submetidos e os movimentos avaliativos do ensino, que cresceram nas últimas décadas, possivelmente interferem no resultado. É inegável que a graduação como um todo e a licenciatura continuam a ser questões recorrentes sobre as quais convergem inúmeras problematizações.

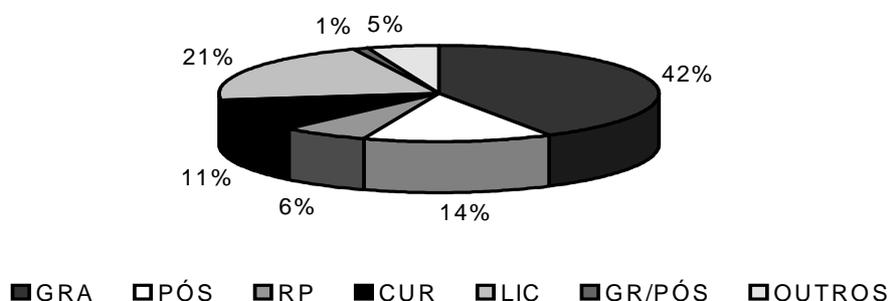
Em relação às demais subcategorias que compõem a categoria temática Ensino, observa-se também incidência de produção em *Pós-Graduação* (14%), *Currículo* (11%), *Relações Pedagógicas* (6%), *Outros*³ (5%) e *Articulação Graduação/Pós-Graduação* (1%).

Chama ainda a atenção na Tabela 36 a contribuição de cada uma das subcategorias no conjunto das 15 categorias que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*. Enquanto *Graduação* contribui com 7,19%, *Licenciatura* contribui com 3,6%. *Pós-Graduação* apresenta 2,35%, *Currículo*,

³ A análise das classificações mostrou produções ligadas a Estado/Sistema Educacional/Universidade.

1,86% e *Relações Pedagógicas*, 1,09%. Algumas delas apresentam maior contribuição para o *Universitas/BR* do que diversas das categorias temáticas que o constituem.

Gráfico 18 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Desde a primeira aproximação, a temática Ensino revela algumas características específicas que permitem entendê-la não só na perspectiva das funções da universidade, mas entremeada com as questões de currículo e de aprendizagem. Tais aspectos levam a assumir como princípio a vinculação entre ensino, currículo e aprendizagem.

A Trajetória da Temática Ensino

TEMÁTICA RECORRENTE E DATADA

Os resultados evidenciam, em primeiro lugar, que a temática Ensino é uma das que concentram maior incidência de produção sobre educação superior veiculada em periódicos brasileiros e que esta incidência está crescendo, especialmente a partir da década de 80. Uma pequena diminuição no início dos anos 90 não é reveladora de descaso, haja vista que a temática tem retomado seus índices de produção significativos.

No que se refere às suas subcategorias temáticas, maiores incidências de publicação foram identificadas em *Graduação*, seguida de *Licenciatura*, *Pós-Graduação*, *Relações Pedagógicas* e *Currículo*. A Tabela 37 indica o número de documentos publicados na categoria Ensino como um todo, por ano de publicação. É marcante a concentração que se observa – ela evidencia que até 1983 haviam sido publicados mais de 50% da produção na área. O interregno dos dez anos subseqüentes perfaz os outros 50%, o que é indicativo de crescimento. Em alguns anos observa-se maior incidência, com destaque para os anos de 1980, 1982, 1983 e 1988. O último pode estar associado a todo um movimento da sociedade brasileira na Constituinte, que teve o seu ápice em 1988, com a publicação da Carta Magna. Já em relação aos anos anteriores, é possível pensar num nexos com os primeiros passos da abertura política e, talvez, com a produção acadêmica decorrente do crescimento dos cursos de pós-graduação. A Tabela 38 indica a freqüência de produção por ano e por subcategoria, e a Tabela 39 apresenta o número de documentos publicados em cada subcategoria por período.

TEMÁTICA DE MÚLTIPLAS VIAS

A categoria temática Ensino se caracteriza pela variedade de documentos e diversidade de periódicos que socializam a sua produção. No que tange aos documentos, são encontrados não só

artigos analíticos (35%), mas também resumos, que predominam (50,57%), entre outros (Tabela 40). Além disso, é uma temática que, em volume de publicação, se manifesta em diferentes tipos de periódicos, sejam eles de educação geral, específicos de educação superior ou de temática geral.

Tabela 37 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995

Anos	Número de Documentos Produzidos		
	Principal	Segunda	Total
1968	8	3	11
1969	8	3	11
1971	13	4	17
1972	7	3	10
1973	12	8	20
1974	25	4	29
1975	6	0	6
1976	28	6	34
1977	19	4	23
1978	38	13	51
1979	30	9	39
1980	44	20	64
1981	30	15	45
1982	50	24	74
1983	56	26	82
1984	29	15	44
1985	40	19	59
1986	52	27	79
1987	37	17	54
1988	56	26	82
1989	33	14	47
1990	26	10	36
1991	18	6	24
1992	18	11	29
1993	34	11	45
1994	38	19	57
1995	28	11	39
Total	783	328	1.111

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 38 – Distribuição de documentos publicados sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995

Subcategorias	Anos																												Total	%
	68	69	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95			
Graduação	5	6	7	4	6	16	4	12	10	20	12	14	15	18	23	14	23	21	10	14	22	6	9	6	16	8	6	327	41,76	
Pós-Graduação		1		2	2	4	1	3	3	4	8	10	3	9	3	2	2	6	10	10	1	1	1	2	6	9	4	107	13,66	
Relações Pedagógicas								1	2	2	2	2	1	3	5	1	8	2	8	3	1	2		1	2	3	1	50	6,38	
Currículo	1		2		4	1		3	2	2	3	3	5	7	5	2	2	8	2	9	3	7	1	3	2	8		85	10,85	
Licenciatura			1	4	1		2		8	2	8	4	7	5	11	19	10	5	10	4	15	4	8	6	5	6	5	14	164	20,94
Artic. Grad./Pós-Grad.												2						1	3	1			1		1			9	1,14	
Outros	2					2	1	1		2	1	6	1	2	1			4		4	2	2		1	1	5	3	41	5,23	
Total	8	8	13	7	12	25	6	28	19	38	30	44	30	50	56	29	40	52	37	56	33	26	18	18	34	38	28	783	100	
Frequência Acumulada	8	16	29	36	48	73	79	107	126	164	194	233	268	318	374	403	443	495	532	588	621	647	665	683	717	755	783			

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre Educação Superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 39 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por período – 1968-1995

Subcategorias	Número de Documentos por Período (%)				Total	%
	68-75	76-82	83-89	90-95		
Graduação	48 (14,67%)	101 (30,88%)	127 (38,83%)	51 (15,59%)	327	41,76
Pós-Graduação	10 (9,34%)	40 (37,38%)	34 (31,77%)	23 (21,49%)	107	13,66
Rel. Pedagógicas	0	13 (26%)	28 (56%)	09 (18%)	50	6,38
Currículo	8 (9,41%)	25 (29,41%)	31 (36,47%)	21 (24,7%)	85	10,85
Licenciatura	8 (4,87%)	45 (27,43%)	67 (40,85%)	44 (26,82%)	164	20,94
Articulação Grad./ Pós-Graduação	0	2 (22,22%)	5 (55,55%)	2 (22,22%)	9	1,14
Outros	5 (12,19%)	13 (31,70%)	11 (26,82%)	12 (29,26%)	41	5,23
Total	79	239	303	162	783	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 40 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, segundo o tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Nº	%
Apresentação	1	0,12
Artigo	274	35,00
Resumo	396	50,57
Resenha	23	2,93
Depoimento	22	2,80
Dispositivos Legais	2	0,25
Editorial	3	0,38
Nota	17	2,17
Notícia	30	3,83
Relatório	14	1,80
Série Documental	1	0,12
Total	783	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Tabela 41 é altamente elucidativa, pois permite visualizar em quais periódicos a categoria veiculou sua produção. *Ciência e Cultura* se destaca como o veículo mais utilizado, o que é compreensível, uma vez que os pesquisadores que nela publicam são oriundos de várias áreas de conhecimento. Tal situação pode ser identificada também nas publicações das subcategorias, tanto que *Graduação*, *Pós-Graduação* e *Currículo* encontram na revista *Ciência e Cultura* o seu principal locus de disseminação da produção. Em menor escala são destacáveis na temática as revistas *Educação Brasileira*, *Boletim ANPEd* e *Educação & Sociedade*. Não houve produções da categoria temática Ensino nos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Ciências Sociais Hoje* e *Cadernos Andes*.

A Face das Convergências na Categoria Temática Ensino

O contato com a produção de cada uma das subcategorias temáticas visou, nesta fase da análise, a busca de convergências e, na medida do possível, a inserção das produções nos contextos político e educacional do ensino superior brasileiro.

A partir do contato com a produção, convergências começaram a se configurar em cada uma das subcategorias, havendo um esforço no sentido de identificar características próprias, reveladoras de aspectos singulares. Isto levou à descrição, delimitação e qualificação das subtemáticas e respectivas convergências, bem como à clarificação de importância no âmbito da temática maior. Não pode ser omitido que a construção, identificação e nomeação das convergências presentes nas subtemáticas são expressões dos filtros interpretativos que hoje impregnam a análise da educação e de seu contexto.

ENSINO DE GRADUAÇÃO

Na subcategoria *Graduação* foi feita uma leitura para ver a participação de diferentes tipos de cursos em estudos e pesquisas que tratassem do ensino de graduação. Dos documentos encontrados, Pedagogia é o curso que lidera a lista, alvo de mais de 15% desses artigos, seguido do curso de Química, com mais de 10%, e os de Ciências Biológicas e Medicina, cada um com, aproximadamente, 10% dos artigos.

Curso de Pedagogia

Com relação ao curso de Pedagogia, os debates assumem um caráter bastante abrangente: as temáticas centrais referem-se ao histórico, à definição, à avaliação e às ambigüidades do próprio curso, à necessidade de reformulação e até de sua extinção. Em alguns casos é feita referência à importância de maior articulação entre a teoria e a prática e mais aproximação entre os vários níveis de ensino, ou seja, entre a pós-graduação e a graduação, entre os cursos de Pedagogia ou mesmo entre as licenciaturas e o ensino de primeiro e segundo grau. Em muitos artigos é abordada a necessidade de se levar em conta a realidade brasileira na formação do educador.

Há, também, artigos que tratam da formação de especialistas na área de administração e orientação educacional, bem como da formação de docentes de 1º e 2º grau; em alguns casos o objeto de análise é o estágio, em outros, características dos egressos, o mercado de trabalho e campo de atuação, entre outros.

O setor privado, onde a maioria dos alunos de Pedagogia estuda, é criticado pelo baixo nível acadêmico de seus cursos e pelos currículos pobres oferecidos, principalmente nos cursos noturnos.

Tabela 41 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por periódico – 1968-1995

Tipos de Periódicos/Títulos	Nº	%
Educação Superior		
<i>Educação Brasileira</i>	63	8,04
<i>Estudos e Debates</i>	1	0,12
<i>Universidade e Sociedade</i>	3	0,38
<i>Cadernos Nupes</i>	5	0,63
<i>InfoCapes</i>	3	0,38
Educação em Geral		
<i>Documenta</i>	16	2,04
<i>Em Aberto</i>	30	3,83
<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	11	1,40
<i>Boletim ANPEd</i>	32	4,08
<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	3	0,38
<i>Cadernos Cedes</i>	18	2,29
<i>Educação & Sociedade</i>	26	3,32
<i>Educação e Seleção</i>	1	0,12
<i>Cadernos de Pesquisa</i>	4	0,51
<i>Fórum Educacional</i>	21	2,68
<i>Educação e Realidade</i>	14	1,78
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>	17	2,17
Temática Geral		
<i>Ciência e Cultura</i>	473	60,40
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	12	1,53
<i>Bol. Inform. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>	11	1,40
<i>Rev. Bras. de Administração Pública</i>	14	1,78
<i>Encontros c/a Civilização Brasileira</i>	2	0,25
<i>Debate e Crítica</i>	3	0,38
Total Geral	783	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

São feitas críticas aos métodos inadequados de ensino, principalmente às aulas expositivas, e apontadas as resistências e barreiras a reformulações curriculares. Quanto a isso, os estudantes apresentam proposta para a formação de educadores, no sentido de maior valorização quanto a alterações comportamentais, mais do que quanto a uma mudança curricular formal. Temas relacionados à necessidade de incentivar a interdisciplinaridade, a criatividade, a educação ambiental e a educação especial aparecem de forma esporádica.

São relativamente poucos os relatos de experiências de pesquisa em ensino. Eles se referem ao uso de informática na educação, entrevistando chefes de unidades e de departamentos, ao uso da técnica de contrato de estudos inspirada em Carl Rogers e à avaliação de monografias. Este tipo de estudo é principalmente veiculado na revista *Ciência e Cultura*, enquanto os debates amplos são publicados em revistas mais ligadas à área educacional, como *Educação & Sociedade*, *Fórum Educacional* e *Em Aberto*.

Quadro 4 – Convergências vinculadas à categoria temática Ensino

Subcategorias	Convergências Temáticas	%	Total de Produções
Graduação	Curso de Pedagogia	15	327
	Curso de Química	10	
	Curso de Ciências Biológicas/Medicina	20	
	Outros Cursos	8	
	Disciplinas	30	
	Outras Temáticas	17	
Pós-Graduação	Cursos em Áreas Específicas	35	107
	Concepção de Pós-Graduação e Mudança	22	
	Conhecimento Produzido e Processos	12	
	Trajetória Sociopolítico-Legal	12	
	Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino	5	
	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e Aspectos Avaliativos	14	
Relações Pedagógicas	Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino	41	50
	O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem	36	
	Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade	15	
	Articulação entre Níveis e entre Saberes	8	
Currículo	Prática Curricular	91	85
	-Práticas Curriculares de Cursos		
	-Práticas Curriculares de 3º Grau		
	Concepção de Currículo		
	-Concepção Teórica de Currículo		
	7		
Licenciatura	Concepções sobre Formação do Professor	6	164
	Mudanças na Licenciatura e Contexto	10,2	
	Curso de Pedagogia e Formação do Professor	18	
	Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor	41	
	Disc. de Form. Pedagógica: Didática, Prát. de Ensino e Outras	24,8	
Artic. Grad./ Pós-Graduação	Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade	60	9
	Articulação Grad./Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade	35	
	Condições de Articulação	5	
Outros	Estado/Sistema Educacional/Universidade	80	41
	Outras	20	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Porto Alegre*, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Curso de Química

Já o centro de interesse das publicações que tratam do curso de Química é a problemática da repetência e a preocupação em achar fórmulas de solucionar este problema. Mais do que o curso como um todo, o foco de debates são as disciplinas Química Geral, Química Orgânica, Química Inorgânica e Química Analítica, entre outras. O veículo de divulgação destes trabalhos é, por excelência, a revista *Ciência e Cultura*, na forma, muitas vezes, de resumos de pesquisas apresentadas nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Exemplos de exceção são um relato sobre um Departamento de Química, publicado na revista *Educação Brasileira*, e os resultados de uma dissertação de mestrado sobre Prática de Ensino e Pesquisa em Química, publicados em *Fórum Educacional*.

Os trabalhos, em geral, tratam da avaliação do uso de recursos técnicos, principalmente computador, multimeios, aparelhos audiovisuais e biblioteca, para a melhoria do nível de ensino. São também debatidos os métodos de ensino, a prática de laboratório, os estágios, a elaboração de projetos e monografias. A avaliação e as mudanças curriculares atêm-se principalmente a modificações no âmbito de uma disciplina e não do curso como um todo.

São feitas referências ao treinamento de monitores voluntários, à integração com a escola média, em termos de preparação de material didático, e à adequação de conteúdos, levando em conta os objetivos das escolas de segundo grau.

Curso de Ciências Biológicas

As pesquisas sobre o ensino de graduação em Ciências Biológicas, resenhadas e classificadas no Banco de Dados *Universitas/BR*, são, com exceção de uma delas, todas publicadas na revista *Ciência e Cultura*. Em geral, essas publicações são resumos de uma ou duas páginas. Dois deles, um pouco mais extensos, se referem à reforma do curso, e a grande maioria trata de experiências com métodos de ensino; são feitas referências a um banco de itens de testes, ao método de ensino Keller e ao uso do livro didático.

Curso de Medicina

Quanto ao curso de Medicina, há um equilíbrio no que diz respeito aos assuntos abordados, com artigos de enfoque mais crítico e que tratam da reforma do curso, sugerindo a inclusão de novas disciplinas; outros tratam de metodologias de ensino, do estágio (inclusive na zona rural), da relação médico/paciente, entre outros aspectos. Como nos casos dos cursos de Química e de Ciências Biológicas, a quase totalidade dos trabalhos são publicados em *Ciência e Cultura*, sendo vários resumos publicados nos Anais das Reuniões Anuais da SBPC. Há um artigo de enfoque psicopedagógico, publicado no *Boletim ANPEd*, e outros textos referentes ao seminário nacional "O ensino médico e a saúde no Brasil", publicados em *Cadernos Nupes*.

Uma das razões que levam o curso de Pedagogia a ser o mais analisado é provavelmente o fato de os periódicos que fazem parte do Banco serem, na sua maioria, da área da educação em geral ou da superior.

Com base neste mesmo raciocínio, chama a atenção o fato de o curso de Ciências Sociais ser tão pouco estudado (cerca de 2% dos artigos o elegeram como objeto de análise), tendo em vista que, entre os periódicos aqui resenhados, três são publicações da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* e *Ciências Sociais Hoje*.

Outro curso relativamente pouco estudado é o de Letras, citado apenas em 1% dos artigos; é importante lembrar que este é um dos cursos mais freqüentemente oferecidos pelo sistema

nacional de ensino superior. Cursos antigos, como o de Serviço Social, por exemplo, que são mencionados apenas em três trabalhos, devem provavelmente ser alvo de discussões e debates em outros fóruns, em periódicos que tratem especificamente das questões referentes a sua área de atuação.

Disciplinas

Pesquisas que tratam de disciplinas oferecidas, em geral, a mais de um curso reforçam, em grande parte, os dados referentes aos cursos específicos. Estudos relacionados à disciplina de Química são os mais freqüentes, com cerca de 40 referências, seguidos dos relacionados às disciplinas de Física e Biologia. A área pedagógica envolve várias disciplinas; entre elas, as mais referidas são a Prática de Ensino, a Didática e os Fundamentos da Educação, principalmente a Psicologia, a Biologia e a História.

As universidades brasileiras referidas nas publicações que tratam do ensino de graduação são, na sua quase totalidade, públicas. A mais freqüentemente citada é a USP, referida em 27 trabalhos, seguida das universidades federais do Rio Grande do Sul, com 14, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com 12, e as de São Carlos e da Paraíba, com 10. Do setor privado, as PUCs de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, juntas, não somam 10 referências. Nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, as universidades são todas do sistema público. Aqui cabe registrar que, entre as revistas que fazem parte do Banco de Dados, duas são editadas por instituições públicas de ensino superior.

Temáticas Gerais

Sobre as temáticas gerais que mais aparecem, temos, nos primeiros anos, a discussão sobre expansão e democratização do ensino superior, experiências com ensino não-diretivo e ensino programado.

Durante a década de 70 e o início da de 80, aparecem relatos de experiências de implantação do ciclo básico, temática bastante datada, que não reaparece nas publicações mais atuais. Outras temáticas desta época são o Projeto Rondon e os cursos de curta duração.

A partir da década de 80 há uma preocupação com os desafios da formação do aluno, sua orientação vocacional e psicológica e suas dificuldades de aprendizagem. Paralelamente, há o apoio a projetos de melhoria de ensino. São discutidos os regimes de matrícula e o fenômeno da dupla graduação.

A questão relativa aos valores humanos é abordada em um artigo. Também a comparação do desempenho a partir das diferenças de gênero é analisada em pesquisa relacionada à ginástica rítmica.

Mais recentemente, a problemática dos cursos noturnos se faz presente. São analisados, entre outras coisas, o perfil dos alunos, a expansão dos cursos, as intenções do MEC e a questão da democratização.

Balanco Crítico

A tradição do ensino superior brasileiro, desde a sua origem, leva a marca profunda da orientação profissionalizante. Ao contrário da situação nos Estados Unidos, em que os estudantes recebem, nos quatro primeiros anos em que iniciam seus estudos universitários, uma formação geral, no Brasil, o estudante, antes mesmo de entrar na universidade, já tem de definir o curso para o qual fará o exame vestibular. Nesse sentido, parece um paradoxo que discussões mais abrangentes sobre os objetivos dos cursos, reformas curriculares, necessidades de reformulação e avaliações sejam pouco freqüentes na subcategoria *Graduação*, do Banco de Dados *Universitas/BR*.

Isto se deve a várias causas. Uma vez que as pesquisas no Brasil, em grande parte, são realizadas pelas universidades públicas, esta situação pode estar refletindo um certo descaso dessas universidades pelos cursos de graduação: elas, durante as últimas décadas, apresentaram uma expansão mais qualitativa da educação superior, em termos do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, deixando a expansão quantitativa, em termos de aumento das matrículas nos cursos de graduação, para o setor privado. O esforço para implementar os programas de pós-graduação segmentou o setor público, fazendo com que as produções que tratassem da realidade de certos cursos se ativessem a seus aspectos mais tópicos e representassem produções de menor fôlego, de orientação mais didática, como o uso de recursos e métodos para a melhoria do ensino, e não tivessem o caráter mais abrangente que envolvesse a própria definição dos cursos.

É importante salientar que, durante o período dos governos militares, a Filosofia foi retirada do currículo de segundo grau, e os cursos superiores de Filosofia tiveram a sua matrícula reduzida, enquanto cursos como o de Educação Física, por exemplo, apresentaram grande expansão. Nesse clima político, a discussão de técnicas e métodos de ensino era, possivelmente, mais estimulada do que as discussões filosóficas dos objetivos, organização, reformulação e avaliação dos cursos.

Outro aspecto relacionado a essa situação é o fato de que a atual base de dados foi trabalhada, predominantemente, com revistas da área educacional, seja da educação em geral ou da educação superior. O curso de Pedagogia fica, assim, privilegiado não apenas quantitativamente, pelo número das produções que a ele se referem, como qualitativamente, pela natureza das mesmas, ao passo que a realidade de outros cursos fica pouco escrutinada.

O debate sobre a expansão das matrículas no setor público e melhoria dos cursos de graduação tem ganho destaque nos dias atuais. Enquanto a pós-graduação tem sido regularmente avaliada pela Capes e em breve passará pelo crivo da avaliação internacional, os cursos de graduação estão sendo avaliados, principalmente, pelo desempenho de seus egressos, através dos resultados dos exames levados a efeito pelo MEC: o Provão.

Parece importante localizar melhor o debate sobre os cursos de graduação e a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, a fim de analisar de forma mais abrangente o que já foi feito até o momento, identificando possíveis lacunas na produção do conhecimento e incentivando pesquisas e seminários temáticos que tratem de problemas específicos da realidade de diferentes cursos e levem em conta a especificidade das várias regiões do País e do próprio histórico das profissões e áreas de atuação dos egressos.

Para se alcançar esses objetivos, sugere-se que, numa segunda etapa, se faça uma ampliação da abrangência do Banco de Dados, tomando-se a categoria “ensino de graduação” e ampliando o levantamento com revistas de algumas áreas profissionais e universidades específicas.

Nota-se que algumas políticas e incentivos têm um papel importante na produção de conhecimento sobre o ensino de graduação. Assim, o Nupes desempenhou um papel significativo ao incentivar o debate sobre a formação profissional na área da saúde, realizando seminários e publicando artigos sobre cursos de Medicina e de Odontologia, a título de exemplo.

Um aspecto interessante de observar nas temáticas gerais que tratam do “ensino de graduação” é a pouca importância que é atribuída aos estudos de gênero nas pesquisas sobre o ensino. As próprias estatísticas oficiais, que na década de 50 faziam referência ao sexo dos estudantes nas matrículas dos diferentes cursos, aboliram, mais tarde, este dado, fazendo com que o processo de feminização da academia ficasse sem um registro histórico estatístico.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A produção sobre a subcategoria Pós-Graduação converge para as seguintes subtemáticas: Cursos em Áreas Específicas (35%), Concepção de Pós-Graduação e Mudança (22%), Conhecimento Produzido e Processos (12%) e Trajetória Sociopolítico-Legal (12%), além de outras

convergências de menor incidência, como Pós-Graduação Lato Sensu e Aspectos Avaliativos (14%) e Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino (5%).

Cursos em Áreas Específicas (35%)

Sabe-se que são várias as portas para adentrar uma área específica de oferecimento de cursos de pós-graduação e tecer reflexões sobre um dado curso. A produção na subtemática engloba a estrutura, a disciplina, as áreas de conhecimento, as questões e os desafios presentes nos cursos. No que diz respeito às produções, poucos trabalhos (21%) são da década de 70; na década de 80 foram identificadas 45% das produções, enquanto na de 90 foi de apenas 20% – e com traços peculiares. Inicialmente, foram encontradas produções que focalizam aspectos normativo-legais, e, a partir dos anos iniciais da década de 80, nota-se preocupação com as diferentes concepções, com a filosofia, com linhas de pesquisa, com os primeiros resgates de trajetória dos cursos, com a divulgação científica e com a vinculação com pesquisa. Na década de 90, a preocupação parece repousar em outros patamares; vêm à tona aspectos comparativos e avaliativos, as tendências da pós-graduação, as crises, a ênfase na diferencialidade. A porta de adentramento passa, como já foi dito, em sua diversidade, da disciplina específica para a problemática maior da pós-graduação, dentro dos contornos do específico, ou seja, a transposição dos problemas da pós-graduação como um todo para a especificidade de uma área de conhecimento – o problema parece ser maior do que a área. Resumindo, o modo de adentrar a análise dos cursos varia ao longo das décadas, partindo do legal, enfatizando o específico e retornando ao geral, mas sob a ótica da especificidade. A produção mais significativa é a da década de 80, e nota-se uma passagem do curso para os programas.

Concepção de Pós-Graduação e Mudança (22%)

Nesta temática estão incluídas as produções sobre as questões consideradas básicas – desde a titulação, passando pela expansão –, questões essas que tanto preocuparam na década de 70. Discutia-se inclusive os prós e contras da própria pós-graduação, a sua influência (positiva) sobre a graduação, a função da preparação de recursos humanos e quadros para a universidade e o mercado. Nos anos de transposição de década observa-se a convergência para análise de mestrados e sua concepção, o que implica as funções desse nível. Na década de 80, muda paulatinamente a convergência dos interesses. Da formação do profissional passa para a formação do pesquisador; a função da pesquisa e suas condições de produção também são discutidas. Da preocupação com os cursos de mestrado passa para uma incisiva produção sobre questões, concepções e problemas ligados aos cursos de doutorado, especialmente nos anos finais da década. São propostos modelos e questionadas alternativas, mesmo que só aventadas nas políticas públicas. Predominam discussões que incidem sobre cursos e programas na área da educação, aqui tratados porque revelam a discussão maior das próprias funções da pós-graduação, busca de mudanças e/ou adequação a mudanças estabelecidas na esfera política e as tendências da pós-graduação. É interessante mencionar que, em meados da década de 90, reincide a preocupação com a formação do professor.

Conhecimento Produzido e Processos (12%)

Foram identificadas somente duas produções no final na década de 70; o auge da produção é na década de 80, com 9 produções, e na década de 90 encontram-se apenas seis. As primeiras parecem incidir nas implicações da ciência e na independência tecnológica; as demais focalizam as mudanças científico-tecnológicas, as questões teórico-metodológicas, a fragmentação

do conhecimento e as novas temáticas emergentes, assim como a formação do pesquisador. Na década de 90 predomina a questão dos processos de produção mais democráticos, a orientação compartilhada de dissertações e o destino do conhecimento produzido.

Trajetória Sociopolítico-Legal (12%)

Quatro das produções são publicadas até o final da década de 70 e denotam o clima da época no que concerne às reformas então em plena implantação, ao processo de formulação de políticas e ao estabelecimento do sistema de PG. As demais produções, com exceção de uma, são da década de 80, trazendo importantes discussões da época, como a institucionalização da PG, as políticas e as análises de trajetória. A produção dos anos 90 focaliza a consolidação da pós-graduação e o seu papel na consolidação da universidade. Em menor escala aparecem convergências sobre a Pós-Graduação *Lato Sensu*, sobre a relação Pós-Graduação/Políticas/Sociedade, Pós-Graduação/Outros Níveis de Ensino e Avaliação.

Balanço Crítico

A partir dos resultados até aqui apresentados sobre a subcategoria *Pós-Graduação*, é possível afirmar que as produções seguem o mesmo movimento transformativo que, na prática, a pós-graduação brasileira se inseria. Não surpreende a ênfase em aspectos legais e problemas focalizados na reforma nos anos iniciais de implantação do sistema de pós-graduação. Nos idos dos anos 70, a questão das funções da pós-graduação era premente, assim como o era a ênfase crescente na politização em face do regime então vigente. O Relatório-Síntese dos trabalhos da 1ª Reunião Científica da ANPEd resume o espírito da época, apontando três condições a serem atendidas na discussão sobre a concepção de mestrado: inserir a pós-graduação no movimento global de transformação da sociedade brasileira; desenvolver relações sociais expressivas do gérmen da nova concepção; e fortalecer a ANPEd como órgão representativo.

Na década de 80, a pós-graduação vive a multiplicação caótica de cursos, o elevado número de alunos por orientador, bem como a defasagem de recém-formados e as condições de trabalho nos locais de origem. Não surpreende que a produção, especialmente em áreas humanas e sociais, sinalize para a centralidade da educação em sua relação com a sociedade. Não surpreende também que, a partir da década de 90, o olhar para fora comece a ser qualificativo da pós-graduação e de sua produção. Sob o ponto de vista temático, houve uma nítida transição de áreas de conhecimento da década de 70 para uma visão interdisciplinar nos anos 90, inclusive passando de estruturas mais rígidas para formatos mais flexíveis e com modalidades associativas diferenciadas.

RELAÇÕES PEDAGÓGICAS

As produções na subcategoria *Relações Pedagógicas* convergiram para quatro subtemáticas específicas, apresentadas a partir da maior incidência: Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino (41%); O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem (36%); Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade (15%); e Articulação entre Níveis e entre Saberes (8%).

Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino (41%)

As experiências pedagógicas em áreas específicas do conhecimento parecem acompanhar *pari passu* o desenvolvimento da educação superior. Não causa, portanto, surpresa que as relações pedagógicas no âmbito da produção acadêmica se objetivem através de relatos com maior ou menor aprofundamento analítico, reveladores de ações direcionadas para mudanças no ensino –

o elemento catalisador de aspirações. Mas especialmente as duas últimas décadas têm sido marcadas por constantes reflexões quanto ao papel do ensino, seus objetivos, sua aplicabilidade perante a sociedade e a busca de outras formas de transmissão dos saberes científicos. Estas questões, observadas, nas produções, em experiências pedagógicas que partiram desta necessidade de mudanças, representam mais da metade dos trabalhos produzidos na subcategoria *Relações Pedagógicas*. Tais experiências dizem respeito ao ensino de terceiro grau, tendo como base a melhor adequação dos métodos de ensino e a conexão do saber acadêmico com a realidade dos futuros profissionais formados nas instituições de ensino superior. Mas quando surgem as experiências na mira da produção acadêmica? Surgem, timidamente, no final da década de 70 (6% das produções na subcategoria), com a necessidade de relacionar a teoria com a prática e aplicá-la a partir da realidade social. Já na década de 80 (72% das produções) os questionamentos sobre a educação se concretizam por meio de várias publicações sobre as experiências feitas com o objetivo de adequar o ensino à realidade e de fazer com que o aluno tenha uma participação ativa na sua formação. Na década de 90 (16% das produções), pode-se observar a preocupação com um redirecionamento do ensino baseado na relação teoria/prática e na interação professor/aluno/instituição; para que haja uma adaptação entre eles, também se faz presente a utilização de novas tecnologias, como o computador, para o auxílio no aprendizado.

O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem (36%)

A noção que marca esta convergência temática é a de que o professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois a ele cabe proporcionar/prover condições necessárias para que a aprendizagem ocorra. Nas produções sobre esta subtemática, observa-se que, a partir da década de 70 (22% das produções), começa a surgir a necessidade de que o professor busque outros caminhos além dos métodos tradicionais de ensino. Há um questionamento quanto ao papel do professor no processo de ensino-aprendizagem que marca a década de 80 (62% das produções) e que se revela não apenas na adequação às mudanças sociais, mas, também, na provocação de tais mudanças. Estabelece-se uma comunicação, uma troca entre professor e aluno; ambos se tornam ativos no processo, que é construído em conjunto. A teoria passa a adquirir significado para o aluno, pois está relacionada com o seu cotidiano, com a sua prática. Surge também uma reflexão a respeito da formação de professores, que começa a esboçar algumas mudanças no sentido de melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Na década de 90 (14% das produções), além destas questões já citadas, aparece a avaliação, que passa a se adequar às mudanças que estão ocorrendo no ensino. A avaliação vai pautar-se na relação dinâmica que se estabelece entre o professor e o aluno e, nela, a comunicação é indispensável para a reestruturação do processo de ensino-aprendizagem.

Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade (15%)

As mudanças na educação começam a ser pensadas e realizadas a partir de mudanças em todos os níveis da sociedade e do surgimento de outras necessidades e demandas que dela emergem – é a força da vinculação entre educação, políticas e sociedade. Não é estranho que nas produções, a partir do final da década de 70 (16% das produções), apareçam questionamentos, no que diz respeito ao ensino de terceiro grau, quanto aos critérios da Lei nº 5.692/71, além da necessidade de adequar o ensino superior às relações sociais, à cultura e ao contexto em que as instituições e sistemas reformandos estão inseridos. Nas duas décadas subseqüentes (75% das produções), surgem modelos de educação baseados na autogestão e comprometidos com as necessidades da sociedade, visando melhorar a qualidade do ensino mediante a articulação entre sociedade civil, política e mundo acadêmico, para buscar resolver os problemas relacionados à educação. Observa-se que há uma participação ativa também do aluno a respeito das mudanças na educação.

Articulação entre Níveis e entre Saberes (8%)

A articulação entre níveis de ensino e saberes que compõem o acervo a ser disponibilizado para o aluno encontra o seu *locus* nas décadas de 80 e 90. Nas produções da década de 80, a articulação entre primeiro, segundo e terceiro graus é apontada como fundamental, a fim de que sejam atendidas as necessidades de cada um dos graus e se estabeleça uma relação direta entre eles. Fatores culturais, históricos e econômicos são apontados como elementos que dificultam a passagem do aluno de um grau de ensino para outro. Nas produções da década de 90, o esforço articulador é direcionado para os conhecimentos das diversas áreas de ensino, a fim de contribuir na formação dos profissionais de ensino superior.

Balanco Crítico

Um olhar mais abrangente sobre a subcategoria *Relações Pedagógicas* mostra não só que as experiências pedagógicas específicas com vista a mudanças no ensino tiveram o seu auge na década de 80, diminuindo acentuadamente desde então, mas, também, que as mudanças que hoje povoam as intenções estão vinculadas a diversos segmentos sociais. Existe a clareza de que a concretização de mudanças para superar problemas educacionais não diz respeito apenas aos educadores, mas a todos os segmentos sociais. São necessários novos olhares sobre os paradigmas que lidam com a questão. Como lucidamente coloca Romão (1995), a questão da incoerência entre o discurso e a prática educativa, o descomprometimento das políticas públicas com a educação, a fragilidade do sistema educacional e a descontinuidade dos planos, programas e projetos educacionais têm mais de uma causa. Existe desarticulação entre os graus de ensino, o que entrava a passagem do aluno; não há continuidade nos programas, planos e projetos governamentais, muitos de caráter personalista e patrimonialista. Tendo presente as considerações até aqui tecidas, pode-se pensar que a grande contribuição dos anos 90 foi a plena expressão de que as relações pedagógicas não se esgotam na sala de aula e nas pessoas do aluno e do professor. A solução para os seus problemas reside na articulação entre níveis de ensino, saberes, esferas e segmentos, entre a sociedade civil e a política, tendo em vista a formulação, execução e avaliação de alternativas.

CURRÍCULO

A subcategoria *Currículo* apresenta uma incidência constante nos periódicos estudados. De 1968 até 1979 são publicados 22,5% dos documentos, de 1980 a 1989, 60,1% e de 1990 a 1995, 16,5%. Esta afirmação é mantida quando relativizada para o número de anos que cada período abarca, e, inclusive, outras inferências podem ser apresentadas: há um crescimento acentuado da temática de 1968 até 1989, sendo a década de 80 a de maior produção científica. Por outro lado, a incidência de publicações do período de 1990 a 1995 permite projetar a presença constante da temática durante toda essa década, mas sem a mesma força quantitativa que a verificada na década precedente.

Buscando um detalhamento maior da subcategoria *Currículo* e analisando as produções do Banco de Dados *Universitas/BR* a ela relacionadas, identifica-se duas principais dimensões da temática: a principal, que domina todo o período estudado, é a Prática Curricular (91%), seguida de produções sobre Concepção de Currículo (7%). Entende-se como Prática Curricular a proposta, relato e/ou análise de currículo de cursos ou de sistemas e/ou instituições de educação superior; entende-se como Concepção de Currículo as reflexões teóricas sobre o currículo – tendo como base um curso específico ou tomando o currículo como abstração – ou, ainda, as reflexões teórico-práticas que abordem a história do currículo de um determinado curso.

Prática Curricular (91%)

No tocante à Prática Curricular, sua incidência é constante durante todo o período estudado, com predomínio na década de 80, quando são produzidos 69% dos documentos. No interior desta subtemática duas dimensões são identificadas: as Práticas Curriculares de Cursos e as Práticas Curriculares de 3º Grau, de uma forma geral.

As Práticas Curriculares de Cursos são predominantes (85%) durante todo o período, entretanto é na década de 80 que sua presença é notoriamente marcante – são aí produzidos 69% dos documentos, referentes basicamente a cursos de graduação, como se pode identificar no exame de suas subtemáticas. Nas Práticas Curriculares de Cursos foram identificadas quatro convergências temáticas: Cursos de Graduação Profissionais, Cursos de Licenciatura, Curso de Pedagogia e Cursos de Pós-Graduação.

São identificadas as seguintes subdivisões: a) práticas curriculares de Cursos de Graduação Profissionais (34,4 %), a convergência dominante. Aí merecem destaque os estudos sobre os cursos da área biológica – nesses, o predomínio é do curso de Medicina, seguido dos cursos de Odontologia e de Enfermagem. Nessa convergência temática também estão incluídos os cursos profissionais que formam o bacharel e o licenciado – nesses casos, a discussão entre as duas ênfases que o curso profissional permite é uma constante desde 1968 até 1995; b) práticas curriculares dos Cursos de Licenciatura de uma forma geral (22%), a segunda subtemática em incidência. Não há predominância de estudos sobre um determinado curso, mas existem documentos sobre diversos cursos de graduação – entre eles salientam-se os de Matemática, Química, Física, Veterinária, além de algumas discussões sobre cursos das Áreas Humanas. Da mesma forma que na subtemática anterior – práticas curriculares de Cursos de Graduação Profissionais –, nessa também pode-se identificar, na década de 80, estudos que têm como marca uma posição histórico-crítica de educação comprometida com o desenvolvimento social do País. Na década de 90, as discussões ampliam seus questionamentos para a interdisciplinaridade curricular e alertam para a possibilidade de o currículo transformar-se em “camisa de força”, conclusão advinda do estudo histórico das legislações de educação superior (Paoli, 1990).

As duas outras convergências identificadas, com menor expressividade numérica que as anteriores, são: as práticas curriculares do Curso de Pedagogia (11%) e as práticas curriculares de Cursos de Pós-Graduação (7,9%). Ambas também são constantes durante todo o período abarcado pelo Banco de Dados. As produções que se referem ao Curso de Pedagogia indicam uma presença maior na década de 90, com discussões de temáticas emergentes, como a educação ambiental. Em 1982 Saviani propunha um currículo para os cursos de Pedagogia/Licenciatura, defendendo a formação de um educador generalista. A proposta de revisões curriculares do curso de Pedagogia é constante. Na década de 90, identifica-se estudo que apresenta reflexões epistemológicas defensoras da idéia de Ciência da Educação, propondo, conseqüentemente, a redefinição curricular no curso de Pedagogia para adequá-lo ao novo *status* científico. Já as práticas curriculares de Cursos de Pós-Graduação apresentam uma incidência em documentos de cursos *lato sensu* de Especialização, discutindo suas finalidades, e um currículo pertinente à complexidade abarcada por essa nomenclatura. Também são apresentados relatos de experiências do processo de criação, do desenvolvimento de cursos, disciplinas, etc. – pode-se citar como exemplo a de Estágio Supervisionado. Quase não há estudos sobre cursos de pós-graduação *stricto sensu*; identifica-se o de André (1992), quando analisa a evolução da área de Métodos e Técnicas de Ensino do PPG Educação/PUC-RJ.

A segunda dimensão da subtemática Prática Curricular é a que se refere às Práticas Curriculares de 3º Grau enquanto sistema e instituição (11,9%). Estão aí incluídos documentos que discutem propostas ou currículos de centros, faculdades, fundações (UnB. Buarque, 1988), ciclos de estudo (currículo do Ciclo Básico e o do Ciclo Profissionalizante), currículo de programas de capacitação de docentes e técnicos científicos (PICD. Barbosa, 1978) e currículo do próprio ensino superior.

Concepção de Currículo (7%)

Esta segunda dimensão da subcategoria *Currículo* merece destaque pela sua importância qualitativa. Ela tem presença constante durante todo o período e tende a se manter em níveis similares entre 1968 e 1979. Duas dimensões dessa subtemática são identificadas: os documentos que abordam a Concepção Teórica de Currículo e os que abordam a História do Currículo numa perspectiva teórico-prática.

Como é de se esperar, as discussões teóricas são realizadas por poucos. Entre esses, pode-se identificar: Thiollent (1979), que aborda duas formas de Didática presentes no currículo – o ensino magistral e o ensino leitura – e alerta para a necessidade de levar-se em conta as relações sociais, os modelos culturais e o contexto institucional que os envolve; Fisher (1981), que alerta para os jogos de poder presentes no processo de implantação de currículos; Giambiagi (1980), que reflete sobre o currículo de cursos de Química e sobre a pós-graduação, destacando a necessidade de flexibilidade e de interdisciplinaridade; e Balzan (1994), que analisa os princípios inaceitáveis da educação em países subdesenvolvidos.

As discussões que perpassam o período de 1968-1995, sejam na convergência temática Práticas Curriculares ou na Concepção de Currículo, refletem os paradigmas teórico-metodológicos da educação e, numa concepção mais ampla, das Ciências Sociais; num primeiro momento, com o predomínio da concepção de currículo tradicional, centrado na figura do professor, encontrando-se, também, influências de um currículo tecnicista, de um currículo espontaneísta, de um currículo que considera a historicidade, e, mais recentemente, de um modelo curricular que propõe a relação ensino-pesquisa-aprendizagem como mote.

LICENCIATURA

A questão das licenciaturas recebeu considerável atenção da comunidade acadêmica, tendo presente a quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais. Esta subcategoria perfaz 3,6% da produção do Banco de Dados *Universitas/BR* e abarca 164 documentos (20,94%), constituindo-se a segunda maior produção da categoria temática *Ensino*.

A análise interna da temática revela algumas convergências significativas: Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor (41%); Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras (24,8%); Curso de Pedagogia e Formação do Professor (18%); Mudanças na Licenciatura e Contexto (10,2%); Concepções sobre Formação do Professor (6%).

Concepções sobre Formação do Professor (6%)

Esta convergência abarca perspectivas, concepções e preocupações presentes nas produções sobre a formação pedagógica. As concepções sobre a formação do educador começam a aflorar em conjunto com os movimentos característicos dos anos 80 e que foram desaguar nas grandes pressões para a abertura democrática – é o caso de trabalhos que abordam a questão sobre quem educa o educador, a partir de 1980. Os trabalhos, de algum modo, reconhecem a crise e a necessidade de redefinição dos cursos de formação de educadores. Chama a atenção um deles, que agrupa estudos prévios centrados na norma e sua adequação à realidade, na dimensão técnica do processo de ensino-aprendizagem, na dimensão humana que enfatiza a relação interpessoal no processo formativo e no contexto, referindo-se à conexão entre educação e sistema político-econômico. Tais dimensões, traduzidas para a dinâmica de formação e para o currículo, expressariam uma perspectiva multidimensional (Candau, 1982).

Ultrapassar as soluções pedagógicas e levar em conta os seus aspectos políticos, sociais e econômicos, encarando o campo de atuação do professor como agente histórico, é um ponto

marcante na produção da época. Mas são apontados problemas, como a fugacidade dos conteúdos numa sociedade em constante mudança, a questão do conhecimento e dos métodos para apreendê-lo e a importância do trabalho conjunto de pesquisa, entre professor e aluno, na busca de soluções para os problemas novos e significativos (Balzan, 1983). Existe também a tendência de analisar cursos e propor alternativas centradas no que são denominados blocos, partes, ou até mesmo como pressupostos. Mediano (1984), por exemplo, identifica três deles: formação geral, formação especial e formação pedagógica. Os objetivos que deveriam orientar a formação poderiam ser resumidos em consciência da realidade, fundamentação teórica e instrumentalização técnica.

Certamente, os vários Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino (Endipe) influenciaram a produção. No V Endipe, em Belo Horizonte, no ano de 1989, foram apresentados trabalhos reveladores da efervescência que gravitou em torno da Carta Magna de 1988, na antevisão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Plano Nacional de Educação. É pertinente mencionar um dos trabalhos no qual o ensino de Didática é caracterizado evolutivamente (1969-1989), desvelando o seu movimento de busca de definição, tendências e perspectivas (André, 1992). Assim como a Didática, a Prática de Ensino teve sua história resgatada, precisando de uma definição mais objetiva quanto ao espaço que deveria ocupar nos currículos dos diversos cursos onde é ministrada (Carvalho, 1992).

Na busca de esclarecimento dos contornos epistemológicos, desde seus fundantes teleológicos até os instrumentais, não faltam trabalhos que abordam paradigmas. Entre eles, é de se mencionar os que desvelam os atores e processos, cujas racionalidades são muitas vezes antagônicas, como a que envolve formadores de pesquisadores e formadores de professores. Não é omitida a interlocução articuladora de posições que exercita a racionalidade crítica. Como diz Mazzotti (1993), o esclarecimento do estatuto da Pedagogia é condição reflexiva da prática.

Mudanças nas Licenciaturas e Contexto (10,2%)

As tônicas desta subtemática são repensar a problemática das licenciaturas, abarcando o debate sobre a formação do professor, e a formulação de proposta preferencialmente fruto de ações conjuntas. Por um lado, é a tentativa de aproximar discurso e realidade; de um outro, é a proposição de modelo que tem presentes conteúdos e interdisciplinaridade. É, também, função do educador; é todo o movimento de mudanças.

No auge do período intervencionista, a preocupação com o contexto se manifesta em trabalhos que focalizam a legislação, a universidade e o ensino de 1º e 2º graus. As universidades são agências formadoras de pessoal docente e não-docente, e o sistema é a absorção. Mas se existem produções que sinalizam para reformas e mudança, outras já sinalizam que a estrutura da universidade não contribui para a transformação na escola. Não faltam estudos que envolvam a percepção, ou seja, a relação estudos pedagógicos e a percepção do papel do professor, ou, ainda, sobre o curso de Pedagogia.

No caudal da distensão política, a função do educador é desmistificar realidades, os mitos que encobrem o real, desvelando-as, mas sabendo que existem mitos que encobrem interesses que o direcionam. Os que deveriam ser submetidos à crítica são: a formação de professores mediante cursos normais, licenciaturas e pós-graduação; o mito do planejamento como maneira de melhorar o ensino; o mito da educação como possibilitadora da ascensão social (tomada em sentido restrito); o mito da escolha vocacional (liberdade para escolher a profissão); o mito da educação como promotora do desenvolvimento social (Ronca, 1983). É o momento em que o ensino começa a ser visto como serviço à comunidade. É a face social da educação que se impõe.

No início dos anos 80, quando se evidenciam preocupações (até mesmo do MEC) com formação de professores e dignificação do exercício profissional, com a Carta Magna aprovada e na perspectiva de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as atenções se voltaram para questões

de cunho político-social ou tratadas em tal perspectiva, tais como acesso ao ensino superior, existência de uma pré-seleção sociocultural das carreiras de nível superior, com a conseqüente ociosidade das vagas destinadas ao magistério do 2º grau, e política de abandono das responsabilidades da universidade pública na formação de docentes para o 2º grau.

Na época da Constituinte é discutida a reformulação dos cursos de licenciatura, numa perspectiva de superação de reformismos e ancorada na busca de uma base comum nacional, nas suas especificidades e na formação de agentes de mudança e produtores de conhecimento.

Mas Faculdade de Educação (Faced) e curso de Pedagogia são vistos no cerne do processo de mudança. À Faced caberia exercer a liderança do processo de desenvolvimento da educação em todos os níveis, coordenando a área pedagógica da universidade, responsabilizando-se pela administração dos departamentos pedagógicos e pela coordenação didática do curso de Pedagogia e demais cursos de formação de professores. Em meados dos anos 90, num momento de consolidação da democracia, caberia ao curso de Pedagogia enquanto licenciatura plena enfrentar o desafio de qualificação do ensino fundamental pela formação universitária do professor das séries iniciais. A mudança estaria ancorada na reflexão teórica, mas subvertendo a ordem teoria/prática com a adoção do procedimento prática/teoria/prática.

Curso de Pedagogia e Formação do Professor (18%)

O curso de Pedagogia está na pauta das discussões e na agenda de mudanças das produções estudadas durante o período em apreço. No final dos anos 70, quando dos primeiros assopros de novos ventos políticos, já se falava na redefinição do curso, de seu currículo e de seu conteúdo – neste momento chegou a ser aventada a extinção do curso. No mesmo período ele se fortaleceu, e as discussões que suscitou focalizaram as habilitações, inclusive a de Educação Especial, e a questão dos especialistas, que se insere mas transcende a questão das habilitações.

Nos idos de 1980 e no movimento de distensão em busca da democracia, as preocupações se voltam especialmente para os estágios, para a articulação teoria-prática. Nessa época nota-se o importante papel do Comitê Nacional de Reformulação da Pedagogia e Licenciaturas no mesmo movimento das entidades civis que viriam exercer pressões para as mudanças políticas necessárias. Era de se esperar que surgissem trabalhos voltados ao esclarecimento da função da educação no âmbito das condições políticas então vigentes. Uma síntese das discussões da época se revela na análise de duas concepções de educação: uma que nega o vínculo da educação com as condições políticas e outra que explicita esse vínculo (Warde, 1983).

No momento da democracia política dos anos 90, a integração passa a ser um dos focos, sem esquecer o aluno da Pedagogia e o tratamento do curso a questões relevantes dos dias de hoje, como interdisciplinaridade, qualidade de ensino, modernidade, epistemologia, busca de referenciais e a articulação entre estes, a prática e o papel da Pedagogia na formação do professor de ensino fundamental, tendo presente que é este curso o único voltado para o sistema.

Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor (41%)

A década de 80, especialmente na primeira metade, é marcada pela discussão nas áreas específicas em que as licenciaturas são oferecidas. São produções nas áreas de História, Educação Física, Educação Artística, Psicologia Educacional, entre outras. A discussão das áreas é marcada pelo resgate histórico da formação de professores e, até mesmo, pela curiosidade em torno da formação do professor para o ensino médio pré-reforma. Parece existir sincronia entre o aumento da discussão política e o olhar avaliativo e redefinidor sobre licenciaturas em várias áreas do conhecimento.

Algumas das produções são particularmente sinalizadoras de direções, ao mostrar que o licenciado deve aprofundar e dominar o conhecimento já sistematizado e o seu processo de sistematização (estruturas básicas), sem esquecer que um dos suportes epistemológicos fundamentais é a questão do tratamento do saber como produto de constante movimento que o pensamento humano faz do particular ao geral e deste àquele. Nesta perspectiva, participar do avanço do conhecimento e dominar o conteúdo precedem o direcionamento didático, pois o critério epistemológico dirigiria o didático. Por outro lado, são denunciados o desprestígio de algumas disciplinas (como Arte-Educação), o despreparo de professores, as omissões na formação por parte da universidade e sua falta de articulação com as escolas e o sistema, seja da mentalidade elitista dos meios profissionais ou seu descaso com os professores e licenciados. Não são esquecidas, na denúncia, as formações marcadamente acadêmicas de um lado e a falta de pesquisas específicas sobre formação de professores de outro. Certamente, um dos pontos é a articulação teoria e prática.

Cabe um destaque à produção sobre a formação do professor em Ciências, integrada ou em licenciaturas convencionais (Matemática, Física, Química e Biologia) – esta é uma das mais significativas produções sobre licenciatura. Alguns impasses perpassam a discussão: destacam-se a formação igual para os dois níveis do ensino básico, a maior adequabilidade da licenciatura em Ciências comparada às licenciaturas convencionais em Física, Química e Biologia, a questão das licenciaturas curta e plena e o uso eficiente do conhecimento por parte dos licenciados.

No final dos anos 70, a grande discussão foi a preparação para o ensino de Ciências através de licenciatura curta, cotejada com a licenciatura plena também em Ciências. Era discutido o horizonte profissional limitado dos que recebiam a formação de professor de Ciências. A questão continuou em pauta, considerando inúmeras produções ao longo dos anos 80; no entanto, podem ser encontradas no período significativas produções que se preocupam com as licenciaturas específicas das áreas que compõem as ciências. São encontrados trabalhos sobre as licenciaturas em Física, Matemática, Biologia, Química, sendo ressaltado o problema da mera transposição de conhecimentos adquiridos no terceiro grau, o que torna os conteúdos desprovidos de significados. Não é omitida a importância de o jovem futuro professor vivenciar o ensino e a pesquisa.

Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras (24,8%)

A Didática enquanto disciplina da formação pedagógica é a que mais suscitou o interesse acadêmico, considerando a produção em pauta. No início dos anos 70, as produções eram direcionadas para as possibilidades oscilatórias no relacionamento professor-aluno. Não surpreende a visão do ensinar centrado no estudante, a práxis educativa atendendo o assistir para desenvolver a iniciativa, a autodeterminação, o discernimento e o assumir de responsabilidades. Não surpreende também as investidas para a redefinição da Didática abarcando o humano, o técnico e o cultural vinculados às bases educacionais, socioantropológicas, político-econômicas, filosófico-pedagógicas.

Já em outro patamar histórico, o da nova Carta Magna, entra em cena a discussão sobre a base epistemológica da Didática e da Prática de Ensino. Enquanto a primeira teria por objeto o estudo do ensino (componentes e dinâmica), a Prática de Ensino pretenderia ensinar a prática de um certo campo do saber (Matemática, História, Biologia). Nesta interseção entre dois campos do saber, o professor ensina outras “coisas” (preocupação da Didática), como valores do professor, sua ideologia, suas relações com a escola e com os outros professores. A Didática é, pois, a disciplina-síntese do curso de Licenciatura, porque provoca a reflexão sobre vários conceitos introduzidos por outras, cabendo ao professor articular o conhecimento com as suas implicações políticas e ideológicas (Penin, 1988).

A caminhada já vencida permitiu que na década de 90 emergissem estudos resgatadores da memória e uma revisão da Didática enquanto área de saber e disciplina escolar. É entendido que, do início da década de 50 até os anos 90, ocorre a construção da Didática no interior da perspectiva

do liberalismo, seguida da negação do momento anterior, e, finalmente, a sua reconstrução na perspectiva progressista. A construção de uma nova prática exige da Didática uma transmissão-assimilação e uma produção-sistematização coletiva do saber. Nesta tarefa, a disciplina busca prover os professores de um saber metodológico que lhes possibilite “pedagogizar” de forma competente e crítica o conhecimento científico (Oliveira, 1993).

Ainda dentro da formação pedagógica, a disciplina Prática de Ensino dá ênfase à competência técnica e humana do estagiário. É notória a preocupação com a prática que forma professores para disciplinas profissionalizantes do 2º grau, mas são poucos os trabalhos que abordam a problemática. Do mesmo modo, são construídas alternativas para o estágio de ensino nos cursos de Licenciatura que se preocupam com a competência técnica enquanto coerência entre desempenho técnico no planejamento de situações de ensino, execução e avaliação da experiência, envolvendo segurança no domínio do conteúdo, utilização de técnicas, recursos e procedimento de avaliação. Já a competência humana é avaliada através de fatores como relacionamento, interesse e participação do aluno (Damasceno, 1980). Uma das mudanças pretendidas para a Prática de Ensino é a de transformá-la em um lugar de saúde cultural, o que se conseguiria buscando respostas a questionamentos relevantes, que envolvem inclusive aspectos culturais. Não surpreendem alguns estudos que associam a Prática de Ensino e a Didática a movimentos educacionais vinculando a discussão sobre quantidade à discussão sobre qualidade de ensino. Além destes, a análise do significado da Prática de Ensino nos cursos superiores de licenciatura também angaria atenções. Nesta abordagem insere-se uma retrospectiva da Prática de Ensino desde a década de 30, mostrando a sua evolução. Nessa pesquisa são levantadas tendências atuais, destacando-se a manutenção de critérios de qualidade que privilegiam razões pedagógicas se comparadas às de natureza econômica (Fracalanza, 1982).

A formação pedagógica em outras disciplinas que não a Prática de Ensino abarca cerca de 5% da produção na subcategoria *Licenciatura*. Refere-se a disciplinas da área pedagógica como as ligadas à Estrutura e Funcionamento do Ensino. Três dos estudos relatam experiências com a introdução da disciplina Educação e Sociedade em substituição às Estruturas e à Didática. É interessante mencionar que os estudos foram publicados na transposição dos anos 70 para os 80.

Outras produções ressaltam as possibilidades de várias disciplinas na formação pedagógica, como é o caso da Filosofia da Educação, por permitir o confronto entre educação e axiologia. É mostrado que políticas têm valores subjacentes reveladores de intenções. Essas intenções podem expressar ruptura do sistema de ensino com os objetivos e valores da Filosofia (1991). Já a disciplina de Educação Comparada (1994) seria estimuladora de pensamento educacional criador, possibilitando a mediação política do intercâmbio, e a Sociologia da Educação é vista numa perspectiva internacional. As ciências biológicas também são alvo de estudos.

Balanco Crítico

Não causa estranheza que justamente a subcategoria que envolve a questão da formação do professor tenha tido acolhida tão significativa por parte da comunidade acadêmica, seja pela sua posição no conjunto, seja pelo número de convergências internas identificadas. É uma temática que mobilizou sobremaneira, pelos desdobramentos políticos que traz consigo e pelas políticas que têm na licenciatura o seu corolário. Os desdobramentos políticos ficam por conta do potencial da ação do futuro professor no forjamento de posturas críticas e questionadoras do estabelecido, considerando que o interregno de 1968 a 1995 abarca um período de fechamento democrático em torno do golpe de 1964 e um período de distensão encaminhadora dos momentos subseqüentes de retorno à democracia. As políticas que têm na licenciatura o seu corolário fizeram parte das mudanças decorrentes da Reforma Universitária de 1968 e que, paulatinamente, se manifestaram em ações governamentais, como as promovidas pela SESu/MEC, em 1981, para a reformulação dos cursos que formam educadores, em ações e contra-ações de docentes universitários, ações essas canalizadas aos poucos

pelos organismos da sociedade civil, como a Aesufope e a Anfope, entre outros. Enquanto temática de análise, refletiu sobremaneira os inúmeros conflitos, transformando-se numa das arenas de tensões vivenciadas na sociedade e engajando-se nos movimentos em direção a uma reformulação do Estado e da sociedade brasileira.

Mas em que pontos se concentram as subtemáticas identificadas? Provavelmente, o principal ponto seja a busca de respostas para questionamentos relevantes, neles incluídos os esclarecedores da formação de uma dada visão, da redefinição de cursos, da revisão de estruturas do ensino, da interdisciplinaridade, da busca de soluções para os problemas. Se tal assertiva for verdadeira, faz sentido que haja trabalhos marcantes que resgatem a história e a trajetória, especialmente na década de 90. É uma temática em construção.

ARTICULAÇÃO GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO

Nos contornos da categoria temática Ensino, a presente subcategoria apresenta produção incipiente, com 1,2% do total. Cabe mencioná-la pelas implicações das áreas de conhecimento e seus desdobramentos no cerne da relação Graduação/Pós-Graduação. Se na década de 70 os distanciamentos ficavam por conta da institucionalização não concretizada, nos anos 90 é questão presente, mostrando que seus desdobramentos transcendem a institucionalização para se postar no âmbito das áreas de conhecimento e das disciplinas e como centro das tensões que as caracterizam. Duas convergências são marcantes: Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade (60%) e Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade (35%).

Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade (60%)

A continuidade de conhecimento entre a área de graduação e a de pós-graduação parece ser uma das vias facilitadoras de articulação entre estes níveis. As produções sinalizam para problemas mais periféricos e não centrais, numa relação mais direta e comprometida entre ensino e pesquisa, com a conseqüente qualificação do ensino e dos profissionais que vão sendo formados.

Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade (35%)

Esta convergência sinaliza mais para as questões de institucionalização como foco de tensões no relacionamento graduação/pós-graduação. Ocorre quando a pós-graduação é desvinculada da área de graduação da demanda, o que dificulta, pela via departamental, a consolidação institucional da pós-graduação e coloca na interdisciplinaridade a via de construção de laços. Nesta convergência a interdisciplinaridade proporcionaria olhares paradigmáticos diferenciados que favoreceriam a articulação de conhecimentos mais do que a da formalização. Nela aparecem, timidamente, alguns artigos (5%) relacionados às condições para que se estabeleça a articulação entre graduação e pós-graduação, tendo como suporte a inter-relação ensino/pesquisa.

VISLUMBRANDO TEMÁTICAS

Considerando o elevado número de produções classificadas na subcategoria *Outros* (5,2% do total), resolveu-se adentrar as produções em busca de novas convergências. Desde o início, começou a se configurar como importante a convergência Estado/Sistema Educacional/Universidade (80%), abarcando questões como “recursos destinados à educação” e “acesso ao ensino público nos seus diferentes graus”, visto que a demanda se apresenta maior do que o número de vagas oferecidas. As questões relacionadas ao ensino de 3º grau, nesta temática, fazem referência ao papel das universidades, à expansão e democratização do ensino superior e

sua articulação com a sociedade, além de um comprometimento maior do Estado quanto ao financiamento de pesquisas no 3º grau.

Há artigos mais específicos (20%) que tratam do perfil dos alunos que entram na universidade, do histórico e crítica do desenvolvimento do ensino superior na China de 1948 a 1990, da modernização das bibliotecas universitárias, além de um levantamento nas instituições de ensino superior, de 1984 a 1990, quanto ao número de alunos e professores.

A análise até aqui realizada permitiu clarificar convergências e, em alguns casos, qualificar sua inserção no contexto político e educacional.

Foram identificadas diversas características reveladoras de aspectos singulares na tentativa de revelar a importância da subcategoria e convergências no âmbito da temática maior. Como resultado, é possível captar recorrência em certas convergências temáticas. Elas dariam unidade à diversidade que caracteriza o ensino superior. É o que será discutido a seguir.

A Face da Unidade na Diversidade (Temas-Eixo)

As subcategorias temáticas analisadas podem ser historicamente datadas sob duas perspectivas: a prevalência de tema e a prevalência de temas-eixo. A primeira se refere a convergências de idéias, assuntos e questões problematizadas e discutidas em momentos específicos da trajetória histórica da categoria no período estudado. O tema-eixo diz respeito às tematizações que se fazem presentes ao longo dos anos, mas que adquirem conotações diversificadas reveladoras de diferentes interesses e preocupações que perpassam a universidade e a sociedade (Morosini e Franco, 1998).

A análise prévia permitiu identificar alguns temas constantes que perpassam diversos trabalhos, distribuídos ao longo do período abarcado pelo estudo. Esses temas têm a força de idéias motrizes, congregadoras, aparecendo, por vezes, com menor intensidade, mas sempre presentes e constantes ao longo dos anos:

Resgate da trajetória histórica, que aparece nas mais diversas subcategorias temáticas e convergências, às vezes sob um olhar meramente descritivo e, outras vezes, sob uma perspectiva histórico-crítica. Os cursos, as disciplinas, as instituições e o ensino parecem buscar sua identidade no resgate histórico de seus próprios passos.

A relação educação/contexto, que aparece num entorno legal e asséptico, mas, também, numa visão crítica das determinações sociopolítico-econômicas e mediações de poder que lhes são próprias.

A articulação de conhecimentos, que em momentos se mostra como justaposição de disciplinas, mas, em outros, traz embutida a multiplicidade de olhares com que os complexos problemas do ensino superior se defrontam neste final de milênio, que implicam o concurso de várias ciências e de diferentes instâncias e esferas viabilizadoras.

A busca epistemológica, que se revela na inquietação paradigmática de uns poucos mas marcantes trabalhos que têm em mira as bases fundacionais e o destino disciplinar. Especialmente em disciplinas ligadas à formação pedagógica, tais trabalhos parecem querer superar a visão essencialista, tradicional, mas também a visão existencialista, na perspectiva do apriorismo da escola nova e da valorização do aluno e de sua bagagem. O caminho parece sinalizar para a visão dialética do homem histórico que produz o ensino no fazer pedagógico em sala de aula.

O espaço da Faculdade/Centro de Educação, que, pelas características da área de conhecimento que abarca, é o órgão mediador por excelência entre universidade/sistema de ensino/escola e, pelos conhecimentos de que faz uso, o articulador entre teoria e prática e entre saberes. É responsabilidade da Faced a coordenação da área pedagógica.

O Curso de Pedagogia, cujas produções traduzem as inquietações de quem está ainda num processo de construção da própria identidade.

O papel de cursos e da própria universidade pensado na sua dimensão formativa da preparação de quadros profissionais e da qualificação de futuros professores. São poucos os estudos

que articulam ensino, pesquisa e preparação da nova geração de pesquisadores. Mas são realmente incipientes os que sinalizam para a projeção crítica do futuro da sociedade enquanto compromisso de todos os campos do saber.

Encaminhamentos Conclusivos

O QUE AS TEMÁTICAS REVELARAM

Quanto à Subcategoria Graduação

A produção focaliza cursos e disciplinas. Entre os cursos, o de Pedagogia é o mais estudado, na perspectiva histórica, avaliativa, de ambigüidades, de especialistas, de reformulação e, inclusive, de extinção. Os estudos mencionam a importância de maior articulação entre a teoria e a prática e de mais aproximação dos vários níveis de ensino. É feita referência à necessidade de se levar em conta a realidade brasileira. As críticas são dirigidas aos métodos inadequados de ensino, às resistências e barreiras para reformulações curriculares. As produções sobre os demais cursos mostram preocupações específicas. A Química, com a problemática da repetência e fórmulas de solução; mais do que o curso como um todo, os focos são as disciplinas, o uso de recursos e os métodos de ensino. A Medicina se preocupa com a reforma do curso – sugerindo a inclusão de novas disciplinas –, com metodologias de ensino, estágios e a relação médico paciente.

Existem mais produções que tratam de disciplinas oferecidas, em geral, a mais de um curso e em áreas específicas do que as relacionadas à formação pedagógica. Em primeiro lugar aparecem as relacionadas à disciplina de Química, seguidas das relacionadas às disciplinas de Física e de Biologia. Na área pedagógica, as mais referidas são a Prática de Ensino e a Didática.

Quanto à Subcategoria Pós-Graduação

A produção na subcategoria apresenta as seguintes convergências: Cursos em Áreas Específicas, seguida de Concepção de Pós-Graduação e Mudança, Conhecimento Produzido e Processos, Trajetória Sociopolítico-Legal e, com menor incidência, Pós-Graduação Lato Sensu e Aspectos Avaliativos e Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino.

Na convergência Cursos em Áreas Específicas a produção é constante, mas com maior incidência no período da Assembleia Nacional Constituinte e com peculiaridades nessa década. O modo de adentrar a análise dos cursos varia ao longo das décadas, partindo do legal, enfatizando o específico e retornando ao geral, mas sob a ótica da especificidade. Na convergência Concepção de Pós-Graduação e Mudança a produção é constante; nela estão incluídas questões como qualificação, expansão, função de preparação de quadros. Nos anos da Constituinte e logo após a nova Carta, a discussão passa da formação profissional para a formação do pesquisador e condições de produção. Dos cursos de mestrado passa para concepções, problemas e propostas de doutorado. Em meados da década de 90 reincide a preocupação com a formação do professor. Na convergência Conhecimento Produzido e Processos, a produção incide inicialmente na independência tecnológica, passando para mudanças científico-tecnológicas, questões teórico-metodológicas e fragmentação do conhecimento. Nos últimos anos predomina o interesse em processos democráticos de produção, orientação compartilhada de dissertações e destino do conhecimento produzido. Na convergência Trajetória Sociopolítico-Legal, as produções nos anos iniciais denotam o clima de reformas e autoritarismo da época no processo de formulação de políticas e no estabelecimento do sistema de pós-graduação. A seguir, são discutidas a institucionalização, as políticas e análises de trajetória. A produção dos anos 90 focaliza a consolidação da pós-graduação e o seu papel na consolidação da universidade.

As produções seguem o mesmo movimento transformativo em que, na prática, a pós-graduação brasileira se inseria. Nos idos dos anos 70, a questão das funções da pós-graduação era premente, assim como o era a crescente ênfase na politização em face do regime então vigente. A PG dos anos 80 vive a multiplicação dos cursos. Sob o ponto de vista temático, houve uma nítida transição de áreas de conhecimento na década de 70 para uma visão interdisciplinar.

Quanto à Subcategoria Relações Pedagógicas

Esta subcategoria apresenta alta incidência de produções em Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino, que apontam para um novo olhar sobre a educação superior. Este olhar presente no que está sendo experienciado se traduz numa tentativa de repensar o papel da educação, as relações que se estabelecem nos mais diversos níveis das instituições de ensino, dando vital importância para o elo entre teoria e prática. É a dinamização do processo de ensino-aprendizagem na busca de melhor qualidade no ensino. Outra convergência temática significativa foi O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem, sob a perspectiva de que as mudanças no ensino perpassam a relação professor-aluno. Estes aspectos apontam para uma nova postura e uma reflexão sobre o papel do professor em face das etapas do processo de construção do conhecimento, do qual o aluno passa a participar ativamente.

Em menor incidência nesta subcategoria temática há questões referentes à relação entre educação e sociedade, deixando claro as influências que exercem uma sobre a outra, o que denota um olhar sistêmico sobre a educação e sua função na sociedade. Este novo olhar se faz notar também na convergência Articulação entre Níveis e entre Saberes, que aponta para as necessidades dos diversos graus de ensino e da sociedade em que está inserida.

Quanto à Subcategoria Currículo

Pode-se dizer que este é um tema constante ao longo dos anos. A maior incidência de produção, com mais de 60%, se refere a relatos de práticas curriculares não só vinculadas às licenciaturas, mas, também, a cursos profissionais, como os da área biomédica. A maior parte dessa produção está publicada na revista *Ciência e Cultura*, da SBPC.

Merecem destaque os diferentes trabalhos que envolvem a questão das licenciaturas. Por outro lado, é importante ressaltar o silêncio que a produção na subcategoria *Currículo* mantém em reação às grandes questões teóricas presentes na área e a incipiente discussão epistemológica. É explicável porque a tendência de desenvolver teoricamente a área advém muito mais daqueles que trabalham nas disciplinas não específicas mas de formação pedagógica, com maior incidência da produção sobre problemas práticos e desafios que os cursos enfrentam para o desenvolvimento. Talvez se o foco do levantamento fossem as revistas de áreas específicas mais publicações haveria, mas não foram elas as visadas neste trabalho.

Quanto à Subcategoria Licenciatura

Esta subcategoria privilegia, em primeiro lugar, a convergência Cursos em Áreas Específicas, seguida de Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras, Curso de Pedagogia e Formação do Professor, Mudança na Licenciatura e Contexto e Concepções sobre Formação do Professor.

Em Concepções sobre Formação do Professor, os trabalhos, de algum modo, reconhecem a crise e a necessidade de redefinição dos cursos de formação de educadores. Paulatinamente, ao longo do interregno estudado, eles procuram ultrapassar as soluções pedagógicas e levar em conta os seus aspectos políticos, sociais e econômicos, encarando o campo de atuação do professor

como agente histórico. Apresentam estruturas organizativas de formação e noções que lhes dão suporte.

A convergência Mudanças na Licenciatura e Contexto, abarcando o debate sobre a formação do professor e a formulação de proposta fruto de ações conjuntas, tenta aproximar discurso e realidade e promover a articulação entre disciplinas. A legislação é analisada, assim como a universidade e o ensino de 1º e 2º graus. A mudança estaria ancorada na reflexão teórica, inclusive sobre o contexto.

Curso de Pedagogia e Formação do Professor, outra convergência temática da Licenciatura, está na pauta das discussões e na agenda de mudanças das produções estudadas durante todo o período do estudo. Passa por diferentes discussões, desde as que omitem o vínculo da educação com as condições políticas até aquelas que explicitam esse vínculo.

No momento da democracia política dos anos 90, a integração passa a ser um foco, sem esquecer questões relevantes como interdisciplinaridade, qualidade de ensino, modernidade, epistemologia, busca de referenciais e a articulação entre estas e a prática.

A convergência Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor é marcada pela discussão nas áreas específicas nas quais as licenciaturas são oferecidas, especialmente pelos resgates históricos da formação de professores, numa consonância entre o aumento da discussão política e o olhar avaliativo e redefinidor sobre licenciaturas. É destacável a idéia de que o licenciado deve dominar o conhecimento já sistematizado e o seu processo de sistematização (estruturas básicas). Predominam produções na área de Ciências, seguidas das referentes a História, Educação Física, Educação Artística e Psicologia.

A convergência Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras focaliza especialmente Didática e Prática de Ensino, com baixa incidência de produção em outras disciplinas. A Didática enquanto disciplina-síntese da formação pedagógica é a que mais suscitou o interesse, pois caberia a ela provocar a reflexão sobre conceitos. A Prática de Ensino seria o espaço de articulação de competências. Alguns pontos são reveladores das tensões que se fizeram presentes:

- a) ineficiência de cursos licenciatura, desvinculados da realidade cotidiana;
- b) precedência do critério epistemológico sobre o didático na formação do professor;
- c) licenciatura curta *versus* licenciatura plena em Ciências e horizonte profissional limitado dos professores de ciência;
- d) formação do especialista em detrimento da do educador;
- e) compartimentalização excessiva e fragmentação na formação;
- f) desordem para manutenção da ordem, posicionamentos acríticos e necessidade de estimular a capacidade cognitiva e o desenvolvimento do espírito crítico.

TEMÁTICAS HISTORICAMENTE DATADAS: TEMAS-EIXO RECORRENTES E TEMAS PREVALENTES

Alguns temas-eixo são representativos da unidade que existe dentro da diversidade na universidade. Tais temas se fazem presentes ao longo dos anos, com conotações reveladoras de diferentes interesses e preocupações que perpassam a universidade e a sociedade. São de tendência recorrente: o resgate da trajetória histórica, a relação educação e contexto, a articulação de conhecimentos, a busca epistemológica, o espaço da Faculdade/Centro de Educação, o Curso de Pedagogia, o papel de cursos e da própria universidade.

Não se pode omitir algumas temáticas que têm prevalência num dado momento histórico, atendendo demandas, pressões, aspirações ou movimentos específicos. Entre os exemplos, menciona-se, nos desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, a discussão sobre expansão e democratização do ensino superior e experiências com ensino não-diretivo e ensino programado.

Assim também são as temáticas implantação do ciclo básico, o Projeto Rondon e os cursos de curta duração. Mais recentemente têm-se convergências como os regimes de matrícula, o fenômeno da dupla graduação, a problemática dos cursos noturnos, o perfil dos alunos, a expansão dos cursos, as intenções do MEC e a questão da democratização.

LACUNAS

Situar o debate sobre as várias subcategorias e convergências presentes na categoria temática *Ensino* permitiu identificar lacunas e pontos a descoberto decorrentes da insipiência de tratamento. As lacunas identificadas adquiririam sentido maior se trabalhadas de forma mais abrangente, incentivando pesquisas e seminários temáticos que tratem de problemas específicos da realidade de diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, levando em conta a especificidade das várias regiões do País e do próprio histórico das profissões e áreas de atuação dos egressos. Para tal, sugere-se uma ampliação da abrangência do Banco de Dados, tomando-se as subcategorias *Graduação*, *Pós-Graduação*, *Licenciatura e Currículo* e ampliando o levantamento com revistas de algumas áreas profissionais e universidades específicas, bem como com grupos/centros de pesquisa que têm contribuído de modo especial para o avanço de uma ou mais áreas de conhecimento.

A prática profissional tem sinalizado que as seguintes lacunas são pertinentes e relevantes, mas não receberam a devida atenção nas produções acadêmicas constantes do *Universitas/BR*:

- a) estudos de gênero nas pesquisas sobre o ensino;
- b) poucos estudos em áreas como Ciências Sociais, Letras (Língua Portuguesa e Língua Estrangeira) e Serviço Social;
- c) bom montante de produção em Didática, seguida de Psicologia e Educação Artística, mas escassa em Estrutura e Funcionamento do Ensino. Reduzidíssima a produção em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, possivelmente ampla em periódicos específicos;
- d) silêncio na subcategoria Currículo em relação às grandes questões teóricas presentes na área e a incipiente discussão epistemológica. É explicável porque a tendência de desenvolver teoricamente a área advém muito mais daqueles que trabalham nas disciplinas não-específicas;
- e) poucos trabalhos sobre processos compartilhados por alunos e professores, mas cuja cena é marcada pelas inserções socioeconômicas, políticas e culturais desses mesmos autores. Parece estar na berlinda a própria natureza das relações de aprendizagem;
- f) a questão relativa aos valores humanos e à ética é tratada de modo incipiente;
- g) a Pedagogia Universitária, que trata da formação pedagógica do professor de ensino superior, necessitaria de aprofundamento.

PARA FINALIZAR...

É paradoxal que seja pouco freqüente uma discussão mais abrangente sobre os objetivos dos cursos de graduação, as reformas curriculares, as necessidades de reformulação e de avaliações, tendo presente o objetivo de formação profissional.

É também paradoxal que a avaliação de cursos de graduação, excluídas as verificações mais formais para autorização, não tenha merecido a mesma atenção e regularidade que a avaliação dos cursos de pós-graduação, tendo presente as demandas que incidem sobre os cursos e suas habilitações.

Assim como os paradoxos acima mencionados, muitos outros podem ser identificados no decorrer das análises até aqui efetuadas. Muitas áreas estão a descoberto e merecem uma atenção especial; muitas temáticas são recorrentes e parecem ter avançado ao longo de seu percurso, como é o caso da avaliação. Mas muitas outras, mesmo que sejam recorrentes e possam suscitar contínuos debates, parecem ter estagnadas as questões nelas colocadas e recolocadas, não contribuindo para que a situação ache o seu norte. Onde está o nó górdio do curso de Pedagogia, tão discutido ao longo dos anos e tão afetado pelo sabor das ondas que os encaminhamentos políticos até hoje estão provocando? Onde está o nó górdio dos demais cursos de licenciatura, que não chegam a uma formação que teça efetivamente as pontes entre o epistemológico e o didático?

Certamente o Banco de Dados *Universitas/BR* fez uso predominantemente de revistas da área educacional, seja da educação em geral ou superior, o que privilegia algumas categorias temáticas como *Ensino* e subcategorias como Graduação (especialmente Pedagogia) e Licenciatura, o que poderia alterar em parte os resultados.

Mas numa perspectiva mais abrangente, é possível afirmar que toda temática, de algum modo, envolve a relação entre universidade e outras instâncias e segmentos sociais, inclusive com os demais graus de ensino. É possível também afirmar que o pensamento acadêmico sobre ensino superior, veiculado em periódicos brasileiros, é datado, recorrente, institucionalmente vinculado, não é circunscrito a autores acadêmicos da área, é marcadamente dominado por autores brasileiros e uns poucos latino-americanos, é referendado em temáticas internacionais e apresenta temáticas específicas da realidade regional. É algumas vezes datado pela vinculação ao tempo e ao espaço; é recorrente pelas temáticas que se mantêm ao longo dos anos; é institucionalmente vinculado por proceder de organismos da sociedade civil, de instituições governamentais e de universidades; é aberto à presença de autores acadêmicos das mais diversas áreas, o que decorre da especificidade que caracteriza a área de educação.

Mas se, por um lado, as produções sinalizam para temáticas inovadoras e pertinentes, como a dos processos de socialização na comunidade acadêmica, por outro, são quase omissas na vinculação entre ensino e pesquisa. Esta vinculação está no cerne da formação de novas gerações de profissionais, de professores e de pesquisadores, gerações essas que já estão projetando a universidade e a sociedade do futuro. Lamentável é que a *Ética* enquanto tema não esteja vigorosamente presente...

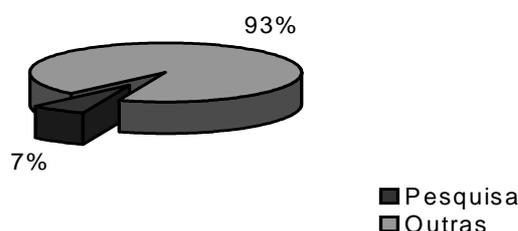
A FUNÇÃO PESQUISA

O estudo desenvolvido a seguir aborda o estado do conhecimento da produção científica sobre a temática pesquisa universitária, tal como ela se fez presente em periódicos nacionais no período de 1968 a 1995. Esta análise está sendo possível porque toma por base pesquisa que está sendo realizada por diversos grupos de investigadores em todo o País. A partir desse trabalho, que se vale de um conjunto de 15 categorias temáticas, uma das quais é a Pesquisa, foi organizado um banco de dados – o *Universitas/BR* –, em CD-ROM, compreendendo toda a produção documental obtida, que se constitui a matéria-prima fundamental para esta análise.

É importante assinalar, de início, conforme mostra o Gráfico 19, que a categoria temática Pesquisa representa uma pequena parcela do total de documentos publicados no período – 7% em relação a todas as categorias que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*; ela integra, no entanto, o conjunto das sete maiores categorias quanto ao volume de documentos que abrange.

Esse conjunto é composto, em ordem decrescente da participação no Banco de Dados, pelas categorias Ensino, Políticas Públicas da Educação Superior, Universidade e Sociedade, Avaliação do Ensino Superior, História das Instituições de Educação Superior, Pesquisa e, por fim, Organização Acadêmica e Gestão.

Gráfico 19 – Distribuição de documentos sobre a função Pesquisa na produção científica sobre a Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A análise aqui realizada busca focalizar as variações de intensidade da presença da temática Pesquisa nos periódicos, sinalizando as características dos trabalhos publicados. A seguir é apresentada uma análise dos grandes eixos temáticos que compõem a abordagem desse tema, buscando situar as questões historicamente datadas, as que se fazem presentes no decorrer do período abarcado pelo estudo, as questões silenciadas e as que estão apenas levemente esboçadas ou que emergem em algum ponto do período analisado. É importante registrar que aqueles aspectos mais diretamente relacionados com o tratamento das questões da política de pesquisa não são aqui abordados. Dadas as características de organização do Banco de Dados e das categorias através das quais se está procedendo ao presente estudo do Estado da Arte, elas são discutidas no Capítulo 3, destinado à análise das políticas públicas para a educação superior.

Metodologia

Conforme já foi referido, a avaliação do Estado do Conhecimento da produção sobre a temática pesquisa está utilizando a base metodológica quantitativa e qualitativa do Banco de Dados *Universitas/BR*, que reúne 4.546 documentos sobre educação superior, publicados em 26 periódicos nacionais no período de 1968 a 1995. Nesse banco, a categoria temática Pesquisa abrange um total de 307 documentos.

O estudo é feito utilizando-se uma periodização que buscou destacar algumas das grandes tônicas que marcaram a educação superior no Brasil no período citado. A etapa inicial, 1968-1978, é caracterizada principalmente pela aprovação e processo de implantação da Reforma Universitária de 1968, a qual, através da Lei nº 5.540/68, deu início à implantação de um modelo de universidade definido centralmente; é também caracterizada pela implementação de políticas públicas nas áreas da ciência e da tecnologia, que resultaram, entre outros aspectos, no início do processo de institucionalização da pós-graduação e da pesquisa no País, processo esse que produziu uma acentuação do movimento editorial brasileiro, a partir do qual uma grande diversidade de periódicos científicos passou a ser publicada.

O período seguinte, 1979-1984, é marcado principalmente pela rearticulação da sociedade civil brasileira nas suas mais diversas esferas, no contexto do regime autoritário. Esse processo é parte do quadro em que emerge uma nova noção de cidadania, intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais e que expressa o novo estatuto teórico e político assumido pela questão da democracia em todo o mundo (Dagnino, 1994). No caso brasileiro, ao mesmo tempo que se acentuava o processo de abertura política, caracterizando um período que foi conceituado como da *invenção democrática* (Telles, 1994), diversas instâncias da sociedade civil vão organizar-se, destacando-se, dentre elas, o movimento docente no ensino superior. Nesse período, o movimento editorial científico também se torna mais dinâmico, em consequência da presença de uma massa crítica já instalada nos programas de pós-graduação, exercendo agora uma atividade de pesquisa mais institucional e consolidada.

O intervalo entre 1985 e 1995, finalmente, é caracterizado pelo início do processo de elaboração/proposição de uma nova reforma universitária, com base em um modelo concebido em meados da década de 80, cuja versão paradigmática foi expressa pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). A recorrência na apresentação de propostas de política no período, visando a essa reforma, é produto, entre outros aspectos, da permanência, no governo, de dirigentes e quadros técnicos, pelo menos no que se refere ao Ministério da Educação. Esse novo modelo de reforma universitária vai ser construído a partir da aprovação da LDB, em 1996, por meio de uma legislação parcial, atropelada e fragmentada, não baseada numa lei geral e em que os níveis mais baixos da legislação avançam sobre os mais altos (Cunha, 1997).

A Pesquisa na Produção Científica sobre Educação Superior

O Estado do Conhecimento da produção sobre a categoria temática Pesquisa que aqui é traçado compreende dois tipos de tratamento, distintos porém interligados. Num primeiro momento, é abordada a trajetória dessa categoria no conjunto dos periódicos que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*, contemplando a intensidade de sua publicação, as subcategorias analíticas mais freqüentes e as características que marcam a presença, neles, da temática. Num segundo momento, é feita uma avaliação da abordagem dada aos temas, buscando situar aquelas questões que podem ser consideradas como próprias de um período e que foram, depois, abandonadas ao longo da trajetória – tornando-se historicamente datadas –, as questões que marcam toda a trajetória por meio da configuração de eixos centrais da produção científica, os temas emergentes e os silêncios que caracterizaram essa produção até o momento.

A INTENSIDADE

Uma primeira observação que é possível fazer a partir dos dados que compõem o Banco, conforme mostra a Tabela 42, é a da instauração de um processo progressivo de produção de reflexões sobre a temática da pesquisa, cuja constância, uma vez configurada, sofre apenas uma queda ocasional no ano de 1992. No período 1968-1978 ela não é nem mesmo regular, apresentando uma fraca intensidade de documentos, sendo que em três dos seus 11 anos não foi publicado qualquer tipo de documento.

No ano de 1971, registra-se uma intensificação ocasional da publicação, podendo-se afirmar, no entanto, que o seu significado foi restrito, sem configurar a instalação de uma tendência. O início de um processo regular e produtivo da abordagem da temática através dos periódicos se dá ao final desse período, em 1977, vindo a se consolidar nos anos seguintes. Em comparação com o período de 28 anos analisados, verifica-se que, entre 1968 e 1978, foram publicados apenas 9% da documentação sobre a pesquisa que se encontra no Banco de Dados.

No segundo período – 1979-1984 –, a presença da temática torna-se um evento regular, publicando-se nesses cinco anos mais que o dobro dos documentos publicados nos 11 anos anteriores, o que corresponde a 28% do total do período; além da regularidade, há também, então, intensificação da produção sobre o tema.

No período 1985-1995, à exceção de 1992, em que foram registrados apenas sete documentos, os demais anos apresentam uma incidência bastante elevada de registros, destacando-se, particularmente, o ano de 1994, sem configurar aparentemente, contudo, uma tendência de estabelecimento de um novo patamar de trabalhos publicados. Deve ser observado que os anos de 1990 e 1992, com dez e sete documentos, respectivamente, caracterizam a ocorrência de refluxos momentâneos na tendência iniciada em 1980, a qual é retomada de maneira explícita a partir de 1993. É digno de nota o fato de que será nesses 11 anos finais que vão se dar mais de 60% do total da publicação de documentos em todo o período analisado.

Tabela 42 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por período – 1968-1995

Períodos	Anos	Documentos	Total	%
1968-1978	68	2	28	9
	69	0		
	70	1		
	71	9		
	72	3		
	73	1		
	74	1		
	75	0		
	76	0		
	77	6		
	78	5		
1979-1984	79	9	87	28
	80	14		
	81	9		
	82	19		
	83	14		
	84	22		
1985-1995	85	11	192	63
	86	18		
	87	25		
	88	21		
	89	16		
	90	10		
	91	13		
	92	7		
	93	18		
	94	31		
	95	22		
Total			307	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS ABORDAGENS

Pode-se observar, conforme mostra a Tabela 43, que a abordagem dos documentos aqui registrados divide-se, de maneira equilibrada, entre as questões relacionadas com as subcategorias Concepção de Pesquisa e Organização Institucional para a Pesquisa, com 27% e 26%, respectivamente, do total dos documentos, sendo que a abordagem das questões voltadas para a subcategoria Pesquisa e Pós-Graduação teve um grau de interesse próximo das duas anteriores: 20%. Comparando a variação ano a ano, é possível observar que a primeira dessas abordagens se fez mais intensa entre 1982 e 1987, enquanto a segunda apresenta comportamento semelhante no intervalo entre 1982 e 1989, sendo que a produção foi reduzida entre 1985 e 1987. Já a abordagem da relação Pesquisa e Pós-Graduação teve uma intensidade menor.

Por sua vez, os problemas envolvidos na construção e consolidação de Grupos de Pesquisa receberam um grau de interesse mediano (15%), com uma intensidade de publicação baixa e irregular, elevando-se apenas nos dois últimos anos do período analisado. Finalmente, as questões relacionadas com a interação entre Pesquisa e Graduação evidenciaram um grau de interesse muito baixo, próximo daqueles documentos que foram categorizados como Outros: 7% e 5% respectivamente. A frequência acumulada dos documentos publicados ano a ano mostra a intensificação da publicação no período 1985-1995.

A tendência encontrada nos documentos publicados indica, por um lado, a predominância de uma preocupação mais acentuada com indagações relacionadas aos objetivos da pesquisa, suas formas de abordagem, seu papel na sociedade. Indica, também, interesse significativo pelas questões relacionadas às condições que permitem a construção de uma estrutura institucional para a produção da pesquisa.

Considerando que os programas de pós-graduação configuraram-se, na sociedade brasileira, como o *locus* de formação de pesquisadores⁴ e como os mais importantes centros de produção de conhecimento, não parece estranho o interesse manifestado pela temática e a sua permanência, buscando captar suas características, problemas e perspectivas. Não deixa de ser relevante destacar, também, o reduzido interesse despertado pelas questões relacionadas com a interação entre pesquisa e graduação. Ponto central da incipiente produção do conhecimento e da formação de pesquisadores até a década de 70, o ensino de graduação é posto em segundo plano com a implantação da pós-graduação. Isso ocorre tanto em consequência da política de ciência e tecnologia implementada como em decorrência do desinteresse dos pesquisadores, que passaram a identificar nela apenas o lugar do exercício do ensino (Peixoto, 1994).

OS PERIÓDICOS

Entre os 27 periódicos analisados, a temática faz-se presente em 19 deles (Tabela 44), sendo que em apenas um os documentos em torno da problemática da pesquisa são publicados de forma regular por todo o período. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência edita *Ciência e Cultura*, que registra um total de 119 documentos publicados ao longo dos 28 anos aqui analisados. Essa publicação é seguida, entre os de maior frequência, pelo *Informe/Jornal Ciência Hoje*, também editado pela SBPC, que publicou 41 documentos no período, bem como pelo *Boletim ANPEd*, periódico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), responsável pela publicação de um conjunto de 38 documentos.

Os periódicos *Em Aberto* e *Educação Brasileira*, o primeiro editado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) e o segundo pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) – organismo este constituído no bojo das discussões em torno da Reforma Universitária de 1968 –, vêm a seguir, entre os de maior intensidade de publicação, com 27 e 25 documentos cada um. O *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), por sua vez, publicou 16 documentos.

Nos demais periódicos, o volume publicado é menos significativo, destacando-se apenas *Fórum Educacional*, editado pelo extinto Programa de Pós-Graduação em Educação do IESAE, da Fundação Getúlio Vargas,⁵ que ultrapassou o índice de dez documentos publicados. Tendo sua publicação descontinuada em 1990, quando o programa de pós-graduação foi desativado pela Fundação Getúlio Vargas, é de se supor que, caso esse periódico continuasse a ser ainda editado, certamente apresentaria índices superiores a esses, equiparando-se, pelo menos, àqueles que estão na faixa mediana.

⁴ Sobre o processo de formação de pesquisadores na pós-graduação, ver Peixoto (1994 e 1995).

⁵ Uma análise desse periódico encontra-se em Peixoto (1998).

Tabela 43 – Distribuição de documentos sobre a categoria Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995

Subcategorias	Anos																												Total	%	
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95			
Concep.de Pesquisa	1			6		1					2	2	3	3	2	6	4	8		10	8	1	2	2	3	2	6	8	2	82	27
Pesquisa e Graduação													1					1			3	2	2	1	4		5	2	1	22	7
Pesq. Pós-Graduação					1					2	2	3	5	2	3	2	4	4	4	6	4	1	1	1	1	2	7	5	60	20	
Grupos de Pesquisa			1						1				4	1	1	2	2	3		3		4	2		2	3	9	8	46	15	
Org. Inst. p/Pesquisa	1			3	1		1		1	1	2	1	3	8	6	7	4	4	3	13	7	3	4				2	6	81	26	
Outros					1								1	1	1					2	1		1	1	2	2	3		16	5	
Total	2		1	9	3	1	1			6	5	9	14	9	19	14	22	11	18	25	21	16	10	13	7	18	31	22	307	100	
Freq. Acumulada	2	2	3	12	15	16	17	17	17	23	28	37	51	60	79	93	115	126	144	169	190	206	216	229	236	254	285	307	307		

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 44 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e ano – 1968-1995

Periódicos	Anos																				Total									
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87		88	89	90	91	92	93	94	95	
<i>Boletim ANPEd</i>												1	0	1	4	0	0	3	1	9	2	1	1	2	2	1	7	3	38	
<i>Bol. Inf. e Bibliog.</i>									0	0	0	0	5	1	2	2	2	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	16	
<i>Ciências Sociais</i>																														
<i>Cadernos Cedes</i>													0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	
<i>Cadernos Nupes</i>																					0	1	0	0	0	0	0	0	1	
<i>Ciência e Cultura</i>	2	0	1	9	1	1	1	0	0	3	3	2	4	5	8	6	9	7	4	7	11	9	2	5	0	6	5	8	119	
<i>Clên. Sociais Hoje</i>																0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
<i>Educ. & Sociedade</i>										0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
<i>Educ. Brasileira</i>										2	1	1	1	0	0	2	0	0	1	3	2	2	1	1	2	3	3	25		
<i>Educ. e Seleção</i>												0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
<i>Em Aberto</i>													0	3	2	7	0	8	2	4	1	0	0	0	0	0	0	27		
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>									0	2	1	0	0															3		
<i>Estudos e Debates</i>										0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
<i>Fórum Educacional</i>									3	0	2	1	0	0	2	1	0	2	0	0	1	0						12		
<i>InfoCapes</i>																										2	1	0	3	
<i>Inf./Jornal Ciência Hoje*</i>																		0	1	3	1	0*	3	4	2	6	13	8	41	
<i>R. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	6	
<i>R. Bras. Adm. Pública</i>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
<i>R. Fac. Educação</i>								0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
<i>Educ. e Realidade</i>											1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
Total	2	0	1	9	3	1	1	0	0	6	5	9	14	9	19	14	22	11	18	25	21	16	10	13	7	18	31	22	307	

*A partir de 1989 passa a denominar-se Jornal Ciência Hoje.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Ainda no que se refere aos dados constantes dessa tabela, chama a atenção, no conjunto dos cinco periódicos de maior volume publicado, o fato de que, à exceção de *Em Aberto*, periódico cuja característica principal é de editar números temáticos, o tema da pesquisa se fez presente com bastante regularidade a partir da segunda metade da década de 70, momento em que se intensifica a edição de periódicos científicos no País. *Ciência e Cultura*, editada desde 1949 logo após ser criada a SBPC, em 1948, apenas em quatro anos de todo o período não publica qualquer documento sobre o tema.

O papel de *Ciência e Cultura* para o desenvolvimento das ciências humanas em geral deve ser aqui ressaltado, considerando que essa revista foi o principal veículo das publicações dessa área na primeira metade da década de 70. Esse fato decorre, em parte, do papel assumido pelas reuniões anuais da SBPC nessa década, além de se converter no principal fórum de debates da sociedade civil brasileira,⁶ dando sustentação para seu processo de rearticulação que ocorre na segunda metade da década. Esse é também o momento em que as ciências sociais fazem sua entrada nessa Sociedade. Segundo Fernandes (1990, p. 210), “este processo resultou na consolidação da posição institucional das ciências sociais, contatos estreitos entre as ciências naturais e sociais, e uma maior afirmação pública da SBPC e da sociedade civil sob um regime autoritário”. No que concerne à publicação dos temas das ciências humanas no periódico, esse caráter de veículo predominante se manterá até o final da década de 70, quando tem início a edição dos periódicos das instituições de pesquisa e pós-graduação da área.

Quanto aos demais periódicos: o *Boletim ANPEd* começou a ser editado em 1979 e apenas em três anos não publicou documentos sobre a temática da pesquisa, enquanto o *Jornal Ciência Hoje*, que começou a ser publicado em 1985 sob a denominação de *Informe Ciência Hoje*, apenas em um ano não publicou documentos sobre o tema aqui analisado; já *Educação Brasileira*, que começou a ser editado em 1978, vem mantendo um ritmo regular de publicação sobre o tema, à exceção de quatro anos.

Em Aberto, que iniciou suas edições em 1981, revela-se como o de menor regularidade na publicação, principalmente devido à sua característica de produção de números temáticos. Desse modo, textos sobre a pesquisa aparecem ali apenas em sete anos entre 1981 e 1995, e mesmo assim concentrados no período entre 1982 e 1989. Órgão de divulgação técnica do MEC, esse periódico tem se voltado para a produção de números temáticos que enfatizam prioritariamente a problemática do ensino. Há uma ênfase mais acentuada em alguns números publicados nos anos de 1984 e 1986, o que coincide com o momento em que a discussão de novos parâmetros de qualidade para a educação superior brasileira começavam a ser propostos através do relatório da Comissão de Reforma do Ensino Superior e no relatório do Grupo Executivo da Reforma Universitária (Geres).

Ainda no que diz respeito à presença/ausência da temática Pesquisa nos periódicos que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*, a Tabela 45 apresenta dados que permitem observar como essa publicação foi distribuída, conforme seja um periódico cuja área de concentração se caracterize como de educação superior, de educação em geral, ou de temática geral.

No que concerne aos periódicos voltados para a temática da educação superior, pode-se observar que, no período analisado, a temática Pesquisa foi publicada de modo expressivo somente em *Educação Brasileira*. O volume de documentos (25) que aí se encontram volta-se principalmente para a discussão/exposição das questões em torno da *Concepção de Pesquisa* (11 documentos), uma das subcategorias analíticas do Banco de Dados na qual se concentra o interesse pela abordagem dos fins da pesquisa, da sua qualidade, além das discussões de ordem metodológica.

Os periódicos que abordam temas gerais da educação evidenciam uma maior intensidade de publicação, com destaque para *Boletim ANPEd*, *Em Aberto* e *Fórum Educacional*. Quanto ao primeiro deles, e em consonância com sua característica de revista de uma associação de pesquisa e pós-graduação, verifica-se que os documentos ali publicados focalizam principalmente a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, num total de 27 documentos.

⁶ A esse respeito deve ser registrado que, em 1977, o governo tentou adiar e depois impedir a realização da reunião anual, em consequência das repercussões daquela realizada no ano anterior em Brasília. Prevista para realizar-se em Fortaleza, a reunião foi transferida para São Paulo, transformando um encontro científico numa “reunião do povo” (Fernandes, 1990, p. 219).

Em Aberto, por outro lado, aborda *Concepção de Pesquisa e Organização Institucional para a Pesquisa*, num total de 14 e 8 documentos, respectivamente. No primeiro caso, essa concentração se deveu ao fato de que, em 1984, foi editado um número sobre pesquisa participante, enquanto, no segundo caso, a produção esteve distribuída por diversos números. *Fórum Educacional*, por sua vez, apresenta incidência proporcional de publicação de documentos nos aspectos relativos a *Concepção de Pesquisa* e à relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, num total de quatro documentos para cada um, definindo uma tendência condizente com sua característica de um periódico de programa de pós-graduação em educação.

Entre os periódicos cuja temática central não é restrita à área da educação destacam-se *Ciência e Cultura* e o *Jornal Ciência Hoje*. No primeiro caso, o foco de análise dos documentos publicados está distribuído de modo equilibrado, sendo que cerca de metade deles discute as questões relacionadas com a *Organização Institucional para a Pesquisa*, um quarto os temas relacionados à *Concepção de Pesquisa* e o outro quarto é composto pela agregação da abordagem de duas subcategorias: *Pesquisa e Graduação* e *Grupos de Pesquisa*. Já no caso do *Jornal Ciência Hoje*, o foco dos documentos publicados está mais voltado para as temáticas relacionadas a *Grupos de Pesquisa* e *Concepção de Pesquisa*, com 12 e 9 documentos, respectivamente. O *Boletim Informativo e Bibliográfico*, da Anpocs, por sua vez, publicou um total de 16 documentos, sendo a grande maioria deles composta por textos que buscam identificar os grupos de pesquisa existentes no País, discutindo problemas que configuram sua situação.

A Tabela 46 mostra a composição do Banco de Dados por tipo de produção, evidenciando a predominância de artigos, que representam quase a metade de toda a produção, enquanto os resumos compreendem a quarta parte dela, e as notícias representam um pouco menos de um quinto.

Os artigos focalizam de modo mais acentuado as questões associadas à *Concepção de Pesquisa*, correspondendo a cerca de um terço da produção, sendo seguida, em proporções equilibradas, do tratamento das relações entre *Pesquisa e Pós-Graduação* e da *Organização Institucional para a Pesquisa*, além das questões relacionadas aos *Grupos de Pesquisa*. Os resumos, por sua vez, compreendem trabalhos que abordam de modo predominante a *Organização Institucional para a Pesquisa* e, em proporções mais reduzidas, a *Concepção de Pesquisa* e as relações entre *Pesquisa e Graduação*, enquanto as notícias referem-se prioritariamente aos *Grupos de Pesquisa* e às questões relacionadas à *Organização Institucional para a Pesquisa*.

A distribuição do número de artigos publicados entre 1968 e 1995, que é objeto da análise a seguir, possui características similares às do conjunto de documentos. De um total de 136 artigos, 18 foram publicados no período 1968-1978, 42 no período 1979-1984 e 76 no período 1985-1995, correspondendo, respectivamente, a 13,2%, 30,9% e 55,9% do total.

Evidencia-se aqui a pequena frequência dos artigos publicados entre os anos de 1968 e 1978, verificando-se, além disso e diferentemente do que ocorreu com o conjunto de documentos, como mostrou a Tabela 42, que em mais da metade desses anos não foi publicado qualquer artigo. A regularidade dessa publicação é estabelecida no período 1979-1984 e acentua-se a partir de 1982. O terceiro período, 1985-1995, mantém tendência de publicação de artigos ano a ano, mas não revela um incremento substantivo da produção no seu decorrer ou, mesmo, a sua concentração em um momento específico, devendo ser registrado que, em alguns anos, como 1987, 1989 e 1993, houve uma ligeira elevação dessa produção, com 10, 9 e 8 artigos publicados, respectivamente. Quando se analisa a distribuição dos artigos nos periódicos, conforme a área de concentração dos mesmos (Tabela 47), verificam-se as mesmas tendências que estavam presentes na análise do conjunto dos documentos. *Ciência e Cultura* publicou 29 artigos, *Boletim ANPEd*, 22, *Educação Brasileira*, 22, e *Em Aberto*, 11 artigos, enquanto *Fórum Educacional* e *Boletim Informativo e Bibliográfico* publicaram 9 e 8 artigos, respectivamente. A exceção nesse conjunto, em face do quadro presente no total de documentos, é o *Jornal Ciência Hoje*, agora uma publicação pouco expressiva, tendo em vista sua característica marcadamente jornalística, que faz com que a quantidade de artigos publicados seja mais reduzida.

Tabela 45 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e tema – 1968-1995

Temáticas	Periódicos	Subcategorias						Total
		Concep. de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Institucional p/a Pesquisa	Outros	
Educação Superior	<i>Cadernos Nupes</i>	0	0	0	1	0	0	1
	<i>Educação Brasileira</i>	11	3	5	2	2	2	25
	<i>Estudos e Debates</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>InfoCapes</i>	0	2	1	0	0	0	3
	Subtotal	12	5	6	3	2	2	30
Educação em Geral	<i>Boletim ANPEd</i>	4	2	27	3	0	2	38
	<i>Cadernos Cedes</i>	1	0	0	0	0	1	2
	<i>Educação e Realidade</i>	3	0	1	0	0	0	4
	<i>Educação e Seleção</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>Educação & Sociedade</i>	1	0	1	0	1	0	3
	<i>Em Aberto</i>	14	0	4	1	8	0	27
	<i>Fórum Educacional</i>	4	0	4	1	2	1	12
	<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>	0	1	2	2	1	0	6
	<i>Rev. da Fac. de Educação</i>	1	0	0	0	0	0	1
	Subtotal	29	3	39	7	12	4	94
Temática Geral	<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Soc.</i>	1	0	3	10	2	0	16
	<i>Ciência e Cultura</i>	30	14	4	12	57	2	119
	<i>Ciências Sociais Hoje</i>	0	0	0	0	1	0	1
	<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>	0	0	3	0	0	0	3
	<i>Informe Ciência Hoje</i>	0	0	0	2	1	1	4
	<i>Jornal Ciência Hoje</i>	9	1	3	12	6	6	37
	<i>Rev. de Administração Pública</i>	1	0	1	0	0	1	3
	Subtotal	40	15	15	36	67	10	183
Total		82	22	60	46	81	16	307

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 46 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo a subcategoria temática e o tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Subcategorias						Total
	Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Instit. p/a Pesquisa	Outros	
Artigo	48	6	37	14	23	8	136
Depoimento	2	1	1	0	1	0	5
Editorial	2	1	0	3	0	0	6
Nota	3	0	5	3	4	1	16
Notícia	6	2	7	20	11	5	51
Relatório	3	2	0	0	1	0	6
Resenha	5	0	1	1	1	0	8
Resumo	13	10	8	5	40	2	78
Série	0	0	1	0	0	0	1
Documental							
Total	82	22	60	46	81	16	307

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Quanto à abordagem presente nos artigos dos periódicos cuja área de concentração é a educação superior, *Educação Brasileira* publicou principalmente sobre *Concepção de Pesquisa*: 10 artigos, num total de 22. Nas publicações de educação em geral, *Boletim ANPEd* publicou 16 dos seus 22 artigos sobre a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, enquanto *Em Aberto* concentrou a maioria deles na abordagem da *Concepção de Pesquisa*: 7, de um total de 11. *Fórum Educacional*, por sua vez, publicou o mesmo número de artigos sobre *Concepção de Pesquisa* e sobre a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*. E, entre os periódicos de temática geral, *Ciência e Cultura* publicou a maior parte dos seus 29 artigos sobre a *Organização Institucional para a Pesquisa* e a abordagem *Concepção de Pesquisa* – 12 e 10, respectivamente –, enquanto o *Boletim Informativo e Bibliográfico* publicou o mesmo número de artigos em, praticamente, todas as subcategorias.

Concluindo a análise da abordagem da categoria temática Pesquisa feita nos periódicos, o Quadro 5 permite observar que os enfoques principais neles presentes assumem características distintas, conforme se esteja tratando com artigos ou com os documentos em geral. No conjunto de documentos que compõem essa categoria no Banco de Dados *Universitas/BR*, as subcategorias mais abordadas, isto é, aquelas que foram relacionadas como as que aparecem com o maior número de documentos, foram *Concepção de Pesquisa* e *Organização Institucional para a Pesquisa*, e as menos abordadas, *Pesquisa e Pós-Graduação* e *Grupos de Pesquisa*.

Quando se aborda somente os artigos, justamente o momento em que as questões da pesquisa são analisadas com maior profundidade, a situação é distinta, embora *Concepção de Pesquisa* permaneça como a subcategoria de maior freqüência. A abordagem das questões ligadas às relações entre *Pesquisa e Pós-Graduação* passa a ocupar agora o segundo lugar entre as subcategorias de maior incidência de publicações, enquanto a das relações entre *Pesquisa e Graduação* e a análise de *Grupos de Pesquisa* passam a figurar como os temas menos freqüentes.

Tabela 47 – Distribuição dos artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias abordadas, por periódico – 1968-1995

Temáticas	Periódicos	Subcategorias						Total
		Concep. de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Institucional p/a Pesquisa	Outros	
Educação Superior	<i>Cadernos Nupes</i>	0	0	0	1	0	0	1
	<i>Educação Brasileira</i>	10	3	4	2	1	2	22
	<i>Estudos e Debates</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>InfoCapes</i>	0	2	1	0	0	0	3
	Subtotal	11	5	5	3	1	2	27
Educação em Geral	<i>Boletim ANPEd</i>	3	0	16	1	0	2	22
	<i>Cadernos Cedes</i>	1	0	0	0	0	1	2
	<i>Educação e Realidade</i>	3	0	1	0	0	0	4
	<i>Educação e Seleção</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>Educação & Sociedade</i>	1	0	1	0	1	0	3
	<i>Em Aberto</i>	7	0	1	0	3	0	11
	<i>Fórum Educacional</i>	3	0	3	0	2	1	9
	<i>Rev. Bras. de Est. Pedag.</i>	0	0	2	2	1	0	5
	<i>Rev. da Fac. de Educação</i>	1	0	0	0	0	0	1
Subtotal	20	0	24	3	7	4	58	
Temática Geral	<i>Bol. Inf. e Bibliográfico</i>	2	0	2	2	2	0	8
	<i>Ciência e Cultura</i>	10	0	2	5	12	0	29
	<i>Ciências Sociais Hoje</i>	0	0	0	0	1	0	1
	<i>Enc. c/a Civ. Brasileira</i>	0	0	3	0	0	0	3
	<i>Informe Ciência Hoje</i>	0	0	0	0	0	1	1
	<i>Jornal Ciência Hoje</i>	4	1	0	1	0	0	6
	<i>Rev. de Adm. Pública</i>	1	0	1	0	0	1	3
	Subtotal	17	1	8	8	15	2	51
	Total	48	6	37	14	23	8	136

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Quadro 5 – Freqüência das subcategorias da Pesquisa, em periódicos nacionais, por tipo de documento – 1968-1995

Documentos em geral		Artigos	
Subcategorias		Subcategorias	
mais freqüentes	menos freqüentes	mais freqüentes	menos freqüentes
Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação
Organização Institucional para a Pesquisa	Grupos de Pesquisa	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa

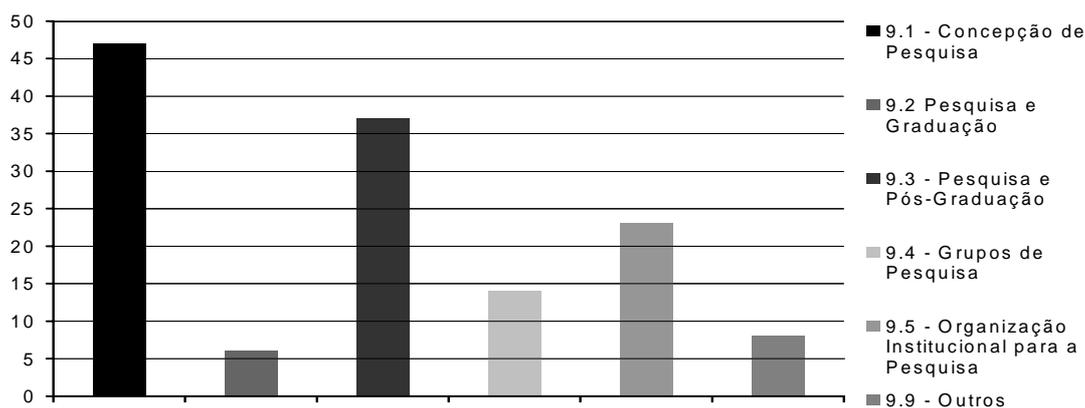
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Produção Presente nos Artigos

Quando se busca analisar os temas que foram abordados nos artigos no decorrer do período 1968-1995, é possível verificar que, ao mesmo tempo que alguns deles caracterizam uma etapa, há questões que emergem apenas ao final do período analisado; em contraposição, há outras que apresentam maior incidência e permanência na abordagem. Há silêncios, temas da moda, temas que marcam apenas o início do período analisado, enquanto outros começam a ser delineados apenas ao seu final.

O Gráfico 20 mostra a freqüência de publicação dos artigos segundo as subcategorias da categoria temática Pesquisa no Banco de Dados *Universitas/BR*. Nessa visualização, é possível perceber as três principais áreas de abordagem da temática: *Concepção de Pesquisa*, relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação* e *Organização Institucional para a Pesquisa*.

Gráfico 20 – Distribuição de artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS ABORDAGENS ATRAVÉS DOS PERÍODOS

Analisando as características da produção dos artigos conforme a periodização aqui adotada, pode-se verificar que, no período 1968-1978, foram abordadas as questões envolvidas na

relação entre pesquisa e dependência econômica, além daquelas relacionadas às instituições de pesquisa, e na discussão de questões de ordem metodológica. É importante lembrar que, no que diz respeito à construção da política de ciência e tecnologia do País, esse é o período caracterizado, exatamente, pelo início da formulação dos planos nacionais de desenvolvimento e pelos planos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse contexto, a questão de uma produção autônoma da ciência era uma das questões em pauta, na perspectiva de definir parâmetros que viabilizassem o projeto de desenvolvimento econômico dos governos militares.

Entre 1979 e 1984, os aspectos envolvidos na relação entre pesquisa e dependência econômica também se fazem presentes, mas de forma bem mais tímida – há apenas um artigo publicado –, configurando-se a análise dessa relação, então, como uma problemática mais específica da conjuntura do período anterior. Nesse momento, a predominância da abordagem do tema se concentra principalmente sobre as questões de ordem metodológica e sobre aquelas relacionadas aos problemas envolvidos na realização da pesquisa e na sua organização institucional. É considerando que nesse período as condições institucionais de produção do conhecimento já se estabeleceram mais claramente, através da consolidação dos sistemas de pós-graduação e de ciência e tecnologia (Peixoto, 1994), que os modos de pesquisar e as garantias institucionais para sua realização se tornam parte integrante do debate no período.

Entre 1985 e 1995, não só aumenta o volume de artigos publicados como ocorre maior diversificação de temas abordados. A abordagem das questões metodológicas, temática em ascensão no período anterior, sofre agora um refluxo, embora ainda se faça presente. Percebe-se a intensificação do interesse pelas questões ligadas às condições institucionais da pesquisa, voltando-se as análises dos artigos para a discussão de temas como instituições de pesquisa, grupos de pesquisa e a problemática envolvida na pós-graduação. Sem dúvida, essa produção assume as características do País, que adquiriu maturidade na produção do conhecimento, refletindo a temática essa característica do seu desenvolvimento científico e tecnológico.

A relação entre produção do conhecimento e sua inserção no panorama nacional é analisada agora não do ponto de vista das suas implicações num contexto de dependência econômica, mas da perspectiva do desenvolvimento econômico, isto é, o enfoque das condições de produção de uma ciência autônoma é substituído por uma abordagem do papel da pesquisa na produção do desenvolvimento econômico. É interessante registrar que, a despeito de, na década de 90, as questões relacionadas à formulação de uma política de integração regional, principalmente através do Mercosul, já compusessem o espectro de problemas do processo de desenvolvimento econômico, nenhum registro seja encontrado referente a trabalhos correlacionados ao provável papel da pesquisa nesse quadro.

Referências à América Latina existem, mas aparecem geralmente no contexto das avaliações dos paradigmas presentes na produção científica. A característica recente da realização de ações voltadas para produzir a cooperação universitária no Mercosul, como apontam Neves e Morosini (1998), é elemento importante para uma parte do entendimento sobre a ausência de reflexão sistemática sobre a relação entre a pesquisa e esse processo de integração. Como tema que já poderia fazer parte do horizonte das reflexões dos pesquisadores, essa é, contudo, uma ausência que deve ser avaliada.

Intensifica-se, também nesse período, a preocupação com as questões relacionadas à associação entre a pesquisa e as demais funções da universidade: o ensino e a extensão. E surgem temas novos: a relação entre pesquisa e a melhoria da graduação, entre ela e as questões ligadas à apropriação e divulgação dos seus resultados e, finalmente, o da ética na pesquisa.

É importante chamar a atenção para a presença tardia das preocupações com as relações entre pesquisa e a melhoria da graduação. Num país em que a produção institucionalizada do conhecimento se fez através de uma política de ciência e tecnologia que passou ao largo da graduação (Peixoto, 1994) e em que a avaliação do desempenho docente nas universidades, principais centros de produção de pesquisa, valorizava sobremaneira a produção científica em detrimento da produção voltada para o ensino, não é de se estranhar que esse tema tivesse uma análise restrita.

No início da década de 90, as preocupações de formulação de políticas em torno do ensino de graduação são colocadas na ordem do dia, principalmente em consequência das reorientações que a nova configuração de um mercado de trabalho transnacionalizado traz para os profissionais que ela forma. A abordagem dessa questão assume duas perspectivas distintas: ou parte da consideração de que o ensino é o eixo que permite a construção da relação entre pesquisa e graduação ou, então, parte da avaliação da importância da graduação na trajetória institucional da pesquisa, lugar da formação do pesquisador no período anterior a 1970.

A emergência aparente da ética como um tema pertinente à pesquisa, por meio de um único artigo publicado em 1993, é significativa do momento de sua inserção. O artigo aborda um aspecto específico da ética, a do direito do sujeito pesquisado de conhecer os objetivos, procedimentos, benefícios e riscos que poderão decorrer do seu envolvimento na pesquisa biomédica. Sinaliza, contudo, para a extensão desse direito para qualquer tipo de pesquisa. No contexto globalizado do final do período analisado, em que a crise da ética em geral vem sendo apontada como um dos seus componentes importantes, não deixa de ser significativo registrar esse evento isolado (Romano, 1998).

TEMAS CONVERGENTES

Para fins analíticos, é possível, ainda, reagrupar as subcategorias que compõem o Banco de Dados e observar as convergências temáticas presentes. Durante todo o período analisado, as questões envolvidas no tratamento das relações entre pesquisa e pós-graduação, pesquisa e a produção do desenvolvimento econômico, os aspectos relacionados com as questões de ordem metodológica e com as condições institucionais para realizar essa atividade, bem como o sentido de se fazer pesquisa, são, certamente, os temas convergentes da abordagem presente nos artigos analisados. Registra-se a preocupação com a contraposição de paradigmas de pesquisa, como parte de uma inquietação epistemológica presente entre os pesquisadores; a busca de um contexto institucional favorável à produção de pesquisa, como parte de uma inquietação com as condições que a viabilizam; o interesse em explorar as condições que podem contribuir para que a pesquisa exerça sua função no processo de desenvolvimento científico e tecnológico.

No que concerne à abordagem da relação entre pesquisa e pós-graduação, ao mesmo tempo que são feitas tentativas de promover um balanço dessa relação, avaliando sua contribuição para a construção da capacitação para a pesquisa, busca-se situar seus principais problemas e discutir aspectos relacionados à problemática presente nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, bem como a formulação de uma agenda de pesquisa. Considerando que a implantação do sistema de pós-graduação hoje vigente teve início no final da década de 60 e começo da de 70, explica-se que a abordagem dessa relação se faça mais presente a partir do final da década de 80, quando o seu caráter orgânico já estava mais definido.

A análise das relações entre a pesquisa e a produção do desenvolvimento econômico assume contornos específicos. Num primeiro momento, como já foi dito, ela está concentrada na abordagem das implicações da realização de uma atividade de pesquisa autônoma num país dependente economicamente, caracterizando o contexto de instauração da capacidade de produção brasileira em ciência e tecnologia e identificando o motivo pelo qual sua presença se faz sentir principalmente na década de 70 e parte na de 80. No período 1979-1984, a abordagem se faz mais especificamente a partir das questões relacionadas à manutenção dessa capacidade num quadro político e econômico mais desfavorável, implicando o estabelecimento de prioridades para a realização da pesquisa básica. Já na década de 90, o tema vai assumir outra característica, identificando-se com um tratamento mais específico da produção de conhecimento voltada para a consecução de um projeto de desenvolvimento econômico. A avaliação da pesquisa assume um papel mais relevante, enfatizando-se a necessidade de que ela seja feita respeitando o vínculo necessário com a realidade e cuidando para garantir a disseminação do conhecimento produzido.

Quanto aos aspectos de ordem metodológica, discute-se o uso de instrumentos da pesquisa – a propriedade do uso da estatística, da linguagem computacional, entre outros – como características do período 1968-1978. As discussões de abordagens metodológicas, como a histórico-estrutural, a etnográfica e a pesquisa participante, irão marcar o período seguinte, momento em que se verifica uma maior concentração da publicação desses temas, ao mesmo tempo que ocorrem embates entre paradigmas metodológicos, através da abordagem do positivismo e da contraposição entre os tratamentos quantitativo e qualitativo dos problemas pesquisados.

No que diz respeito às condições institucionais da pesquisa, os aspectos abordados são diferenciados. Na própria discussão das relações entre pesquisa e pós-graduação, essa perspectiva de tratamento da temática se faz presente a partir da abordagem das condições que os programas de pós-graduação oferecem para a garantia de uma situação institucional favorável à pesquisa. Por outro lado, as relações entre instituições de pesquisa em geral e as possibilidades que elas oferecem para a organização dessa atividade, como, por exemplo, através da formação de pesquisadores, caracterizam de modo marcante esse tipo de análise. A existência dos grupos de pesquisa, suas condições e características também se fazem presentes aqui, como uma marca da produção científica principalmente do período 1985-1995, indicando a presença de uma reflexão que é produzida num momento em que esses grupos representavam já um conjunto significativo. É interessante ressaltar que, tal como no caso da relação entre pesquisa e desenvolvimento econômico, essa temática passa também por um processo evolutivo de tratamento, iniciando com uma ênfase na ausência dessas condições institucionais, numa abordagem característica do começo da década de 70, para passar, na década de 90, à discussão das implicações de sofisticados sistemas de comunicação entre pesquisadores e agências de fomento.

Por fim, o questionamento do sentido da pesquisa é abordado sob perspectivas diversificadas. Praticamente ausente das preocupações dos articulistas no período 1968-1978, esse enfoque é analisado no período 1979-1984 sob a perspectiva da relevância da pesquisa para a orientação de políticas públicas e da prática dos pesquisadores. Aborda, também, de modo mais extenso, um elenco de problemas presentes no contexto da produção do conhecimento, analisando-se questões como o financiamento, as alternativas metodológicas, a disseminação do conhecimento, a integração ensino-pesquisa, o descompromisso da política educacional com a pesquisa, etc. No período que se segue, 1985-1995, enquanto se registra, por um lado, a preocupação com a avaliação do impacto da pesquisa sobre o conhecimento, por outro, busca-se avaliar e distinguir tipos e qualidades de pesquisa, caracterizando-a entre a pesquisa competitiva, que gera inovações e novos conhecimentos, e a aplicada e rotineira, associada ao ensino e que participa do conjunto das atividades didáticas. Essa diferenciação é, de certo modo, parte integrante das características do processo de reforma universitária que está se construindo no pós-85, em que a consagração de uma diferenciação institucional no sistema de ensino superior, sob diversos aspectos, está sendo construída.

Conclusão

A análise aqui realizada permitiu evidenciar características peculiares da produção científica no Brasil sobre a temática da pesquisa no período 1968-1995. Adquirindo intensidade crescente no decorrer do período, focaliza de maneira acentuada as discussões em torno da pertinência e dos modos de fazer pesquisa. Ocupa-se, ao mesmo tempo e sobremaneira, com o processo de construção de uma comunidade institucionalizada de pesquisadores e a constituição, limites e empecilhos à organização institucional para a pesquisa, tendo em vista, entre outros aspectos, as relações entre pesquisa e pós-graduação.

Alguns temas são claramente datados nas abordagens presentes nos periódicos, sendo o principal deles a discussão das implicações da situação de dependência econômica para

a produção da pesquisa e de suas condições de institucionalização. Do mesmo modo, pode-se afirmar a característica de um tema historicamente situado no que se refere às recentes análises envolvendo a relação entre pesquisa e graduação.

A abordagem das questões envolvidas com a ética da pesquisa no final do período analisado constitui um importante sinal da possível instauração de uma preocupação sistemática com uma problemática extremamente atual. Num contexto em que o desenvolvimento econômico se faz de modo globalizado, com todas as implicações que isso possa vir a ter, é preocupante que não se encontrem documentos e artigos nos periódicos que reflitam sobre as suas relações com a pesquisa. São perspectivas que se delineiam para uma futura avaliação de Estado do Conhecimento no limiar de um novo século.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Historicamente, a extensão universitária tem se constituído a função responsável pelo intercâmbio entre os interesses de segmentos da sociedade civil e política e a produção de conhecimentos dentro da universidade. Essa produção de conhecimentos se caracteriza e se diferencia das oriundas das outras funções (ensino e pesquisa), tanto pela metodologia utilizada – sempre privilegiando a parceria ou a construção conjunta – como pela destinação do conhecimento produzido, já que o mesmo visa a uma intervenção imediata, modificando o próprio objeto que motivou a pesquisa.

A reflexão acerca da extensão traduz, portanto, a concepção de universidade presente em determinados momentos históricos e sua forma de inserção na sociedade – daí a importância de sua análise quando se propõe identificar e analisar a produção acadêmica sobre educação superior em periódicos nacionais.

Tendo como base empírica o Banco de Dados *Universitas/BR*, elaborado por pesquisadores pertencentes ao GT 11 – Educação Superior, da ANPEd, do qual as autoras fazem parte, este texto pretendeu realizar uma análise sobre a categoria temática Extensão Universitária, presente em 26 periódicos nacionais, através das subcategorias que a constituem: *Concepção de Extensão; Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino; Universidade e Empresa; Universidade e Organizações Trabalhistas; Universidade e Movimentos Sociais; e Outros.*

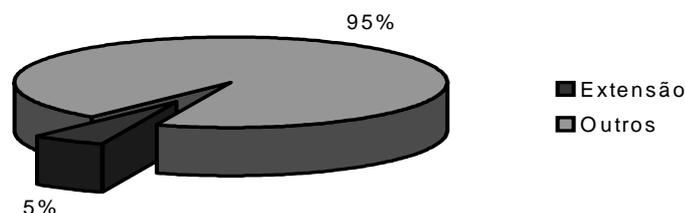
A análise aqui realizada buscou responder aos seguintes questionamentos:

- a) Qual a trajetória da temática Extensão Universitária no contexto da produção científica sobre educação superior? Qual a sua posição no conjunto das 15 categorias pesquisadas?
- b) Sob que formas discursivas a Extensão Universitária é abordada nos periódicos pesquisados?
- c) Que temas e problemas constituíram os eixos de preocupação dos atores que elaboraram textos sobre a Extensão Universitária?
- d) Quais as lacunas existentes sobre a temática Extensão Universitária? Para onde aponta o discurso elaborado sobre Extensão Universitária?

Trajectoria da Temática Extensão Universitária na Produção Científica sobre Educação Superior

A temática Extensão Universitária aparece em 8º lugar em número de produções científicas, com 250 publicações, numa relação de 15 categorias que compõem o universo atingido pelo Banco de Dados *Universitas/BR*, perfazendo um percentual de 5,5% do total de 4.546 documentos.

Gráfico 21 – Participação da categoria temática Extensão Universitária na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Dos 26 periódicos pesquisados, 17 contêm publicações sobre a temática extensão, sendo a primeira referência datada de 1969 na revista *Ciência e Cultura*, órgão de divulgação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que publica os anais das suas reuniões anuais, sendo considerada “a melhor fonte de avaliação da atividade científica no Brasil”.⁷ A extensão aparece através de um relato sobre uma técnica de ensino, denominada Círculo de Debate que estava sendo desenvolvida, pela universidade, nos sistemas de ensino.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERIÓDICOS NACIONAIS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO

Ao se analisar a Tabela 48, observa-se que, durante os anos de 1970 e 1971, não houve nenhum registro sobre a extensão nos periódicos consultados, voltando a aparecer em 1972, em 1974 e em 1976, tendo se tornado constante até 1995, ano final da pesquisa.

O resgate desse momento histórico demonstra que, durante os primeiros anos da década de 70, a extensão não se constituiu uma temática relevante para publicação. Isso se explica, talvez, pela finalidade a ela atribuída na Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, que em seu artigo 40, Letra A, descaracteriza a extensão enquanto veiculadora do saber produzido e transmitido nas universidades, portanto função docente, tornando-a, predominantemente, função discente de caráter assistencialista.

Por outro lado, existiu, independentemente da ação da Lei nº 5.540/68, uma priorização das ações extensionistas nas universidades, com objetivos de integração social e prestação de serviços assistencialistas à população, ou melhor, uma política universitária de caráter utilitarista que se efetivou através da implantação de programas e projetos, tanto de iniciativa governamental como de instituições privadas. Dentre os mais importantes pode-se citar o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), pertencente ao Ministério da Educação, e o Rondon, vinculado ao Ministério do Interior.

É bom ressaltar que é de 1975 o primeiro Plano Nacional de Trabalho da Extensão Universitária, elaborado pelo MEC objetivando a operacionalização das atividades relacionadas à extensão, vindo a perder espaço, juntamente com as atividades extensionistas, quando se inicia a chamada “distensão política” que redundaria na “abertura”, a partir de 1979. Nesse período, apenas 5,2% da produção sobre Extensão Universitária havia sido elaborada e divulgada pelos periódicos objeto desta pesquisa.

As décadas de 80 e 90 registram um crescente aumento de publicações na temática Extensão Universitária, podendo-se destacar apenas uma baixa produtividade no ano de 1985. O maior índice de concentração da produção escrita sobre a temática se dá entre 1989 a 1995, com 43,2% do total produzido, que, somados aos 38% ocorridos entre 1982 a 1988, perfazem 81,2%.

⁷ Para maiores informações sobre a revista *Ciência e Cultura*, consultar Mancebo (1998) e Segenreich (1998).

O resgate histórico desse período demonstra que, no final dos anos 70, começam a ser criadas as associações docentes, que, em 1981, se consolidam na Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes), o mesmo ocorrendo com os funcionários, que criam a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), e com os estudantes, que têm a sua entidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE), anos mais tarde, retirada da clandestinidade, durante o Governo Sarney – 1995-1998.

O processo de redemocratização estava se desencadeando na sociedade brasileira, possibilitando que a Extensão Universitária fosse resgatada, tanto pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) como pelo movimento docente, consubstanciando a idéia de autonomia da universidade e a sua inserção na realidade social.

O discurso, que começa a ser hegemônico, coloca a Extensão Universitária como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da sociedade, passando a ser uma forma de democratização do conhecimento elaborado e vinculado às necessidades da maioria da população. A extensão passa a ser redimensionada, sendo delineada a partir de um projeto global de universidade e não como ações pontuais e dissociadas do ensino e da pesquisa.

Ainda na Tabela 48, é possível identificar os períodos históricos que mais contribuíram para a publicação de documentos sobre a temática Extensão Universitária e como se comportaram os periódicos responsáveis pela divulgação da produção durante os 28 anos compreendidos na pesquisa.

Entre 1968, ano de início da pesquisa, e 1974, a Extensão Universitária contribuiu apenas com três textos, o equivalente a 1,2% do total de produções acadêmicas, apesar de, em 1968, quatro periódicos já estarem sendo editados, concluindo o período com seis (*Ciência e Cultura*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Documenta*, *Revista de Administração Pública*, *Cadernos de Pesquisa e Debate* e *Crítica*). *Ciência e Cultura*, editada pela SBPC, foi responsável pela divulgação de toda a produção do período.

Entre 1975 e 1981 foram divulgados 41 textos, equivalentes a 16,4% do total, cabendo à revista *Estudos e Debates*, também da SBPC, a maior divulgação de textos sobre esta categoria temática, todos concentrados em um mesmo ano – 1980. Esse período inicia com sete periódicos e termina com 17, havendo um rápido crescimento do número dos que se preocupavam com a temática educação.

O período compreendido entre 1982 e 1988 foi responsável por 97 publicações dentro da temática Extensão Universitária, perfazendo um total de 97% de toda a produção sobre ela do período analisado, e novamente a revista *Ciência e Cultura* liderou a divulgação dos textos referentes a esta temática. É bom ressaltar que a revista *Educação Brasileira*, do Crub, contribuiu com 17 textos, sua maior produção sobre o assunto durante os 28 anos pesquisados.

O último período histórico analisado compreende os anos de 1989 a 1995, término da pesquisa. Esse período se coloca como o mais produtivo na categoria Extensão Universitária, contando com 109 documentos elaborados, o que equivale a 43,2% do total pesquisado. Novamente a revista *Ciência e Cultura* detém o maior índice de publicações na área, com 46 textos, seguido de perto pelo *Informe Ciência Hoje*, da SBPC, com 44 documentos.

Enfim, a temática extensão possui um traçado irregular na vida dos periódicos analisados, sendo que em vários deles só comparece apenas com um texto (*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Documenta*, *Cadernos Cedes*, *Cadernos de Pesquisa* e *Encontros com a Civilização Brasileira*).

Uma primeira conclusão a que se chega ao analisar o perfil desses periódicos é que a essa temática está presente com maior intensidade naqueles que representam a sociedade científica, principalmente a de pesquisadores, como a SBPC, que veiculam temas em geral e não apenas de educação, vindo a seguir os que representam a sociedade civil, como o Crub, que tratam da educação superior.

Por outro lado, os altos índices de freqüência registrados na revista *Ciência e Cultura* se deve, também, à regularidade de editoração, à data da sua criação – sendo, junto com a RBEP, a mais antiga –, e à característica de sua publicação, sempre relacionada aos Anais da SBPC. Um fato a ser registrado é que a concentração da produção escrita sobre Extensão Universitária se dá sob a forma de resumos e notas, como veremos a seguir.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERIÓDICOS NACIONAIS, POR TIPO DE PRODUÇÃO

Como já foi analisado no item anterior, dos 17 periódicos que divulgaram a temática Extensão Universitária, alguns se sobressaem, como *Ciência e Cultura*, que detém o maior número de publicações, 117 ao todo, classificadas em 113 resumos, uma notícia, um relatório e dois artigos, perfazendo 46,8% do total, e o *Informe/Jornal Ciência Hoje* – criado em 1985, também pela SBPC, com o objetivo de divulgar rapidamente as comunicações relativas a debates e acontecimentos de relevância no meio acadêmico científico –, contando com 46 documentos sobre extensão: 39 notícias, cinco notas e dois artigos, perfazendo 18,4% do total.

Outro periódico que merece destaque é a revista *Educação Brasileira*, criada em 1978 e editada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), com o objetivo de contribuir para a crítica do processo educacional através do debate construtivo, onde a extensão é discutida em 34 textos assim distribuídos: 28 artigos, dois editoriais, duas resenhas, um relatório e um depoimento, representando 13,3% do total.

Por outro lado, aparece a revista *Estudos e Debates*, também editada pelo Crub a partir de 1978, com o objetivo de “registrar eventos que discutam a situação da educação e polemizar debates, veiculando opiniões divergentes e relevantes” (Franco, 1998), possuindo 18 artigos sobre extensão, perfazendo um total de 7,2%.

Finalmente, o periódico *Em Aberto*, editado pelo Inep a partir de 1981, que tem por objetivo ser o ponto de ligação e de “convergência do pluralismo construtivo e incentivador de renovações e reformas”, possui 11 textos sobre extensão, assim discriminados: quatro artigos, quatro notas, duas resenhas e um dispositivo legal, perfazendo 4,4% do total. Esses periódicos perfazem, juntos, um total de 90% da produção sobre Extensão Universitária, conforme consta da Tabela 49.

Os periódicos que compuseram a pesquisa e não registraram nenhuma publicação sobre a temática Extensão Universitária são: *Cadernos Andes* e *Universidade e Sociedade*, considerados revistas de temáticas sobre educação superior; *Caderno ANPEd*, *Revista Brasileira de Administração da Educação* e *Educação e Seleção*, classificados como de temáticas relativas à educação em geral; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Ciências Sociais Hoje*, *Revista de Administração Pública* e *Debate e Crítica*, classificados como de temática geral.

Em síntese, dos 250 documentos referentes a essa temática, mais de 68% se constituem formas discursivas que sinalizam para a sua pouca relevância na produção científica sobre educação superior. São 115 resumos, apresentando, de forma concisa, o conteúdo de pesquisas, 42 notícias consideradas descrições que se colocam ao final de artigo ou capítulo de livro, nove notas tidas como breves comunicações, cinco resenhas, que consistem em apreciações de livro ou artigo contendo juízo de valor, três relatórios, que são exposições de atividades, e apenas 68 artigos que abordam aspectos conceituais do tema com desenvolvimento lógico.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO AS SUBCATEGORIAS, POR ANO E POR PERIÓDICO

Ao se analisar os dados referidos nas Tabelas 50 e 51, observa-se que a subcategoria *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* constitui a área de maior produção acadêmica, contando com 135 documentos elaborados, ou seja, 54% de toda a produção. Essa produção possui sua maior freqüência no ano de 1980, época em que os modelos de universidade e as formas de

intervenção na sociedade eram objetos de debate, tanto em nível do Governo como da sociedade civil organizada, na área da educação, como foi comentado anteriormente.

O periódico que mais divulgou essa subcategoria temática foi a revista *Ciência e Cultura*, com 85 documentos, vindo a seguir as revistas *Educação Brasileira* e *Estudos e Debates*, com 16 documentos cada.

A segunda subcategoria priorizada foi *Universidade e Empresa*, com 54 documentos, equivalentes a 21,6%; a maior frequência ocorrida foi no ano de 1994, com 13 textos divulgados. Essa predominância pode ser compreendida ao se destacar que a política neoliberal, que teve seu início no Governo Collor, se intensifica no decorrer dos anos.

As propostas para a educação superior, baseadas nos princípios de “eficiência” e “excelência” previstos no Programa Setorial de Ação do Governo Collor, na área de Educação, para o Período 1991-1995, elaborado em dezembro de 1990, e no projeto denominado “Brasil, um Projeto de Reconstrução Nacional”, popularmente conhecido como “projeto”, destacavam: a) a implantação da autonomia universitária nos moldes do Plano Setorial; b) a obtenção de maior eficiência na gestão das universidades federais, instituindo um novo sistema de alocação de recursos financeiros articulado à avaliação de desempenho, para incentivar ganhos de produtividade e de qualidade no ensino; e c) o incentivo à integração da pesquisa com a extensão, estimulando as universidades a buscarem recursos extra-orçamentários para complementar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas.⁸ A idéia era transformar as universidades em um grande balcão de venda de serviços, direcionando sua produção para um mercado que podia pagar.

O periódico que mais publicou sobre a subcategoria *Universidade e Empresa* foi o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC, com 38 textos, que, como já vimos, não tem por objeto de divulgação apenas a área de educação superior. Ele está classificado como do tipo educação em geral.

As subcategorias *Concepção de Extensão* e *Universidade e Movimentos Sociais* são similares em número de produção, perfazendo 8,4% do total pesquisado. *Concepção de Extensão* teve sua maior produção em 1986, com cinco textos, época em que estava sendo discutida pela comunidade acadêmica, principalmente pelos Fóruns Regionais de Pró-Reitores de Extensão, um novo conceito para a extensão.

As eleições de dirigentes universitários pelo voto direto, a partir de 1985, e o compromisso dos novos reitores de situar as universidades mais próximas dos interesses e necessidades da maioria da população desencadearam iniciativas em várias universidades que já mostravam a necessidade de se posicionar a favor de uma política de Extensão Universitária que estivesse muito além da sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços ou difusão de cultura. Em dezembro de 1985, os pró-reitores da Região Norte realizaram em Manaus o Encontro Regional onde defendiam uma concepção de extensão enquanto vinculadora da pesquisa e do ensino às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, produtora do conhecimento visando à transformação da sociedade.

A Universidade de Brasília, em agosto de 1985, inicia um crescente trabalho de envolvimento e integração com a sociedade civil organizada, através dos Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do programa de Educação a Distância.

A Universidade Federal do Paraná, a partir de 1986, define uma política de extensão comprometida com a sociedade e com o processo de ensino e aprendizagem que se faz inovadora diante das ações antes desenvolvidas.

Portanto, havia um clima de redefinição do modelo conceitual da extensão nesse período, que se consubstancia em 1987 com a realização do 1º Encontro do Fórum Nacional de Extensão, onde se sistematiza as várias propostas existentes e adota-se um novo conceito de extensão até hoje em vigor.

⁸ A análise conjuntural aqui realizada teve por base o livro de Tavares (1996).

Tabela 49 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995

Periódicos	Nota	Depoimento	Relatório	Notícia	Resenha	Editorial	Resumo	Artigo	Apresentação	Disp. Legais	Não Classificado	Total	%
<i>Educação Brasileira</i>		1	1		2	2		27				33	13,2
<i>Estudos e Debates</i>								18				18	7,2
<i>Cadernos Nupes</i>											3	3	1,2
<i>Documenta</i>								1				1	0,4
<i>Em Aberto</i>	4				2			4		1		11	4,4
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>				1								1	0,4
<i>Boletim ANPEd</i>							2					2	0,8
<i>Cadernos Cedes</i>								1				1	0,4
<i>Educ. & Sociedade</i>			1					3				4	1,6
<i>Cad. de Pesquisa</i>								1				1	0,4
<i>Fórum Educacional</i>					1			1				2	0,8
<i>Educ. e Realidade</i>								2				2	0,8
<i>Rev. da Fac. de Educação</i>								1				1	0,4
<i>Ciência e Cultura</i>			1	1			113	2				117	46,8
<i>Inf./Jorn. Ciên. Hoje</i>	5			39				2				46	18,4
<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>				1				4				5	2,0
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>		1										1	0,4
Total	9	2	3	42	5	2	115	67		1	3	249	99,6

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB. Tabela 50 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo subcategoria e ano – 1968-1995

Tabela 51 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por periódico – 1968-1995

Periódicos	Subcategorias						Total	%
	Concepção de Extensão (10.1)	Univ., Sistemas e Níveis de Ensino (10.2)	Universidade e Empresa (10.3)	Univ. e Organiz. Trabalhistas (10.4)	Univ. e Movimentos Sociais (10.5)	Outros (10.9)		
<i>Educação Brasileira</i>	7	16	3	1	2	4	33	13,2
<i>Estudos e Debates</i>		16	2				18	7,2
<i>Cadernos Nupes</i>			3				3	1,2
<i>Documenta</i>		1					1	0,4
<i>Em Aberto</i>	1	6	1			3	11	4,4
<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>		1					1	0,4
<i>Boletim ANPEd</i>	2						2	0,8
<i>Cadernos Cedes</i>		1					1	0,4
<i>Educação & Sociedade</i>	2	1		1			4	1,6
<i>Cadernos de Pesquisa</i>		1					1	0,4
<i>Fórum Educacional</i>	1	1					2	0,8
<i>Educação e Realidade</i>		1				1	2	0,8
<i>Rev. da Faculdade de Educação</i>	1						1	0,4
<i>Ciência e Cultura</i>	5	85	7		13	7	117	46,8
<i>Inf./Jornal Ciência Hoje</i>		5	38		3		46	18,4
<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>	2				2	1	5	2,0
<i>Enc. c/a Civ. Brasileira</i>					1		1	0,4
Total	21	135	54	2	21	16	249	99,6

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Foram oito os periódicos que se preocuparam em divulgar documentos sobre a concepção de extensão. O que mais divulgou foi a revista *Educação Brasileira*, do Crub, com sete documentos, vindo a seguir *Ciência e Cultura*, da SBPC, com cinco textos.

É importante ressaltar que o *Boletim ANPEd*, a revista *Educação & Sociedade*, do Cedes, e o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* também divulgaram dois documentos cada, e o *Em Aberto*, do Inep, *Fórum Educacional*, do Iesae/FGV, e a *Revista da Faculdade de Educação*, da USP, editaram um texto cada um.

Quanto à subcategoria *Universidade e Movimentos Sociais*, que também foi objeto de elaboração de textos, contou com 21 publicações, registrando maior frequência nos anos de 1983 e 1989.

É bom salientar que, em 1983, realizou-se, em Campinas-SP, a 37ª Reunião Plenária do Crub, onde houve um posicionamento sobre a necessidade de se intensificar as discussões, dentro da universidade, dos problemas locais, regionais e nacionais, além de submeter os objetivos, planos e programas desenvolvidos pela universidade à apreciação das lideranças comunitárias.

Por outro lado, em 1983, a Andes já havia elaborado seu documento oficial sob o título *Proposta das associações de docentes e da Andes para a universidade brasileira*, onde a universidade era tida como uma instituição social de interesse público, “entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população” (Cadernos Andes, n. 2, p. 8-9).

Novamente, foi a revista *Ciência e Cultura* quem mais divulgou documentos sobre a subcategoria temática *Universidade e Movimentos Sociais*. Podemos citar também o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com três textos, a revista *Educação Brasileira*, com dois, e o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, o BIB, com dois textos.

A grande ausente das discussões foi a subcategoria *Universidade e Organizações Trabalhistas*, com apenas dois textos divulgados, um no ano de 1977 e outro em 1980, nas revistas *Educação Brasileira*, e *Educação & Sociedade*. É bom ressaltar que pesquisa realizada pelo MEC/SESu (Brasil, 1994), com 62 universidades públicas federais e estaduais, confirma a inexistência de uma maior inter-relação entre a universidade e os organismos de representação dos trabalhadores, citando apenas a Região Sudeste como tendo registrado algum trabalho nessa direção.

ANÁLISE DO DISCURSO PRODUZIDO SOBRE A CATEGORIA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, EM 68 ARTIGOS, ATRAVÉS DE SUBCATEGORIAS

Pela característica de que se reveste a produção acadêmica sobre Extensão Universitária, predominantemente sob a forma de resumos e notas, optou-se por fazer uma análise mais aprofundada dos 68 artigos elaborados, por se considerar esta forma discursiva com maior consistência teórica, possibilitando inferências sobre o eixo da discussão travada pelos autores.

Entretanto, é bom salientar que, na construção da nova concepção sobre Extensão Universitária, alguns autores não podem deixar de ser citados, como Roberto Mauro Gurgel Rocha, com o texto “Extensão universitária: comunicação ou domesticação”, fruto da sua dissertação de mestrado, presente em três periódicos: sob a forma discursiva de resenha, no *Em Aberto* e na revista *Educação Brasileira*, e como resumo, em *Ciência e Cultura*. O texto de Rocha (1986) se constituiu e ainda se constitui referência para qualquer reflexão sobre a concepção de extensão, quando ele resgata, historicamente, o surgimento da extensão no Brasil e a analisa como forma de relacionamento universidade/sociedade, no período entre 1969 e 1976.

Dois autores encontram-se presentes na produção – com resumos publicados pelo *Boletim ANPEd* – que, pelo desdobramento de suas pesquisas na formulação de uma nova concepção de Extensão Universitária, também merecem destaque: 1) José Francisco Melo Neto, com o texto “Extensão universitária e hegemonia: em busca de um novo direcionamento”, que deu origem à sua tese de doutorado, onde o autor questiona a prestação de serviços caracterizada como extensão

e traz para debate a categoria trabalho social, numa visão marxista, redimensionando as atividades tidas como extensionistas; 2) Maria das Graças Medeiros Tavares, com o texto “Extensão universitária: terceira função ou processo articulador do ensino e pesquisa?”, cujo desdobramento da pesquisa possibilitou a elaboração de sua tese de doutoramento, intitulada *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?*, onde discute a extensão enquanto processo teórico-metodológico que articula o ensino e a pesquisa com as necessidades da população, ou seja, extensão como modelo de universidade e não como função sua.

Subcategoria Concepção de Extensão

A subcategoria *Concepção de Extensão* esteve presente em 21 textos, sendo 11 artigos assim discriminados: cinco no periódico *Educação Brasileira*; dois na *Revista da Faculdade de Educação* da USP; dois na revista *Educação & Sociedade*; um no *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* e um no *Fórum Educacional*.

Nesses 11 artigos pode-se inferir que a *Concepção de Extensão* se volta, prioritariamente, para a construção de uma dimensão social da universidade, onde a extensão contribui de forma decisiva ao buscar reorientar os objetos de pesquisa e a formação dos alunos com as necessidades reais da maioria da população, destacando ainda a necessidade de uma articulação entre extensão, ensino e a pesquisa. A extensão não é vista como algo isolado, exclusivo e eterno, mas, sim, como uma forma de fazer valer os interesses de grande parte da população que se encontra excluída de uma sociedade dividida em classes.

Partindo da compreensão de que a universidade é uma instituição de classe onde se desenvolve uma ideologia do saber científico neutro e coloca seus objetivos acima das contradições sociais, Tragtenberg (*Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 3, p. 76-82, maio 1979) denuncia a troca do poder da razão pela razão do poder, destacando que, nesse contexto, a universidade assume uma postura onde as estruturas de ensino se tornam fins e a criação do conhecimento cede lugar ao controle burocrático de sua produção. Nesta universidade tecnocrática não existe lugar para a produção de um conhecimento voltado aos interesses da maioria da população, uma vez que ela reproduz o mesmo modelo capitalista excludente.

Para Saviani (*Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 8, p. 61-73, jan. 1981), a extensão terá maiores chances de êxito na medida em que o ensino e a pesquisa estejam vinculados às reais necessidades da sociedade. Para ele, na extensão não cabe assistencialismo e sim uma priorização de temas realmente candentes à sociedade junto àqueles que forem escolhidos como centros de interesses da pesquisa na universidade e uma conseqüente articulação com o ensino e a extensão.

Renato H. Reis (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 67-81, jan./jun. 1992) discute a necessidade de institucionalização da extensão, ou seja, a *Concepção de Extensão* passa pela redefinição político-filosófica da instituição, buscando deixar transparecer a quem vai servir, o que produzir e para que, e de um reordenamento curricular-programático-administrativo da universidade onde a extensão esteja presente no projeto global da instituição e não como atividade pontual e isolada.

Para J. Fagundes (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 103-111, jun./dez. 1986), a extensão deve fazer com que a universidade assuma uma nova postura reorientadora do ensino e da pesquisa, procurando socializar os seus benefícios. A extensão precisa negar-se a atuar de forma exclusiva, perene e inerte em benefício da universidade, pois, se persistir neste caminho, ver-se-á impedida de vislumbrar uma nova universidade. Para o autor, quando a extensão tiver contribuído para transformar a sociedade, para socializar o conhecimento produzido dentro dela e eliminar a elitização do ensino e da pesquisa, ela terá assumido a sua verdadeira função não sendo mais necessária, pois ela se transforma na própria essência da universidade.

Um outro discurso que aparece sobre *Concepção de Extensão*, e que foge um pouco ao até então colocado, parte de Eunice Durham (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 23-30,

jun./dez. 1986). Em seu artigo intitulado “A universidade e as demandas da sociedade”, a autora coloca que a concepção de que a universidade deve ser capaz de agir diretamente sobre as populações mais desfavorecidas define mais um desencargo de consciência, uma automistificação, do que realmente um programa de extensão. O desencargo de consciência reside no fato de que apenas uma minoria privilegiada da população pode atingir, realmente, um nível superior de educação, enquanto que a grande maioria não consegue terminar o ensino fundamental. O resultado desta concepção costuma acarretar um assistencialismo disfarçado de vanguardismo ou, ao contrário, uma militância política disfarçada de agente comunitária. A autora considera que o único benefício que a universidade pode trazer para a população em geral é, de forma indireta e a longo prazo, decorrente do saber nela produzido.

Enfim, a extensão é vista como a realização do vínculo entre a universidade e a sociedade, caracterizando-se por manter uma interação social e historicamente determinada, ou seja, possuindo como parâmetro as condições políticas, sociais e econômicas da Nação (C. A. R. Caram, R. C. C. Teixeira e G. M. Teixeira em *Educação Brasileira*, Brasília, v. 9, n. 19, p. 189-200, jul./dez. 1987).

Subcategoria Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino

A subcategoria *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* foi a que concentrou maior número de textos: 135 ao todo, sendo 40 artigos. O eixo principal de abordagem se volta para a articulação da universidade com o sistema público de ensino fundamental e médio, tanto em nível de escolas como de órgão central – secretarias estaduais e municipais de educação –, e a formação de professores.

Essa subcategoria destaca as várias formas de integração, quer seja através de cursos livres ou não, para capacitar professores em várias áreas, principalmente em ciências, como através da criação de núcleos de pesquisas e documentação na área de história, bibliotecas comunitárias, feira de ciência, laboratório itinerante de ciência, alfabetização de adultos e informática educativa.

A extensão é tratada como intervenção, prestação de serviços, cursos, convênios, apesar de quase todos destacarem a necessidade de uma reformulação interna da universidade, buscando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Os relatos são prioritariamente sobre ações da universidade no sistema de ensino.

Claudio de Moura Castro (*Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 17-30, fev. 1982) discute as possíveis influências do vestibular sobre os níveis anteriores, suas conseqüências sobre o ensino superior, as opções e as falsas opções existentes. Analisa o vestibular como instrumento de seleção dos melhores e sugere o equilíbrio entre a validade técnica dos instrumentos e o papel mais amplo do vestibular.

Destacando a importância da universidade na formação de professores da rede pública, Eurides B. Silva (*Estudos e Debates*, v. 4, n. 4, p. 94-100, 1980) coloca que este seria um caminho para a democratização do País. Discute até que ponto a reforma do ensino de 1º e 2º graus efetivada pela Lei nº 5.692/71 afeta a universidade, qual o papel da universidade na implantação da reforma, cobrando um maior envolvimento da universidade com os cursos de formação de professores.

Para Cerdeira (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 47-49, 1980), a articulação com os sistemas e níveis de ensino se daria através da participação técnica efetiva entre universidades/Conselhos Estaduais de Educação/Secretarias Estaduais de Educação, do estabelecimento de planos de ação conjunta e da revisão de currículos escolares para atender aos anseios da comunidade, em face da alienação da universidade com a realidade do ensino de 1º e 2º graus.

Para O. H. B. Mourão (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 27-37, 1980), outra forma de integração é através da criação e manutenção de serviços de pesquisa educacional, onde se possa avaliar os currículos, as políticas de formação de professores, a orientação para os profissionais de licenciatura, buscando, com o resultado das pesquisas, definir as diretrizes

educacionais, tanto em nível dos sistemas estaduais e municipais de ensino como dos cursos de Licenciatura e de Pedagogia.

Segundo Della Senta (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 83-89, 1980), a integração entre universidade e governo estadual se coloca imprescindível para que se promova um salto qualitativo no ensino de 1º e 2º graus. Para tanto, é necessária a realização de uma reestruturação interna na universidade, através da adoção das seguintes medidas: integração intra e interdepartamental; comunicação entre as várias áreas acadêmicas; desenvolvimento de programas interdisciplinares; união do ensino básico com a formação profissional; conscientização, no seio da comunidade acadêmica, do esforço de integração. A universidade deve, primeiramente, passar por um processo de aprimoramento nos seus níveis de integração e aumentar sua sensibilidade pedagógica na perspectiva da educação continuada.

Subcategoria Universidade e Empresa

A subcategoria *Universidade e Empresa* contou com 54 textos elaborados, dos quais 38 são em forma de notas e 10 são artigos. A tônica do discurso se coloca na possibilidade de financiamento das empresas para as pesquisas a serem desenvolvidas pela universidade, buscando uma transferência de tecnologia. Existe o reconhecimento da necessidade de apoio de uma instituição de pesquisa tecnológica para os pequenos e médios empresários, que, como contrapartida, proporcionariam uma certa autonomia financeira às universidades, estabelecendo uma posição de maior independência destas em relação ao Estado.

Um aspecto destacado quando se discute sobre a relação entre universidade e empresa é o papel das fundações como órgãos de fomento e a necessidade de se discutir sobre sua lei de funcionamento. Várias notas se referem à Facepe, à Fapesp e à Finep enquanto instrumentos de viabilização de fomento para as pesquisas em parceria com empresas. Outro aspecto que merece ser ressaltado são as parcerias entre a Unicamp e a IBM, o CNPq e a Odebrecht, a Petrobrás e a Pós-Graduação da UFRJ, a Unesp e empresas, o Sebrae e universidades, além da escola gerencial da Unicamp e as incubadoras de empresa da UFRJ e da Uerj.

Para Silva (*Jornal Ciência Hoje*, São Paulo, n. 319, p. 9, 21 abr./4 maio 1995), a importância da relação entre universidade e empresa se dá na medida em que possibilita a criação de uma mentalidade de gestão empresarial nas universidades e centros de pesquisa governamentais, o que pode ser considerado um ponto positivo. Por outro lado, três artigos discorrem sobre uma pesquisa realizada em 1993, que compara a cooperação universidade-empresa no Brasil e na Argentina, em três áreas de conhecimento: Física, Engenharia Elétrica e Economia.

Um outro tema abordado foi a relação entre ciência e tecnologia e a pesquisa universitária e industrial. Mindlin (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 151-158, jul./dez. 1991) destaca que existe uma falta de entendimento recíproco entre a empresa e a universidade, porque os empresários são vistos pelos acadêmicos como pessoas muito mais preocupadas com os seus interesses individuais de que com o bem público, enquanto que os acadêmicos são vistos pelos empresários como sonhadores, desligados do dia-a-dia, mais preocupados com sua carreira do que com os reais problemas do País.

Enfim, para S. L. Gargioni (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 13, p. 41-55, jul./dez. 1984), a relação universidade e empresa é uma questão sem solução satisfatória porque a empresa é incapaz de demandar tecnologia, fazendo com que a pesquisa das IES tenda à acomodação e ao descrédito. Assim, o setor produtivo, descrente da disponibilidade da universidade, busca tecnologia no meio externo. Já o pesquisador não se aproxima da empresa, desenvolvendo suas funções sem que haja um compromisso social maior. Isso acarreta pouca atividade de extensão, a pesquisa acaba sendo tratada como algo complementar, os pesquisadores não produzem trabalhos significativos e a universidade acaba não possuindo recursos para a aquisição de equipamentos, prejudicando toda a produção de novas tecnologias.

Subcategoria Universidade e Organizações Trabalhistas

Esta subcategoria foi a grande ausente das discussões sobre extensão universitária. Como já foi ressaltado no início deste trabalho, a relação entre universidade e organizações trabalhistas não se constitui uma prática no meio acadêmico. A concepção de prestação de serviços como atividade definidora das ações de extensão, ainda existente nas universidades, pode gerar esse distanciamento, visto que quem presta serviço age desprendidamente, guiado por um nobre ideal, como diz Fagundes. Talvez quando houver uma maior conscientização de que a construção do conhecimento resulta de acordos entre partes interessadas e que a extensão visa uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, os interesses dos setores trabalhistas se constituam objetos de conhecimento para os pesquisadores.

Subcategoria Universidade e Movimentos Sociais

A subcategoria *Universidade e Movimentos Sociais* contou com 21 textos, sendo quatro artigos. Abrangendo desde a análise do Projeto Rondon como instrumento de integração de comunidades, passando pela divulgação da ciência para a população através de jornal laboratório, indo até a prestação de serviços através de Centros Pedagógicos em Juiz de Fora, anunciando a criação do Programa Universidade Solidária, a produção acadêmica assume como eixo norteador a temática Cidadania.

A extensão se coloca para Vieira (*Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 3-33, jan. 1992) como uma forma de inter-relacionamento entre a universidade e grupos sociais e comunidades, através da construção de estratégias de pesquisa que possibilitem a participação de novos interlocutores na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento regional e urbano embasados na pesquisa socioambiental de ponta.

Para A. Goldeberg (*Boletim Informativo e Bibliográfico Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, jul. 1989), entre os movimentos sociais que deveriam ser tema para pesquisa se encontra o movimento feminista, que, segundo a autora, vem sendo tratado de forma não questionadora, deixando de denunciar o caráter assexuado dos parâmetros teóricos e metodológicos, e, principalmente, não contesta a hierarquização de saberes e poderes existentes no espaço acadêmico. Para ela, ainda são poucos os estudos de fôlego sobre o movimento feminista propriamente dito no Brasil.

Pedro Demo (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 107-123, jan./dez. 1984) elabora um artigo sobre a experiência comunitária da Furj, de Joinville, e sua influência sobre a região do extremo norte de Santa Catarina, que, ao estabelecer uma ligação entre o ensino ministrado e as necessidades econômicas da região, contribuiu para elevar a qualidade da pesquisa, associando a prática à teoria. Por outro lado, essa experiência integradora realiza uma função social da maior relevância, pois colabora com a comunidade, o que torna a Furj uma faculdade democrática que assume sua vocação comunitária.

Dias (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 11-13, jan./jun. 1984) mostra em seu texto "Cidadania e universidade" que a universidade deve ser vista como um foco de poder inserido na vida política de uma sociedade. Assim, o autor propõe o exame da cidadania universitária e de sua aptidão para ampliar a prática de cidadania aos meios sociais. Destacando que, entre outros, o vínculo entre a comunidade local e nacional legitima a necessidade do processo de extensão universitária, defende a concepção de uma universidade cidadã como potencializadora de expansão da própria cidadania.

Subcategoria Outros

Esta subcategoria registrou 16 documentos, que vão desde treinamento de multiplicadores, cursos de extensão, análise dos programas Rondon e Crutac, avaliação de colônia

de férias, comunicação museológica, direitos humanos, especialmente dos meninos de rua, etc., não se constituindo campo de novas preocupações dos pesquisadores na área de extensão. A idéia que perpassa os textos continua a ser de eventos pontuais, avaliação de ações isoladas, elaboração de oficinas sem articulação com o ensino e a pesquisa institucional.

Encaminhamentos Conclusivos

Ao se realizar uma análise tomando-se apenas como base a categoria temática Extensão Universitária, observa-se que a mesma não se constitui objeto de estudo relevante dos pesquisadores, quando se compara com as outras ditas funções da universidade: ensino e pesquisa.

No universo pesquisado de 4.546 documentos, a categoria Ensino conseguiu uma produção de 785 textos, o que equivale a 17,3% do total, enquanto que a categoria Pesquisa conseguiu 305 documentos, equivalentes a 6,7%.

Quando se relacionam entre si, ou seja, quando se destaca o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esse porcentual cai consideravelmente (para 1,2%), o que pode sinalizar uma ausência de articulação entre as três funções. Como a maioria significativa de textos produzidos se deu nas décadas de 80 e 90, quando a indissociabilidade começa a ganhar maior dimensão política, é de se estranhar tão pouca freqüência nesta categoria temática.

Por outro lado, ao se articular dados da categoria temática Universidade e Sociedade – também pertencente ao universo da pesquisa e que obteve 505 produções, porcentualmente correspondentes a 11,1% – com os da Extensão Universitária, pode-se inferir que esta última ganha nova posição de destaque no conjunto da pesquisa, pois os descritores que compõem a primeira são constitutivos das ações extensionistas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Observe-se que definir a função social ou a concepção de universidade, assim como formas de democratização das suas atividades ou sua inserção no desenvolvimento local, regional ou nacional, equivale a tratar de aspectos da *Concepção de Extensão*, especialmente da concepção assumida pelas universidades públicas a partir de 1987. Sendo assim, dentro dessa visão mais ampla, a Extensão Universitária assume um papel relevante dentro das categorias analisadas na pesquisa *A produção científica sobre educação superior em periódicos nacionais – 1968-1995*.

Entretanto, é bom ressaltar que, entre os 26 periódicos analisados, os textos referentes à extensão ficaram praticamente restritos a dois órgãos de divulgação, SBPC e Crub, cada um com dois periódicos, e que, entre as seis subcategorias analisadas, *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* foi disparadamente a que obteve a maioria esmagadora das produções: 54% do total.

O que se pode inferir, diante dos dados colhidos, é que a extensão é vista pelos autores, na prática, como ações de intervenção na área educacional especificamente, sem articulação nem continuidade, pois a maioria dos textos produzidos apenas relata experiências já ocorridas, sem vislumbrar um processo mais permanente de atuação.

Ao mesmo tempo e de forma contraditória, quando se discute sobre a *Concepção de Extensão*, a tônica se volta para sua importância enquanto redirecionadora dos objetivos de pesquisa e da própria formação profissionalizante, com as reais necessidades da maioria da população, sendo a extensão uma forma de fazer valer os interesses que se encontram excluídos da produção de conhecimento dentro da universidade.

Para os autores, essa exclusão se dá, entre outros fatores, por esta instituição assumir posturas equivocadas, onde as estruturas de ensino se tornam fins em si mesmas e a criação do conhecimento cede lugar ao controle burocrático. Não se quer defender, com esta postura, uma universidade utilitarista, imediatista, assistencialista, mas que seja capaz de priorizar temas candentes à sociedade junto àqueles que forem centros de interesses da pesquisa na universidade. Ou seja, a extensão precisa negar-se a atuar de forma exclusiva, necessitando que a pesquisa, tanto a básica como a aplicada, estejam associadas entre si e que o ensino deixe de ser elitista, voltando-se para o

atendimento das necessidades atuais do mundo do trabalho. Para se conseguir trilhar esses caminhos, há necessidades de redefinição político-filosófica da instituição, o que passa também por seu reordenamento curricular-programático-administrativo.

Enfim, este é o discurso elaborado sobre Extensão Universitária, em que 38,6% da produção provêm de pesquisadores concentrados na Região Sudeste. As regiões Nordeste e Sul produziram, respectivamente, 10,4% e 10%, vindo a seguir as Regiões Centro-Oeste e Norte. A distribuição da produção por regiões geográficas pode ficar prejudicada, já que 29,7% constam como não identificados no *Universitas/BR*, visto que a maioria dos periódicos só começou a fazer a identificação de sua publicação em período mais recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. A evolução do ensino de Didática. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-246, jul./dez. 1992.

BALZAN, Newton César. Nós, professores de licenciatura. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 8, p. 18-24, 1983.

_____. Sete princípios inaceitáveis sobre educação em países desenvolvidos. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 64, p. 19-34, out. 1994.

BARBOSA, Eda Coutinho. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior – Pades. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 237-244, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. *Perfil da extensão universitária no Brasil*. Brasília, 1994. (Apoio Nape/Departamento de Extensão, Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários/Uerj).

BUARQUE, Cristovam. A retomada da globalização universitária na UnB : a reforma da fundação. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 10, n. 21, p. 181-196, jul./dez. 1988.

CADERNOS ANDES. Rio de Janeiro : Associação de Docentes do Ensino Superior, n. 2, 1982. 3. ed. rev.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. A formação de educadores : uma perspectiva multidimensional. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 19-21, ago. 1982.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Memória das práticas de ensino. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 247-252, jul./dez. 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior : a lógica reconstruída, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90 : política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 103-115: Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.

DAMASCENO, Maria Nobre. Uma alternativa para o estágio de ensino nos cursos de licenciatura. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 153-183, jan./jun. 1980.

- FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social : extensão, limites e perspectivas*. Campinas : Ed. Unicamp, 1986.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília : Ed. UnB/Anpocs/CNPq, 1990.
- FISCHER, Tânia. Currículos de cursos de graduação como áreas de conflito de poder. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 33, n. 7, p. 129, jul. 1981. (Resumos da 33ª Reunião Anual da SBPC).
- FRACALANZA, D. C. Análise do significado da prática de ensino nos cursos superiores de licenciatura. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 179, jul. 1982.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai. O periódico Estudos e Debates : traços de trajetória e perfil. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- GIAMBIAGI, Myriam Segre; GIAMBIAGI, Mário. Dos currículos, da pós-graduação e outras histórias. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 161-166, fev. 1980.
- GRAWITZ, Madeleine; PINTO, Roger. *Méthodes des sciences sociales*. Paris : Librairie Dalloz, 1986.
- GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR : a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre : ANPEd, 1998.
- MANCEBO, Deise. A produção científica sobre educação superior na revista *Ciência e Cultura* (1968-1979). In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Formação de professores : racionalidades em disputa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 177, p. 279-308, maio/ago. 1993.
- MEDIANO, Zélia Domingues. A formação do professor de prática de ensino. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 17, p. 138-148, abr. 1984.
- MELO NETO, J. F. *Extensão universitária : uma análise crítica*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P. *Educação superior e modernidade : o pensamento veiculado na revista Educação Brasileira*. [Caxambu, 1998]. 13p. (ANPEd. Reunião Anual de Caxambu, 1998).
- MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/UFES, 1998.
- NEVES, Clarissa E. B.; MOROSINI, Marília C. Cooperação universitária no Mercosul. In: MOROSINI, Marília C. (Org.). *Mercosul/Mercosur, políticas e ações universitárias*. Campinas : Autores Associados, 1998. p. 87-109.
- OLIVEIRA, M. R. N. S. O conhecimento na área da Didática enquanto área do saber e disciplina escolar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 45, n. 7, p. 326, jul. 1993.

- PAOLI, N. J. Currículo mínimo : princípios gerais de uma camisa-de-força? *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 42, n. 12, p. 1167-1171, dez. 1990.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de L. *Escola de pesquisa, formação do pesquisador na pós-graduação*. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. Formação do pesquisador na pós-graduação : análise da estrutura organizacional de programas de duas áreas do conhecimento. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 125-144, jan./jun. 1995.
- _____. A educação superior em cinco periódicos : Debate e Crítica, Ciências Sociais Hoje, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Boletim Informativo e Bibliográfico e Fórum Educacional. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 238-258.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A prática de ensino da disciplina Didática nos cursos de licenciatura da Feusp : considerações sobre uma vivência. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 21, p. 61-66, 1988.
- ROCHA, R. M. G. *Extensão universitária : comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez : Autores Associados : UFCE, 1986.
- ROMANO, Roberto. A crise dos paradigmas e a emergência da reflexão ética hoje. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 65-100, dez. 1998.
- ROMÃO, José Eustáquio. Paradigmas da modernidade e educação. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 11-32, jan./jun. 1995.
- RONCA, Antônio Carlos Caruso. Desmistificação e comprometimento : os dois maiores desafios que se apresentam ao educador. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 8, p. 5-10, 1983.
- SAVIANI, Dermeval. Uma estratégia para a reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura : formar o especialista e o professor no educador. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 13-17, 1982.
- SEGENREICH, Stella Cecília. Ciência e Cultura e a educação superior no Brasil 1982/1995 : multiplicidade de temas e de enfoques. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- TAVARES, M. G. M. *Extensão universitária : novo paradigma de universidade?* Maceió : Edufal ; Natal : Ed. UFRN, 1996.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção dos espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90 : política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994, p. 91-102.
- THIOLLENT, Michel. Aspectos sociais da didática universitária. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 123-136, set. 1979.
- WARDE, M. J. Algumas reflexões sobre as licenciaturas e a pedagogia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 1262-1263, set. 1983.

A comunidade universitária

Helena Corrêa de Vasconcelos*
Luciene das Graças Miranda Medeiros
Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert
Vera Lúcia Jacob Chaves

O presente texto assume como objeto de análise a produção científica sobre a comunidade universitária, publicada em periódicos de circulação nacional no período de 1968 a 1995. Constitui um recorte situado historicamente e fundamentado naqueles que constroem a academia com suas práticas – submetidas a estudos, debates e reflexões –, acumulando uma densidade textual que contribui expressivamente na construção do Estado do Conhecimento sobre Educação Superior.

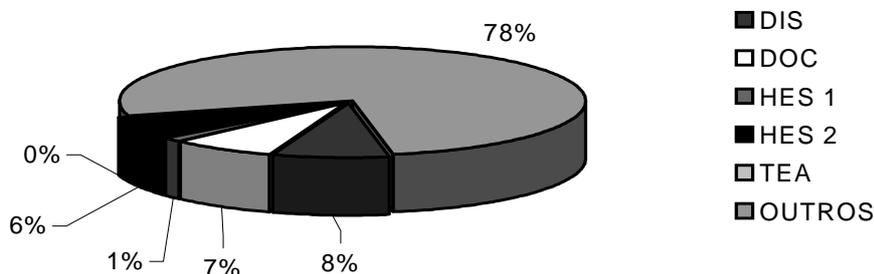
A sua construção foi presidida por três questões norteadoras: 1) Qual a trajetória discursiva desenhada pelos autores que se detêm na temática comunidade universitária? 2) Que temas e problemáticas constituíram eixos de preocupação nos periódicos que trabalham as dimensões integrantes da comunidade universitária, no curso histórico em foco? 3) Sob que formas discursivas a temática-objeto foi abordada nos periódicos pesquisados?

A temática Comunidade Universitária aglutina três segmentos de sujeitos, ressoando, pois, reflexões, aspirações, preocupações, necessidades e reivindicações de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo, enunciadas em 817 textos, dos quais 403 (49,33%) são originários de estudos, debates e reflexões sobre a categoria temática Corpo Docente, 394 (48,22%) sobre a categoria Corpo Discente e 20 (2,45%) sobre a categoria Corpo Técnico-Administrativo. Portanto, a densidade textual sobre os docentes e discentes cobre a maior parte da produção sobre a temática, em que os textos referentes ao quadro técnico-administrativo ocupam apenas uma pequena parte. Entretanto, a junção da produção textual sobre esses três segmentos representa, aproximadamente, 15% da produção escrita sobre educação superior, conforme evidencia o Gráfico 22.

Os estudos configurados nesse gráfico abordam diferentes subcategorias das categorias temáticas citadas. Assim, os 403 textos referentes à categoria Corpo Docente enfatizam: *Trabalho Docente*; *Formas de Organização/Carreira*; *Formação Docente*; *Formas de Associação*; *Perfil Docente*; *Movimento Docente/Cátedra*; *Educadores/Cientistas*; e *Outros*. As discussões focalizadas nos 394 textos sobre a categoria Corpo Discente se referem, principalmente, a: *Atividades Discentes*; *Perfil Discente*; *Acesso*; *Desempenho*; *Formas de Associação*; *Movimento Estudantil*; e *Outros*. Nos 20 textos acerca de Corpo Técnico-Administrativo predominam questões referentes a: *Atividades Técnico-Administrativas*; *Formas de Organização/Carreira*; *Formação/Qualificação*; *Formas de Associação*; *Perfil Técnico-Administrativo*; e *Outros*. Essas subcategorias de análise presentes nos textos lidos e sintetizados sob a forma de bibliografia anotada constituíram o cerne do trabalho realizado em etapa anterior à elaboração deste Estado do Conhecimento.

* Helena Corrêa de Vasconcelos, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora adjunta e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e, também, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação Superior (Gepes) dessa Universidade, com um livro e alguns artigos publicados; Luciene das Graças Miranda Medeiros, mestra em Supervisão e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é pesquisadora associada ao Gepes da UFPA; Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert, doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP, é professora adjunta e pesquisadora associada ao Gepes da UFPA; Vera Lúcia Jacob Chaves, mestra em Educação: Políticas Públicas pela UFPA, é professora assistente e pesquisadora do Gepes da mesma universidade.

Gráfico 22 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária (DOC, DIS, TEA, HES), em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Toda essa produção foi contemplada em 23 dos 26 periódicos pesquisados sobre a temática objeto do estudo ora apresentado. Entre os que, aparentemente, mais contribuíram para a tessitura da temática, sobressaem: *Ciência e Cultura*, com 48,2%, *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com 14,7%, *Cadernos Andes*, com 5,3%, e *Cadernos Nupes*, com 4,7%, totalizando 72,9% da produção escrita incidente nessa temática (Tabela 52). Os textos restantes (27,1%) estão distribuídos pelos demais periódicos (19).

Entretanto, qualquer tentativa de inferência sobre tais índices tem de levar em conta a diversidade das datas de criação dos periódicos, a periodicidade da editoração e a densidade textual no contexto de cada periódico. Nessa perspectiva, tais índices devem ser entendidos apenas como sinalizadores grosseiros acerca do espaço que a temática em pauta ocupa no contexto da produção discursiva correlata.

Portanto, ao considerarmos a densidade textual no interior de cada periódico que se detém na temática Comunidade Universitária, o quadro anterior é alterado de modo expressivo. Além desse aspecto, há que se assinalar a contribuição dos periódicos na constituição da temática-objeto por ano de publicação.

As posições na ordem dos periódicos que mais contribuíram na construção discursiva da temática Comunidade Universitária são agora lideradas por *Cadernos Nupes*, com 55,07%, seguido de perto pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que detém 54,54%. Seguem-se duas publicações editadas pela Andes: a revista *Universidade e Sociedade*, com 39,53%, e *Cadernos Andes*, com 35,24%.

É relevante destacar a contribuição da revista *Fórum Educacional*, com 33,33% da produção. Por essa óptica, a revista *Ciência e Cultura* e o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, que lideravam em contribuição quando considerávamos a produção no conjunto dos periódicos, perdem espaço.

A propósito da liderança de *Cadernos Nupes*, é importante resgatar quem é esse autor institucional, e, nessa direção, vale assinalar as observações de Palharini (1998, p. 96): trata-se de um provedor da base teórica e conceitual “para a formulação das políticas para o ensino superior durante, praticamente, três governos sucessivos”, a partir do governo Collor de Mello. Tendo alguns dos integrantes de seus quadros na ocupação de postos-chave no governo, pôde esse periódico contar com amplo apoio do MEC.

Ademais, os mais escassos índices de produção textual incidem no periódico *Estudos e Debates*, onde a temática comunidade universitária não é abordada de forma expressiva, haja vista que, dos 204 documentos por ele publicados sobre educação superior, apenas 2,45% nesta se detém. O mesmo ocorre com *Cadernos de Pesquisa*, que, dos 21 documentos publicados sobre educação superior, apenas 4,76% se destina a reflexões sobre a temática.

Tabela 52 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, por produção escrita, segundo o periódico e ano – 1968-1995

Periódicos	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	Total	%	
<i>Educação Brasileira</i>											4	1	4	1			1	1		2	1	4	1	4	4	2	1		31	3,8	
<i>Estudos e Debates</i>																				3	2								5	0,6	
<i>Cadernos Andes</i>																				14	12			5	1	3	8		43	5,3	
<i>Univ. e Sociedade</i>																								5	4	1	2	5	17	2,1	
<i>Cadernos Nupes</i>																						1	1	4	19	3	4	6	38	4,7	
<i>InfoCapes</i>																												1	1	0,1	
<i>Documenta</i>		2				1	1		1	3	2									1									11	1,3	
<i>Em Aberto</i>														10	5			1	1	1	1	5			3	1	1	1	30	3,7	
<i>R. Bras. Est. Pedagógicos</i>			5		1	1	1					1						3	1					2	2	1			18	2,2	
<i>Boletim ANPEd</i>															1				1					2	4	7	1		16	2,0	
<i>R. Bras. Adm. Educação</i>											1								2										3	0,4	
<i>Educação & Sociedade</i>												1	2		2	1			1		2						1	2	12	1,5	
<i>Educação e Seleção</i>														3		1	1												5	0,6	
<i>Cadernos de Pesquisa</i>																											1		1	0,1	
<i>Fórum Educacional</i>											3	3	3	4	2	10		1	3	1	2	1	1	2					36	4,4	
<i>Educação e Realidade</i>												1	1		2		1								1				6	0,7	
<i>R. Fac. Educação (USP)</i>															1		1											1	1	4	0,5
<i>Ciência e Cultura</i>	7	2	9	4	7	6	5	3	6	10	15	16	27	29	17	22	31	22	24	12	31	25	9	8	2	16	9	20	394	48,2	
<i>Inf./Jornal Ciência Hoje</i>																		4	4	2	5	1	1	10	18	27	26	22	120	14,7	
<i>Bol. Inf. Bibl. Ciên. Sociais</i>											1	5	2		1	3		1		1		1					1	2	18	2,2	
<i>R. Bras. de Ciên. Sociais</i>																				3						1	2		6	0,7	
<i>Debate e Crítica</i>								1																					1	0,1	
<i>Enc. c/a Civ. Brasileira</i>												1																	1	0,1	
Total	7	4	14	4	8	8	6	5	6	15	29	26	40	37	44	32	36	35	35	41	55	39	14	38	57	60	62	60	817	100	
Total no Quadrênio	29			27			76			153			147			146			239			817									
%	3,55			3,3			9,3			18,73			17,99			17,87			29,25						100						

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB

Na distribuição anual da temática comunidade universitária por periódico, configura-se um tracejado irregular, indiciando que, em determinados segmentos temporais, o tema pontilha a produção científica com maior frequência do que nos demais. O quadriênio 1968-1971 concentra um dos mais baixos índices de produção, com 3,54%; enquanto o 1992-1995 é destacado como o que concentra o maior índice da produção escrita sobre a temática, com 29,5% de textos publicados. Portanto, 66,96% da produção é distribuída pelos cinco outros quadriênios intervalares, ou seja, ela se avoluma a cada quadriênio, indiciando a existência de fatores que, embora ocultados, responderiam por essa produção que cresce a cada ano.

Em que pese a ampliação do mercado editorial – também crescente, como demonstram Morosini e Sguissardi (1998, p. 31) –, não se pode creditar apenas a ele o mérito no volume de textos sobre a temática em foco, pois nesse, tanto quanto no número de periódicos existentes a cada quadriênio, há uma irregularidade nos índices acumulados.

Portanto, a explicação do volume crescente, embora irregular, da produção textual não pode ser justificada apenas pela ampliação no quantitativo dos periódicos, mas outros fatores também aí intervêm, como, por exemplo, a ampliação crescente da demanda de textos ao mercado editorial – que se interliga à criação de cursos de pós-graduação e ao fomento institucional à pesquisa – e, ainda, a reconfiguração editorial dos periódicos, que, para dar conta dessa demanda, tem de se ajustar a ela, tanto em termos de diretrizes quanto ao tamanho dos textos e à forma de impressão mais compacta.

No movimento de situar e examinar analiticamente a temática-objeto sob distintas perspectivas e dimensões é que o presente texto foi produzido, isto é, tendo por diretriz os questionamentos já enunciados e, por objetivo, a análise da trajetória discursiva desenhada pela temática comunidade universitária em suas dimensões constitutivas, bem como os temas, problemas e objetos de reflexão presentes nos estudos e pesquisas sobre ela, além das formas de abordagem textual utilizadas para essa reflexão no período 1968-1995.

O texto, estruturado sob a diretriz desses questionamentos e objetivos, focaliza, inicialmente, a trajetória desenhada pela temática, evidenciando o nível de intensidade em frequência textual nos periódicos, ao longo dos 28 anos cobertos pela pesquisa. Em seguida, detém-se numa incursão analítica, explicitando os temas e problemas abordados nos periódicos, ao longo do curso histórico em foco. Finalmente, aborda a frequência das formas discursivas sob as quais a produção é explicitada, oferecendo uma visão geral dos tipos de produção escrita de que se valem os autores e/ou editores na expressão do pensamento das categorias funcionais em foco.

A TRAJETÓRIA DESENHADA PELA TEMÁTICA

Examinando o percurso da temática comunidade universitária no âmbito dos periódicos que publicaram estudos, pesquisas e reflexões correlatos durante o período em foco, obtivemos configurações que agora pormenorizam as informações sobre os espaços de circulação editorial da temática-objeto. Entretanto, para evitar a obnubilação de informações que acabem distorcendo o quadro das contribuições dos periódicos na constituição da temática, decidiu-se tomar como referência, a partir de agora, sobretudo os índices de produção no contexto de cada periódico.

Nessa direção, os periódicos que focalizam diferentes dimensões relacionadas à categoria Corpo Docente são: *Cadernos Andes* e *Cadernos de Pesquisa*, ambos com 100%; *Universidade e Sociedade*, com 94%; *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com 75%; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, com 72%; *Educação & Sociedade* e *Revista Brasileira de Administração da Educação*, ambas com 66%; *Boletim ANPEd*, com 62%; *Educação Brasileira*, com 55%; *Fórum Educacional*, com 52%; e *Revista da Faculdade de Educação*, da USP, com 50% da sua produção.

Os periódicos que despontam com o mais alto índice de publicações sobre os docentes apresentam diferentes sinalizações no quantitativo das publicações, pois os 100% de *Cadernos Andes*

abrangem um total de 43 textos, enquanto os de *Cadernos de Pesquisa* se restringem a um único texto. *Cadernos Andes*, segundo Medeiros e Seiffert (1998, p. 114), constitui um dos instrumentos

que buscam registrar a história de um processo coletivo e democrático de intervenção político-social de um sindicato de docentes (...) que, desde sua fundação, vem contribuindo para fazer avançar o conhecimento e as lutas dos trabalhadores brasileiros, na defesa intransigente da construção de uma sociedade comprometida com os excluídos.

Já *Cadernos de Pesquisa*, segundo Silva Júnior e Sguissardi (1998, p. 286), é uma revista concebida pela Fundação Carlos Chagas com o objetivo de “desenvolver um sistema de comunicação eficiente entre as instituições, grupos ou pessoas que se dedicam à pesquisa educacional”, embora nela a educação superior seja secundarizada em relação aos demais níveis da educação.

Os periódicos que destinam 100% de sua produção à temática comunidade universitária na categoria Corpo Discente são: *Educação e Seleção*, *Debate e Crítica* e *Encontros com a Civilização Brasileira*. Seguem, em densidade textual: *Educação e Realidade* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, com 67%; *Documenta*, com 64%; *Cadernos Nupes*, com 63%; *Ciência e Cultura* e *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, com 62%; *Estudos e Debates* e *Em Aberto*, com 60%; e *Revista da Faculdade de Educação*, da USP, com 50% de sua produção.

Ao destacar-se as características marcantes dos periódicos que aglutinam 100% da produção na categoria Corpo Discente, verifica-se que *Educação e Seleção*, segundo Silva Júnior e Sguissardi (1998), é uma revista que trata do problema da seleção de candidatos ao ensino superior, bem como de outras temáticas relacionadas à avaliação e política educacional. A revista *Debate e Crítica*, segundo Peixoto (1998, p. 240-241), nasceu com o objetivo de estimular “balanços críticos sobre as relações da ciência com a sociedade, e sobre a crise com que se defrontavam as ciências sociais, bem como sobre os dilemas econômicos, sociais e políticos que afetavam a sociedade brasileira”, à época do regime militar, quando foi criada. Na mesma época surgiu a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, que, segundo Silva Júnior e Sguissardi (1998), nutriu, até a edição de seu último número, o objetivo de manter acesa uma visão crítica da realidade nacional, inclusive sobre a educação superior.

Finalmente, os 20 textos sobre dimensões relativas à categoria Corpo Técnico-Administrativo – que ocupam pequenos espaços editoriais – são publicados nos seguintes periódicos: *Educação & Sociedade* (17%), *Educação Brasileira* (10%), *Em Aberto* (7%), *Informe/Jornal Ciência Hoje* (5%), *Fórum Educacional* (4%) e *Ciência e Cultura* (3%).

Vale destacar que, embora *Ciência e Cultura* desponte, em termos absolutos, como o periódico de maior densidade em relação às categorias Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo, com exceção dessa última, não é ele que detém o índice máximo de produtividade, quando considerada a produção no contexto de cada periódico. Contudo, a contribuição dessa revista na constituição da temática comunidade universitária é de grande relevância. Segundo Mancebo (1998), ela constitui instrumento de divulgação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), servindo ainda como veículo de comunicação entre os cientistas do País – independentemente de seu grau de maturidade científica.

É importante assinalar que a análise temporal sobre os sujeitos integrantes da temática desvela que o quadriênio 1992-1995 apresenta maior intensidade de textos referentes às categorias Corpo Docente (36,97%) e Corpo Técnico-Administrativo (50%), refletindo a preocupação em registrar o momento político vivenciado no País.

Esse momento político tem início no governo de Fernando Collor, que, seguindo os ditames internacionais da política neoliberal, deflagra uma intensa campanha contra os servidores públicos e pela reforma do Estado. Em última instância, representa o enxugamento da máquina administrativa, através das demissões compulsórias e induzidas e do aparato normativo ameaçador e/ou redutor de direitos adquiridos, culminando com aposentadorias precoces de docentes e de pessoal técnico-administrativo.

Essas políticas, aliadas à reforma da educação superior gradativamente instaurada, inquietam os sujeitos-alvo e acabam se refletindo tanto no teor quanto no quantitativo da produção textual.

Não obstante o quadriênio 1992-1995 concentrar a maior produção sobre comunidade universitária, os estudos e pesquisas que abordam o segmento estudantil apresentam maior densidade no quadriênio 1980-1984. Antecipando a análise das preocupações relativas a esse segmento universitário, observa-se nesse período uma alta incidência de textos sobre questões referentes às subcategorias *Acesso*, *Desempenho* e *Perfil Discente*. Há de se ressaltar que é a partir da década de 80 que o movimento pela abertura política é acentuado, contribuindo para que a pressão pela ampliação das vagas para o ensino superior ganhe maiores espaços textuais. Aliada a isso, acentua-se a preocupação em caracterizar os estudantes que ingressam no ensino superior, com ênfase em suas condições socioeconômicas. Outra preocupação destacada nos textos refere-se à questão do desempenho discente, que corre paralelamente a um processo de sucateamento e desqualificação da competência das universidades públicas, cujos interesses subjacentes favorecem o crescimento das instituições particulares de ensino superior, em proporções irreversíveis a partir de então.

Ainda na análise da trajetória desenhada sobre a comunidade universitária nos textos publicados e tendo por base os estudos, pesquisas e reflexões incidentes sobre os sujeitos dela constitutivos, novas configurações são desveladas, especialmente quando consideradas as diferentes dimensões analíticas por periódico.

Tais dimensões ou subcategorias relativas à categoria Corpo Docente, abrange 403 textos, sendo destacadas, em densidade decrescente: *Formas de Organização/Carreira* (33,5%), *Formas de Associação* (14,9%), *Trabalho Docente* (13,6%), *Perfil Docente* (10,7%), *Educadores/Cientistas* (8,9%), *Formação Docente* (8,7%) e *Movimento Docente/Cátedra* (6,2%).

A discussão sobre a carreira acadêmica é predominante nos 135 textos aglutinados na subcategoria *Formas de Organização/Carreira*, distribuídos uniformemente ao longo do período analisado. O periódico *Informe/Jornal Ciência Hoje* destina a maior parte de seu espaço à publicação de textos referentes a essa dimensão, pois, dos 120 textos sobre a temática, 71 nela se detêm. Outro periódico que destaca a discussão em foco é *Ciência e Cultura*, com a publicação de 41 textos. Seguem-se os periódicos: *Universidade e Sociedade* (6), *Educação Brasileira* (4), *Cadernos Andes* (3), *Documenta* (3), *Cadernos Nupes* (2), *Em Aberto* (2), *Boletim ANPEd* (1), *Cadernos de Pesquisa* (1) e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1).

Sobre a subcategoria *Formas de Associação* da categoria Corpo Docente, 60 textos tratam da questão, sendo que o periódico *Cadernos Andes* apresenta a maior densidade de textos referentes ao assunto (27), seguido pela revista *Ciência e Cultura*, com a publicação de 20 textos. Os demais periódicos que abrem espaço para essa discussão em menor densidade textual são: *Informe/Jornal Ciência Hoje* (7), *Universidade e Sociedade* (3), *Educação & Sociedade* (2) e *Cadernos Nupes* (1).

A discussão sobre a subcategoria *Trabalho Docente* é abordada com maior destaque pelo periódico *Ciência e Cultura*, com 17 textos publicados. Os demais periódicos que contribuem para a constituição dos discursos textuais sobre essa subcategoria são: *Fórum Educacional* (7), *Informe/Jornal Ciência Hoje* (7), *Universidade e Sociedade* (5), *Cadernos Nupes* (5), *Educação Brasileira* (3), *Estudos e Debates* (2), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (2), *Revista da Faculdade de Educação/USP* (2), *Em Aberto* (1), *Boletim ANPEd* (1), *Revista Brasileira de Administração* (1), *Educação & Sociedade* (1) e *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (1).

A subcategoria *Perfil Docente* é retratada em 43 textos, sendo que o periódico *Ciência e Cultura* concentra a maioria deles: 31. Outros periódicos que contribuem para a discussão são: *Cadernos Nupes* (3), *Fórum Educacional* (3), *Em Aberto* (2), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (2) e *Informe/Jornal Ciência Hoje* (2).

Conformam a dimensão *Educadores/Cientistas* um total de 36 textos, dos quais *Ciência e Cultura* desponta com a maior densidade: 15. Os outros periódicos que abrem espaço para a publicação do assunto em apreço são: *Educação Brasileira* (6), *Boletim Informativo e Bibliográfico* (6),

Fórum Educacional (3), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (2), *Educação & Sociedade* (1), *Educação e Realidade* (1), *Informe/Jornal Ciência Hoje* (1) e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1).

Em relação à subcategoria *Formação Docente*, 35 textos são escritos ao longo do período analisado, publicados nos seguintes periódicos: *Boletim ANPEd* (7), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (6), *Ciência e Cultura* (6), *Fórum Educacional* (4), *Em Aberto* (4), *Cadernos Nupes* (3), *Educação Brasileira* (1), *InfoCapes* (1), *Documenta* (1), *Revista Brasileira de Administração Escolar* (1) e *Educação & Sociedade* (1).

No que concerne a *Movimento Docente/Cátedra*, 52% dos textos são publicados no periódico *Cadernos Andes* (13 textos), que se detém nessa dimensão com exclusividade. Os demais periódicos que tratam dessa dimensão são: *Educação & Sociedade* (3), *Educação Brasileira* (2), *Universidade e Sociedade* (2), *Em Aberto* (1), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1), *Boletim ANPEd* (1), *Fórum Educacional* (1) e *Ciência e Cultura* (1).

Outros 14 textos discutem diferentes questões relativas aos professores universitários nos periódicos *Ciência e Cultura* (8), *Informe/Jornal Ciência Hoje* (3), *Educação Brasileira* (1), *Fórum Educacional* (1) e *Educação e Realidade* (1).

Uma visualização pormenorizada dessas indicações quantitativas é apresentada na Tabela 53. Nela também se observa que as reflexões sobre a categoria *Corpo Discente* são materializadas em 394 textos, publicados em 20 periódicos e distribuídos por sete dimensões ou subcategorias, sintetizadoras dos eixos de preocupação dos pesquisadores acerca do assunto. São elas: *Movimento Estudantil*, *Atividades Discentes*, *Perfil Discente*, *Acesso*, *Desempenho*, *Formas de Associação* e *Outros*.

A dimensão *Movimento Estudantil* é explicitada em cinco textos que buscam entretecer a história do movimento discente, ocupando espaço em cinco periódicos: *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Boletim ANPEd*, *Informe/Jornal Ciência Hoje*, e *Ciência e Cultura*.

A subcategoria *Atividades Discentes*, que abrange aquelas atividades das quais se ocupam os estudantes universitários, é objeto de reflexão em 18 estudos publicados em sete periódicos: *Ciência e Cultura* destinou oito textos ao assunto; *Estudos e Debates* e *Em Aberto* dedicam três textos cada; *Educação & Sociedade*, *Revista da Faculdade de Educação* (da USP), *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* concorrem com um texto cada.

A subcategoria *Perfil Discente*, contemplada em nove periódicos, totaliza 113 textos que visam identificar características básicas partilhadas pelos estudantes universitários. A maior parte dos estudos é publicada pela revista *Ciência e Cultura*, com 93 textos, seguida de *Cadernos Nupes*, com nove textos, e do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com três textos.

Com relação à contribuição para a subcategoria *Acesso*, a tabela registra um total de 14 periódicos que publicam reflexões correlatas em 141 textos. A maioria das contribuições é de *Ciência e Cultura* (84 textos), *Informe/Jornal Ciência Hoje* (12), *Em Aberto* (10) e *Fórum Educacional* (8).

A subcategoria *Desempenho* é tematizada em 84 estudos e pesquisas, cujas publicações ganham maiores espaços em *Ciência e Cultura* (53 textos), *Cadernos Nupes* (9) e *Fórum Educacional* (8).

A subcategoria *Formas de Associação* constitui uma outra temática na qual 18 estudos/pesquisas se detêm, sendo publicados, principalmente, no *Informe/Jornal Ciência Hoje* (6 textos), em *Educação Brasileira* (4) e *Ciência e Cultura* (3).

São aglutinados na subcategoria *Outros* 15 estudos, pesquisas e reflexões sobre os estudantes universitários, que, por alguma particularidade teórico-metodológica e/ou de conteúdo, se distinguem dos demais. Nessa direção, *Cadernos Nupes*, com seis textos, e *Ciência e Cultura*, com cinco, são os periódicos destacados em quantitativos de publicação.

Os 20 textos que compõem a categoria *Corpo Técnico-Administrativo* concentram-se em seis periódicos, que focalizam as seis dimensões objetos de preocupação dos respectivos pesquisadores (Tabela 53): *Atividades Técnico-Administrativas*, *Formas de Organização/Carreira*, *Formação/Qualificação*, *Formas de Associação*, *Perfil* e *Outros*.

O cotidiano das atividades do funcionário é retratado, no período em estudo, somente em três textos, publicados nas revistas *Educação Brasileira*, *Educação & Sociedade* e *Fórum Educacional*.

Em quatro textos colocam-se em foco questões referentes à subcategoria *Formas de Organização/Carreira* dos funcionários; três publicados no *Informe/Jornal Ciência Hoje* e outro em *Ciência e Cultura*.

Sobre a subcategoria *Formação/Qualificação* são privilegiados seis relatos de experiências de capacitação de recursos humanos e reflexões sobre problemas da educação universitária. Três deles publicados em *Ciência e Cultura*, dois no *Em Aberto* e um em *Educação & Sociedade*.

Apesar dos avanços das formas de associação e de organização sindical e acadêmica nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, durante a série histórica desta pesquisa um único texto sobre o assunto é identificado – foi publicado em *Educação Brasileira*.

O perfil do pessoal técnico-administrativo é apresentado em quatro textos, sendo três deles publicados em *Educação e Cultura* e o outro no *Informe/Jornal Ciência Hoje*.

No âmbito das subcategorias temáticas trabalhadas, são localizados dois textos que se enquadram como *Outros*, ambos publicados em *Educação Brasileira*.

Cada numeral indicador do quantitativo dos textos publicados e citados acima constitui um sinalizador grosseiro da densidade textual, sendo necessário ao leitor interessado em maiores detalhes considerar o seu peso relativo no interior de cada periódico.

Em resumo, com a trajetória discursiva desenhada pela temática comunidade universitária ao longo do segmento temporal em foco, é possível escrever uma história feita de estudos, pesquisas e reflexões que pontilham os periódicos analisados, cujo teor varia ao influxo da interferência de acontecimentos contextuais marcantes. Assim, ao mesmo tempo que os autores enfatizam determinadas dimensões e/ou segmentos de sujeitos, secundarizam outros, deixando-os na penumbra.

Em que pesem as contribuições dessas iniciativas isoladas e/ou institucionais de investigação científica sobre os sujeitos que fazem o cotidiano das universidades, não se pode deixar de registrar a importância do mercado editorial na divulgação dessa produção, sobre a qual passamos a incursionar, de modo mais aprofundado, no tópico seguinte.

OS TEMAS E PROBLEMAS ABORDADOS

Atravessando transversalmente a temática comunidade universitária, num processo de incursão sobre as suas dimensões constitutivas, ao longo da série histórica em apreço, é possível configurar o quadro que possibilita identificar quais dessas dimensões são preferidas e/ou preteridas no conjunto dos estudos e pesquisas correlatos, o que sinaliza tanto o acúmulo de conhecimentos quanto os claros em termos de necessidades de investigação. Nessa direção, o presente tópico, mantendo a mesma estrutura de análise por segmentos de sujeitos, busca um aprofundamento maior sobre aquilo que é dito, interdito e silenciado nas investigações objeto de nossa reflexão, destacando os principais temas e problemáticas que constituem preocupação discursiva no período de 1968 a 1995.

Os Docentes nas Investigações Científicas

Nos estudos sobre História das Instituições de Educação Superior, encontramos preocupações em registrar a história do *movimento dos docentes* e da *cátedra* nas universidades brasileiras em 25 textos, escritos a partir de 1987. Porém, somente em 1979 iniciam os registros sobre o movimento docente com a publicação da Carta I Encontro de Associações Docentes Universitárias. O silenciamento dos anos anteriores pode ser explicado pelo fato de que os docentes começam a se organizar no interior das universidades somente a partir de 1978, acompanhando o momento histórico nacional do advento da abertura política e reorganização democrática do País.

Tabela 53 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo as categorias e subcategorias temáticas, por periódico – 1968-1995

Periódicos	Corpo Docente									Corpo Discente							Corpo Téc.-Administrativo						Total		
	3.5	3.7	11.1	11.2	11.3	11.4	11.5	11.9		3.4	12.1	12.2	12.3	12.4	12.5	12.9	13.1	13.2	13.3	13.4	13.5	13.9	Abs	%	
<i>Educação Brasileira</i>	2	6	3	4	1			1					7		4		1			1			1	31	6,2
<i>Estudos e Debates</i>			2							3														5	0,6
<i>Cadernos Andes</i>	13			3		27																		43	5,3
<i>Universidade e Sociedade</i>	2		5	6		3								1										17	2,1
<i>Cadernos Nupes</i>			5	2	3	1	3				9		9		6									38	4,7
<i>InfoCapes</i>					1																			1	0,1
<i>Documenta</i>				3	1							5			1	1								11	1,3
<i>Em Aberto</i>	1		1	2	4		2			3	2	10	1	2					2					30	3,7
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>	1	2	2		6		2					2	2			1								18	2,2
<i>Boletim ANPEd</i>	1		1	1	7				1		1	2	2											16	2,0
<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>			1		1								1											3	0,4
<i>Educação & Sociedade</i>	3	1	1		1	2				1		1					1		1					12	1,5
<i>Educação e Seleção</i>												5												5	0,6
<i>Cadernos de Pesquisa</i>				1																				1	0,1
<i>Fórum Educacional</i>	1	3	7		4		3	1				8	8				1							36	4,4
<i>Educação e Realidade</i>		1						1			1	1	1		1									6	0,7
<i>Rev. da Fac. de Educação/USP</i>			2							1		1												4	0,5
<i>Ciência e Cultura</i>	1	15	17	41	6	20	31	8	1	8	93	84	53	3	5		1	3			3	1	394	48,6	
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>		1	7	71		7	2	3	1		3	12	2	6	1			3				1	120	14,7	
<i>Bol. Inform. e Biblio. de Ciên. Sociais</i>		6	1							1	1	2	5	2										18	2,2
<i>Rev. Bras. de Ciências Sociais</i>		1		1					1	1	1		1											6	0,7
<i>Debate e Crítica</i>												1												1	0,1
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>									1															1	0,1
Subtotal	25	36	55	135	35	60	43	14	5	18	113	141	84	18	15	3	4	6	1	4	2				
%	6,2	8,9	13,6	33,5	8,7	14,9	10,7	3,5	1,3	4,6	28,7	35,7	21,3	4,6	10,0	15,0	20,0	30,0	5,0	20,0	10,0				
Total Geral	403									394							20						817	100	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB

O ano de 1988 concentra a maior densidade de textos – publicados em nove periódicos – que têm como principal foco o relato de situações ocorridas em instituições particulares de ensino superior, tais como: conflitos entre as mantenedoras e os representantes de professores, decorrentes da quebra de acordos trabalhistas; lutas por campanha salarial unificada; greves; denúncias de demissão arbitrária de professores e lideranças do movimento docente. A criação das associações de docentes e a importância do papel dessas entidades na luta em defesa dos professores das instituições privadas constituem uma outra preocupação textual.

A trajetória histórica de organização do movimento docente é destacada em três textos, datados de 1988, 1993 e 1994, que relatam a criação da Andes e das Associações Docentes das Instituições de Educação Superior. Eles resgatam a importância da organização dos docentes das universidades brasileiras, que tem início na década de 70 durante as reuniões anuais da SBPC, ressaltando a atuação do movimento em combater as políticas governamentais de estrangulamento da universidade brasileira. São destacados ainda a construção coletiva de uma proposta de universidade democrática e os principais eixos de luta definidos nos encontros organizados pelas entidades, em defesa: a) do ensino público e gratuito e contra a privatização da educação; b) de condições dignas de trabalho; c) da qualidade do ensino; d) da recuperação do poder aquisitivo e contra a depreciação salarial; e) da carreira docente, da autonomia e democratização interna da universidade.

De modo geral, os demais textos, nessa dimensão, refletem a preocupação pela democratização das universidades, reforma universitária, autonomia, qualidade do ensino e da pesquisa, gratuidade do ensino e contra a privatização.

No que concerne à discussão relativa à *cátedra*, apenas três textos, temporalmente esparsos (1977, 1985, 1990), nela se detêm, para discutir principalmente as questões da livre-docência, da competência acadêmica e do compromisso social. Suas preocupações giram em torno da complexidade do caráter contraditório da cátedra, mas também de sua relação com o processo de luta pela democratização da academia.

O ano de 1970 marca o início do registro sobre a dimensão *educadores/cientistas*, com a publicação de dois textos. Um deles relata a homenagem feita a Maurício Rocha e Silva, fundador da SBPC, ressaltando a grande contribuição do cientista e idealizador da revista *Ciência e Cultura*, e o outro trata da formação docente, evidenciando a importância da qualificação do professor para a melhoria da produtividade docente.

O tema volta a ser abordado nos periódicos somente sete anos depois, para focalizar a história da produção científica e destacar a atuação de educadores/cientistas, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, José Reis, José Otão, Edgar Roquette-Pinto, Francisco Campos, Durmeval Trigueiro Mendes, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e outros. Tais textos tendem a analisar a trajetória da vida acadêmica dos intelectuais, suas principais contribuições para a ciência e para educação no País e as influências exercidas sobre a comunidade científica brasileira.

A exclusividade de cientistas do sexo masculino só é quebrada com o registro de um único texto, publicado em 1987, que se refere à diplomação da primeira médica brasileira. Analisa a sua atuação na condição de aluna de curso superior e cientista e evidencia o tardio acesso da mulher ao ensino superior, refletindo a situação de opressão histórica do ponto de vista do conhecimento, resultando na sua menor produção científica em relação à dos homens. Nesse sentido, o problema de gênero, tão discutido nos dias de hoje, é evidenciado.

Dois textos escritos em 1978 divulgam resultados de pesquisas realizadas sobre a década de 30 na área das Ciências Sociais: um deles busca mapear as tendências do campo intelectual nessa década, e o outro detém-se na investigação do papel dos intelectuais na crise que culmina na Revolução de 1930.

A questão do *trabalho docente* é focalizada em 55 textos, distribuídos regularmente no período de 1977 a 1995. As principais preocupações concernentes à atividade docente incidem sobre: as relações entre métodos de ensino e formação docente; o duplo papel do professor enquanto

docente-pesquisador e qualidade do ensino; a avaliação do desempenho docente aliada à questão da produtividade; a carreira acadêmica; a profissionalização e capacitação; o problema salarial e regime de trabalho.

Da associação entre trabalho docente e avaliação da competência ocupam-se alguns artigos que evidenciam a concepção de desempenho efetivo do docente no interior das universidades, traduzindo a competência como produtividade – medida pela qualificação, pelo trabalho individual e número médio semanal de horas-trabalho. Essa forma de avaliação de desempenho é questionada em outros textos que apontam a necessidade de serem consideradas tanto as condições institucionais sob as quais o trabalho docente se realiza quanto as dimensões do trabalho, que implicam ensino, pesquisa e extensão, articuladamente.

Dois textos publicados em 1989 se detêm na discussão do *trabalho docente* relacionado à questão de gênero, sendo que o foco analítico de um deles se refere à produção do corpo docente por sexo, enquanto o outro critica os estudos realizados por algumas intelectuais sobre o tema mulher, por não enunciarem o caráter sexuado dos parâmetros teóricos e metodológicos e não contestarem a hierarquização de saberes e poderes existentes nos espaços acadêmicos, em sua relação com a tipologia sexual.

Outros artigos tratam da profissão acadêmica, detendo-se na análise de questões referentes à relação entre docente e profissional acadêmico, tendo como referência as condições de trabalho e as diferenças na qualificação e formas de dedicação, por esfera administrativa das instituições (estadual, federal e privada). Assinalam a existência de diferentes padrões de carreiras no ensino superior e ressaltam a atividade de pesquisa como elemento diferenciador na atuação dos docentes, por tipo de instituição.

Uma outra consideração sobre a dimensão em pauta incide na discussão sobre relações conflituosas entre o processo decisório, a cultura organizacional e a gestão universitária, apontando a multiplicidade de papéis que o professor assume na instituição, concorrendo para o *amadorismo*, característico na gestão da universidade.

A discussão sobre *carreira docente* tem início no mesmo ano da Reforma Universitária de 1968, com a publicação de um texto que destaca as dificuldades da carreira científica no País e critica o corte de verbas para a educação, os baixos salários dos professores, além da baixa qualificação desses. Entretanto, a grande densidade de textos sobre o assunto é concentrada no período de 1991-1995, quando são publicados 82 textos que refluem aos mesmos problemas.

Nessa perspectiva, a dimensão em foco relaciona diferentes formas de interligação, como, por exemplo: a discussão sobre questão salarial; regime de trabalho e estabilidade do servidor público; ingresso através de concurso público; formação docente vinculada à qualificação/capacitação e pós-graduação; o perfil do docente e relação de gênero; a contratação de aposentados e professores estrangeiros; e a evasão de docentes-pesquisadores.

É interessante observar que, a partir de 1990, inicia, com o governo Collor, uma grande campanha no País contra o servidor público, aliada a uma série de medidas que mudam a legislação trabalhista e provocam uma corrida dos docentes das universidades públicas federais à aposentadoria. Como conseqüência, acentua-se a crise no interior dessas universidades, que passam a enfrentar sérios problemas, pois a maioria dos docentes aposentados é constituída pelos mais qualificados e em fase de alta produtividade acadêmica.

Nesse sentido, os textos escritos a partir de 1991 evidenciam essa preocupação denunciando a evasão de docentes das universidades públicas, motivada tanto pelas aposentadorias precoces como pelos baixos salários, com o simultâneo benefício ao setor privado, que acolhe os melhores especialistas oriundos das universidades públicas e dos institutos de pesquisas, como o Iepae, a Embrapa e outros.

De 1991 até 1995, vários textos focalizam o problema dos professores estrangeiros no Brasil, denunciando as dificuldades que enfrentam para trabalhar nas universidades brasileiras devido à exigência de vários pré-requisitos, entre os quais poder se naturalizar brasileiro. Questionam também a proibição imposta pelo governo federal, através do Estatuto do Funcionalismo Público (RJU), à

contratação de professores estrangeiros. Alguns textos revelam decisões tomadas pelos Conselhos Universitários de diversas universidades, como a USP e a UFMG, no sentido de ignorar tal impedimento imposto pela lei e permitir a contratação de professores estrangeiros. No ano de 1995 é publicado um artigo informando a decisão da Comissão Especial da Câmara em permitir a contratação de professores e pesquisadores estrangeiros nas universidades e institutos de pesquisas, sem maiores embargos.

Ainda no cerne da dimensão carreira docente, interliga-se a questão referente a salário, remuneração e isonomia. Dessa questão ocupam-se intensamente vários artigos, desde 1972 e atravessando todo o período analisado. De modo geral, as vozes presentes nos textos revelam insatisfação em relação à questão salarial e denunciam os baixos salários pagos aos professores e pesquisadores no Brasil. Grande parte dos artigos se ocupa em demonstrar a defasagem salarial em termos porcentuais e a necessidade de equiparação dos salários entre pesquisadores e professores das universidades. Apontam também as sucessivas greves nas universidades e a evasão de profissionais de nível superior como decorrência dos baixos salários definidos pela política salarial vigente.

Um conjunto de 60 textos discute as *formas de associação* dos docentes a partir de 1977, com um artigo que expressa a preocupação dos docentes universitários de São Paulo com a crise financeira das universidades, que representa uma ameaça ao desenvolvimento científico do País.

Os textos publicados nos anos finais da década de 70 refletem o momento fértil da discussão democrática no País, ligado ao movimento histórico em direção à abertura política e à reorganização da sociedade civil. Nesse sentido, em 1978 é publicado um artigo que relata o protesto dos professores das universidades estaduais de São Paulo, coordenados por suas associações e apoiados pelos alunos, contra os baixos salários e a falta de verbas para as universidades. No ano seguinte, mais dois artigos se detêm no registro da atuação das Associações dos Docentes das Universidades Estaduais Paulistas em defesa de uma carreira para o magistério superior, bem como na denúncia das arbitrariedades que vinham sendo cometidas no interior das universidades, através da publicação do Livro Negro da USP pela Associação dos Docentes da USP.

Em 1980, quatro textos destacaram a atuação das Associações dos Docentes Universitários, que, reunidas num primeiro encontro em São Paulo, aprovam um documento reafirmando os princípios gerais do movimento dos docentes em defesa da gratuidade do ensino em todos os níveis, da democratização das universidades, de melhores salários e condições de trabalho e contra a discriminação e controle ideológico nas universidades. É importante ressaltar que, nesse ano, é deflagrada a primeira greve nacional dos docentes das instituições federais autárquicas de ensino superior, tendo como principal reivindicação o projeto de carreira para o magistério superior e a democratização das universidades.

Como conseqüência desse movimento marcante na vida das universidades brasileiras, nove textos são publicados no ano de 1981, revelando a insatisfação dos docentes de diferentes universidades do País com a política governamental para o ensino superior. De modo geral, os textos registram as principais reivindicações dos professores universitários que direcionam as ações das associações docentes nos anos seguintes dessa década, quais sejam: projeto único de carreira universitária, liberdade de organização sindical; vinculação dos recursos para a educação ao orçamento da União; autonomia para as universidades; participação da comunidade universitária no processo decisório das universidades, com a possibilidade de escolha dos reitores e demais dirigentes dessas instituições; reajuste salarial; contra a transformação das autarquias universitárias em fundações. Dois textos registram o apoio de entidades, como a SBPC, ao movimento de paralisação dos docentes, e um artigo transcreve o documento elaborado pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), criada nesse ano, criticando a política educacional adotada pela União.

Os dez textos publicados no ano de 1987 pelo periódico *Cadernos Andes* são registros importantes dos debates realizados nos Congressos da Andes em torno de questões relativas à organização sindical e à atuação da entidade nas diversas esferas da vida social e sindical, com ênfase em sua contribuição *na apresentação de propostas de unificação concreta das lutas dos trabalhadores*. Nesse

sentido, alguns textos relatam as discussões polêmicas ocorridas em encontros de associações dos docentes em torno da filiação a uma central sindical, como estratégia de construção da unidade dos trabalhadores brasileiros em torno de lutas concretas pelo rompimento com a estrutura sindical vigente.

Dois textos publicados em 1988 relatam a atuação do movimento docente junto às instituições privadas de ensino superior em prol de diversos benefícios para a categoria e as represálias sofridas pelos docentes, com demissões de diretores sindicais e de lideranças do movimento nacional. Um artigo registra a importância da organização dos docentes da Universidade Santa Úrsula, que obtém apoio de diversas entidades e personalidades ligadas à educação, contribuindo para a adesão ao movimento por outras universidades privadas.

Os textos publicados na década de 90 refletem, de modo geral, as discussões travadas nos movimentos sindicais em torno da crise do capitalismo internacional e da política neoliberal implementada no Brasil, com exceção dos publicados em 1991 no periódico *Cadernos Andes*, que sintetizam as discussões realizadas em três congressos da Andes, no período 1988-1990, quanto à questão das relações do sindicato com as organizações internacionais, para consolidar os laços de cooperação e solidariedade internacionais. Os resultados desses eventos apontam para a necessidade de aprofundar as discussões sobre a questão no interior das associações docentes, recomendando a realização de vários eventos sobre a temática, para que os docentes cheguem a uma deliberação conclusiva sobre o relacionamento internacional da Andes-SN.

Outros artigos publicados em 1992 e 1993 tratam de questões referentes à expansão do movimento sindical no setor das instituições estaduais e particulares e da organização da greve conjunta dos servidores públicos federais em prol de reajustes salariais e contra a revisão constitucional.

O ano de 1994 concentra a maior quantidade de textos publicados na década sobre a dimensão em foco, revelando as análises críticas das associações dos docentes em relação à política excludente implementada no País, que aprofundava a miséria da população. Apresentam propostas de organização de uma ação articulada e massiva no movimento sindical e popular para a construção de um projeto alternativo que faça frente ao projeto neoliberal dos dominantes, na perspectiva de emancipação do conjunto das classes trabalhadoras. Nessa direção, registram as preocupações do movimento docente em encaminhar uma série de ações com vista à reforma constitucional prevista para 1993. Alguns textos revelam, ainda, a posição do movimento docente a favor do processo de *impeachment* de Collor como forma de deter o genocídio promovido pela política neoliberal.

O *perfil dos docentes* universitários presente nos textos publicados regularmente a partir de 1977 é associado, na maioria das vezes, ao desempenho no ensino. Assim, dez textos publicados a partir de 1983 focalizam a questão da eficiência e/ou eficácia. Vale lembrar que o conteúdo do dizer, tal como a entonação expressiva daquilo que é dito, articula-se, inalienavelmente, à posição do enunciante. Assim, quando tais manifestações são oriundas de avaliações do desempenho docente feitas por alunos, sobressai como característica desejável a eficiência no ensino, traduzida por eles como professor organizado, que tem manejo de classe, possibilita a participação dos alunos nas aulas, é claro, pontual e sistemático.

As pesquisas que buscam a óptica do próprio professor universitário sobre características desejáveis ou mais importantes também se referem à competência no ensino, representada por domínio de conteúdo atualizado, bom relacionamento com os alunos – de forma a induzir a argumentação desses interlocutores –, possuir vivência prática profissional, participar de pesquisa, ser claro, objetivo, seguro e desembaraçado na exposição dos conteúdos, além de gostar de dar aula com entusiasmo e acreditar no próprio trabalho.

Em outras enunciações que caracterizam o professor, a eficiência/eficácia também está associada a desempenho no ensino, formação, produção científica, referencial teórico e organização docente, como traços desejáveis, segundo a fala dos sujeitos que as enunciam. Trata-se, pois, não de um perfil delineado a partir de heteroavaliações, mas de um perfil projetado/idealizado, que pode ser considerado como matriz referencial do instrumento de uma pesquisa que busque verificar o perfil desse segmento universitário.

Cinco textos publicados esparsamente nos anos de 1977, 1984, 1989, 1990 e 1995 procuram caracterizar o perfil dos docentes universitários destacando a questão de gênero. Em geral, tais estudos analisam a participação da mulher na composição do corpo docente no nível superior, tanto no aspecto quantitativo quanto em relação ao desempenho qualitativo na produção científica.

De modo geral apontam a predominância de homens, tanto no corpo docente quanto no corpo discente. Assinalam ainda que os homens assumem os postos mais altos na carreira universitária, que as áreas de conhecimento são marcadas por divisões de sexo, em que os homens ocupam o maior espaço nas áreas de Ciências Exatas, da Terra e Agrárias; dividem espaço com as mulheres no campo das Ciências Sociais e de Saúde, só perdendo terreno para elas nas Ciências Humanas e Biológicas, nas Letras e nas Artes. Sobre o desempenho da mulher na Ciência, os dados apontam que ela representa um terço da força produtora de conhecimento no País.

Apenas dois artigos publicados em 1993 traçam o perfil dos professores universitários associado às suas condições socioeconômicas: um interliga o processo de proletarização docente ao agravamento da crise econômica do País; o outro empenha-se em captar e discutir informações sobre estado civil, sexo, idade, número de filhos, renda mensal, categoria profissional, formação acadêmica, entre outras, buscando estabelecer relação entre o mundo pessoal e o mundo profissional do professor universitário.

No que concerne à *formação docente*, 35 artigos são publicados de 1968 a 1995, tendo como preocupação inicial a discussão de concepções, fundamentos epistemológicos e metodologia adotada no processo de formação e na ação docente. A partir de 1981 ocorre a maior concentração de publicações, pois esse é o momento das eleições diretas para governadores no Brasil, representando, portanto, a abertura do espaço de expressão da democracia que se resgatava. A década de 90 representa o momento histórico em que as políticas neoliberais tomam força no mundo e, em face das novas reconfigurações, os países externamente endividados são compelidos ao ajuste a essas políticas, que encontram nas universidades resistência ao desmonte do ensino público e gratuito então ameaçado.

Até 1978 os textos discutem, como foco privilegiado, a relação entre educação e desenvolvimento, a legislação vigente e a política de aperfeiçoamento em curso, com seus desdobramentos. A concepção de capacitação/formação está vinculada a suporte metodológico, apontando para a criação de *modelos* de aperfeiçoamento que gerem eficiência e produtividade no trabalho docente. Há uma supervalorização dos cursos de pós-graduação e preocupação em oferecer alternativas de formação. Nesse contexto, os cursos de Didática do ensino superior assumem lugar de destaque, e o conceito de *criatividade* tem relevância como elemento do conteúdo e resultado dos cursos de formação articulado à eficiência e produtividade do professor. Vale observar que um artigo escrito em 1970 defende a criação de escolas normais superiores, faculdades, institutos e escolas especializadas em formação do magistério em nível superior, idéia que vai ser materializada na presente década.

Nos textos escritos no início da década de 1980, destacam-se quatro artigos que focalizam os cursos de pós-graduação, tecendo críticas à supervalorização desses cursos e chamando a atenção para que a capacitação não se restrinja a essa única forma. Mostram as profundas diferenças entre as regiões, admitindo que os docentes da Região Centro-Sul são privilegiados quanto a oportunidades de formação.

Embora a ênfase ainda seja nos métodos de ensino e no desempenho do professor, é possível observar a preocupação com a avaliação enquanto instrumento identificador do produto e do processo. A questão da titulação é observada numa relação intrínseca à formulação de uma proposta de carreira docente única para os professores atuantes na universidade e passa a ser elemento mobilizador no processo de construção de uma lei única para a educação nacional, no bojo da nova Constituição promulgada em outubro de 1988.

A implementação e consolidação das propostas neoliberais no País, a partir da década de 90, são refletidas nos artigos publicados no período focalizado neste estudo. Fica muito clara

a disputa entre MEC e universidade no que se refere à existência e continuidade desta última, tendo ambas porta-vozes expressivos. Um artigo publicado em 1992 critica os cursos de pós-graduação dizendo que “não produziram impacto efetivo na melhoria do desempenho do profissional da educação” e sugere que o investimento seja feito nas instituições de reconhecida competência na formação para o magistério, defendendo os centros de excelência, que são rechaçados pelo movimento docente nacional de ensino superior.

Nos anos de 1993-1995 nove artigos prosseguem o diálogo sobre formação docente. De um lado, os porta-vozes do governo defendem a necessidade de *enxugar* as universidades, tentando corporificar a lógica neoliberal de que o mais importante é o investimento no ensino fundamental, sendo inevitável a privatização das universidades públicas. De outro, os que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade, argumentam a importância e necessidade da universidade para todos, destacando a formação/capacitação do docente como instrumento imprescindível à garantia da qualidade e da sobrevivência da universidade, reafirmando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afirmando a defesa da estruturação da carreira única e repudiando o desmonte que o neoliberalismo imprime ao serviço público em geral e à universidade em particular. Entretanto, os autores não se eximem de críticas aos cursos de formação de educadores que desconsideram as exigências do momento histórico e alguns princípios propugnados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estava em tramitação no Congresso Nacional, embora claramente defendam mais investimento para a pesquisa e a capacitação do docente universitário.

Um conjunto de 14 textos categorizados como *outros* registram preocupações referentes a questões tratadas anteriormente, pois discutem, de modo geral: carreira docente associada à questão da remuneração e à formação docente; evasão de cientistas/pesquisadores; desempenho docente ligado à avaliação e ao perfil docente; e o trabalho docente associado às relações pedagógicas estabelecidas no espaço da sala de aula. Para melhor visualizar o posicionamento dos sujeitos constitutivos da temática-objeto por dimensões focalizadas ao longo curso histórico analisado, apresenta-se a Tabela 54, que faz uma síntese indicativa.

Os Estudantes Universitários nas Investigações Científicas

No contexto da História das Instituições de Educação Superior, emergem preocupações com o *movimento estudantil* em apenas cinco textos, escritos esparsamente ao longo do tempo, a partir de 1978. Portanto, durante os nove primeiros anos da presente pesquisa, nenhum registro é feito em relação a esse segmento de sujeitos integrantes da comunidade universitária, indiciando o silenciamento de porta-vozes dos estudantes universitários sobre o assunto durante um tempo considerável. Isso explica o teor do resgate histórico através do qual os autores relatam as suas interações dialógicas com livros, periódicos e interlocutores – ex-líderes estudantis, sobreviventes do golpe militar – aos quais tiveram oportunidade de acesso, conforme a natureza e abrangência do texto.

Em seu conjunto, esses cinco textos resgatam a história do movimento estudantil nos séculos 19 e 20, predominando a incidência temporal dos anos 60, no qual três deles se detêm. O primeiro, publicado em 1987, focaliza a Lei nº 5.192/85, que devolve a legalidade à UNE. O segundo, publicado em 1993, assinala a efemeridade na participação do movimento estudantil e seus efeitos sobre a formação dos movimentos sociais e clama por estudos que assumam o caráter político do movimento, considerando a voz de ex-estudantes brasileiros residentes no exterior. O terceiro texto, publicado no mesmo ano, evidencia: a participação do movimento estudantil paraense por uma reforma universitária diferente da que foi instituída com o golpe militar; o significado político do rompimento no pacto populista para as universidades federais; o patrulhamento ideológico durante a ditadura militar – como expressão da intervenção do Estado autoritário nas universidades, exemplificando com o caso da UFFA. Essas vozes, no contexto de cada um dos cinco periódicos que lhes abrem espaço, ressoam como balbúcio ou sussurro, em comparação com a densidade textual que outros assuntos ocupam.

Tabela 54 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo as categorias e subcategorias temáticas, por ano de publicação – 1968-1995

Categorias/ Subcategorias	Anos																									Total				
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	Abs	%
DOC										1	1				2	1		1		2	9		1	2	2	1	2		25	6,4
			2							1	7	1	3	1	1			1	2	5	5	1		1	2			3	36	9,0
						1				1	1	1	3	1	3	1	4	3	5	2	3	4	1	3	4	5	6	3	55	13,6
	2	1			4	1	1		1	2	2	4	2	9	1	3		6	4	1	6	2	1	11	14	19	22	16	135	33,5
	1		1	1	1	2	1				1			1	4	1		2	1		1		1	2	2	3	6	3	35	8,6
											1	2	4	9			1	2		10	4	5			5	4	8	5	60	14,8
										2	1	1	1		1	2	4	3	1	1	3	1	3	7	2	5	1	4	43	10,6
						2					3	2			2					2	1					1	1	14	3,5	
Subtotal	3	1	3	1	5	6	2	-	1	7	16	12	13	21	14	8	9	18	13	23	32	13	7	26	31	38	45	35	403	100
DIS											1							1		1						2		5	1,3	
						1					1	1	3	1		1	1			4	2	1				1	1	18	4,9	
	1		1		1	1	1	2	2	3	4	6	2	4	10	9	4	4	5	4	10	3	5	9	6	4	11	113	28,7	
	2	1	10	3	2		3	4	2	5	4	8	11	6	12	6	6	5	9	5	10	10	1	1	2	2	6	5	141	35,5
		1									3	4	5	11	5	10	5	8	1	6	3	2	2	6	5	4	3	84	21,3	
		1									1	2		1	1	1	1		1	1	1		2	2	2	1		18	4,5	
	1									1	1			1	1			1					1	5	2		1	15	3,8	
Subtotal	4	3	11	3	3	2	4	5	5	8	13	13	26	15	29	23	27	17	21	17	23	25	6	11	24	20	15	21	394	100
TEA												1							1							1		3	15	
																										1	1	2	4	20
													1	1	1	1							1				1	6	30	
																				1								1	5	
																							1		1	1	1	1	5	25
																									1			1	5	
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	-	1	1	-	1	1	1	2	2	2	4	20	100
Total por Ano	7	4	14	4	8	8	6	5	6	15	29	26	40	37	44	32	36	35	35	41	55	39	14	38	57	60	62	60	817	100
Σ no Quadrênio ABS		29				27				76				153				147				146			239					
%		3,55				3,30				9,30				18,73				17,99				17,88			29,25				100	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Compõe a dimensão *atividades discentes* um total de 18 textos circunstanciais, publicados a partir de 1973, alternando silêncios e manifestações, que ora refletem o cotidiano dos alunos-trabalhadores no contexto das universidades, ora focalizam questões políticas que entram na ordem do dia.

No que concerne às atividades relativas ao cotidiano estudantil genericamente considerado, as preocupações incidem sobre as formas como os universitários estudam e aprendem, o rendimento acadêmico e o desempenho profissional de egressos das universidades. Há também textos sobre atividades de alunos que se ocupam, simultaneamente, com outras, no interior da própria universidade, tais como: monitoria, iniciação científica, estágio, extensão, bolsas, intercâmbios acadêmicos, interiorização e agentes multiplicadores. Porém, a voz do estudante trabalhador fora dos muros da universidade não ecoa, o mesmo acontecendo com as atividades dos estudantes de pós-graduação, nos quais apenas um texto se detém para noticiar a criação de uma revista pelos alunos da pós-graduação em educação da UFBA, que visa analisar o uso da TV na educação.

Quanto a questões políticas, as mais inquietantes no contexto estudantil são a implantação do Projeto Geres, em 1987, o problema da estrutura de poder instalada em universidades, as mensalidades escolares e o problema da avaliação da pós-graduação em seu relacionamento com as cotas de bolsas. No geral, o conjunto de textos relacionados à atividade discente põe em evidência, por um lado, a intertextualidade, ao remeter o leitor às condições de sua produção discursiva, confirmando então a noção bakhtiniana de que o contexto enunciativo invade e se articula ao texto, e, por outro lado, põe em evidência o silêncio dominante, durante os cinco anos iniciais da pesquisa, sobre a dimensão em pauta, pois os registros sobre atividades discentes só aparecem a partir de 1972.

O *perfil discente universitário* é focalizado em 113 textos em que é possível também situar preocupações emergentes de natureza política correlatas ao segmento de sujeitos em pauta. Nesses textos, publicados com certa regularidade temporal, ao longo da pesquisa, destacam-se estudos que elegem o momento de acesso à universidade/vestibular como objeto discursivo recorrente e os que fazem análise correlacional entre condições socioeconômicas dos estudantes e a trajetória que eles constroem no curso de sua vida estudantil.

Ao confirmarem a influência das condições socioeconômicas no percurso acadêmico delineador do perfil dos estudantes, tais estudos põem à discussão a existência de classes sociais distintas povoando o meio estudantil na universidade, seja ela pública ou privada. A despeito dos discursos contemporâneos que tentam aventar o aniquilamento ou secundarização dessas classes, os resultados desses estudos e pesquisas os contradizem frontalmente.

Ao se deterem no *perfil dos estudantes*, além de quase sempre retomarem o condicionante socioeconômico, os demais artigos (98), em seu conjunto, focalizam dimensões da problemática estudantil universitária relacionada a desempenho, escolaridade, evasão, aspirações, projetos de vida, atitudes emocionais – como ansiedade e apatia –, bem como em relação a droga, sexo/sexualidade e religião, além das condições acadêmicas do estudante-trabalhador, silenciadas nos textos integrantes da dimensão anteriormente discutida. Destacam, então, que estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis – sobretudo o estudante-trabalhador fora da universidade – são mais prejudicados do que os mais aquinhoados, em relação a desempenho acadêmico, a acesso a informações, a evasão, tendo opções profissionais voltadas principalmente para os cursos considerados menos rentáveis economicamente. Contudo, independentemente da classe social, os estudantes - quase genericamente – são afetados por crises de ordem existencial, afetiva e religiosa, sexualidade e drogas. Portanto, pode-se dizer que os problemas dos estudantes universitários têm, sim, uma relação íntima com as suas condições socioeconômicas, mas é impossível ignorar outros fatores, como o ingresso na universidade em idade cada vez menor, ou seja, em uma fase suscetível à influência de modismos, à necessidade de auto-afirmação e ao rompimento com valores sociais.

Em meio a reflexões sobre *perfil discente*, estão os textos que se detêm na dimensão política experienciada por esses sujeitos-assujeitados, mas que dialogam com as estruturas contextuais imediatas e/ou mediatas. Nessa perspectiva, os seus porta-vozes focalizam problemas circunstanciais emergentes, como a reformulação dos cursos que formam os profissionais da educação; a questão da formação política e da participação, tanto no interior da universidade quanto fora dela, evidenciando suas influências recíprocas; os desdobramentos da reforma universitária; as relações de poder no contexto universitário; a interferência da ditadura militar no sistema universitário; relações entre sociedade, política oficial e currículo; a questão do ensino privado. No conjunto dessa produção escrita, é possível perceber que ela só é trazida à leitura pública a partir de 1982, já, portanto, no declínio do período ditatorial. Sob a vigência do apogeu desse período, os porta-vozes da categoria discente se detêm no relato de estudos e pesquisas sobre o perfil desses sujeitos em outras dimensões, com ênfase no vestibular, calando o que se refira a questões políticas.

A questão do *acesso à universidade* põe o vestibular no foco predominante em 141 textos, nos quais os porta-vozes das instituições coordenadoras/promotoras dos vestibulares, especialmente no eixo Sudeste, passam a ecoar as suas vozes em meio a outras nem sempre concordantes. Nessa perspectiva, os autores, que se mantêm quase no anonimato, passam a dividir espaço nos periódicos com a Fuvest, a Fundação Carlos Chagas e a Cesgranrio.

Tais instituições vêm a público relatar as suas experiências na condução do processo vestibular – e, a elas, várias universidades se associam para também fazê-lo –, em que a questão do desempenho dos candidatos merece atenção de suas enunciações; por essa via, entabulam um discurso de desqualificação desses para o ingresso na universidade, sem jamais questionar a possibilidade de falhas nos instrumentos de medida: as provas usadas para a avaliação dos candidatos.

Sobre essa questão, vários artigos são publicados no período 1968-1980, com o adendo de que, ao longo desse tempo, tais análises se tornam gradativamente mais escassas, em favor de outras dimensões sobre os sujeitos em pauta. Porém, tal produção textual, menos do que focalizar possíveis problemas nos testes do vestibular, pressupõe, igualmente, confiança neles e, quando muito, discutem características técnicas – como validade e fidedignidade – articuladas ao valor preditivo dos resultados de desempenho em determinado curso de graduação eleito para a pesquisa.

Fica aí indicada a natureza do tipo de pesquisa preferencial nesse período, que prima pela correlação entre variáveis (dependente e independentes), buscando graus de significância estatística entre elas. Nesse particular, destacam-se vários estudos interligando variáveis, tais como: sucesso/fracasso no vestibular a quociente intelectual; êxito/insucesso no vestibular e/ou no curso a atributos pessoais, como sexo (feminino); características emocionais (como ansiedade); condição socioeconômica do candidato e/ou aluno(a).

Em complemento a tais estudos, há um conjunto de outros interligando a questão do *acesso* a uma suposta opção profissional que estaria afeta à aptidão pessoal, à condição socioeconômica, ao perfil particular – inclusive de sexo do candidato em suas potencialidades e condições emocionais ou em processo de orientação vocacional – às expectativas familiares, enfim, às diferenças individuais.

A questão do *acesso à universidade* é articulada também a outros aspectos: reforma universitária, necessidades e aspirações dos alunos de 1º e 2º graus, deficiências desses graus de ensino em preparar para a redação, atendimento específico aos alunos egressos de educação especial, projetos de pesquisa que visem focalizar o vestibular, problemas na correção das questões dissertativas, sistemática de processamento computadorizado das questões objetivas, problema dos cursos pré-vestibulares, decorrente do acirramento concorrencial às vagas, e reflexões sobre a natureza do vestibular na sua feição perversa de seletividade e exclusão, reproduzindo e preservando a estrutura social de classes.

Corre paralelo a tais discussões outro conjunto de textos sobre o vestibular enquanto requisito determinante do acesso à universidade, articulando não apenas o conjunto de problemas que ele implica e acarreta para a maioria da população – que nele não se vê representar eqüitativamente –, mas também o fato de não se encontrar a solução desejável aos seus anseios, haja vista as sucessivas mudanças efetuadas no encaminhamento das formas de acesso. Nessa direção, correm paralelas vozes que advogam a permanência desse exame, sob a alegação de que as análises correntes sobre vestibular são deturpadas – tese defendida pelo Crub em 1981 – e de que o vestibular é um mal necessário, com outras vozes que ratificam os seus sentidos enquanto perpetuação de uma “cultura, tragédia e jogo”, um movimento pendular de expansão/contenção gerado pelas contradições nas funções do ensino superior e pela discriminação social, uma afirmação da falsa imagem de ascensão social e fator de redistribuição de renda, uma barreira ritualizada escondida sob o rótulo de um necessário “rito de passagem”, um drama social, uma extensão das mãos oficiais que, como tal, deve ser tratado como “sua excelência, o vestibular”.

Em face de todas essas falas, não faltam sugestões, como a de seleção por sorteio, a de extinção do vestibular e sua substituição pelo desempenho no currículo escolar – tese que entra em pauta em 1995, ecoa no contexto ministerial e, atualmente, é materializada no Programa de Ingresso Seriado (Prise) para a universidade que ainda convive com uma fórmula de transição, mantendo juntos o vestibular e o Prise.

Finalmente, cumpre focalizar a existência de reflexões incidentes na dimensão política do vestibular, assinalando as diretrizes expressas em leis correlatas, as repercussões ou desdobramentos concretos dos diferentes modelos de exame vestibular adotados e os duplos sentidos políticos neles implicados: expansão/contenção, democratização/autoritarismo, igualdade/desigualdade, autonomia/intervenção, vaga/demanda, mudança/manutenção.

Em 84 textos, porta-vozes dos alunos universitários focalizam aspectos relacionados ao *desempenho discente*, alguns dos quais já discutidos em articulações textuais anteriores, que, nessa condição, acabam se configurando como tópicos temáticos recorrentes. É o caso de vestibular, perfil, evasão, condicionantes socioeconômicos, vaga, demanda e atributos pessoais, que são utilizados nos textos como informações situacionais.

Além disso, os textos relacionados a essa dimensão noticiam a existência de acontecimentos marcantes na vida universitária, como o fenômeno da migração estudantil interestadual e internacional, ocorrendo por via de mão dupla, em face da demanda reprimida no contexto das universidades públicas brasileiras e das facilidades diplomáticas ao intercâmbio – político, econômico e cultural –, sem embargo nas fronteiras nacionais. A avaliação de disciplinas, cursos e instituições entra na pauta discursiva, especialmente a partir de 1982, alimentando várias dimensões desse processo, tais como critérios, formas e natureza ideológica da atividade avaliativa no contexto das universidades. Boa parte desses textos relata experiências avaliativas de seus autores no âmbito de um curso ou disciplina, incidentes sobre o desempenho ou rendimento acadêmico, cujos resultados indicam insatisfação para com os serviços da universidade, na forma como são disponibilizados para a sociedade, ampliando o nível das expectativas infirmadas no meio estudantil, sobretudo no âmbito da graduação, em que a maioria dos estudos se detêm.

Tais denúncias são acirradas, especialmente a partir de meados da década 80, incidindo, de forma contundente, nos seguintes problemas: baixa qualificação docente para atuar na universidade e, em conseqüência, no 2º grau; inadequação curricular às exigências sociais, inclusive nos seus desdobramentos no contexto da sala de aula, onde o trabalho docente é marcado por métodos de ensino verbalísticos tradicionais; manutenção de relações pedagógicas arbitrarias/autoritárias e relações de saber muito aquém do desejável. Além disso, sobressaem, nas falas dos porta-vozes dos estudantes, problemas acarretados pelo sistema de créditos implantado com a reforma universitária,

que, embora pautada nos princípios de flexibilidade, racionalidade e eficiência, acaba afetando e sendo afetada por variáveis como turnos, áreas de conhecimento e tempo de ingresso no curso, considerados como fatores que aceleram ou atrasam a integralização curricular por parte dos alunos.

Ratificando tais denúncias, alguns estudos se detêm nas dificuldades dos alunos em relação à leitura e compreensão de textos e na ausência de pré-requisitos – conceituais e/ou de habilidades cognitivas – para acompanhar a programação acadêmica, o que explicaria os índices de insucesso acadêmico, expressos em evasão, repetência, jubilamento e outros. Ainda sobre a dimensão em foco, alguns textos tratam do mercado de trabalho em sua relação com a formação acadêmica ofertada/recebida nas universidades. Aliados a isso, são situados problemas do estudante-trabalhador, da profissionalização, da formação profissional e da orientação ocupacional.

No âmbito da pós-graduação, os textos interligam ao desempenho discente a questão das bolsas, que decorrem de avaliações mediadas por modelos e critérios internacionais por eles criticados, sendo nisso que reside a sua pauta enunciativa principal.

Um conjunto de 18 textos conforma e constitui a dimensão *formas de associação* dos discentes, que inicia com um artigo escrito em 1969 sobre a regulamentação de diretórios estudantis em face da Lei nº 5.540/68 e da Indicação 5/69-CFE, cuja temática é reeditada.

Somente após 17 anos – já na vigência do governo Sarney – o assunto volta ao palco enunciativo, agora para anunciar o fato histórico do sancionamento da Lei nº 5.192/85, colocando a União Nacional dos Estudantes, a UNE, na legalidade. Tal abertura política, contudo, não se reveste de densidade textual, pois a UNE permanece quase silenciosa, uma vez que em apenas um dos 10 artigos produzidos a partir desse acontecimento se fala explicitamente nessa entidade estudantil – e para noticiar a sua luta em defesa de uma CPI das mensalidades escolares, em 1993.

Nessa perspectiva, as enunciações incidem muito mais em ações políticas de grupos estudantis isolados – tratando de preocupações imediatas e umbilicais, tentando um renascer do movimento estudantil a partir do relato das ações de estudantes brasileiros no exterior ou, quando muito, se articular na luta pelos princípios socialmente defensáveis para a universidade pública.

Assim, no plano das preocupações imediatas, os textos abordam questões relativas ao perfil dos estudantes e integração de portadores de deficiências na universidade. Os que se debruçam em alguma janela do País para o exterior tentam, de algum modo, retomar um fio da história de um movimento estudantil atuante, em defesa, às vezes intransigente, dos interesses nacionais, embora nem sempre uníssonos em suas análises. Finalmente, os artigos que se detêm nos princípios socialmente defensáveis para a universidade brasileira retomam, de um lado, as articulações do movimento discente com a reforma universitária e, de outro, reivindicam cidadania, expressa em participação, e a materialização de uma concepção de universidade pautada na liberdade acadêmica, autonomia e democratização ampla.

Escapando às ênfases discursivas anteriores, 15 textos relacionados à categoria Corpo Discente são aglutinados como *outros*. Essa série de textos inicia com um artigo, escrito em 1968, advogando a necessidade de criação de novas universidades, em face do crescimento demográfico brasileiro e da expansão do ensino médio nos últimos anos, e sugerindo a criação de uma universidade no Município de São Paulo. Apenas oito anos depois um outro artigo aparece, ao qual outros se sucedem, valendo ressaltar os seus imbricamentos intertextuais com outros já focalizados anteriormente, como mercado de trabalho, perfil de alunos e de egressos, formação e vida profissional, família, vestibular, estágio, presença de estrangeiros nas universidades brasileiras e representação discente nos órgãos colegiados de universidades.

O que se poderia destacar como conteúdo um pouco diferente dos anteriores está contemplado em um texto, escrito em 1981, que defende a tese de que a qualidade de ensino dentro da universidade só é possível se os alunos participarem de toda a vida universitária e não somente das atividades relativas ao ensino. Esse texto constitui um marco histórico, já que possibilita registrar

o momento em que o termo qualidade passa a invadir densamente o cenário enunciativo no contexto universitário, que se tornaria o grande tema dessa década e que ainda ressoa fortemente nos dias de hoje.

O Corpo Técnico-Administrativo nas Investigações Científicas

A partir de 1979, a divulgação de reflexões, estudos e pesquisas sobre a dimensão técnico-administrativa das instituições universitárias é iniciada com publicações incipientes, no contexto da produção científica sobre a temática-objeto. Ao se considerar a série histórica desta pesquisa, a relação número de publicações/ano fica em 0,7 e, quando se leva em conta o ano de início de publicação que focaliza essa temática no universo abordado, em 1,25 texto/ano. No âmbito do desenho analítico dos eixos discursivos deste trabalho, as dimensões são apresentadas a seguir.

Nessa categoria temática, foi possível localizar três textos, publicados esparsamente, que focalizam: aspectos referentes à estrutura e organização administrativa das *atividades técnico-administrativas* no contexto de universidade de pequeno porte; à universidade como lugar de trabalho e as relações que se estabelecem entre funcionários, docentes e universidade; e à nova dimensão dada à universidade pela atual Constituição Federal e a Lei da Isonomia.

A discussão sobre a estrutura e organização administrativas das atividades-meio emerge do relato da experiência realizada pelo IESA/FGV, em texto publicado em 1979, que busca um modelo estrutural mais adequado a universidades de pequeno porte. É possível perceber a preocupação de questionar os problemas e os princípios da execução das atividades-meio na organização universitária, focalizando a natureza e especificidade dessas atividades, a problemática do relacionamento dos segmentos fim e meio e a crescente demanda por estruturas mais flexíveis. A experiência vivenciada sugere que as atividades-fim da universidade dependem também de uma organização eficiente das atividades-meio, que devem ocupar o “lugar de gestora dos recursos e não de mera controladora”.

Em artigo publicado em 1986, a discussão sobre as relações de trabalho entre professores, funcionários e universidade é retomada, chamando a atenção para a reflexão acerca das transformações necessárias na universidade pública tendo em vista suas funções sociais, tais como o fornecimento de tecnologia e prestação de outros serviços a grandes empresas e o significado daquilo que pode vir a ser assumido dentro de outros projetos de relações entre a instituição e os diversos grupos da sociedade. Destaca-se nessa discussão a afirmação de que o cotidiano do trabalho/reflexão na universidade oferece possibilidades de criticar as relações sociais existentes, ao questionar tudo o que aparece com *dado e não problemático*.

Somente em 1991, o olhar sobre essa temática é retomado em texto que, ao privilegiar a atual Constituição Federal e a Lei da Isonomia, busca analisar os seguintes aspectos: autonomia didático-científico-administrativa e a gestão patrimonial; a definição de um plano único de classificação, com redistribuição de cargos e empregos e a uniformização das normas. A reflexão volta-se à consolidação desses princípios e suas conseqüências no estabelecimento de novas políticas de recursos humanos. Há a preocupação em alertar para o equívoco de as instituições universitárias se submeterem aos ditames legais e em apontar a criação das Comissões Permanentes de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo como ação que constitui um avanço.

As reflexões sobre a subcategoria *Formas de Organização/Carreira* são socializadas em quatro artigos que focalizam, respectivamente, o cotidiano do funcionário de uma prefeitura universitária, a greve nas universidades estaduais paulistas, a abertura para a realização de pesquisa por servidor técnico-administrativo e a atuação da Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral. Esses fragmentos discursivos favorecem a apreensão de alguns aspectos que movimentam o cotidiano administrativo em alguns espaços universitários do País.

O cotidiano do funcionário é retratado, no período em estudo, somente em texto publicado em 1993, que apresenta, a partir de uma pesquisa mais ampla realizada na UFSC, envolvendo

dados sobre a saúde, aspectos socioeconômicos, cultura e trabalho. Há o destaque para os motivos de ingressos na universidade – desemprego e a perspectiva de estabilidade –, fomentando junto ao leitor reflexões sobre o significado da inserção do servidor público na vida acadêmica das instituições universitárias públicas. Isto porque os dados apontam para a precariedade da universidade no que diz respeito ao preparo de seus funcionários em relação à vivência da cidadania, bem como para a ineficiência de uma administração desprovida de uma adequada política de gerenciamento de recursos humanos.

A publicação seguinte ocorre em 1994, comentando a greve das universidades estaduais de São Paulo e apresentando as reivindicações referentes ao aumento salarial e as conseqüências da greve para os alunos. Esse registro agrega-se a outros de outros espaços editoriais, que, ao focalizarem a luta de docentes e técnicos, denunciam o processo de sucateamento das universidades públicas, tanto pela não-valorização (através de salários dignos) de seus servidores como pela falta de investimento nas próprias instituições. Os outros dois textos, publicados em 1995 no mesmo periódico, tratam, respectivamente, do parecer favorável à realização de pesquisa por servidores técnico-administrativos da Ufes e da história dos 50 anos de atuação da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral, suas dificuldades e conquistas.

No que se refere às experiências de *formação/qualificação*, há seis relatos. Um deles descreve um projeto de alfabetização da UFSCar, que tem em seu quadro funcionários sem o domínio da leitura e escrita. Após oito anos dessa publicação, outra experiência semelhante é relatada (1989) no mesmo periódico – o desenvolvimento do Programa de Educação Básica junto a funcionários da UFRN, a partir do Método Paulo Freire. Tais relatos podem sugerir problemas que emergem no cotidiano administrativo em face da não-qualificação adequada de muitos servidores. E em 1995 divulga-se, também no mesmo periódico, o processo de acompanhamento de treinamento da UFMT, que visa conhecer a validade dos treinamentos e subsidiar a Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Um texto publicado em 1983 divulga um Seminário de Pesquisa que objetivava dar fundamentos à pesquisa bibliográfica, no sentido de facilitar o auxílio prestado aos usuários de bibliotecas.

Esses fragmentos de experiências de capacitação revelam a necessidade e a importância de se socializar práticas educativas que possam promover o aperfeiçoamento de funcionários e, com isso, contribuir para uma ação mais qualificada das funções exercidas no cotidiano acadêmico.

É apenas nos anos de 1980 e 1982 que são publicados dois artigos que trazem reflexões teóricas sobre a situação atual do ensino e da administração educacional no contexto da valorização da educação nas sociedades contemporâneas. O primeiro chama a atenção para a necessidade de organização dos educadores diante de pessoas e órgãos que decidem os rumos da política educacional; o segundo discute a aplicação da Teoria da Organização de M. P. Follet aos problemas da educação universitária, por entendê-la como a melhor alternativa para a sustentação do modelo integrado nas universidades brasileiras.

As reflexões sobre as *formas de associação* dos funcionários técnico-administrativos estão carreadas em um único texto que discute o movimento social a partir de teóricos importantes, e, no âmbito dessa discussão, estuda o movimento dos pró-reitores e a sua representatividade no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). Enfatiza que a representação conquistada requer um trabalho político em nível de organização e de orientação capaz de se expressar através de lideranças de coordenações regionais e nacionais.

Chama a atenção o porquê das *raras palavras* sobre o assunto no espaço editorial, quando, no período em estudo, ocorrem momentos, movimentos, fatos interatuantes nas formas de organizações da vida acadêmica que merecem registro e divulgação sistemática, sobretudo pelos seus desdobramentos e pelas lições construídas.

Os textos que procuram traçar o *perfil dos funcionários técnico-administrativos* registram a preocupação com o cotidiano da mulher trabalhadora, que é o foco de análise de texto

publicado em 1990. São apresentados resultados de uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Sergipe com um grupo de mulheres que ocupam cargos remunerados na administração, docência e pessoal de serviço, que trazem pontos para reflexão quanto à inserção da mulher no mundo do trabalho, avanços, dificuldades e desafios. Em 1992, outro estudo divulga o perfil de seus professores e servidores. Esses olhares juntam-se a um texto, publicado em 1994, que focaliza o processo de aposentadoria. Nesse sentido, são identificadas as percepções de servidores da UFSCar quanto à aproximação da aposentadoria e as perspectivas que se abrem para esse período da vida. A principal preocupação é levantar informações para subsidiar a elaboração de um programa de preparação e reflexão para os servidores nessa fase de transição. Apesar dessa situação ser vivida, em princípio, por todos os trabalhadores, só é possível identificar na produção analisada um único porta-voz.

É de acreditar que esse profundo silêncio deverá ser rompido, principalmente pelas mudanças radicais que ocorreram no processo de aposentadorias nesses últimos anos em decorrência de novas legislações federais, que sufocam nossas perspectivas futuras como trabalhadores, mas que não deveriam calar nossas palavras no espaço de divulgação acadêmica.

Dois artigos ainda sobre essa categoria temática são enquadrados na subcategoria *Outros*. Um deles trata da posição de servidores do CNPq sobre as principais questões e problemas relacionados a ciência e tecnologia, principalmente no que tange às políticas, à gestão e ao papel do Estado, o que ocupa espaço editorial em 1994; o outro aborda a questão da liderança nas universidades brasileiras, explicitada em artigo publicado no mesmo periódico e no mesmo ano, procurando conceituar a liderança no contexto de uma IES através do quadro de carência de liderança administrativa, trazendo à reflexão, como ponto fundamental, a constatação de que, atualmente, a liderança no mundo universitário se encontra fragmentada, localizada e segmentada.

A uma incursão mais profunda sobre a forma daquilo que é dito, interdito e/ou silenciado pelos porta-vozes dos três segmentos de sujeitos integrantes da Comunidade Universitária é destinado o próximo e último tópico do presente texto.

AS FORMAS DE ABORDAGEM DA TEMÁTICA

No contexto da produção escrita, as formas do gênero do discurso constituem elementos fundamentais para melhor esclarecer o teor daquilo que é dito, dito-não-dito, interdito e silenciado. Segundo Bakhtin (1992, p. 280), é fundamental entender os gêneros do discurso como “tipos particulares de enunciados, que se diferenciam de outros tipos de enunciados, com os quais contudo têm em comum a natureza verbal (lingüística)”, pois só elas – as formas do discurso ou, bakhtinianamente, as *formas das formas do discurso* – indiciam o lugar social hierárquico do enunciante, que, simultaneamente, é apontado na maneira através da qual expressamos a enunciação.

Portanto, a forma do dizer não é alheia ao lugar social hierárquico daquele que diz, e, nessa perspectiva, o lugar social hierárquico daquele que diz integra-se à forma discursiva de seu dizer. Por isso, analisar as formas discursivas presentes na produção científica sobre educação superior, em geral, e comunidade universitária, em particular, torna-se extremamente importante enquanto elementos indicativos do perfil dos escritores que, ao longo de 28 anos deste estudo, falaram e/ou calaram sobre a temática.

A enunciação proveniente daquele que detém o poder de legislar se explicita sob formas diferenciadas de normalização; aquele que detém uma experiência relevante sobre assunto inexplorado e de interesse de algum pesquisador será por este abordado para contar essa experiência, o que, nas suas mãos enquanto entrevistador, se converterá em relato de depoimento. Em resumo, aquele que efetuou estudos e pesquisas sobre tema de interesse social e/ou acadêmico tende a

explicitar os resultados da investigação sob alguma forma discursiva, que, no entanto, se articula aos meios de divulgação que lhe forem acessíveis no contexto do mercado editorial. Nessa perspectiva, os gêneros discursivos, ou seja, as formas utilizadas na abordagem dos textos que se constituíram objeto empírico-analítico do presente estudo, são sintetizados na Tabela 55.

Ao analisar essa tabela, observa-se que os gêneros discursivos preferenciais são os artigos, com 52,64%, e os resumos, com 25,21% da produção escrita. Situam-se nela como extremos opostos, ou seja, com os mais baixos índices, os dispositivos legais e atos normativos, com 0,25%, e as séries documentais, com 0,13% dessa produção.

Em que pese a adequação dos modos de circulação do pensamento e das práticas de investigação científica aos limites concedidos pelos periódicos – nos quais o maior espaço é destinado ao relato sumário de estudos, pesquisas e reflexões, via artigos e resumos produzidos por esse sujeito coletivo ou transindividual, o pesquisador quase anônimo –, é impossível não articular as indicações apontadas pelos gêneros discursivos de menor densidade ao lugar social ocupado pelos seus enunciadores, que, preferencialmente, utilizam gêneros normativos, ainda que para expressar idéias em periódicos.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Das análises relativas aos três segmentos de sujeitos constitutivos da temática comunidade universitária, parece importante apreender, nos seus entrecruzamentos, os pontos convergentes entre eles. Nessa direção, o mote histórico comumente partilhado é a construção de um projeto de universidade pública democrática e autônoma que, às vezes, por vias transversas, os segmentos integrantes dessa comunidade buscam construir. O que substantiva essa conclusão é a abordagem comum dos seguintes temas: democracia, autonomia, reforma, greves, pesquisas, qualidade de ensino e avaliação.

É importante ressaltar que produzir o presente texto significou, para além da leitura e análise dos resumos elaborados com a mediação de bibliografia anotada, um exercício dialógico com a história e as elaborações teórico-metodológicas acerca do tema-objeto. Nesse exercício, foram fundamentais as formulações do projeto bakhtiniano de linguagem, por possibilitarem assinalar a multiplicidade de vozes em interação discursiva, colocando em pauta a intertextualidade verbal e contextual, os espaços editoriais de socialização da produção científica, as distintas perspectivas de abordagem temática, a partir de lugares diferentes de dizer, e a natureza dúplice do texto, que, ao mesmo tempo que enuncia, silencia e, simultaneamente, ao dizer, interdiz e, muitas vezes, nem diz.

Tabela 55 – Distribuição de documentos sobre Comunidade Universitária, em periódicos nacionais, segundo a dimensão ou subcategoria temática, por tipo de produção – 1968-1995

Dimensões/ Subcategorias	Artigo	Depoimento	Disp.leg./atos normativos	Editorial	Nota	Notícia	Relatório	Resenha	Resumo	Série Documental	Total
Mov. Doc./Cátedra	24								1		25
Educadores/Cientistas	16	3		2	1	5		2	6	1	36
Trabalho docente	44	1				4		1	5		55
Formas de Org./Carreira	57	6	1	4	4	59		1	3		135
Formação Docente	7	2			3	7		3	13		35
Formas de Associação	37				1	20			2		60
Perfil Docente	24	1				1	1	1	15		43
Outros	8				1	4			1		14
Subtotal	217	13	1	6	10	100	1	8	46	1	403
Movimento Estudantil	-				1			2	2		5
Atividades Discentes	15				2				1		18
Perfil Discente	42					5	4		62		113
Acesso	68	2	1	1		7	1	4	57		141
Desempenho	48	1		2		1		1	31		84
Formas de Associação	14				2	1			1		18
Outros	13					1			1		15
Subtotal	200	3	1	3	5	15	5	7	155		394
Ativ. Téc.-Administrativas	3										3
Formas de Org./Carreira	3					1					4
Formação/Qualificação	3				1				2		6
Formas de Associação	1										1
Perfil	2								3		5
Outros	1										1
Subtotal	13				1	1			5		20
Total Geral	430	16	2	9	16	116	6	15	206	1	817
%	52,64	1,95	0,25	1,10	1,95	14,20	0,73	1,84	25,21	0,13	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- MANCIBO, Deise. A produção científica sobre educação superior na revista *Ciência e Cultura*. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- MEDEIROS, Luciene; SEIFFERT, Otília Maria Lúcia. Cadernos Andes : vozes do movimento docente sobre educação superior. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- PALHARINI, Francisco de Assis. Cadernos Nupes : o novo protagonista na formulação teórica da política para o ensino superior. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. A educação superior em cinco periódicos : Debate e Crítica, Ciências Sociais Hoje, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Boletim Informativo e Bibliográfico. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- SILVA JÚNIOR, João do Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Revista Educação e Seleção : traços históricos e breve perfil. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- _____. Revista Cadernos de Pesquisa : breve perfil histórico-editorial. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- _____. Encontros com a Civilização Brasileira : breve perfil de um periódico engajado. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.